AMAZÔNIA DISSIDENTE

Volume 2

Alexandre Oliveira
Michel Justamand
Raimundo Dejard Vieira
(Organizadores)

ALEXA CULTURAL
EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Comitê Científico Alexa Cultural

Presidente
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros
Alexandre de Oliveira (IFS – Estância/SE)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (ECA/USP - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Comissão Editorial da Obra

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alexandre Oliveira (IFS – SE)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Carlos José Trindade da Rocha (UFPA – Belém/PA)
Lilian Marta Grisolio (UFC – Catalão/GO)
Michel Justamand (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Patrícia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Raimundo Dejard Vieira (UFAM – Parintins/PPGSCA)
Rita de Cássia Andrade Martins (UFJ – Jataí/GO)
Roberto Ramos Santos (UFRR – Boa Vista/RR)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Vânia Cristina Cantuário de Andrade (UFAM – Manaus/PPGSCA)
Walter Marcos Knaesel Birkner (UNIASSELVI/SC)

Alexandre de Oliveira
Michel Justamand
Raimundo Dejard Vieira
(Organizadores)

Amazônia Dissidente

Volume 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Henrique dos Santos Pereira

Membros
Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA
Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeira UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Gerusa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor
Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor
Sérgio Augusto Freire de Souza

Alexandre de Oliveira
Michel Justamand
Raimundo Dejard Vieira
(Organizadores)

Amazônia Dissidente

Volume 2

UFAM

ALEXA

Embu das Artes - SP
2021

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

© by Alexa Cultural

Direção
Gladys Corcione Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans
Editor
Karel Langermans
Capa
João Bosco Leite
Revisão Técnica
Alexandre de Oliveira e Michel Justamand
Revisão de língua
Vânia Cristina Cantuário de Andrade
Editoração Eletrônica
Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A489 Amazônia dissidente: volume 2 / Organizadores Michel Justamand, Alexandre Oliveira, Raimundo Dejard Vieira . – Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: Edua, 2021.

258 p. : il. ; 14 x 21 cm – (Amazônia Dissidente; v. 1)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-89677-46-8

1. Antropologia. 2. Ciências sociais. 3. Sociologia. I. Justamand, Michel. II. Oliveira, Alexandre. III. Vieira, Raimundo Dejard. IV. Série.

CDD 306

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índices para catálogo sistemático:
Antropologia
Ciências Sociais

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgilio Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Nós dirigentes da coleção, partícipes da comissão editorial da obra, organizadores, autoras e autores: homenageamos a todas, todes e todos que, infelizmente, morreram em batalha contra a COVID-19 na tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru), na região do Alto Solimões, no Amazonas, no Brasil e em outras partes do mundo. Nos solidarizamos com as famílias desses, que partiram, sem nenhuma, necessidade!

In memorian
A Thereza Antonieta Tomio mãe de Michel Justamand.

Didática em transformação

Ianeis De Jesus Da Silva Xavier

I
Terra boa, se plantando, tudo dá
Impondo com seu olhar sem do índio perguntar,
Pero Vaz de Caminha, começou analisando,
Já era o autoritarismo da elite despontando.

II
Degredados assassinos tornaram-se professores
dos nativos inocentes, "bugres e sem valores",
ditos assim pelos alienígenas, estrangeiros e invasores.

III
Padres, frades, catequizadores, os mentores do autoritarismo do momento.
É quem ditava as regras de todo o conhecimento,
passaram a alienar com falsa desculpa então,
escravizando o nativo, em nome de um perdão,
começando a importar um meio de educação.

IV
No Brasil colonial, terra de escravos e senhores,
só os que tinham dinheiro, tornar-se iam doutores,
estudando na Europa, em Coimbra de valores.
Voltando para o Brasil, passavam a ensinar
que o estudo do escravo e pobre é somente trabalhar,
dormir tarde e acordar cedo e os ricos amamentar.

V
A educação autoritária tornou-se crônica, letal,
pois no terceiro milênio é vergonha nacional,
que o povo brasileiro seja ainda analfabeto
e ainda se acha esperto com "o jeitinho brasileiro"
que para o estrangeiro só é bom no carnaval.

VI

Hoje, a educação tomou rumo liberal,
embora seja um disfarce, um engodo natural,
vindo de sistemáticos do Congresso Nacional.

VII

O neoliberalismo chegou na educação,
mas os interesses burgueses são ainda a questão,
são a elite e o governo e as formas de opressão,
chamadas, currículos, ocorrências, teste de avaliação,
prende, oprime, sacoleja, não se pede opinião,
se o aluno acha pouco, tem que fazer o provão.

VIII

Se na escola autoritária a palmatória impera,
na escola liberal não se dá vez à favela,
porque do capitalismo a elite se apodera.

IX

Os recursos financeiros, a situação social
sobrepuja os mais pobres, na educação liberal,
a educação passa, então, por um problema social,
em que a concorrência é abafada pelo real.

X

A universidade, a escola se tornam um campo de guerra
e é na mola do dinheiro que o aluno sobe a serra.
Vem do campo, vem da luta da escala social,
e quem decide a ação coletiva são todos, diferente da liberal.

XI

Vem das organizações de classes, embora pareça utopia,
a educação libertadora com povo se inicia.
Todos têm voz e vez de interferir na ação,
a estratégia é o diálogo e a participação.
É o interesse da maioria que impera,
desmascarando os conflitos individuais que nos "emperra".

XII

O diálogo sobre os problemas é a base da aprendizagem,
a teoria surge da prática, dando verdade à mensagem.
A libertadora recupera a teoria esvaziada pela autoritária,
diálogo e intenções isoladas pela liberal,
adquirem e promovem um sentido social.

XIII

Na educação libertadora, a avaliação é contínua,
que lentamente promove um complexo avanço e não termina.
A liberal e autoritária concorrem para a exploração social,
enquanto a libertadora se contrapõe no geral,
desenvolvendo as relações críticas e participativas,
favorecendo as organizações populares em suas lutas de libertação ativa.

XIV

Temos via satélite todo tipo de educação,
do Fax ao computador, a total globalização.
Informação, conhecimento, tudo que a vida promete
nos vem por terra, água, ar e agora pela internet.

XV

Um mundo novo se descobre
em que o indivíduo em geral,
mesmo sendo rico ou pobre,
sofre fusão cultural.

PREFÁCIO

Tharcísio Santiago Cruz[1]

A academia é um lugar que desperta o desejo de veiculação de ideias, acesso a literatura, arte, poesia, manifestos, protestos e em algumas situações "dissidência", no sentido de elocubração e exposição de outras perspectivas de dizeres e alternativas de interpretação da realidade.

Com base nessa perspectiva, de que ideias podem ser materializadas e levadas ao conhecimento de um público maior. Dentre algumas possibilidades, destaca-se o exercício realizado sobre conteúdos ministrados nas disciplinas de pós-graduação, em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA, os professores Alexandre de Oliveira e Michel Justamand investiram numa vertente de discussão sobre o "pensamento dissidente".

Este volume, caracteriza o esforço e iniciativa de produção acadêmica e discussão sobre a Amazônia e outros lugares da América do Sul, com base em perspectiva de discussão dessa ordem. Trata-se de vertente, que une, a vasta contribuição de autores que discutiram a Amazônia e América, a partir da contribuição teórica das ciências sociais, como: Maurício Tragtenberg, Marcio Souza, Marilene Correa da Silva, Dejard Vieira e Neide Gondim, bem como, de teóricos que ajudaram a consolidar as ciências humanas, como Norbert Elias e Stuart Hall.

Estes e diversos outros autores foram trazidos e rediscutidos, sob a perspectiva dissidente presente em colaborações de diversas ordens, tais como, a problemática ambiental sob a égide do imaginário sociocultural existente na região, as influências do período de extração e produção da borracha e ligações com o posterior processo de industrialização na cidade de Manaus. Alia-se a essa discussão, debates apresentados do livro sobre a Sociologia do Lazer, com isto, uma rediscussão sobre a temática do "tempo livre", no seio de sociedades industrializadas em plena Amazônia algo que merece reflexão.

No âmbito de possibilidades discursivas sobre trabalho, produção fabril e lazer, é apresentado nesse volume, análise sobre o traba-

---

1 Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e é Docente do Curso de Antropologia, do Instituto de Natureza e Cultura – INC, da mesma instituição, na unidade acadêmica do Alto Solimões, em Benjamin Constant/AM.

lho em área rural da cidade de Parintins, precisamente no lugar denominado de "São Sebastião da Brasília", algo que demonstra a amplitude de possibilidades discursivas sobre trabalho na Amazônia.

No transitar por estes textos, o leitor está sendo preparado para adentrar em debates dissidentes sobre as temáticas, " negras e indígenas". No sentido, de debate sobre o *locus* dissidente trazido para que possamos rediscutir a diáspora africana, numa atualização de leituras e inserções de atores sociais que lidam com a amplitude de releituras sobre África, negros e negras, bem como sobre o "corpo negro" e a arte de rua no âmbito de alternativas de emancipação política e cultural em meio as performances de rua e em outros espaços. Deste modo, em outra instigante leitura o imaginário é trazido, prefigurado no universo da arte parintinense como alicerce de mitos e lendas no *conjunto* de representações artísticas.

De forma a ampliar a leitura sobre a temática negra, é oportunizada a abordagem e contribuição apresentada sobre o currículo escolar a partir da "Amazônia Quilombola", a educação é apresentada, como campo vasto de atuação, possibilidades, pedagógicas e literárias, os autores deste livro, adentram em incursões resultantes de suas produções acadêmicas, pesquisas e militância na temática da educação e indígena, no âmbito de "observações e narrativas", que parte de suas realidades são mostradas e debatidas.

Vale destacar, a contribuição da militância e dissidência indígena, ao tratar da afirmação e paralelamente negação "dos direitos indígenas", materializados nas diversas situações de agressões e violências praticadas contra os povos originários. Trata-se de um debate dissidente de longa data, parte do tratamento desrespeitoso cujo conteúdo de denúncias, falas de personagens, encontra-se presente no relatório da Comissão da Verdade – CNV, conforme um dos emblemáticos capítulos do livro**.**

De modo a contribuir com a perspectiva dissidente, seus autores (as), adentram no universo de ressignificação do espaço escolar", de forma a trazer para a leitura a abrangência do alcance de práticas educativas direcionadas à diversidade do público amazônico, e com isso constituindo espaços centrais de sociabilidades que são compartilhados por povos grupos e indivíduos.

No cerne dessa possibilidade de discussão a educação esta ligada ao "contexto capitalista" que inevitavelmente experienciam subli-

minares metamorfoses, essa é uma das temáticas que oportuniza a percepção da educação em meio ao contexto socioeconômico neoliberal e os efeitos da reestruturação produtiva.

O livro Amazônia Dissidente, além das várias temáticas discutidas, é também um convite a leitura sobre temas que se tornaram por demais presentes em nossas vidas, em diversos lugares e ambientes no qual atuamos. Trata-se das inúmeras situações de adoecimentos, ocasionados pela pandemia conhecida como Coronavirus (SARS), presente em todo o planeta, cujos efeitos tornaram-se dramáticos no Amazonas, principalmente sob os segmentos populacionais mais carentes e desassistidos pelo Estado. Em meio aos efeitos do adoecimento por conta do Covid, alia-se o fenômeno das *fakes News,* alimentando a confusão, colaborando com alinhamento aos interesses de determinados grupos de poder, esses temas, resultara, em pesquisas e produção científica que hora encontramos neste volume sob o olhar dissidente de seus autores (as).

O debate dissidente não se finda neste volume, esta perspectiva tem motivado outros autores a trazer seus temas e pesquisas, sob esta experiencia motiva a laboração de outros volumes estão sendo organizados e em breve estarão à disposição dos leitores. Trata-se neste volume, de leitura que transcende os espaços acadêmicos e oportuniza a experiência de tratar as questões sociais e humanas pelo olhar que diverge.

SUMÁRIO

POESIA - DIDÁTICA EM TRANSFORMAÇÃO
Ianeis de Jesus da Silva Xavier
9

PREFÁCIO
Tharcísio Santiago Cruz
15

APRESENTAÇÃO
SUPERANDO A CORRIDA ATRÁS DO PRÓPRIO RABO
OS DISSIDENTES AMAZÔNICOS VOL. 2
Alexandre Oliveira, Michel Justamand e
Raimundo Dejard Vieira
23

BLOCO I - DISSIDÊNCIAS TEÓRICAS

Cap. 1
A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NO IMAGINÁRIO DO AMAZÔNIDA
Ana Karen da Silva Sales Tavares e Michel Justamand
29

Cap. 2
DESENVOLVIMENTO URBANO EM MANAUS DURANTE O PERÍODO DO CICLO DA BORRACHA À INDUSTRIALIZAÇÃO
Angélica de Matos Carvalho e Evandro de Morais Ramos
41

Cap. 3
A SOCIOLOGIA DO LAZER
Daniele de Souza Colares Tavares e Alexandre Oliveira
51

Cap. 4
O PRINCÍPIO FEMININO NOS MITOS E LENDAS E AS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NOS BUMBÁS DE PARINTINS
Raimunod Dejard Vieira e Alexandre de Oliveira
65

Cap. 5
AMAZÔNIA: DEMOCRACIA EM TEMPOS DE FAKE NEWS
Simone Costa de Lima, Ana Cristina Alves Balbino
Robson França Francisco Rodrigues e Odenei de Souza Ribeiro
83

BLOCO II - NEGRITUDE DISSIDENTE

Cap. 6
AMAZÔNIA QUILOMBOLA: A LUTA POR UMA NOVA PERSPECTIVA EDUCACIONAL
Cynthia Maria Bindá Leite e Lilian Marta Grisolio
101

Cap. 7
O CORPO NEGRO COMO UM CORPO POLÍTICO E SUA EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS
Lucas Lopes da Silva Aflitos e Renilda Aparecida Costa
115

BLOCO III – EDUCAÇÃO DISSIDENTE

Cap. 8
DISCENTE AMIGO: RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO ESCOLAR
Jackeline Mendes de Souza e Marilene Corrêa da Silva Freitas
133

Cap. 9
AS METAMORFOSES DA EDUCAÇÃO DIANTE DO CONTEXTO CAPITALISTA
Janaína Zildeia da Silva Paiva e Elenise Faria Scherer
145

Cap. 10
O NOVO CORONA VÍRUS, A EDUCAÇÃO AMAZÔNICA E O LIVRO DIDÁTICO
Marcos Afonso Dutra e Artemis de Araújo Soares
159

BLOCO IV – DISSIDÊNCIA INDÍGENA

Cap. 11
POR UM OBJETO DE ESTUDO DISSIDENTE. OBSERVAÇÕES SOBRE A AFIRMAÇÃO INDÍGENA, SUJEITOS ETNOGRÁFICOS E NARRATIVAS
Denia Román Solano
175

Cap. 12
ANÁLISE DA DISSIDÊNCIA INDÍGENA PRESENTE NAS DENÚNCIAS SOBRE MASSACRES NO RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE – CNV
Ianeis de Jesus da Silva Xavier, Patrícia Sposito Mechi e Michel Justamand
193

Cap. 13
A NEGAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS E A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS APRESENTA EVIDÊNCIAS DE GENOCÍDIO NO GOVERNO BOLSONARO – PARTE II
Silvio Cavuscens
205

Posfácio
DISSIDÊNCIA COMO ATO DE (RE)ENCANTO, RESISTÊNCIA, INSISTÊNCIA NA AMAZÔNIA
Carlos José Trindade da Rocha
236

SOBRE AS/OS AUTORES/AS
239

SUGESTÕES DE LEITURAS

Coleção Sociedade e Cultura na Amazônia

Iraíldes Caldas Torres e Marilene Correa

245

Coleção FAAS

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

246

Coleção FAAS – teses

Dirigida por Adaílton da Silva e Michel Justamand

248

Coleção Arte Rupestre

Dirigida por Gabriel Oliveira e Michel Justamand

249

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Souza e Michel Justamand

250

Coleção Tabatinga Ticuna

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Michel Justamand

252

APRESENTAÇÂO

SUPERANDO A CORRIDA ATRÁS DO PRÓPRIO RABO – OS DISSIDENTES AMAZÔNICOS VOL. 2

Alexandre Oliveira[1]
Michel Justamand[2]
Raimundo Dejard Vieira[3]

Nós, Alexandre Oliveira, Michel Justamand e Raimundo Dejard Vieira, organizadores da obra Dissidentes Amazônicos, temos o prazer de tornar público o segundo volume da obra AMAZÔNIA DISSIDENTE. Na apresentação do primeiro volume tivemos oportunidade de tratar da história, desdobramentos e motivos da construção deste empreendimento. Lá também apresentamos as relações entre os capítulos.

Assim, partiremos do princípio de que as/os leitoras/es podem ter acesso àquela apresentação e obter as nossas ideias e reflexões que são indissociáveis as duas partes. Na parte inaugural eram três organizadores também, mas a Vânia Cristina Cantuário de Andrade deu lugar a Raimundo Dejard, nessa edição.

Assim, podemos iniciar as apresentações e as relações entre os capítulos desse tomo, tanto quanto o anterior, com 13 temas e suas reflexões dissidentes e amazônicas.

Destacamos que os temas foram divididos em 04 blocos de debates de ideias e os devidos aprofundamentos das questões que lhes são pertinentes: 1 – Teóricas; 2 – Negritude; 3 – Educação e, por fim, 4 – Indígena. Esses estudos trazem em suas escritas, preocupações que

1 Doutor em Design pela PUC-Rio. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no Instituto Federal de Sergipe – IFS e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Rondônia. Email: olialx@gmail.com
2 Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Professor Associado II do Curso de História da Arte, da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, em Guarulhos, e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Email: micheljustamand@yahoo.com.br
3 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM. Email: dejardvieira@yahoo.com.br

as Ciências Humanas, em geral, têm enfrentado no mundo atual. Como o feminismo, a questão negra e indígena no país, a democracia, o meio ambiente, o urbano, o lazer, as variadas facetas da educação. Sem esquecer, temas presentes nas redes sociais, culturais e políticas, como as *Fakenews* e a mais recente pandemia mundial. Sendo por esse prisma, a nosso modesto ver, essa é uma obra que poderá contribuir com outras, sobre questões socioculturais locais e além.

A obra não se furta a ser dissidente nas suas proposituras de ideias e, claro, amazônida nas abordagens de suas temáticas e objetos de pesquisas regionais.

Então, vejamos...

O bloco inicial é composto de 05 textos com suas referências, ideias e reflexões que denominamos como teóricas. Compõem esse agrupamento o texto **A problemática ambiental no imaginário do Amazônida**, de autoria da Ana Karen da Silva Sales Tavares e Michel Justamand; **Desenvolvimento urbano em Manaus durante o período do Ciclo da Borracha à industrialização**, tendo como autores Angélica de Matos Carvalho e Evandro de Morais Ramos; **A Sociologia do Lazer**, de Daniele de Souza Colares Tavares e Alexandre Oliveira; **O princípio feminino nos mitos e lendas e as representações artísticas nos Bumbas de Parintins**, de Raimundo Dejard Vieira e Alexandre de Oliveira; e, por último, **Amazônia: democracia em tempos de fake News**, escrito por oito mãos Simone Costa de Lima, Ana Cristina Alves Balbino, Robson França Francisco Rodrigues e Odenei Ribeiro de Souza.

Já o segundo grupo de 02 textos, relacionados à questão negra, são **Amazônia Quilombola: o currículo escolar como resultado de lutas**, Cynthia Maria Bindá Leite e Lilian Marta Grisolio; e **O corpo negro como um corpo político e sua emancipação social através da arte de rua e manifestações performáticas e culturais**, de Lucas Lopes da Silva Aflitos e Renilda Aparecida Costa.

O terceiro tema reúne três textos sobre educação. São eles o **Discente Amigo: ressignificando o espaço escolar**, escrito por Jackeline Mendes de Souza e Marilene Corrêa da Silva Freitas; **As metamorfoses da educação diante do contexto capitalista**, de Janaína Zildeia da Silva Paiva e Elenise Faria Scherer; e, finalizando, **O novo corona vírus, a educação amazônica e o livro didático**, escrito por Marcos Afonso Dutra e Artemis de Araújo Soares.

E como não poderíamos deixar tratar sobre a discussão das questões indígenas, por ser uma obra preocupada com questões amazô-

nicas. A região amazônica é onde se concentram a maior quantidade de culturas, etnias e povos indígenas. Logo não faltam debates e considerações a serem abordadas e amplificadas. Nesse último bloco temos a presença de três capítulos **Por um objeto de estudo dissidente. Observações sobre a emergência indígena, sujeitos etnográficos e narrativas**, de autoria de Denia Roman Solano; **Análise da dissidência indígena presente nas denúncias sobre massacres no relatório da comissão da verdade – CNV**, construído por Ianeis de Jesus da Silva Xavier, Patrícia S. Mechi e Michel Justamand; e **A negação dos direitos constitucionais e a violência contra os povos indígenas apresenta evidências de genocídio no governo Bolsonaro – Parte II**, de Silvio Cavuscens. Esse último é complementar a outro do mesmo autor presente no volume 1.

Feitas as devidas apresentações das relações temáticas entre os mais diferentes textos capitulares, desejamos boa leitura a todas/es/os!

São os nossos mais sinceros votos!
Os organizadores
Maio de 2021
Atibaia, Parintins e Salvador

DISSIDÊNCIAS TEÓRICAS

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA O AMAZÔNIDA

Ana Karen da Silva Sales Tavares[1]
Michel Justamand[2]

Introdução

A Amazônia é uma região que desencadeia interesses políticos, econômicos, geográficos e científicos. A intensificação da discussão da problemática ambiental trouxe, por sua vez, um grande debate acerca da sustentabilidade da região frente aos adventos.

Neste contexto, é necessário ter um olhar direcionado aos povos que vivem na Amazônia no tocante à utilização dos recursos naturais. Sabe-se que a educação ambiental é um desafio histórico na região, especialmente nas partes que mais precisam que ela seja difundida. A dificuldade logística e o acesso, por vezes apenas fluvial, faz com que os atores amazônicos não recebam a informação adequada, favorecendo construções imaginárias equivocadas quanto à problemática ambiental.

A exclusão deste indivíduo, que tem na Amazônia suas vivências e dela adquirem seus saberes e cultura, sobre uma questão tão abrangente abre, consequentemente, a perspectiva de criação de um imaginário coletivo acerca do tema. O modo como estes atores convivem com os recursos naturais e com os elementos da natureza disponíveis está diretamente relacionado a este aprendizado. Dado este contexto, salienta-se a ideia de não pertencimento a este todo, partindo do indivíduo que mora na região, tendo em vista a suposição de que o mesmo não tem lugar de fala.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a Amazônia e suas significações ao longo dos anos, principalmente em relação ao meio ambiente, ao passo em que se analisam as representações sociais atribuídas a essa região, que são interpretadas pelos indivíduos que nela vivem.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (Universidade Federal do Amazonas), bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.
2 Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP e Professor Associado II, do Departamento de História da Arte – DHA, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – EFLCH, da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, na unidade acadêmica de Guarulhos e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM.

As representações sociais sobre a amazônia

A existência de uma ampla literatura relacionada ao conceito de representação social criou uma variedade de definições para este fenômeno. Valsiner (2003), por exemplo, considera a representação social uma designação de um produto e um processo, ao mesmo tempo. Para este estudo, leva-se em consideração a definição de Jodelet (2001), que tem por representação social "uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (p. 22).

A região amazônica tem como características importantes fatores ligados ao meio ambiente e à sociedade. Neste sentido, a biodiversidade e a multicultura são aspectos presentes no contexto. Ao abordar as significâncias sociais na Amazônia é inevitável deixar de falar sobre a sua apropriação histórica.

Ao corroborar com a ideia de Gondim (1994) em "A Invenção da Amazônia", compreende-se que há um espaço consolidado por meio de discursos narrados por terceiros, a partir dos quais se obtém uma interpretação acerca do lugar. Logo, tem-se que desde sua popularização na Europa, a partir do século XVI, iniciou-se a construção de um imaginário local do qual o nativo não teve voz.

Contrariamente ao que se possa supor, a Amazônia não foi descoberta, sequer foi construída; na realidade, a invenção da Amazônia se dá a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes. (GONDIM, 1994, p. 9).

As representações sociais sobre a Amazônia podem ser entendidas numa cultura e num tempo distintos, de acordo com o que afirma Moraes (1988). Isso porque a perspectiva de um pensamento social envolve um indivíduo inserido em determinado tempo-espaço, que passa por um processo civilizador (ELIAS, 1990). Esse sujeito faz parte de um cenário geográfico que compreende:

A complexidade do universo da consciência e do movimento dos sujeitos. A relatividade histórica e cultural do conhecimento. A necessidade de não diferenciar o produtor, o produzido e o contexto de sua produção (MORAES, 1988, p. 21).

Com a influência de diversos fatores externos, estejam eles relacionados ao advento dos meios de comunicação em massa ou à popularização das redes sociais na Internet, cria-se uma associação da re-

gião amazônica que a coloca frente aos fatores ambientais que envolvem a região. A partir de então, difunde-se esse pensamento que possibilita também que corroborem outras representações sociais. Estas últimas, por sua vez, atenuam as problemáticas existentes no espaço e se contradizem com a idealização de um paraíso terrestre e de um pulmão do mundo. Tratam-se, ainda assim, de questões ambientais e culturais que caracterizam um inferno verde, um vazio demográfico e cultural com cidades e populações invisíveis (ANDRADE, 2014; PORTO-GONÇALVES, 2017).

A ideia de uma Amazônia regional e universal pode estar sendo proposta do avesso. A imposição dessa ideologia de cima para baixo tem o objetivo de diminuir, deslegitimar e criar um imaginário separatista em questões que não deveriam ser vistas dessa forma (Souza, 2007).

Esses fatores também podem ser observados na Região Nordeste. Embora o Brasil se orgulhe de ter conquistado a Amazônia, não há nada mais universal do que as características que nela e em seu povo permanecem. Características essas anteriores à conquista pelo Império, que se ressignificaram e se mantém apesar do processo civilizador que a região passou e as figurações que foram criadas. Ao pensar sob a perspectiva metodológica é preciso também compreender as significações e construções imaginárias criadas acerca das ideias de regional e universal.

Tem-se, portanto, representações sociais distintas quando a Amazônia está em debate. Elas se multiplicam especialmente quando observamos os fatores econômicos, comerciais e políticos que as envolveram, o que torna a região uma pauta complexa e um campo de pesquisa peculiar à ciência. Todavia, o desenvolvimento das atividades econômicas ao longo dos anos se deu de modo desvinculado de uma política ambiental que acompanhasse a realidade da região, o que tornou a problemática ainda mais grave, alterando as dinâmicas sociais, culturais e ambientais do homem que vive no local e dos recursos naturais que os rodeiam (ANDRADE; CARIDE, 2016).

De todo modo, é necessário fazer uma reflexão acerca da influência do regionalismo na consolidação das representações sociais que caracterizam os grupos na Amazônia e influenciam a percepção da problemática ambiental no imaginário deste indivíduo. Esse processo é importante porque o regionalismo não se dá apenas no campo literário

onde "se sobressaem autores que teriam construído explicações paradigmáticas" (BASTOS; PINTO, 2007, p. 6). Embora esse campo tenha influência destacada na construção das representações sociais, entende-se que a percepção intrínseca das fronteiras espaciais e imaginárias, definidas pelo conceito de regionalismo exercem força sobre graduais mudanças na maneira como o nativo da Amazônia vê e pensa esse espaço em todos os seus aspectos.

A problemática ambiental como fator externo ao indivíduo

O debate sobre a questão ambiental certamente não é recente. No entanto, nas últimas três décadas do século XX esta discussão se intensificou tanto no meio acadêmico, quanto no senso comum (JABBOUR, 2006). Na região amazônica, historicamente a problemática ambiental é vista de diversas perspectivas, entre elas: histórica, geográfica, biológica e também sob a perspectiva socioeconômica. São narrativas em que se levam em consideração, especialmente, o local de fala do narrador, de modo que a oralidade praticada pelo nativo adquire diferentes apontamentos acerca da questão, quando comparada ao olhar de um ator externo à realidade amazônica.

Na Amazônia, a natureza atua como uma grande mediadora das questões sociais, mesmo nas grandes cidades (ALMEIDA-VAL, 2006). Neste sentido, nota-se que a interpretação de uma realidade social leva em consideração "as instâncias ou substitutos institucionais e as redes de comunicação informais ou da mídia intervêm em sua elaboração" (JODELET, 2001, p. 21).

Historicamente, os índios sempre tiveram uma relação peculiar com a questão ambiental. Comenta Souza (2010) que algumas regiões do Brasil são consideradas possuidoras de características indígenas mais fortes que outras:

Por que Salvador pode se dizer a cidade mais negra fora da África, e Belém (PA) ou Manaus (AM) não podem se orgulhar de serem as capitais indígenas do Brasil, se em todos os casos estamos tratando de descendentes de negros e de índios, respectivamente? Porque a mentalidade racista da sociedade (a mesma que Mércio Gomes quer perpetuar) nos informa que só são índios os que moram em aldeias na floresta ou que têm sangue puro. Assim, os manauaras e belemenses descendentes indígenas foram levados a crer que não são índios (SOUZA, 2010, p. 31).

Estes olhares enviesados podem ser atribuídos ao processo colonizador pelo qual a maioria dos indígenas passou qual seja, a perda da sua identidade étnica e social. Essa característica trouxe uma nova significação ao modo do sujeito lidar com os elementos da terra.

Souza (2010) faz uma reflexão sobre como as implicações econômicas tiveram impacto no meio ambiente da Amazônia e em seu povo. Para ele, a perda de características culturais, durante o processo histórico, tem relação direta com a identidade do homem amazônico e com o espaço que o rodeia. "Sobretudo o decorrer dos últimos 50 anos, demonstra claramente a relação cultura/meio ambiente em sua forma mais desarmoniosa (SOUZA, 2010, p. 56)." Neste sentido, o autor conta que há 300 anos foi estabelecido um conflito que ameaça à integridade do "grande vale", como se refere à região amazônica.

Movidos pelas necessidades econômicas da empresa colonial, instigados pela ideologia da contrarreforma, os portugueses nos ensinaram a ver naquilo que há de mais originário, um inimigo desprezível. [...] a cultura mais autêntica e viva da região recolheu-se para os arquivos etnográficos. O que era para ser esteio, viga mestra e estrada luminosa, tornou-se curiosidade e folclore para especialistas. Poucos foram os que vislumbraram esse universo, a maioria preferiu a rota confortável do aniquilamento pela importação desenfreada de estética alienantes. A Amazônia índia é um anátema, um purgatório onde culturas inteiras se esfacelam no silêncio e no esquecimento (SOUZA, 2010, p. 56).

A exploração comercial da Amazônia, os interesses políticos nacionais e internacionais abrem possibilidades para que a discussão ambiental esteja cada vez mais distante da realidade do homem que vive na região, como se a ele este debate não pertencesse. Este, por sua vez, elabora significados, percepções e concepções acerca da questão ambiental, a partir de uma visão externa, não relacionada às suas vivências, o que consequentemente gera uma relação peculiar com a natureza. Tem-se, portanto, que o imaginário do amazônida acerca da problemática ambiental é constituído por fatores relacionados à cultura, às experiências vividas pelos povos "ao longo de gerações e pelos valores sociais e políticos que a sociedade impôs a tais relações" (MORAN, 1990, p. 30).

Niño (1997) reitera que essa perda da identidade amazônida originária, que tinha uma relação diferenciada com o meio ambiente, está relacionada com a deficiência da produção científica e cultural que, segundo Nino, implica diretamente no desenvolvimento da comunida-

de, que se dá a partir dos próprios limites da cultura e se expressa nas formas do político e em outros âmbitos.

Consequentemente, podem-se atribuir à essas mudanças a aquisição de uma consciência popular que é fundamental para a estruturação de uma consciência própria do indivíduo acerca da quotidianidade (NIÑO, 1997).

Pontes Filho (2017) discute os impactos da logospirataria sobre o controle ambiental e sobre a diversidade cultural. Ao falar sobre a relação com o meio ambiente, o autor afirma que os povos da Amazônia desenvolveram, ao longo dos milênios, padrões de sobrevivência sustentáveis de acordo com os ecossistemas amazônicos, o que demonstra a possibilidade de relações de interdependência equilibradas ecologicamente entre diversidade social e biológica.

Além disso, o professor também trata a logospirataria como um fator que, historicamente, muda a percepção sociocultural do indivíduo em relação ao meio ambiente (PONTES FILHO, 2017). Na prática, o conceito está relacionado ao cometimento de crimes ambientais, tendo em vista o sentido histórico, social e cultural que influenciou os povos e sua tratativa com o ambiente ao seu redor.

A logospirataria opera, enquanto se apropria de bens e de conhecimentos, no sentido de não reconhecer e, ao mesmo tempo, de desintegrar a diversidade de formas sociais de expressão do Logos complexus, o Logos heraclítico, que preserva o fogo das distintas humanidades, dos saberes e das liberdades que lhes é inerente. A logospirataria é o processo de aniquilamento cultural; o princípio da extinção tentando impor-se; o fim da superação do caos pela supressão da liberdade e da diversidade; a física da morte. Por meio da prática e das experiências de logospirataria revela-se o antilogos – o logospirata (PONTES FILHO, 2017, p. 71).

Para compreender qual papel a sociedade acredita ser designado a ela em relação às práticas de controle ambiental no Amazonas é preciso fazer uma análise histórica, social e política. Silva (2004) constrói três recortes analíticos: a Amazônia Lusitana/Portuguesa, a Amazônia Indígena e a Amazônia Brasileira, de modo que segundo a autora:

> A Amazônia portuguesa nasce perseguida por vários dilemas. Reforma e revolução, mercantilismo e capitalismo, absolutismo e república, trabalho escravo e trabalho livre. (...) A Amazônia Indígena que antecede a Amazônia Lusitana não tem equivalência na cultura

> europeia. É produto do desenvolvimento independente dos povos que ocuparam a região norte, num período de pelo menos três mil anos, antes da colonização. (...) A Amazônia Brasileira é continuidade e ruptura com a Amazônia portuguesa (...). Neste hiato cronológico, é superado pela perspectiva da Amazônia brasileira, de brasileiros natos, unidos pelo mesmo solo, pela mesma língua, pelas mesmas leis, tradições, experiências comuns, etc. a Amazônia brasileira é paralela à constituição da Nação Brasileira, à unidade nacional (SILVA, 2004, p. 157-168-183)

Logo, é necessário entender que a Amazônia, por consequência, passou por processos, revoluções e involuções onde o capitalismo internacional e europeu operava a fim de dominar a região. Nesse contexto, o indígena, que tinha uma relação tradicional com o meio ambiente que o circundava, era cada vez mais privado de liberdade e de direitos.

O contexto observado sobre as diversas significações da Amazônia e o processo pelo qual a região passou frente à percepção dos nativos, permite a compreensão do modo de ver a problemática ambiental como fator externo, ou seja, como algo que não atinge diretamente o seu cotidiano, está relacionado ao fato de que o nativo da Amazônia sofreu influências históricas, geográficas e sociais que consolidaram as representações sociais acerca do tema.

Educação socioambiental: um processo excludente

Certamente, a educação socioambiental é um dos principais fatores que influenciam a consolidação do imaginário amazônida acerca da região. Afinal, ela é "conhecida pelo seu engajamento político na construção de uma sociedade justa, sustentável e democrática" (REIGOTA, 2008, p. 61). Todavia, diversos são os fatores relacionados à dificuldade de consolidação do tema ao longo da vida dos atores sociais que habitam este espaço, enfraquecendo o saber dos mesmos sobre o que os cerca.

As reclamações das populações amazônidas, assim como outros processos de resistência, revelam o inconformismo frente à realidade social percebida. Basicamente, porque compreendam a complexa relação de dominação ideológica historicamente imposta, junto com o processo de invasão, apropriação e violência -colonização-. Nesse sentido, suas reivindicações por uma Educação Ambiental pautada na sua cultura, entre outros aspectos sociais e ambientais, alimentam os desejos de lutas por mudanças (ANDRADE, 2014, p. 32).

A partir desta dificuldade, revela-se uma construção discursiva e imaginária do homem amazônico a partir de suas próprias convicções, atribuindo significados aos objetos sociais que o rodeiam. Entre estes objetos está o meio ambiente (REIGOTA, 2001). As mudanças ocorridas neste contexto levam Matos (2015) a afirmar que os processos sociais nos tornam capazes de entender que as capacidades biológicas humanas fazem com que o indivíduo não siga a mesma direção de forma contínua, portanto, seus caminhos e formas de compreensão estão em constante transformação.

Uma problemática muito discutida no sistema de educação neste contexto está relacionada à definição das disciplinas obrigatórias na escola. Muitos estudiosos sugerem a inserção de matérias relacionadas à educação ambiental na Amazônia no âmbito escolar formal. "Não se trata de parcializações acadêmicas, mas de definir temas a partir de centros de interesse comuns e significativos, a estruturação da apreensão do conhecimento se dá como consequência desse processo (TRAGTENBERG, 1980, p. 82)."

Ao falar sobre educação ambiental, também é preciso levar em consideração a educação não-formal, que acontece em paralelo ao ensino formal, realizado nas instituições formais de ensino (GOHN, 2014). Isso evidencia que a educação ambiental não se consolida apenas nos espaços tradicionais, especialmente no caso da Amazônia com as suas problemáticas acerca desse tema. A construção do conhecimento se dá a partir de diversos olhares que culminam na formação de um imaginário sobre o tema em questão.

Uma relação cultural com os elementos da natureza

Em uma região que tem como principal característica a biodiversidade, o amazônida convive, historicamente, com os elementos na natureza no seu cotidiano. Neste sentido, o uso de alguns elementos da natureza (como o fogo e a água, por exemplo) por parte dos indivíduos que vivem nesta região pode ser tido sob o ponto de vista externo, ou seja, de pessoas não nativas da região, como um uso inconsequente e irresponsável. No entanto, é preciso compreender que este manuseio está relacionado às práticas culturais na Amazônia e os elementos da natureza possuem uma representação social peculiar para os povos que nativos da região.

Esta relação do homem com os elementos, especificamente com o fogo, está relacionada às tentativas de dominação e controle, conforme afirma Gebara (2014, p. 57):

Deve ter havido um tempo em que nenhum hominídeo ou grupo humano possuía qualquer controle sobre o fogo. Então, em um determinado momento algum hominídeo ou grupos humanos tiveram pelo menos algum controle sobre o fogo. Esse período de coexistência simultânea chegou ao fim quando, finalmente, todos os grupos humanos possuíam a habilidade de controlar o fogo.

Embora a discussão sobre as queimadas na Amazônia esteja cada vez mais em evidência, o caso do uso do fogo pelo homem que vive na região é uma problemática cultural, afinal este elemento é comumente utilizado para espantar pragas. O fato é que a apropriação do fogo pelo amazônida está relacionada à limpeza da terra, à fertilização do solo e ao controle da natureza. É necessário compreender, portanto, a importância dos elementos no modo de vida dos moradores da Amazônia, levando em consideração que estes fazem o manuseio não com o objetivo de destruição, mas de utilidade.

Neste sentido, a racionalidade de uso dos recursos naturais e dos elementos da natureza inerentes à rotina de trabalho do morador da região precisa ser levada em consideração tendo em vista fatores como educação, cultura e geografia. Como elementos de trabalho, na maioria das vezes o uso destes recursos é necessário principalmente porque, não fossem eles, os produtores precisariam investir em alternativas financeiramente inviáveis em alguns casos (NEPSTAD, 1999).

O mesmo pode-se observar em relação ao uso dos recursos hídricos, pelo fato de se tratar de uma região banhada por uma ampla bacia hidrográfica. A questão do uso da água na região, por sua vez, sempre foi ditada por interesses políticos e econômicos. Em relação ao seu povo, tem-se que "cada tipo de sociedade estabelece critérios para a maneira pela qual os recursos disponíveis no ambiente devem ser utilizados" (RIBEIRO, 2004, p. 33). Os recursos hídricos assumem diversas ressignificações ao longo dos anos no imaginário amazônico, de forma que o rio em determinado espaço de tempo faz parte da rotina diária desse povo, ao utilizá-lo para lavar roupas, louças e fazer a higiene pessoal. A problemática da água na Amazônia está relacionada ao uso e ao acesso ao recurso, levantando a questão da abundância em contraponto com a inacessibilidade, o que traz à tona a maneira como o homem utiliza a água (BECKER, 2003).

Considerações finais

A Amazônia é um campo de estudos que permite à ciência uma observação multidisciplinar. Os fatores históricos, culturais e sociais relacionados a essa região levam em consideração sua posição geográfica, as questões ambientais e as características do povo nativo.

Esta pesquisa proporcionou a compreensão da Amazônia e do modo como as suas representações sociais frente à percepção do povo nativo da região foram estabelecidas. Isso significa que os processos multidisciplinares pelos quais a região passou fez com que os nativos tivessem uma imagem peculiar em relação à Amazônia, baseada nas próprias vivências, com poucas contribuições de olhares externos, por exemplo. A educação ambiental falha, característica dessa região e motivada por diversos fatores políticos, sociais e geográficos, colabora para que essa situação continue a acontecer.

Notou-se que o uso dos elementos da natureza por parte dos nativos por vezes é feito de maneira inconsequente, como a utilização do fogo como inseticida (para o controle natural de pragas) que pode causar queimadas.

Este contexto nos faz observar que quando se trata de Amazônia, a interdependência entre indivíduo e sociedade presente no conceito de figuração de Elias (1990) se faz evidente. Esta pesquisa permite fazer uma reflexão, ao mesmo tempo que abre uma oportunidade para outros desdobramentos acerca de temas relacionados à percepção dos nativos da região Sul e Sudeste do Brasil sobre Amazônia. É provável, inclusive, a identificação de possíveis nuances similares dessa percepção na obra de Gondim (1994) em relação à visão dos europeus acerca do "paraíso perdido".

Pode-se afirmar, portanto, que este estudo oportuniza novas pesquisas e novos olhares acerca do debate que envolve Amazônia, sociedade e cultura, ao passo que se une e contribui à larga literatura que vem sendo consolidada nesta temática.

As oportunidades para novos estudos que esta discussão enseja?

Referências

ANDRADE, Francisca Marli R. Educação Ambiental na Amazônia: um estudo sobre as representações sociais dos pedagogos, nas escolas da rede pública municipal de Castanhal - Pará (Brasil). Tese de doutora-

do. Universidade de Santiago de Compostela (USC), 2014. Disponível em: <http://espaciostransnacionales.org/wp-content/uploads/2017/08/ET07_MARLI.pdf. > Acesso em 07.04.2021.

BASTOS; PINTO; Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Editora: EDUA. Manaus, Amazonas. 2007.

BECKER, Bertha. Inserção da Amazônia na Geopolítica da Água. In: ARAGON, Luís Eduardo; KLUSENER-GODT, Miguel (org.). Problemática do uso local e global da água na Amazônia. Belém: NAEA, 2003 clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

ELIAS, Norbert (1990) [1939], O Processo Civilizador: vol. 1 – Uma História dos Costumes, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

GEBARA, Ademir. Leituras de Elias e teorias do processo civilizador. Saral, Magda. Universidade Estadual de Maringá. Paraná, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas. Espaço, Cultura e política no Brasil. São Paulo, SP: Hucitec, 1988.

NEPSTAD, Daniel. MOUTINHO, Paulo. Sobrevoo sobre Áreas Florestais. Brasília: Banco Mundial, 1999.NIÑO, Carlos Guillermo. Criatividade do Homem comum: estética, educação, cotidiano / Carlos Guillermo Rojas Niño - Campinas, SP: [s.n], 1997. Disponível em: < http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253295> . Acesso em 15.04.2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

REIGOTA, Marcos. Meio Ambiente e representação social. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 2001 (2008). Cidadania e educação ambiental. Psicologia & Educação, 20 [Edição Especial], 61-68, Cidadania e educação ambiental. Psicologia & Educação, 20 [Edição Especial], 61-68 . Disponível em: < https://www.redalyc.org/html/3093/309326473009/>. Acesso em 15.04.2021.

RIBEIRO, Karla Tereza Silva. Água e Saúde Humana em Belém. Belém:

Cejup, 2004. (Coleção Megam).

SILVA, Marilene Corrêa da. O Paíz do Amazonas. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2004.

SOUZA, Márcio. A expressão amazonense - do colonialismo ao neocolonialismo. 3º edição - Manaus: Editora Valer, 2010.

SOUZA, Márcio. Vozes da Amazônia: investigação sobre o pensamento social brasileiro. Editora: EDUA. Manaus, Amazonas. 2007.

TRAGTENBERG, Maurício. Descaminhos da Educação, 1980. Editora brasiliense. Brasília – DF.

DESENVOLVIMENTO URBANO EM MANAUS DURANTE O PERÍODO DO CICLO DA BORRACHA À INDUSTRIALIZAÇÃO

Angélica de Matos Carvalho[1]
Evandro de Morais Ramos [2]

Introdução

A pesquisa sobre o desenvolvimento urbano em Manaus teve duas fases. A primeira o período do ciclo da borracha que corresponde ao período do desenvolvimento do Amazonas em que a extração e comercialização de látex para produção da borracha que foi a base da atividade da economia, em uma região com belíssimas construções de palacetes, Teatro Amazonas, hotéis luxuosos, Praças, construções no estilo e modelo de Paris, ficou conhecido como Belle Époque. A criação da Zona Franca de Manaus foi a segunda fase da economia, quando foram implantadas as indústrias nacionais e internacionais na cidade em 1957.

Ambos os fatos causaram o crescimento demográfico desordenado na cidade, devido a vinda de pessoas de vários lugares principalmente do campo que ocasionou o êxodo rural, a cidade se expandiu rapidamente, porém não estava preparada para o grande número de migrantes e imigrantes.

Com o crescimento urbano desordenado surgiram vários problemas sociais como desemprego, miséria, mendicância, saúde e educação precárias, violência, déficit habitacional, falta de infraestrutura adequada.

Na visão do autor Márcio de Souza (2010), A Zona Franca de Manaus também está ligada de forma estratégica à economia internacional através das indústrias multinacionais, implantadas para o desenvolvimento econômico do Amazonas.

Estes fatos históricos foram escritos pelos seguintes autores amazonenses: Edineia Mascarenhas Dias (2007), Mário Alexandre Morei Ferreira (2003), José Barata Leno (2010), Fadel David Antônio Filho (2010), Marcio Bentes (2010) dentre outros escritores.

---

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/ UFAM. Pesquisadora bolsista da CAPES, e-mail: angelfamiliaa@gmail.com
2 Professor, orientador, doutor em Tecnologias Educativas pela Universidade de Ilhas Baleares. Professor da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: evandromramos@hotmail.com

Neste trabalho será enfatizado o autor Márcio Gonçalves Bentes de Souza, o escritor nasceu em Manaus no estado do Amazonas em 1946, romancista, dramaturgo, ensaísta, contista e diretor de cinema. Sua obra intitulada A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo, (2010), descreve com riqueza cultural e histórica do Amazonas, desde o processo de colonização do Norte do país, a exploração do látex na passagem do século XIX para o XX, durante o chamado ciclo da borracha.

O objetivo principal deste artigo é apresentar um breve relato histórico do desenvolvimento urbano a partir das leituras dos autores da literatura amazonense, dando ênfase na obra intitulada A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo, de Márcio de Souza, (2010), um dos escritores crítico da literatura brasileira, relata: *Os amazônidas não conhecem sua história criticamente*. (SOUZA, 2010, p. 19).

Desenvolvimento urbano a partir do Ciclo da Borracha na cidade Manaus capital do Amazonas.

Segundo Souza (2010), os documentos sobre os acontecimentos e ou fatos políticos e cultural do Amazonas estão em mão de pessoas estrangeiras, (portugueses, espanhóis, ingleses e franceses), que se apossaram como proprietários destes documentos históricos, relata:

> O processo político e cultural desta terra que padece de uma completa ausência de investigação científica e está assolada pelo recenseamento ou pelo beletrismo. A história do Amazonas é a mais oficial, a mais deformada, encravada na mais retrógrada e superficial tradição oficializante da historiografia brasileira. Pouco estudada, verdadeiramente abandonada, com uma bibliografia parca e documentação rara e saqueada por inescrupulosos que se julgam proprietários do passado. (SOUZA, 2010, p. 19).

Como relatado por Souza (2010), muitos documentos que descreve a história do Amazonas, também está de posse dos franceses, como podemos verificar na pesquisa realizada por Filho (2010), que relata que entre os anos de 1735-1743, a Academia de Ciências na França toma conhecimento através dos relatos escritos pelo cientista francês Charles Marie de La Condamine, encarregado de medir o arco meridiano terrestre e esteve na América do Sul.

O cientista La Condamine passou por Equador, Peru e Amazônia brasileira, relatou para a Europa o uso da pegajosa e espessa seiva (látex da seringueira) com a qual os índios do rio Napo e do rio Amazonas, confeccionavam objetos utilizado na pesca e na caça.

Na região central da floresta amazônica, ocorreu o Ciclo da Borracha entre os anos de 1879 e 1960 e as duas cidades que ficaram famosas foram: Manaus conhecida como a Paris dos Trópicos e Belém que ficou conhecida como a Paris n'América e tornaram-se as capitais brasileiras mais desenvolvidas, com eletricidade, sistema de água encanada e esgotos, museus, teatros, cinemas, palacetes, bondes elétricos, entre outras estruturas construídos sob influência europeia.

A partir do início do século XIX, a exploração da borracha já era uma realidade: em 1803, na cidade de Paris, era fundada a primeira fábrica de produtos de borracha; em 1823, o inglês Thomas Hancock criou o elástico e, em 1839, Charles Goodyear desenvolveu o processo de vulcanização, tornando o látex um material viável para utilização industrial. A Região Norte, principalmente as cidades de Belém e Manaus que tiveram seu apogeu econômico neste período em que exportavam a borracha para o mercado nacional e internacional.

No entanto em 1877, mais de 70 mil sementes de seringueiras do Pará foram contrabandeadas para Inglaterra, num escandaloso caso de biopirataria. Em 1910, tem início a concorrência da *Hevea brasiliensis* plantada na Malásia, que utilizou aquelas sementes contrabandeadas décadas antes e produziu a custos muito inferiores aos da mata nativa no Brasil. Fato que causou a queda no preço do látex, tornando impossível a exploração comercial da borracha amazônica, com isso, a fabricação de borracha brasileira entra em crise, paralisando a economia nas regiões produtoras. (SOUZA, 2010).

O ciclo da borracha viveu seu auge entre 1879 e 1912, depois experimentou uma sobrevida durante a segunda guerra mundial nos anos 1939-1945, que ficou conhecido como segundo ciclo da borracha. Em 1941, o governo brasileiro fez um acordo com o governo norte americano para extração de látex na Amazônia, (SOUZA, 2010).

Nesse período de guerra os japoneses invadiram a Malásia em 1942, tomaram o controle dos seringais, os Estados Unidos por meio de seu Departamento de Guerra, repassou mais de 100 milhões de dólares ao Brasil em troca de artigos necessários à defesa nacional, dentre eles, a borracha.

Em 1943 instituiu o alistamento compulsório, especialmente de nordestinos que sofreram com a seca. Este evento ficou conhecido como a batalha da borracha, a qual mobilizou mais de 100 mil soldados da borracha. Após a Segunda Guerra foi produzido a borracha sintética

que destruiu toda e qualquer pretensão comercial da borracha amazônica, a qual definhou até 1960.

O Ciclo da Borracha trouxe ostentação, delírio e completa alienação, que ocorreu no período da economia gomífera na região amazônica, trouxe à cidade de Manaus desenvolvimento urbano e embelezamento no estilo europeu, que se tornou conhecido como Belle Époque, conforme Dias, *uma ilusão do Fausto,* (DIAS, 2007, p. 20), mas devido ao seu crescimento acelerado e expansão na cidade surgiram inúmeros problemas sociais e estruturais.

O desenvolvimento urbano da cidade Manaus, que ficou conhecido como Belle Époque Amazônica nos anos entre 1890 a 1920. Período áureo de extração e exportação de produtos, que iniciou através de um processo de construção providos pelo capitalismo.

O período gomífero trouxe o desenvolvimento econômico e urbano, mas que atendeu aos interesses da elite nacional e internacional, desta forma houve a instalação de energia elétrica, sistema de água encanada e esgotos, telefone, construções de museus, teatros, cinemas, palacetes, bondes elétricos, entre outros construídos sob influência europeia para o embelezamento da cidade a população menos favorecida economicamente foi deslocada para os limites extremos e distante do centro urbano. (SOUZA, 2010).

As habitações de cultura amazônica que foram construídos de modo rústico pelos ribeirinhos, como as casas construídas em madeira com cobertura de palha, taipa[3] e palafitas[4]foram destruídas para que pudesse ser realizado as construções de palacetes e hotéis luxuosos. Os igarapés que cortavam o Centro de Manaus, foram soterrados e iniciou a infraestrutura com construções de largas avenidas, esgotos e agua encanada.

O crescimento demográfico desordenado causou a expansão da área urbana, que antes era concentrada na área do Centro da cidade, e foi se expandindo para áreas mais distantes, uma ocupação não planejada, e como consequência o surgimento de construções de moradias inadequadas em áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, como: beiras de córregos, barrancos, terrenos sujeitos a enchentes, áreas

3 A taipa é um tipo de construção de paredes que utiliza barro amassado para preencher os espaços criados por uma espécie de gradeamento, de paus, varas, bambus, caules de arbustos etc.(Dias, 2007).

4 A palafita é um tipo de habitação construída sobre troncos ou pilares é comum em áreas alagadiças, pois deixa a casa em uma altura que a **água** não alcança.

mais frágeis próximos de igarapés em precariedade e vulnerabilidade social.

Segundo Leno (2010), devido a população em situação de precariedade e vulnerabilidade social e desempregados sem condições de pagar aluguel, iniciou a construção das casas flutuantes, o qual ficou conhecido como cidade flutuante, que era um aglomerado de casas subnormais, construídos em madeiras e cobertas de palha na frente da orla de Manaus.

As construções belíssimas que foram realizadas pelo governo em Manaus, mostraram que havia possibilidade de grande acumulação no mercado financeiro no período da borracha, foi a época de migração e expansão urbana. Uma expansão excludente, devido ao crescimento populacional na cidade, imigrantes e migrantes que vieram à procura de condições de sobrevivência, as quais exigiram trabalho e moradia para a melhoria de vida.

Esta fase gomífera entrou em declínio financeiro e de investimentos em vários setores e muitas pessoas perderam seus empregos, outras pessoas com maior poder político e financeiro deixaram Manaus e a cidade teve graves consequências políticas e sociais.

O declínio do Ciclo da Borracha e suas consequências para população manauara

Segundo Souza (2010), o monopólio do Ciclo da Borracha foi quebrado, devido ao contrabando das setenta mil sementes de seringueiras, para Inglaterra e posteriormente transferidas para a Malásia que tinha clima semelhante ao da Amazônia e teve sucesso na plantação de seringueiras na Ásia, de forma ordenada e custo financeiro mais baixo que o da borracha comercializada pela Amazônia.

O declínio do Ciclo da Borracha se iniciou em 1912, a Amazônia teve uma baixa pela procura de compra da borracha, a crise financeiramente abalou a elite que retornou aos seus locais de origem e a cidade Manaus ficou sem uma política internacional e empobrecida.

Manaus foi excluída do cenário político e do comércio internacional. A crise financeira deixou uma população desempregada, miserável e discriminada pela pouca elite que permaneceu na cidade e pelo estado.

A população em sua maioria era trabalhadores dos seringais que ficou desempregada e sem renda, então se fixou na periferia de Ma-

naus e tentou melhores condições de vida, porém sem finanças para o aluguel de um imóvel, construiu casa de madeira, coberta de palha nas margens do rio Negro, na orla de Manaus que ficou conhecida como a cidade flutuante, que se consolidou até a década de 1960. (LENO, 2010).

As Moradias eram sem infraestrutura, sem energia e sem água encanada, em precária condição, mas a população na miséria, não podendo comprar ou morar de aluguel nas demais regiões das cidades, acabou invadindo outros espaços e construiu casas improvisadas, muitas vezes nem concluídas, construídas em locais de riscos, como barrancos muito altos e encostas, nas margens dos igarapés que durante as chuvas poderiam sofrer com deslizamentos de terras e provocar mortes.

Zona Franca de Manaus a esperança de um novo desenvolvimento econômico

A Zona Franca de Manaus teve sua concepção através do decreto-lei número 3.173 de 6 de junho de 1957, que instituiu o Porto Livre de Manaus, e dez anos depois houve de fato sua criação pelo decreto-lei 288 de 28 de fevereiro de 1967, substituindo a lei anterior, seu objetivo era impulsionar o desenvolvimento econômico da Amazônia, desenvolvida para a produção articulada com a economia mundial. (FERREIRA, 2003).

Segundo Souza (2010), a Zona Franca de Manaus foi a solução dos problemas principalmente o econômico, o comércio iniciou suas atividades com produtos produzidos pelas fábricas em Manaus.

Após a implantação da Zona Franca de Manaus, houve crescimento econômico e prosperidades, surgiram novas lojas, grandes supermercados, novos bancos comerciais e de investimento, universidades e muitas fábricas industriais nacionais e multinacionais. (SOUZA 2010).

A infraestrutura urbana permaneceu a mesma desde o período gomífero, a cidade tinha os mesmos serviços que foram implantados em 1910 que atenderam os desejos apenas da elite, houve aumento nos números de veículos, construções avenidas largas, novas estradas que facilitavam a saídas dos seus produtos industriais.

Manaus teve uma segunda onda de migração de pessoas vindo da área rural e de outros lugares, entre eles comerciantes e empresários nacionais e internacionais ocasionando um inchaço populacional, sem infraestrutura adequada.

As pessoas atraídas para a cidade em expansão provocaram os problemas sociais pois, as indústrias não absorveram toda a mão de

obra, surgiram trabalhadores excedentes, as pessoas em busca de trabalho e que não conseguiram ficaram desolados e buscaram novas alternativas de renda através do trabalho informal.

A população em situação de vulnerabilidade social e desigual, sofreram as consequências com os problemas urbanos como falta de água e esgoto, poluição hídrica, poluição atmosférica, resíduos sólidos, industriais, marginalidade, mendicância, desemprego, sem condições financeiras para comprar um imóvel para alojar sua família, construiu moradia inadequadas e em precárias em áreas de ocupações irregulares e o crescimento urbano desordenado, sem infraestrutura, aumentou os limites urbanos da cidade.

As várias habitações de aglomerados subnormais que iniciou as ocupações irregulares em péssimas condições de habitabilidade para as famílias que necessitaram de um abrigo foram construídos de madeira e lona, insalubre para o ser humano, mas que nestas condições o homem busca sobrevivência, devido à falta de políticas públicas.

Segundo Souza (2010), os bairros do São Raimundo, Raiz, Compensa, Coroado e Cidade de Palha, com casas construídas pela população de baixa ou sem renda, foram no início imundas favelas e guetos dos retirantes do interior. Os bairros surgiram de ocupações irregulares (invasão) com construção de imóveis inadequados para moradias, sem infraestrutura que posteriormente o governo urbanizou com infraestrutura nestes bairros.

O problema social necessitou e necessita da intervenção decisiva do Estado. O papel regulador do Estado é estratégico por favorecer a emergência do compromisso entre interesses múltiplos da sociedade (LENO 2010), e se inicia no ano de 1967 com a construções de conjuntos habitacionais, nos bairros Raiz, Japiim e flores para a população de baixa renda, que foi iniciando pela retirada da cidade flutuante, removendo compulsoriamente os habitantes desobstruindo a paisagem da região Central de Manaus, que desenvolveu naquele momento a instituição de uma política nacional de habitação para Manaus.

Considerações finais

A Amazônia viveu um período de efervescência econômica gomífera que teve sua glória surrupiada pelo contrabando de sementes e enorme plantações de seringueira, o comércio da borracha tornou o preço atraente na Malásia, ocasionou a decadência da borracha amazô-

nica em que houve esvaziamento pela elite abastada financeiramente e a cidade ficou abandonada política e financeiramente.

O Ciclo da Borracha e a Zona Franca de Manaus foram os impulsionadores do desenvolvimento econômico e urbano em que apresentaram e ainda continua em nossa sociedade manauense, com a Zona Franca de Manaus, o contraste de riqueza de um lado e de outro a miséria da população nativa ou recém-chegada de outras localidades do mundo.

É inquestionável a eficiência e a importância da Zona Franca de Manaus no desenvolvimento da região, após a implantação, as indústrias instaladas na Zona Franca de Mana, em sua grande maioria utilizam tecnologia avançada e apresentam um elevado grau de integração nacional e internacional. Movidas pelo processo de globalização, essas indústrias têm-se desenvolvido e modernizado, contribuindo para a integração da economia do Amazonas à economia mundial.

As Políticas Públicas são respostas governamentais para solucionar os problemas e atender as demandas existentes nas sociedades. Através de planos, programas e as ações governamentais que, articulando recursos dos governos e da sociedade civil organizada, destinam-se a intervir na realidade de Manaus.

Observando Manaus mais detalhadamente, depara-se, de imediato, com as diferenças e os contrastes sociais existentes: bairros e residências nobres e conjuntos habitacionais luxuosos rodeados de favelas e palafitas. Diante desse quadro caótico, fica claro o contraste entre a riqueza e a pobreza existente na cidade.

Os aspectos históricos da Amazônia lembra uma relação intrínseca existente entre o desenvolvimento econômico e urbano, sempre provocaram impactos positivos e negativos, e que as mudanças nos padrões produtivos e nas dinâmicas populacionais alteraram a natureza e, consequentemente, as condições socioambientais com as aglomerações urbanas na cidade de Manaus.

Referências

DIAS, Edineia Mascarenhas. A ilusão do Fausto- Manaus (1890-1920). Manaus, 2007.

FERREIRA, Mário Alexandre Morei. O desenvolvimento do capitalismo em Manaus. Manaus-AM: UFAM, 2003.

FILHO, Fadel David Antônio. Riqueza e miséria do ciclo da borracha na Amazônia brasileira:um olhar geográfico por intermédio de Euclides da Cunha, São Paulo, 2010.

LENO, José Barata, A cidade flutuante, Manaus sobre as águas, 1820-1967. Dissertação de doutorado em histórias sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC. 2010.

SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. 3 a ed. Manaus: Valer, 2010.

O LAZER QUE NÃO TEMOS: REPENSANDO O LAZER A PARTIR DA REALIDADE DOS BAIRROS PERIFÉRICOS DE MANAUS

Daniele de Souza Colares Tavares[1]
Alexandre Oliveira[2]

.

Introdução

Conceituar lazer tem sido, ao longo desses anos, um desafio para inúmeros autores com abordagens distintas.

Na literatura podemos encontrar uma multiplicidade e variedade de definições relativas ao conceito de lazer, realçando aspectos diferentes que tornam difícil a obtenção de uma definição que abrange todos os aspectos importantes e definidores do lazer. Há complexidade também em sua etimologia, representando sentidos diferentes na sua raiz latina, a palavra lazer em latim significa *licere,* ou seja, "ser lícito", "ser permitido", corresponde ao tempo de folga, de ócio, de descanso ou entretenimento de uma pessoa. A popularização do termo lazer, é vivenciado hoje, de modo que todas as pessoas são capazes de falar dele, de defini-lo ou de consumi-lo de alguma forma, o que afasta o mesmo de sua concepção enquanto fato social relevante na vida humana, reduzindo-o na maioria das vezes a mero produto de consumo.

A partir dos anos 50 o lazer passa a ocupar espaço de grande relevância no meio acadêmico para tornar-se um amplo campo de estudos, pesquisas e aplicação. Seu caráter interdisciplinar, torna-se o destaque que busca facilitar a compreensão do lazer, exposto pelos mais diversos enfoques profissionais. A sociologia, antropologia e psicologia são algumas das áreas do conhecimento que têm contribuído de forma expressiva para melhor interpretação e compreensão desse fenômeno, na realidade, o lazer revela-se como um fenômeno psico-social complexo na medida em que se traduz por uma grande variedade de significados, atividades ou consequências para os participantes, tornando-se

1 Cursando mestrado de Sociedade e Cultura da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.
2 Doutor em Design pela PUC-Rio. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no Instituto Federal de Sergipe – IFS e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Rondônia. Email: olialx@gmail.com

difícil a possibilidade de uma definição única. No lazer uma mesma atividade pode ter vários significados ou objetivos para os seus participantes, ou ainda diferentes atividades podem reunir o mesmo significado para diversas pessoas, enquanto necessidade humana fundamental, o lazer pode ser satisfeito de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos indivíduos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural.

Num primeiro momento, será apresentado o conceito de lazer, identificando quais são os conteúdos pertinentes a ele. Outro ponto de vista abordado no presente artigo são as discussões sobre as noções de trabalho, lazer, tempo livre e cansaço adquirido através da sobrecarga de multitarefas, que incapacita uma atenção profunda e contemplativa.

As discussões são finalizadas ressaltando a falta de espaços públicos para a prática de atividades de lazer nos bairros de baixa renda em Manaus, o lazer é propagado por muitos, mas, poucos têm acesso a ele.

PENSANDO O LAZER

O lazer, como atividade, espaço ou como contexto, providencia oportunidades para testar e construir a auto competência de uma forma que geralmente não é possível em outros contextos do dia a dia, geralmente imbuídos de formalidades e expectativas sociais ou mesmo de critérios avaliativos.

É assim que os contextos de lazer, podem tornar-se contextos privilegiados de exploração e, consequentemente, de aprendizagem e desenvolvimento. Atualmente, um dos temas mais discutidos é o lazer. E na sociedade atual, dentre outras características, cumpre um papel educativo, em virtude de suas possibilidades pedagógicas, proporcionando ao indivíduo socialização, desenvolvimento cultural, intelectual e físico, além de incentivar a criatividade.

É conveniente, portanto, descrever alguns conceitos de lazer encontrados na literatura, definido por autores que se propuseram ao estudo do mesmo.

Marcellino (1998, p. 39) define lazer como "... a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível. É fundamental como traço definidor, o caráter desinteressado dessa vivência".

O lazer também pode ser entendido como "um tempo utilizado na realização de atividades escolhidas livremente" (PADILHA,

2002, p.125); ou como atividade sem obrigatoriedade com objetivo de alcançar prazer pessoal e realizada durante o tempo livre (GUTIERREZ, 2001, p.7). Assim sendo, para que haja lazer é necessário não só estar livre das obrigações do trabalho cotidiano, mas de outras obrigações tais como: familiares, sociais e religiosas.

Essa função de compensação atribuída ao lazer normalmente é justificada pelo fato de que no tempo disponível, livre das obrigações, o ser humano pode descobrir-se enquanto pessoa, otimizando seus potenciais frente às características da sociedade.

Ao abordar os conteúdos do lazer, faz-se necessário destacar os três eixos básicos do lazer, que de acordo com Marcellino (2006, p.27), "são: o tempo de não trabalho, o espaço de sua vivência e a atitude do indivíduo". Esses eixos são os pilares do lazer e isso demonstra que o lazer está ligado a várias áreas de atuação do homem, ou seja, o lazer tem uma função importante na vida do ser humano.

Vale ressaltar ainda, algumas variáveis que caracterizam o lazer como o estado de ser da pessoa, aspectos lúdicos, estilos de vida, economia e entretenimento, ecologia e preservação, arte e educação.

Segundo Marcellino (2006, p.35) o "lazer pode ser classificado de acordo com seus conteúdos culturais que podem ser artísticos, intelectuais, manuais, físico-esportivos, turísticos e sociais".

> Os conteúdos artísticos do lazer são aqueles que buscam, emoções, sentimentos e imagens que manifestam a arte. Quanto aos intelectuais tem como objetivo o contato com o conhecimento do real, as informações racionais e objetivas. Os conteúdos manuais são aqueles que buscam a manipulação de objetos e materiais, como o artesanato ou obras de artes plásticas. As práticas de exercícios e dos esportes, em que prevalece o movimento humano, estão relacionadas aos conteúdos físico-esportivos. Já os conteúdos turísticos tem como principal objetivo a busca de novas paisagens, de novas pessoas, novas culturas e costumes chamados assim de "quebra de rotina". Por fim, no lazer que tenha os conteúdos sociais, se procura o contato, o relacionamento e a interação com outras pessoas (MARCELLINO, 2006, p. 17)

No lazer, pode se considerar então, não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social. Vale ressaltar, que o entendimento do lazer não pode ser realizado "em si mesmo", mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada, tornando necessária a compreensão do lazer

para além de simples entretenimento, pois o lazer também está inserido em uma conjuntura política e cultural da sociedade.

Entender e analisar a caracterização e conceituação do lazer demonstra porque é tão fundamental esta atividade na vida do homem. Se o indivíduo quiser melhorar seu desempenho no trabalho, suas obrigações com a família ou quer obter bons resultados em qualquer área da sua vida, inclusive na saúde, é necessário dedicar mais tempo ao lazer, o que nos remete a outras questões: Quanto tempo o homem disponibiliza para o lazer em sua vida diária? Será que há um equilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo para o lazer? Para responder questões como essas, alguns fatores precisam ser analisados de acordo com a realidade e o contexto que o mesmo está inserido.

Conforme Dumazedier (1979, p. 34), o lazer:

> "é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais".

Esse conjunto de ocupações que compõem o momento de lazer podem tanto ser feitos em casa, em locais ao ar livre ou em estabelecimentos fechados como um cinema, por exemplo, é necessário que o local proporcione relaxamento e conforto.

As atividades de lazer são constantemente introduzidas, inclusive, no espaço hospitalar para pacientes em tratamentos, especialmente crianças, é uma forma de distrair e amenizar o sofrimento delas, a fim de contribuir com a sua recuperação pois elas estimulam o engajamento do paciente quanto ao tratamento e atividades em geral.

Trabalho, Lazer, Tempo Livre e Cansaço

A redução da jornada de trabalho sempre foi o item de maior destaque na luta dos trabalhadores. No Brasil uma das maiores reivindicações por parte dos grevistas, era a redução da jornada de trabalho que durava 11 horas, para essa conquista tiveram muitas greves, manifestações e com isso algumas categorias de trabalhadores conseguiram reduzir para até 9 horas ao dia. Com o passar dos anos foram conseguindo uma série de avanços que garantiram aos trabalhadores o direito ao lazer, a legalização da jornada de trabalho de 8 horas ao dia e medidas que regulamentam as leis e compõem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que vigora até os dias atuais.

O trabalho, de acordo com a tradição, classifica-se a um nível superior, como um dever moral e um fim em si mesmo; o lazer classifica-se a um nível inferior, como uma forma de preguiça e indulgência, ambos os conceitos foram distorcidos por uma herança de juízos de valor, dessa maneira fica fácil reconhecer que até mesmo nas discussões sociológicas os conceitos de trabalho e de lazer são, com frequência, usados de forma vaga.

A instituição do tempo livre surge logo após a revolução industrial, graças aos movimentos sociais que conquistaram a aprovação das leis trabalhistas, à regulamentação das horas de trabalho e o direito às férias. Até então as classes trabalhadoras não possuíam o direito ao lazer, sendo este usufruto apenas das classes nobres.

Embora, as sociedades tenham conhecido um "tempo livre", nem sempre esse tempo foi encarado da mesma forma ou correspondeu ao que entendemos hoje por lazer, principalmente nas sociedades industrializadas. Gradualmente o tempo livre e o lazer adquiriram um papel crescente na caracterização dos estilos de vida. Cada vez mais as alternativas ao tempo de trabalho são consideradas salientando-se o lazer, mais do que o tempo livre, como fator essencial para a promoção de uma vida mais saudável.

Com o decorrer da transformação ocorrida na estrutura social, as expressões "tempo livre" e "tempo de lazer" tem sido utilizada na maioria das vezes até como sinônimos. No nosso vocabulário a expressão "tempo livre" tem sido usada com o mesmo significado da expressão "lazer" embora, do ponto de vista conceitual tais expressões traduzem significados diferentes e essa diferença precisa ser analisada.

A necessidade de desvincular, do ponto de vista conceitual, as noções de tempo livre e lazer, é tanto mais evidente quando está em causa o que o lazer significa na vida das pessoas. O lazer já não corresponde a um tempo que sobra do tempo dedicado ao trabalho, mas trata-se de um tempo que pelas suas características pode proporcionar ao indivíduo experiencias de bem-estar.

Vale destacar que o excesso de trabalho, a falta de um tempo livre para relaxar e a falta da prática de uma atividade de lazer levam as pessoas a um cansaço extremo. Uma pesquisa realizada pelo Ibope em 2013 demonstrou que 98% dos brasileiros se sentem cansados mental e fisicamente, mostrou que os jovens de 20 a 29 anos representam a maior parte dos exaustos.

A pratica do lazer, pode ser também uma forma de encontrar a "cura" ou o "alivio" para uma sociedade cansada, doente e sobrecarregada de múltiplas tarefas. As doenças da atualidade são de natureza neuronal, tais como a depressão, ansiedade, síndrome de Burnout (SB), transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (Tdah) entre outras. Essas doenças, não são frutos de uma negatividade, mas sim causadas pelo excesso de positividade, acarretando a exaustão, esgotamento, ou seja, manifestações de uma violência neuronal. Para Han (2015, p.53) "O cansaço de esgotamento não é um cansaço da potência positiva. Ele nos incapacita de fazer qualquer coisa".

A maior preocupação das pessoas é executar o máximo de atividades possíveis para sentir a realização pessoal e profissional, o que dificulta voltar sua total atenção para um único momento seja ele de lazer ou não, demonstrando mais dedicação, desempenho e principalmente criatividade naquilo que se propõe a fazer.

A multitarefa, ao contrário do que poderia parecer, não é uma evolução da natureza e da sociedade humana, mas se trata de um retrocesso. Trabalhar muito deveria ser sinônimo de "ter condições financeira para o lazer", mas existem outros fatores acerca dessa situação.

A falta de um momento de lazer, de descanso e a oportunidade para o existir contemplativo é exatamente o que carece a humanidade. Essa atenção profunda, é indispensável não só para a saúde mental, mas principalmente para os desempenhos culturais da humanidade, dos quais faz parte também a filosofia.

Ao contrário dessa atenção profunda, o que se tem hoje é uma excessiva atenção, dispersa, carregada por uma rápida mudança de foco entre diversas atividades e fontes de informações, as pessoas não reconhecem que tirar um tempo para não fazer nada, pode ser também um momento de lazer, dispor do tédio profundo não deixa de ser importante para um processo criativo. O tédio profundo estaria para o descanso espiritual assim como o sono está para o descanso físico, ambos importantes para todas as sociedades. A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna. Trata-se antes de um retrocesso. Conforme Han (2015, p. 18):

> A multitarefa não é uma capacidade para a qual só seria capaz o homem na sociedade trabalhista e de informação pós-moderna.

> Trata-se antes de um retrocesso. A multitarefa está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem. Trata-se de uma técnica de atenção, indispensável para sobreviver na vida selvagem.

Sendo assim, com essa correria, o indivíduo é comparado a um animal que quando está se alimentando precisa se ocupar ao mesmo tempo com outras atividades, inclusive se preocupar em não ser devorado enquanto come, ou seja, cada vez mais a vida humana se aproxima da vida selvagem.

Essa sobrecarga de trabalho é a responsável pela fragmentação e destruição da atenção o que acarreta uma geração cansada.

Han (2015) afirma que "a sociedade do cansaço, enquanto uma sociedade ativa, desdobra-se lentamente numa sociedade do doping" que possibilita de certo modo um desempenho sem desempenho", transformando o indivíduo "em máquinas de desempenho, que podem funcionar livres de perturbação e maximizar seus desempenhos", gerando "um cansaço e esgotamento excessivo" e levando a um enfarto da alma." Trata-se, portanto, de um cansaço solitário, que acaba individualizando e isolando as pessoas.

Esse excesso de positividade diz que somos capazes de fazer tudo e se trabalharmos bem e sempre, iremos conquistar nossos objetivos. A vida nessa sociedade de desempenho é medida de acordo com o que somos capazes de produzir e quanto mais nos desempenhamos, mais valor teremos. Essa é uma maneira de se cobrar além do necessário para produzir muito, só que ao invés do gestor de uma empresa, por exemplo, nos cobrar e impor essa condição, somos nós mesmos, a nível pessoal, que nos cobramos conforme afirma Han (2015) "… somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor".

Essa cobrança constante pelo alto desempenho separa o indivíduo de uma vida saudável, com tempo para o tédio, para o ócio, pois faz com o mesmo trabalhe constantemente, sem folga e sem um tempinho para o lazer.

Com base no que foi descrito acima sobre trabalho, lazer, tempo livre e cansaço, revela-se a necessidade de tentar responder uma questão para a reflexão da relevância do lazer na sociedade manauara e que é foco desse estudo: O lazer está ao alcance dos moradores de todas as classes na cidade de Manaus?

Para tentar responder essa questão é preciso analisar em que contexto esses moradores estão inseridos e buscar conhecer a realidade desses bairros.

O lazer nos bairros de baixa renda em Manaus

Manaus é uma cidade grande e diversificada, segundo o censo de 2019 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE sua população é de 2.219, 580 habitantes, número este que deve ter diminuído devido à alta taxa de mortalidade durante a pandemia que teve início em 2020.

Lazer é algo muito cobiçado pelos moradores dos bairros urbanizados de Manaus, mas iremos retratar dois dos mais populosos segundo estimativas do IBGE, especificamente o São Jose e a Compensa.

São José Operário é um bairro situado na zona leste do município de Manaus, é o sexto bairro mais populoso com 80.150 habitantes. Conta com escolas, feiras, bancos, supermercados e estabelecimentos comerciais, entretanto é considerado um bairro de classe baixa devido a renda mensal de seus moradores.

A Compensa está localizada na zona oeste da cidade e é o quarto bairro mais populoso com 85.832 habitantes. Alguns conjuntos como Ipase, Rio Xingu e condomínios integram o bairro, por isso é considerado classe média baixa.

Trata-se de bairros marcados pela fama da violência, pelo alto índice de criminalidade e pela escassez de projetos e áreas que propiciem o lazer a população. Por isso é necessário reavaliar o lazer de forma a contribuir para a formação, oferecendo meios de desenvolver sua capacidade de se socializar, obter uma vida saudável e acima de tudo de se sentir cidadãos. Alguns moradores tem a criatividade de formar times, organizam campeonatos e torneios de futebol, porém tais iniciativas encontram dificuldades, inclusive de continuidade, nem sempre conseguem patrocínio dos comerciantes do bairro o que inviabiliza a compra de equipamentos como bolas, chuteiras e uniformes, além da falta do local adequado para realizar a competição, o que leva os jogadores a se deslocar para os bairros vizinhos.

Outra situação muito comum, são crianças e adolescentes que jogam bola nas ruas, onde as garrafas pets se tornam traves e a alegria toma conta, a brincadeira às vezes precisa ser interrompida por conta do fluxo de veículos que transitam no local, mas isso não é empecilho para acabar com a diversão dos pequenos, apesar dos riscos que correm. O vôlei e a queimada também fazem parte do dia a dia dos jovens, só que em menor proporção.

Das poucas atividades de lazer, o futebol é certamente a preferida e escolhida pelos moradores desses bairros segundo pesquisa realizada em 2017 pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer-SEMJEL, porém essa prática se limita a alguns, pois são áreas desprovidas de infraestrutura e equipamentos urbanos de lazer.

Algumas escolas estaduais e municipais possuem quadras esportivas, a única alternativa para as crianças, adolescentes e jovens que ainda frequentam as aulas. Existem também alguns clubes, academias e shoppings como opções disponíveis para o lazer daqueles que podem pagar.

Isso não significa que as camadas populares não tenham alternativas de organização no âmbito do lazer, a criatividade das pessoas em inventarem artifícios como jogos organizados e campeonatos demonstram que existem tais iniciativas e há muitos indivíduos preocupados e envolvidos com projetos dessa natureza. Contudo, em função do quadro social, tais iniciativas encontram muitas dificuldades.

A urbanização nas grandes cidades como Manaus fez surgir o fenômeno do lazer, que está disponível de várias formas para diversos tipos de indivíduos ou grupos sociais, todavia, o lazer é explorado de modo a gerar lucros sem a preocupação com o desenvolvimento do ser humano na busca de valores importantes para sua própria sobrevivência. Embora a jornada de trabalho tenha sido reduzida, os trabalhadores não usam esse tempo de folga para lazer, pelo contrário, muitos buscam fazer bicos para complementar a renda da família e geralmente essa renda é usada para a compra dos itens básicos necessários para o seu sustento, quase nunca é usada para o lazer. Bairros de baixa renda como o São José e a Compensa não são vistos como público merecedor de lazer, não há investimentos por parte do governo em projetos, políticas públicas, serviços e equipamentos que promovam qualquer diversão para essas comunidades.

A crise econômica crescente antes e durante a pandemia, a hierarquização das necessidades humanas e a falta de espaços públicos provocam impactos nos momentos de lazer da população desses bairros.

Em bairros considerados nobre ou classe média a realidade é bem diferente e o acesso ao lazer acontece com mais facilidade, o bairro Parque 10 de novembro, por exemplo, localizado na zona centro-sul da cidade conta com vasta área arborizada, possui também o Parque

Municipal do Mindu onde são desenvolvidas atividades científicas, educativas, culturais e turísticas, contém zoológico e restaurante com grande satisfação gastronômica dos frequentadores. O Centro Social Urbano-CSU oferece aos moradores uma extensa área verde, duas piscinas, duas quadras polivalentes e dois campos de futebol. A comunidade possui ainda uma creche em tempo integral que atende crianças com idade de 3 a 5 anos, tudo isso sem os moradores precisar pagar nada. O bairro está atendido por agências bancárias, restaurantes, casa de shows, delegacia especializada e uma fascinante vida cultural e noturna na famosa praça do caranguejo. Toda infraestrutura proporcionada pelo poder público fortalece seu aspecto atual de importante área residencial e o quarto bairro em renda per capita de Manaus.

Nesse cenário de grande diferenciação social, as possibilidades de diversão e relaxamento estão entre as primeiras perdas para grande parte da população periférica, se analisar a distribuição geográfica das oportunidades de acesso ao lazer em Manaus, trata-se de uma cidade que tem a vantagem de possuir teatros, shoppings, bibliotecas, parques, praças, cinemas e clubes, todavia, esses estabelecimentos estão localizados exatamente, em sua grande maioria, nas zonas que agregam a população de maior poder aquisitivo, ficando os mais pobres, desfavorecidos em áreas mais afastadas.

O interesse da máquina pública sempre esteve mais voltado para os projetos ligados a indústria cultural do lazer, acarretando um capital gerado por classes economicamente atraentes, o que não aconteceria se fosse oferecido o lazer de forma gratuita aos moradores.

A falta de opção de lazer nos bairros periféricos de Manaus favorece significativamente o crescimento da violência, muitos jovens empregam sua energia e suas ideias para o mundo da criminalidade, os atos de vandalismo são quase sempre desenvolvidos entre os adolescentes e jovens que vivem em bairros de baixa renda. A compensa é até hoje famosa pela presença de facções que dominam o tráfico de drogas.

O incentivo ao esporte, promovendo torneios e competições é uma excelente estratégia contra a violência, as atividades ocupam o jovem em seu tempo livre ao mesmo tempo em que lhe proporciona lazer e acredita-se que o indivíduo com mente ocupada não irá dispor de tempo para o crime. O poder público, através da criação de políticas públicas e dos dispositivos legais deveriam criar e desenvolver mais programas e ações de lazer gratuitos voltadas para todas as classes sociais,

especialmente nesses bairros. Criar espaços de lazer na cidade como fator de desenvolvimento social é "pensar na auto-organização da sociedade, proporcionando vida comunitária e qualidade de vida, com a presença do poder público mais próximo da comunidade, entendida, por sua vez, como elemento participante no processo e corresponsável por ele" (SAWITZKI, 2011, p. 13).

Nos bairros de baixa renda, muitos reclamam da falta de praças esportivas, de quadras, campos etc. Se querem buscar uma atividade de lazer fora de casa, são obrigados a se deslocar para outros bairros, vale ressaltar, que as praças, parques e as áreas públicas de lazer estão nos bairros mais nobres da cidade. Os poucos espaços destinados ao lazer nesses locais se encontram em péssimo estado de conservação por conta da falta de manutenção dada pelos órgãos competentes. Muitos pais preocupados com os riscos, não permitem que seus filhos brinquem na rua, e esses, sem escolha, são obrigados a brincar dentro de casa com seus carrinhos ou bonecas quando possuem.

São José e Compensa, apesar da ausência de alguns serviços de infraestrutura necessários, podem contar com alguns projetos sociais implantados e desenvolvidos por voluntários que buscam contribuir para a diminuição da violência dentro do bairro. Os profissionais promovem cursos gratuitos como informática, corte costura, manicure e pedicure, dança, teatro e também há os cursos que de algum modo servem como uma forma de lazer para os participantes.

São iniciativas como essas que promove além de lazer, entretenimento, gera emprego e ocupa as crianças, jovens e adolescentes, já que os mesmos não dispõem de governantes que desempenhem esse papel.

Na região norte, mais precisamente em Manaus, o lazer é explorado de modo a gerar lucros e diversão, sem a atenção necessária para o desenvolvimento da população. Esta situação é provocada pela comercialização do lazer, porém essa comercialização não considera as comunidades de baixa renda como um público que de alguma forma possa usufruir de um momento de lazer, infelizmente não há muitas opções de qualquer diversão gratuita para essas pessoas, não há um lugar para passeios que relaxem a mente e o corpo sem que precisem tirar do pouco que tem.

Considerações Finais

O lazer é definido como o processo amplo de criação de laços sociais e interdependência, diferente por exemplo do mundo das obrigações sociais como escola, trabalho, família e religião onde ocorre controle e repressão. No lazer as formas de relação não são sistematizadas ou definidas de antemão como no trabalho, não há normas previamente estabelecidas e é encarado pelos autores como a busca de um descontrole sob medida. O lazer pode ser, ainda, "uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo" (ELIAS e DUNNING, 1992, p 107).

Lazer é um direito de todo cidadão, porém esse direito parece ser negado ou limitado constantemente nos bairros de baixa renda de Manaus, os moradores tentam de alguma forma ter um momento de lazer, mas se veem diante do descaso total dos órgãos competentes que não criam políticas que promovam o lazer gratuito, parecem fingir a não existência dessas comunidades. Dentre os muitos benefícios que oferece para a saúde física e mental, o lazer é um veículo de grande força no caminho contra a violência e na formação social dos indivíduos.

Ao longo desse artigo, vimos também que a sociedade atual vive mergulhada no mundo de trabalho, com múltiplas tarefas, excesso de positividade, estímulos, informações e como consequência disso tem-se a destruição da atenção e uma sociedade de desempenho extremamente cansada sem tempo para parar e contemplar a vida, sem tempo para o tédio profundo.

Num cenário como esse, seria possível trabalhar se divertindo? Já que o ser humano precisa tirar um tempinho para o lazer ou simplesmente para não fazer nada. Destacou-se ainda que a redução da jornada de trabalho não possibilitou a prática de atividades de lazer, pois muitos procuram preencher esse tempo com trabalhos extras. E ainda há aqueles que mesmo com tempo livre não tem acesso ao lazer pela falta dele em bairros periféricos ou pela dificuldade financeira.

Referências

MARCELLINO, N.C. "Lazer: Concepções e Significados". IN: REVISTA LICERE, Belo Horizonte, v.1, n.1, 1998.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudo do lazer: uma introdução. Campinas: Ed. Autores Associados, 2006.

PADILHA, V. "A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica nas sociedades capitalistas globalizadas". In: MULLER, A. e DACOSTA, L. P. Lazer e desenvolvimento regional: um entrejogo possível. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

GUTIERREZ, G. L. Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas – SP: Autores Associados, 2001.

DUMAZEDIER, J. Lazer e Cultura Popular. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

ELIAS, Norbert; DUNNING Eric. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

SAWITZKI, R. L. Políticas Públicas para Esporte e Lazer: Para além do Calendário de Eventos Esportivos - Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço / Byung- Chul Han: tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: Um debate necessário. Rev. Ciência e Saúde Coletiva. V. 5, N.1. Rio de Janeiro, 2000.

NAHAS, Markus Vinicius. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida: Conceitos e sugestões para um estilo de vida ativam. 2º ed. Londrina-PR. Ed. Midiograf. 2001.

MEDEIROS, E. B. Lazer: necessidade ou novidade? Rio de Janeiro: SESC, 1975.

O PRINCÍPIO FEMININO NOS MITOS E LENDAS E AS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS NOS BUMBÁS DE PARINTINS

Raimunod Dejard Vieira[1]
Alexandre de Oliveira[2]

É o ano de 1964, um grupo de amigos se reúne na cidade de Parintins para arrecadar fundos para a construção da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade. Apesar dos bois Garantido e Caprichoso já alimentarem alguma rivalidade entre si, eles só participaram das festividades no ano seguinte. É interessante observar que no período em que inicia oficialmente o Festival Folclórico de Parintins, na década de 60, coincide com o início da inserção da mulher em vários setores nos bumbás. Cabe salientar que, é justamente nesse período que o movimento feminista nos países do norte Ocidental passam a denunciar a violência de gênero, desencadeando uma série de lutas em defesa da igualdade de direitos e de condições das mulheres na sociedade.

Desde a fundação dos bumbás Caprichoso e Garantido, no início do século XX em Parintins, havia uma proibição no que concerne à participação da mulher nessa festividade. A partir de 1965, pela primeira vez o Azul (Caprichoso) e o Vermelho (Garantido) se enfrentam em uma arena, não mais para se agredirem fisicamente, mas para disputar a melhor apresentação. Neste processo, a mulher começa, paulatinamente, a ocupar espaços importantes dentro da apresentação e organização dos bumbás, o que nos leva a afirmar que o feminino é parte constituinte desta festividade. Neste sentido, a mulher é apresentada e representada na festa sob diversas lógicas que transitam entre o imaginário mítico e artístico.

A maioria desses espaços estão ligados ao desenvolvimento, crescimento e evolução da festa e dos bumbás, tais como: direção artística, pesquisa, conselho e comissão de arte, presidente e vice-presidente,

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM.
2 Doutor em Design pela PUC-Rio. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no Instituto Federal de Sergipe – IFS e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Rondônia. Email: olialx@gmail.com

diretorias, costureiras, bordadeiras, atrizes das mais variadas encenações, dançarinas, batuqueiras ou marujeiras, idosas, cantoras, e os quatro itens femininos de maior destaque na encenação: a Sinhazinha da Fazenda, a Rainha do Folclore, a Porta Estandarte e a Cunhã-Poranga.

Esses quatro itens femininos aparecem no espetáculo com fantasias glamorosas. Suas aparições sempre vêm do alto simbolizando a ascensão. Há uma intensa valorização positiva das características femininas. Neste contexto, trabalhamos com a hipótese de que essa grandiosidade que envolve a apresentação dos itens femininos configura-se a partir do inconsciente coletivo como uma forma de reconquista da potência negada ao feminino no passado e no presente.

É importante mencionar que, há um conjunto de significados a serem analisados e interpretados nas alegorias, danças, letras de toadas, encenações, indumentárias, gestos combinados com músicas e a participação emocional do público. Todos esses elementos, acabam criando novas mensagens e novos contextos culturais. A partir deste conjunto de códigos e valores acionados pela festividade, os mitos e lendas migram para o universo cultural dos artistas parintinenses e dialogam, trocam, hibridizam com outros movimentos artísticos, resultando em um conjunto de sentidos simbólicos que excedem em muito o olhar de produto cultura a que o festival é reduzido.

Todo o espetáculo motiva a reflexão e o devaneio humano. Para essa discussão, é relevante mencionar o olhar de Gaston Bachelard (1993) que nos propõe relacionarmos tudo com tudo, tecendo os vários fios do pensamento. É um olhar que vem direto do coração e da alma e liga o presente com os ecos de um passado longínquo. A alma possui uma luz interior que contém uma variedade de cores, é um olhar estético que traz consigo luzes, mas que nem por isso é destituído de seu caráter de luta e paixão.

Ainda numa perspectiva bachelardiana, é preciso enfatizar que a imagem poética que cada espaço possui deve ser estudada pela alma e não por uma ótica estritamente racional. O devaneio, enquanto um componente principal do ser humano no mundo, se confunde com a capacidade de sonhar. Em modo particular, os devaneios poéticos preparam gozos poéticos para o público em geral, transmitindo beleza de uma alma para outra alma, em um processo de intersubjetividade. O devaneio coloca a alma em vigília, repousada e ao mesmo tempo ativa. Em um processo através do qual todo ser humano possui a poesia dentro

de si. Olhar o mundo poeticamente, libera todo o tipo de censura para fazer emergir uma experiência libertadora, que a partir de imagens, se instala no poeta a imaginação criadora com diversas linguagens. Deste modo, o poeta cria imagens não vividas e impulsiona novas experiências e percepções da cultura.

Bachelard (1996), propôs uma crítica aos princípios e métodos científicos, na teia das revoluções científicas do início do século XX, advogando e indicando a emergência de um "novo espírito científico", renovado, inventado e inacabado em contraposição às concepções empiristas em voga. Deste modo, a postura epistemológica assumida por Bachelard (1996) não se satisfaz com aproximações empiristas sobre os objetos, para ele, as experiências não são feitas no vazio teórico, mas constituem a realização teórica por excelência.

Não obstante a ruptura epistemológica proposta, é na sua fase noturna, que Bachelard (1996) desenvolverá os princípios relacionados à imaginação poética, tendo os quatro elementos materiais, água, terra, fogo e ar, como as matrizes reveladoras da imaginação material. O filósofo valoriza e amplia o conceito de imaginação, visto que, para ele, a imaginação possui papel fundante tanto na criação científica, como no tocante a outras formas de criação, a exemplo dos processos que se desenvolvem no campo artístico-poético.

Em suas reflexões ele estabelece a distinção entre imaginação formal e imaginação material, tal classificação se dá em contraposição ao que Bachelard chama de "vício da ocularidade", tendo em vista que "(...) desde os antigos gregos o pensar é sempre entendido como uma extensão da óptica, a visão exercendo hegemonia sobre os demais sentidos" (BACHELARD, 1991, p. 14), o que requisita a ruptura pois, na imaginação formal observa-se uma certa simplificação do que é apreendido, resultando numa operação desmaterializada, reduzindo a matéria, a objeto de visão e o homem, a um mero espectador do mundo, ou seja, o mundo visto como teatro, espetáculo e panorama, exposto à contemplação ociosa e deveras passiva.

Outro ponto que vale ser destacado, é o fato de que a tradição intelectual ocidental se erigiu sob as bases do que ele chama de "filósofo-voyeur", que concebe a imagem como simples simulacro sem vida e essencialidade próprias, tal concepção é corolário da visão tradicional da imaginação enquanto "(...) faculdade meramente copiadora, subalterna e sem autonomia" (BACHELARD, 1991, p. 16). Esta concepção

de imagem, desvaloriza as demais formas de apreensão do real, subjugando a imaginação a um formalismo inerente. Contudo, o inovador na rejeição de Bachelard (1991) a tais concepções, consiste na exploração e valorização das imagens provenientes do devaneio, da poesia e dos recônditos inexploráveis de uma subjetividade que emana da natureza e por isso vinculadas às matrizes fundadoras: do ar, da água, da terra e do fogo, que regulam tanto os imaginários material e formal.

Acrescenta-se, ainda, que na imaginação material há uma necessidade de intervenção ativa do homem, contrapondo-se à imaginação formal. Neste processo evidencia-se a necessidade do homem-demiurgo, artesão, manipulador, criador, fenomenotécnica, laborioso, tanto na ciência como na arte. Aqui o filósofo recupera o conceito de mundo não como palco ou encenação da vida, mas como espaço de provocação concreta, de resistências e por isso inacabado, cabendo aos homens a função de construir, desconstruir e reconstruir. É neste contexto que Bachelard (2009) reposiciona o papel da imagem, da imaginação, da condição de reprodução e da realidade, elevando-as para além da realidade, sobrepujando-a.

Deste modo, Bachelard (2009) reabilita a matéria e a materialidade, e indo além disso, põe em evidência a criação como um ato mais subversivo do que contemplativo, e por isto imaginativo. Para dar conta deste empreendimento desafia-nos a pensar com as mãos pois, "a mão trabalhadora, a mão animada pelos devaneios do trabalho, engaja-se [...] ela só pensa ao comprimir, ao amassar, sendo ativa" (BACHELARD, 1991 p. 116). Por meio da terra ele convida a pensar pelos sentidos, pelo fazer humano, por aquele caminho que nos é mais próximo, a nossa materialidade. Pessanha (1991) contribui para essa discussão, na medida que contempla questões relativas à imaginação material e à presença e pervivência da visão, que ao contemplar parece antecipar nossa relação com o mundo, destaca a subalternidade da imaginação material, a mão e as possibilidades de transformação e modelagem que tal ação possibilita.

Outra abordagem acerca do imaginário advém de Gilbert Durand (1921-2012), discípulo de Bachelard. Durand (1997), desenvolveu uma epistemologia baseada na polissemia dos símbolos, nos diferentes processos de apreensão pelos grupos sociais, em busca das ressonâncias que as construções do imaginário encontram no plano cultural e a difusão dos símbolos em distintas lógicas socioculturais. A teoria do ima-

ginário desenvolvida por ele baseia-se na premissa de que os processos de significação social, histórica e cultural, desenvolveram-se a partir de uma base coletiva alicerçada nos símbolos, mitos e arquétipos que constituem as estruturas profundas das comunidades humanas.

É interessante ressaltar ainda que, para Durand (1995), as estruturas antropológicas do imaginário têm como objetivo pôr em equilíbrio o homem em sua constituição biopsicosociocultural, face à consciência de finitude temporal que permeia a trajetória humana. Em sua fenomenologia do imaginário, reabilita a imagem como indutora do imaginário, divergindo do pensamento positivo-mecanicista que insiste em reduzir a imagem e por conseguinte a imaginação, à perspectiva conteudista de uma "percepção enfraquecida, à recordação da memória" (DURAND, 1997 p. 27). Durand (1997, p. 29) defende, no domínio da imaginação, a imagem enquanto portadora de sentidos construídos a partir daquilo que ela tem de mais significativo, o "sentido figurado".

Outro fator relevante a ser mencionado é a vasta literatura nos mitos e lendas sobre o princípio feminino em muitas culturas ao redor do mundo. Durand (2002) escreve sobre a base principal para compreendermos o objeto de estudo proposto. São gestos, posturas, emoções e afetos contidos em diversas narrativas míticas. São imagens primeiras, ideias preliminares entre imaginário e racionalidade que aparecem simbolicamente nos rituais míticos de narrativas antigas. Durand (2002) analisa o feminino em dois grandes olhares: o regime diurno, onde o sol e a luz iluminam as contradições com valorizações positivas ou negativas, e o regime noturno que se caracteriza com a conciliação, o repouso e a paz que a noite e os recônditos do útero evocam.

Além dos reflexos dominantes, Durand (1997) classifica estes conjuntos de símbolos como regime diurno e regime noturno das imagens. O regime diurno abarca as estruturas heroicas (ou esquizomorfas) que tem o gesto postural como dominante. Este regime tem em sua essência, de acordo com o filósofo do imaginário, a tendência para a oposição às trevas, da animalidade e da queda, em suma, contra o tempo mortal. O regime diurno realça, através da luz que permite as distinções, as polaridades do tempo através de estruturas tais como, alto e baixo, esquerda e direita, bem e mal, dentre outras (PITTA, 2005; DURAND, 1997).

O regime noturno, por sua vez, remete à noite que unifica a conciliação. Este regime engloba as estruturas míticas e sintéticas com-

postas pelos gestos digestivos e copulativos. No noturno ocorrem a antífrase (mítica) e a síntese das imagens, ou seja, a percepção de finitude face à morte e o túmulo, transmuta-se, pela mítica, em acolhimento pela descida ao berço ou à nova morada na vida além-túmulo. A síntese por sua vez, associada às imagens do regime noturno, estabelece uma justaposição entre a morte e a angústia frente ao tempo presente nas estruturas míticas, com a perspectiva da vitória sobre a morte e o tempo almejada pelas estruturas heroicas (PITTA, 2005), (DURAND, 1997).

É importante observar ainda, na construção teórica acerca do imaginário empreendida por Durand (1997), uma tendência para compreender o humano não apenas sob uma perspectiva sensorial ou mesmo tão somente levando em consideração seu aparato psíquico. As condições sócio históricas, ambientais, biológicas e psíquicas que norteiam a jornada humana, integram as estruturas do imaginário propostas pelo filósofo. Deste modo, é possível entender, juntamente com Durand (1998, p. 90) e do trajeto antropológico por ele proposto, a importância do símbolo no desenvolvimento humano, transitando das representações do sapiens às "várias interpelações inatas do meio cósmico e social". Este percurso de natureza complementar ilustra muito bem a interdependência entre a experiência sensível, as imagens, enquanto "(...) o capital pensado do *homo sapiens* (...)" (DURAND, 1997, p. 18) e a realidade circundante.

Convém salientar que, é pela imaginação que se chega a detalhes que a racionalidade, muitas vezes, não vê (DURAND, 2002). Para ele, a imagem tem uma relação profunda com o símbolo. É na perspectiva simbólica que se consegue estudar os arquétipos fundamentais da imaginação humana. O importante do símbolo não é a sua forma, mas, sim a sua força. Parece haver uma distinção entre os objetos em si e os nossos sonhos, e, a nossa sensibilidade faz a mediação entre os dois. Nesse sentido, é possível afirmar que a percepção humana descobre as ricas tonalidades do real. Esse trajeto antropológico se baseia numa incessante troca entre as pulsões subjetivas e as intimações objetivas. O imaginário se constitui pela representação do objeto a partir dos imperativos passionais do sujeito. Para Durand (2002, p. 135) no "dinamismo das imagens, é o 'sentido' figurado que importa (...)".

Os movimentos rítmicos, os gestos, os utensílios usados serão pistas para atingirmos o que está oculto na intimidade. O folclore, em diversas culturas, transmite sua ideia sobre o feminino. Existe um elo

misterioso entre a mulher e a lua, "as deusas lunares, Diana, Ártemis, Hécate, Anaites ou Freyja têm atribuições ginecológicas" (DURAND 2002, p. 103). Na relação com a lua, a mulher se transforma numa bela jovem sedutora. Por outro lado, há, "uma feminilidade sangrenta e negativamente valorizada, arquétipo da mulher fatal" (DURAND, 2002, p. 104). Existe também a imagem da Mãe Terrível como modelo consciente de todas as feiticeiras. É a mulher fatal que se aproxima de Lilith-Isis, mulher vampira e alma negra do mundo ou o laço mortal das sereias. São símbolos que representam aspectos negativos extremos da fatalidade. Mas, diante do mal existe sempre epopeias de vitórias. Vale mencionar que, em diversos hinos poéticos encontra-se a deusa da catástrofe atando e desatando o fio do mal.

O autor nos lembra ainda que várias características peculiares do feminino foram demonizadas, apesar do caráter dual que permeia todas as construções humanas. O sangue menstrual, por exemplo, foi mal visto em diversas culturas: no Levítico o sangue do fluxo feminino é impuro, para o povo bambara ele é testemunha da impureza e da feiticeira. Durand (2002, p. 116) afirma que "(...) longe de serem sempre feias, as divindades da morte, transformam-se em belas e sedutoras jovens: filhas de Mara, sedutoras e dançarinas, bela Calipso, da lenda de Ulisses, fadas das lendas nórdicas (...)". Em alguns momentos há a valorização negativa da mulher e em outros momentos há a valorização positiva.

Durand (2002) analisa esquemas da verticalização valorizando positivamente os movimentos da ascensão e elevação. Em muitos rituais a subida é difícil. É a subida por escadas que nos permite ver os deuses. Todos os passos da subida nos permitem ver o céu para sentir a imortalidade. A imagem da escada se assemelha a escada de Jacó, a escada que Maomé vê subir os justos para o paraíso, ou a subida do Monte Carmelo de São João da Cruz. A ascensão sonha com a nostalgia do desejo de ir para um lugar celestial. Conforme afirma Durand (2002, p. 130-132), "o instrumento ascensional por excelência é, de fato, a asa (...)". A águia romana é o mensageiro da vontade do alto. A pomba é o pássaro que representa o Espírito Santo. No voo do pássaro a volúpia sexual se metamorfoseia em pureza angelical. Segundo Durand (2002, p. 145), "os símbolos ascensionais aparecem-nos marcados pela preocupação da reconquista de uma potência perdida, de um tônus degradado pela queda".

Os quatro itens femininos, Porta Estandarte Cunhã-Poranga, Rainha do Folclore e Sinhazinha da Fazenda, representam em profundidade o princípio feminino nos bumbás, como também as idosas, dançarinas, costureiras, batuqueiras e marujeiras. É a partir da categoria da ascensão de Durand (2002) que se pode compreendê-las. Os quatro itens, que no momento nos dedicamos a analisar, aparecem no espetáculo em grandes alegorias vindas do alto e descem lentamente ao chão. Parecem virem do plano celestial representando a ideia primeira de uma Deusa-Mãe ou primeira mulher criadora.

No contexto da apresentação a queda seria uma tragédia para o público, pois feriria um momento no qual tudo deve ser perfeito, uma vez que, os esquemas ascensionais propostos por Durand (2002), dialetizam ascensão e queda, luz e trevas. Nos bumbás, a partir dos quatro itens, só são mostrados os valores positivos da mulher, talvez, para ajudar a superar a dominação sofrida por elas. A aparição das quatro mulheres oferece ao espectador um sentimento de contemplação, de transcendência cheia de luz. Talvez podemos intuir que estas aparições, de alguma forma simbolizam a vitória sobre o patriarcalismo a que por séculos, o feminino esteve submetido. Durand (2002) afirma que a transcendência está sempre armada para a luta e a arma usada por excelência é a flecha.

O gesto principal de suas danças é o ato de flechar. E os seus adereços exprimem pureza, beleza e espiritualização. Em muitas encenações elas representam heroínas que vem libertar o povo das trevas, das calamidades e superam qualquer tipo de dificuldade. Em muitas ocasiões a Cunhã-Poranga contracena com o Pajé na luta contra uma fera da floresta que atormenta a comunidade. A descida e a subida nas alegorias exprimem o movimento da vida. Deve-se salientar que, a grande imagem materna aparece na mitologia de várias culturas. Durand (2002) indica que o mar simboliza o supremo engolidor, ou seja, o abismo feminino. No mar encontra-se uma grande imagem materna que, segundo ele, é o arquétipo da descida e do retorno às fontes originais da felicidade. Nos cultos chilenos e peruanos há uma baleia "Mama-Cocha" que quer dizer Mãe Mar. O deus Niger apresenta-se, várias vezes, em formas femininas. O Ganges na Índia é considerado como a Grande Mãe. Os Vedas chamam as águas de seus rios de "águas maternas".

No Ocidente, em civilizações antigas, o rio é simbolizado como "Deusa-Mãe". Por outro lado, Durand (2002), citando Przyluski

lembra o aspecto negativo da feminilidade aquática em que na lenda das Danaides, as mulheres massacram os maridos e lembram as feiticeiras das águas. É perto de um rio que nasce Mitra, Moisés. Cristo renasce no Jordão. Segundo Durand (2002):

> A frequência da onomatopeia "naa', 'mama' ligada ao nome da Grande Mãe aquática. Maya é a mãe mítica de Buda, e a deusa egípcia Marica é a água-mãe, o ventre da natureza é eternamente virgem e fecunda, não deixa de evocar a Mirim judaico-cristã (DURAND, 2002, p. 226).

Portanto, as águas estão ligadas à figura feminina, e como forma de resistência é uma nascente milagrosa atribuída à Virgem Maria. Existe também uma maternidade da terra expressa em numerosas culturas. A respeito disso, Durand (2002, p. 230) pontua que "a terra estaria na origem e no fim de qualquer vida. As águas seriam, assim, as mães do mundo, enquanto a terra seria a mãe dos seres vivos e dos homens". O arquétipo Mãe Suprema contém virtudes aquáticas e terrestres. Há uma crença muito antiga na divina maternidade da terra fortalecida pelos mitos agrários. Essa crença universal é reforçada pela prática de dar à luz sobre a terra em numerosos países e aldeias.

A terra tem um papel passivo, desempenhando o papel de ventre materno de onde saem os homens. É na terra onde amadurece as pedras preciosas. Possuir a posse da terra encerra o sentimento de possuir uma pátria. Segundo Durand (2002) seria mais correto ter o sentimento matriótico, do que patriótico, já que a terra está ligada à maternidade. A Grande Mãe é a representação psicológica e religiosa mais universal que existe, através dela são expressos os desejos primeiros e últimos da humanidade. Encontram-se inumeráveis nomes referentes a deusas em povos da antiguidade ligados à terra e a água (DURAND, 2002).

Quando o Caprichoso brincava somente na rua, antes do advento dos festejos em locais específicos e antes do advento da arena, era possível encontrar uma figura feminina chamada Dona Aurora. Uma mulher gigante com cabelos longos, vestida de blusa branca e saia azul. Esta personagem inspira bondade, solidariedade e maternidade, figura esta que, na reinvenção dos bumbás no Festival Folclórico, desapareceu, prevalecendo os quatro itens femininos que, inauguram majestosamente a entrada da representação feminina no espetáculo dos bumbás, representado de diferentes formas, elementos de beleza, amor e paixão,

através da construção e posicionamento destas figuras no conjunto do auto.

Tais figuras, nas suas apresentações, trazem um banho de feminilidade, como flores que se metamorfoseiam em cores, danças e sensações. Nas representações artísticas dos bumbás os mitos são reinventados, adicionando novas cargas emocionais com a finalidade de emocionar e encantar, assim como fazem as sereias nos rios amazônicos. Nos mitos existem várias lógicas em suas mensagens, portanto, as interpretações artísticas não se limitam a um só olhar, mas as diversas lógicas que se desdobram ao infinito.

Para Mircea Eliade (1991), o pensamento simbólico é:

> Consubstancial ao ser humano; precede a linguagem e a razão discursiva. O símbolo revela certos aspectos da realidade -os mais profundos- que desafiam qualquer outro meio de conhecimento. As imagens, os símbolos, os mitos não são criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade e preenchem uma função; revelar as mais secretas modalidades do ser (ELIADE, 1991, p. 8).

De acordo com Lévi-Strauss (2004) todo mito nasce de outro mito, de uma cultura vizinha ou da própria cultura. Toda história, toda narrativa é, de certa forma, um mito. Ao passarem de um povo para outro, este mito sofre modificações e rearranjos. Pode perder força e começa a se empobrecer, mas, em algum ponto no limite, "o mito se inverte e recupera parte de sua precisão" (LÉVI-STRAUSS, 2004, p. 9). É nesse percurso de momentos de aparição que os mitos migram de uma sociedade a outra, transformando-se de uma variante a outra variante ou sofrendo inversão de sentido.

Em diversos mitos analisados, Lévi-Strauss (1976) constatou que alguns se transformam em contos romanescos. Ele afirma que:

> Um mito que se transforma passando de tribo em tribo (...) duas vias lhe permanecem abertas: a da elaboração romanesca e a da reutilização para fins de legitimação histórica. Por sua vez, essa história pode ser de dois tipos: retrospectiva, para fundar uma ordem tradicional sobre um passado longínquo; ou prospectiva, para fazer desse passado o início de um futuro que começa a desenhar-se. (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 274)

Neste contexto, a visão do mito e lenda nos bumbás de Parintins tenta manter a tradição e se reinventar pela arte popular, recebendo

contribuições de diversas culturas. Procura-se compreender a lógica do sensível que está por trás dos mitos, das imagens e das metáforas que são concebidas em novas formas artísticas.

Os artistas dos bumbás bebem nos mitos amazônicos numa forma pós-moderna, explorando conteúdos tradicionais e colocando em relevo devaneios, utopias e uma contemplação da natureza. O discurso mítico é profundo e não segue a lógica de causa e efeito. Isto é interessante pois, na visão de Pinto (2012) o mito é híbrido, relaciona-se tanto com o discurso quanto com o símbolo, sua estrutura sintética tenta organizar, no tempo do discurso, a atemporalidade dos símbolos. Assim, o que importa numa narrativa é a carga simbólica que traz nova luz à realidade social.

As aparições e inserções do mito não tem limite, ele está presente em outras formas de expressão, tais como as formas: religiosa, fantástica e estética, dentre outras. Atestando esta constatação, Pinto (2012) afirma:

> Quando o discurso argumentativo não é suficiente, o mito entra em cena como recurso para expor o verossímil. Discurso que é imagético, narrativo, sugestivo. Apela para a imaginação, a sensibilidade estética, o sentimento religioso (PINTO, 2012. p. 32).

Dada a sua porosidade e capilaridade, o mito influencia o comportamento humano a partir de seus valores sagrados e princípios morais e, a sua interpretação é polissêmica, pois está sujeito às transformações da sociedade. Recebe novas explicações com uma multiplicidade de sentidos interpretando um mesmo fenômeno. A reinvenção dos mitos através da arte vai mediar as relações do homem com a natureza e criar novas visões sobre o mundo. Com o avanço do pensamento ocidental nas cidades, a visão mítica foi abalada pela visão científica do mundo. Mas, os mitos se ocultam no inconsciente das populações locais, e, através do folclore e das artes retornam ao consciente de onde, na verdade, nunca estiveram ausentes.

Schopenhauer (2003) afirma que o conhecimento não se dá só por conceitos ou doutrinas, e, sim também de forma intuitiva, pela arte. Através do belo conhecemos as ideias, o conhecimento da realidade de uma forma que a ciência não consegue explicar. É neste panorama entre mito e arte em suas complementaridades que a arte dos bumbás sofre influência do imaginário amazônico e em uma confluência com

as estruturas antropológicas que estabelecem um elo entre imaginário e realidade, criam novas formas belas que emocionam e alegram as pessoas.

Vázquez (2010), por outro lado, afirma que o reflexo artístico traz novos conhecimentos e "revela uma série de traços (...) como o papel do sujeito na relação estética, funções próprias da imaginação, dos sentidos, da emoção e do pensamento nessa relação" (VÁZQUEZ, 2010, p. 17). Segundo o autor as artes apresentam o ser humano vivo, concreto na unidade e em suas múltiplas determinações, relacionando o geral, universal e o particular de cada ser humano, "a arte constrói uma nova realidade que nos fornece verdades sobre a realidade do homem concreto que vive numa determinada sociedade, em certas relações humanas históricas e socialmente condicionadas" (VÁZQUEZ, 2010, p. 320).

Estas relações construídas no universo das artes, são permeadas por numerosas narrativas míticas dos povos ameríndios da Amazônia, quando descrevem muitas entidades femininas que servem de inspiração para fertilizar o vasto imaginário artístico dos bumbás. Observa-se uma troca intensa entre a visão dos artistas dos bumbás e as mensagens da ancestralidade indígena permeada por um senso estético contemporâneo e veiculado por diferentes instâncias que excedem o espaço amazônico, atualizando estes processos de criação.

Relendo a narrativa da criação do mundo no mito de origem Tucano, a nossa sensibilidade tenta captar os valores contidos em relação a um olhar feminino sobre a criação do mundo. Gentil (2000, p.19 apud PINTO, 2012, p. 33-34) diz "uma mulher apareceu por si mesma e vivia sozinha no espaço vazio que era a casa do vento". Esta narrativa nos leva a algumas inferências: ela vive só e não foi criada por ninguém, portanto evoca a imagem de uma mãe autônoma que gera o cosmo, os animais e os homens. Segundo o mito, provavelmente não estava só, pois vivia em uma casa onde recebia o sopro dos ventos. Essa primeira mulher casa com vários homens para gerar todos os seres. A mulher é também chamada a avó do dia ou avó do mundo que manda uma grande alagação sobre a Terra, para acabar com as maldades existentes: violência, roubo, morte e os humanos são devorados pelas onças e cobra-grandes.

O mito das amazonas conta sobre uma tribo guerreira composta apenas por mulheres. Uma vez por ano elas se encontravam com os homens, e engravidavam. Se nascesse uma mulher ficava com elas e

se fosse homem, matavam ou devolviam aos homens. A ideia de mulher guerreira vem desse mito e é reinventada artisticamente nos bumbás. Segundo Morin (1986 p. 160 apud DIEGUES, 1996), os mitos continuam vivos na afetividade das populações, e, o pensamento mitológico se desloca, evolui produzindo neomitos que influenciam, por sua vez, nas ideias. Esse retorno à ancestralidade mítica questiona a racionalidade moderna. Nos mitos percebe-se a sacralização da natureza e, neste contexto, a mulher é desenhada como deusa ou entidade vinda do plano celestial.

Na narrativa de Jurupari na versão da etnia Tucano, Melo (s/d apud PINTO, 2012) apresenta Ceucy, uma entidade celestial que se incorpora no corpo de uma índia enquanto sonhava. É a mais bela da tribo. Todos tinham orgulho dela. Só com seu toque nos caçadores garantia uma boa caçada. O caldo de uma fruta fecundou-a misteriosamente, por isso foi condenada e ficou presa numa caverna. Lá deu à luz a Jurupari, que veio reformar os costumes e instaurar a lei do patriarcado. Anhangá, um espírito opositor, disfarçado de uma mulher, a convida para uma festa. Nesta festa, ela entra no recinto dos homens, vedado às mulheres. Por esse motivo morre. Porém, seu corpo sobe ao céu e se transforma na constelação das Plêiades.

Nessa narrativa percebe-se as oposições binárias na função da mulher: em um momento ela se encarna numa entidade celestial e no outro momento se encarna em um espírito do mal. Na performance dos itens femininos dos bumbás percebe-se uma ligação com o mundo celestial de onde veio Ceucy, cheio de sonhos trazendo utopias para um mundo melhor para cada um. Com a formosura de suas indumentárias e beleza de seus corpos encantam os espectadores.

Em diversas narrativas indígenas encontra-se a proibição para as mulheres, exemplo: não comer determinados frutos, não participar de determinados rituais, não entrar na casa dos homens, dentre outros. Muitas vezes a mulher é excluída de forma hostil da área do sagrado. Nos bumbás Caprichoso e Garantido existem vários itens que são ocupados só por homens, frutos de uma "tradição", tais como o amo do boi, apresentador e levantador de toadas, dentre outros.

Em outra narrativa mítica apresentada por Lévi-Strauss (2004 p. 277 apud PINTO, 2012) refere-se a uma mulher velha que possui o dom da imortalidade. A mulher ordena que alguns jovens fiquem trancados dentro de uma cabana, enquanto vários jovens trazem oferendas

de carnes secas e plantas cozidas. Eram divindades do milho que vinham se refugiar junto à velha até a primavera. Nessa narrativa essa mulher oferece os elementos básicos de sobrevivência: milho, legumes, plantas e papa de leite. A velha ajudava a todos a atravessar o rio e chegar a terra firme. Continuando a narrativa contada por Lévi-Strauss (2004), uma mulher corta a cabeça de uma serpente morta e outras mulheres casam com homens que possuem poderes excepcionais. Esses homens recebem conselhos delas para escolher as armas mais velhas e assim eles teriam o poder mágico para produzir trovões, e, assim, matar a serpente.

É bom lembrar que, muitas vezes, nas lendas e mitos, as mulheres enfrentam ciúme, traição, castigo, luta contra as forças da natureza e forças do mal que ameaçam as tribos presentes nos mitos. A mulher se coloca entre o bem e o mal, outras vezes uma deusa feminina consegue dominar as forças destrutivas da natureza.

No folclore ribeirinho regional encontram-se vários seres mitológicos proveniente das culturas indígenas. Yara significa em Tupi "Mãe das Águas". Segundo o folclorista Tonzinho Saunier (1989), ela possui cor morena e cabelos longos enfeitados com flores de mururês. Tem um canto sedutor que tenta atrair o ribeirinho, mas o beijo da Yara pode levá-lo à loucura seguida de morte.

Na Enciclopédia da Amazônia de Carlos Rocque (1968), a lenda da Yara sofre influência da sereia européia e da Iemanjá africana. Ora representa o sinal de morte, ora representa a proteção. Uma outra versão lendária conta que um guerreiro chamado Miryan ganha uma batalha contra o seu tio. Miryan combatendo junto com seus irmãos derrota inúmeras feras do mato. Seus irmãos por inveja tentam matá-lo, mas, o guerreiro consegue aniquilá-los. Perseguido por seu pai, joga-se na baía do Rio Negro, e, inúmeros peixes lhe dão escolta até a superfície. Seu corpo vai se modificando, ganhando claridade, de cintura para baixo ficou sendo peixe, da cintura para cima passou a ter corpo de mulher. Na cultura amazônica há um trânsito entre gênero, entre humanidade e animalidade, morte e vida.

Rocque (1968) faz referência à marujada, um auto popular encenado em Bragança do estado do Pará. Muitos acreditam existir uma forte influência na marujada do Boi Caprichoso. Hoje os batuqueiros e batuqueiras do boi Azul são chamados de Marujada de Guerra. Esse antigo folguedo data de 1798, "é constituído quase que exclusivamente por mulheres, cabendo a estas a sua direção e organização" (ROCQUE,

1968, p.1039). Hoje a Marujada de Guerra do Caprichoso com mais de 300 brincantes, apenas 10 % são mulheres.

No processo de criação anual do Festival, o Conselho de Arte do Caprichoso ou a Comissão de Arte do Garantido realizaram a pesquisa antropológica e ofereceram-na aos artistas. Cabe a estes transformá-la em formas belas. Na revista oficial do Garantido (1999) encontramos narrativas sobre a lenda de Naia da tribo Arati-Uaupé, a estrela das águas. Na narrativa percebe-se um clima de enigma, mistério, sedução e transcendência. A índia é considerada filha do Sol, e sua corporeidade, como por exemplo, os cabelos são parecidos com o manto da noite. Naia quer ir para o céu. Ela viu o reflexo de um belo guerreiro no lago e joga-se para encontrá-lo, mas é tragada pela voragem do rio. Na sua morte nasce uma flor no rio como uma estrela. Nessa narrativa lendária há um percurso que vai da terra ao céu, numa transformação do humano em divino.

É interessante analisar a narrativa da festa de Jurupari. Antigamente homens e mulheres eram iguais (GARANTIDO, 1999) e com a chegada de Jurupari na aldeia, há a proibição para que as mulheres não participassem dos conselhos, não ouvirem e verem os instrumentos cerimonias. Quem violasse esses preceitos eram condenados à morte. Porém, Naruna comandou uma rebelião e no alto Nhamundá fundou um "matriarcado das Amazonas" (GARANTIDO, 1999 p. 21).

A partir das lendas e mitos há uma metamorfose constante entre animalidade-humanidade-divindade na natureza amazônica. Na Revista Garantido (2001) encontramos o relato de uma índia guerreira Dinahi que é invejada e odiada por seus irmãos. Eles conseguem matá-la jogando-a no rio, mas, "um cardume de peixe, em piracema salva Dinahi sustentando-a na superfície. Tupã transforma-a em peixe da cintura para baixo" (GARANTIDO, 2001, p. 20).

Na primeira noite do Festival de 2018 na apresentação do Boi Caprichoso a mulher é representada como uma deusa que vem do fundo do mar para a arena e, também, como um ente metade pássaro e metade mulher. No fundo dos rios moram os encantados, ou seja, seres que morreram e foram morar nessas cidades aquáticas. Na apresentação a mulher remete à origem de tudo, à origem da vida. As primeiras mulheres são desenhadas em troncos e meninas vêm carregadas nos galhos das árvores.

Nesse momento, entra em cena a Cunhã-Poranga, a mulher mais bonita do Bumba, no meio de várias mães que a geraram. Essa índia

guerreira se ajoelha em frente do público e traz nas costas um peneiro, símbolo do trabalho da região. O Caprichoso encena uma luta de índias liderada por Conori e várias tribos de índios. Conori vence a batalha e destrói o patriarcado. Porém, há uma invasão de tribos masculinas que sufocaram a rebelião de Conori. A luta entre dominação patriarcal e matriarcal continua na busca de um equilíbrio entre os gêneros.

Na segunda noite do Festival de 2018 o Boi Garantido traz uma mulher representando Matinta Pereira, a guardiã da floresta, exaltada na toada como protetora. A Rainha do Folclore vem com a fantasia em branco e preto, simbolizando o dia e noite do universo. No ritual munduruku há um rito de iniciação de um índio e de uma índia, que representaram em seguida a Cunhã-Poranga do Bumbá. Sua fantasia é toda verde com flores da terra e dos rios. A Rainha do Folclore vem representando um orixá africano, Iansã. Na terceira noite do Garantido a Cunhã-Poranga vem com uma fantasia de ossos de animais e na arena se transforma em onça. Outro fato a ser mencionado é que, não há separação entre humanos e não humanos na floresta amazônica.

Na terceira noite do Festival de 2018, Caprichoso traz uma mulher com um tear, uma mulher artesã. Vem uma alegoria com tranças de cabelos femininos entrelaçados com o tipiti, típico utensílio de trabalho amazônico Em seguida, como destaque a Rainha do Folclore encena a lenda do Boto, no qual é seduzida por um belo rapaz que a leva para o fundo do rio. Quando ela volta de lá é acompanhada de 15 pequenos botos, volta encantada como Rainha do Folclore, ou seja, meio humana e meio divina. A Cunhã-Poranga vem na boca de um dragão todo iluminado, que não a engole. Vem do alto presa no cabo de um guindaste e quando chega no chão se liberta para dançar livremente

Percebe-se que o caminho percorrido pelos Bumbás na reconstrução do princípio feminino reinventa o arquétipo universal da mulher como Deusa-Mãe. Houve na história uma queda da mulher em relação aos homens e o espetáculo sugere uma retomada da superação desse passado caótico e submisso. Os artistas oferecem uma experiência estética a um grande público, com um intuito de ajudar a criar uma mentalidade em que se reafirma a identidade feminina.

Em vários momentos a mulher vem do alto significando um ser celestial com imortalidade. Por isso é uma jovem, bela, sedutora guerreira que luta com uma flecha para reconquistar uma potência perdida. Transmitem heroísmo e representam, de qualquer modo, a Deusa Mãe, deusa da terra e das águas, criadora dos homens e animais.

Quando estamos tratando e trabalhando com símbolos deve-se levar em consideração a polissemia de sentidos. O retorno da valorização do pensamento sensível e simbólico privilegia utopias e contemplação. A ordem de forças acionada pelo princípio do feminino põe em questão a ordem vigente convidando à uma forma de equilíbrio baseados em ordem, desordem e novas organizações.

(In)conclusões

Lançar luz sobre o princípio feminino que circunscreve o Festival de Parintins, convida a observá-lo para além do visível, tanto o visível apresentado e representado na área, como o invisível dos barracões, das lideranças, das mãos femininas que efetivamente alimentam o espetáculo com sua força e com seus sonhos. É a partir destas premissas que se articulam diferentes formas de compreensão sobre o feminino nos bumbás de Parintins.

É importante que destaquemos o olhar sensível que permeia esta leitura. Esta abordagem não entende o feminino no bumbá sob uma perspectiva meramente utilitarista, técnica ou estética. Nos propusemos pensar o feminino como lugar privilegiado que congrega essas dimensões sem, contudo, reduzir-se a ela. Um feminino que em sua matripotência resgata limpo a capacidade criativa e imaginativa ao mesmo tempo que canta, dança e celebra.

Assim, entendemos o feminino e suas representações no festival como a célula *mater* de onde provêm uma vitalidade proveniente das diferentes realidades concretas, míticas, imaginárias, poéticas que dá o lastro, a base e o esteio para a convivência em sua dupla dimensão, dá mais amarga, conflitual e discordante à mais doce, aconchegante e acolhedora.

Referências

BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo, Martins Fontes, 1993

BACHELARD, Gaston. O direito de sonhar. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1991.

BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. Tradução de Antônio José Pinto Ribeiro. Portugal: Edições 70, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 1996.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DURAND. Gilbert. A imaginação simbólica. Lisboa/Portugal: Edições, 1995.

DURAND. Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral. Tradução Helder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURAND. Gilbert. O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução Renée Eve Levié. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O cru e o cozido São Paulo :Cosac & Naify, 2004.

PESSANHA, J. A. M. Bachelard: As asas da Imaginação. In. BACHELARD, Gaston. O direito de sonhar. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1991.

PINTO, Marilina Conceição Oliveira Bessa. Cultura e ontologia no mito da Cobra Encantada. Manaus: EDUA, 2012.

PITTA, Danielle Perin Rocha. Iniciação à teoria do imaginário de Gilbert Durand. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

ROCQUE, Carlos. Grande Enciclopédia da Amazônia. Amazônia Editora Ltda, 1968.

SAUNIER, Tonzinho. O Magnífico Folclórico. Manaus: Editora Parintintin, 1989.

SCHOPENHAUER, Arthur. Metafísica do belo. São Paulo: UNESP, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanches. As ideias estéticas de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

AMAZÔNIA: DEMOCRACIA EM TEMPOS DE *FAKE NEWS*

Simone Costa de Lima[1]
Ana Cristina Alves Balbino[2]
Robson França Francisco Rodrigues[3]
Odenei de Souza Ribeiro[4]

Introdução

Passamos por um momento particular, onde práticas antigas tomam novas roupagens e se travestem para confundirem e se consolidarem, naquilo que chamamos de *fake news.* Apresentada como ferramenta de manipulação, trazemos a temática com o objetivo de contribuir ao debate. Com embasamento em conceitos estudados por autores dissidentes, ou não, e notícias na própria rede, com ênfase ao contexto amazônico, as *fake news* apresentam-se na necessidade em ressaltar o poder da palavra e a força do discurso. Este poder, em decorrência de informações construídas, traz, muitas vezes, um sentimento de impotência. Pessoas usadas como mero instrumento, onde a imagem associada a um fato pode ser distorcida e repaginada para fortalecer ideologias e preconceitos, com o intuito, principalmente, de mudar e influenciar os rumos da política.

É nesta seara, do jogo de interesses, onde as notícias construídas mais encontram campo. A Região Amazônica, ponto central deste ensaio, apresenta-se como cenário de tramas, mentiras e disputas. Desta maneira, as redes sociais se apresentam como pudemos verificar o campo ideal para a pós-verdade. Partimos do objetivo de observar e compreender o funcionamento das *fake news* no âmbito amazônico, a partir de discussão teórica sobre falsas notícias e pós-verdade, bem como sua influência no processo democrático.

As mídias sociais são canal aberto para a disseminação de verdades e mentiras, construídas numa crise permanente sobre os con-

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM, em Manaus.
2 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Professora da Universidade Paulista – UNIP/SP.
3 Mestrando do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM, em Manaus.
4 Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM. Professor do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA.

ceitos de certezas e incertezas, que permeiam novos caminhos, para o que chamamos de pós-verdade. Assim, consideramos importante contribuir para uma nova ressignificação do conceito daquilo que devemos realmente considerar nas discussões políticas/sociais: a ética da verdade.

No atual cenário brasileiro a Amazônia tem sido alvo de construções de informações que levaram o debate para o campo internacional. Não que nosso território não seja temática recorrente nas discussões fora do país, mas o que nos chama a atenção hoje são as práticas políticas que levam ao surgimento de um leque de informações que contribuem para a confusão, proposital, de exploração dos recursos naturais da região mais ao norte de nosso país.

Em um curto espaço de tempo, assistimos a uma grande evolução dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento favoreceu de forma positiva e negativa um setor estratégico para o grande capital: a política partidária. Assim, merece destaque um estudo sobre o verdadeiro interesse na produção desenfreada de conteúdos falsos sobre a Amazônia.

Tudo inicia-se por meio das palavras, pois as *fake news* tem um ponto central: o discurso. Para Michel Foucault (1999, p. 10), "O discurso *não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nós queremos apoderar*." É nessa luta discursiva que estabelecemos nosso ponto de partida. Iniciamos este estudo tomando como base a comunicação, entendendo-a como determinante na produção e disseminação de conhecimentos, pois é dinâmica, viva, essencial à especificidade humana. Necessitamos conviver, estabelecendo relações dialógicas e nesta efervescência midiática se materializam discursos e relações de poder.

Neste estudo, interessam-nos tanto as *fake news* eleitorais, as notícias criadas com o objetivo de espalhar desinformação e falsas percepções para influenciar processos eleitorais no ano de 2018, quanto às notícias de cunho ideológico ocorridas após as eleições. Para Recuero (2019):

> [...] Buscamos compreender a difusão dessas "*fake news* eleitorais" na mídia social, o conceito de mídia social compreende, necessariamente, a apropriação dos atores dos sites de rede social para a difusão de informações. Essas ferramentas constituem-se no substrato que possibilita, pela manutenção de canais de informação permanentemente abertos entre os atores, a difusão das informações de modo mais rápido, mais fiel e mais facilmente escalável. (RECUERO, 2019, p. 4).

A partir disso podemos identificar a disseminação das *fake news* nas redes sociais, com notícias para espalhar a desinformação e criar percepções equivocadas. A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 é apontada como sintoma dessa prática tão antiga: a construção da "verdade mentira", a Pós-Verdade, mas agora com um elemento diferenciador, o uso da tecnologia: disparos em massa pelo Facebook, Twitter e Whatsapp, além da criação de blogs e páginas na internet. Esses recursos foram fundamentais para a conquista do eleitorado, num pleito que seguiu os mesmos caminhos das eleições estadunidenses de 2016, onde a prática das *fake news* tomou corpo em disputas eleitorais, com o uso de recursos tecnológicos, e que levou a vitória do então candidato Donald Trump.

A ampla disseminação de *fake news* trouxe à tona diversos debates sobre a liberdade de expressão e democracia à medida que passaram a impactar de forma significativa a opinião pública, sobretudo, no campo político. O principal, no caso amazônico, objetivo seria desqualificar e desmoralizar algumas instituições importantes, para a implantação de projetos políticos econômicos. Órgãos reconhecidos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e Organizações não governamentais (ONGs) reconhecidas, como Greenpeace e Fundo Mundial da Natureza (WWF), passaram a serem atacados por esses novos projetos.

Fake news

O fenômeno das *fake news*, ou o uso de notícias falsas divulgadas por meio da internet não é recente, mas se tornou tema com maior destaque no Brasil, a partir das eleições de 2018. Notícias falsas relacionadas às questões de interesse público sempre foram disseminadas, especialmente diante de embates políticos, mas o pleito presidencial que elegeu o presidente Jair Bolsonaro trouxe a discussão, por conta de possíveis interferências no resultado das eleições. Mas devemos lembrar que desde o surgimento da imprensa escrita e outras formas de difusão de informações, fatos são modificados, ampliados, reduzidos ou descontextualizados visando gerar certas reações e comportamentos do público. A novidade no contexto atual fica por conta das redes sociais, que acabam disseminando as notícias numa velocidade incrível e am-

pliando o número de pessoas atingidas, por meio de envios em massa, algo que num passado não tão distante não ocorria, mas que as novas tecnologias contribuem extraordinariamente.

A cultura contemporânea ocidental está vivendo uma fase na qual a noção de verdade está perdendo espaço. Assim, a frase "uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade", atribuída ao ministro da Propaganda de Adolf Hitler na Alemanha Nazista, Joseph Goebbels, personagem que exerceu um forte controle dos meios de comunicação e dos estabelecimentos educacionais, enfatiza significativamente o mundo atual.

> A eficiência das fake news em gerar mudanças de comportamento concretas (no processo eleitoral, por exemplo) ainda é discutível e avaliada no conjunto do eleitorado como um todo, mas podem ser altamente eficaz para reforçar crenças e preconceitos, especialmente como mecanismos de direcionamento de conteúdo utilizados pelas redes sociais (BLIKSTEIN; FERNANDES; COUTINHO, 2018, p. 22).

A internet, ao permitir que as pessoas transmitam instantaneamente conteúdos impactantes, em que diversas destas notícias estão disfarçadas de material jornalístico, e deste modo, aplicativos como *Facebook*, *Twitter* e *Whatsapp* são responsabilizados por replicar falsas informações, onde o compartilhamento se dá por usuários que acreditam em sua maioria, na legitimidade da matéria.

Precisamos entender a pós-verdade ou banalização da verdade através de um panorama breve, um horizonte de compreensão sobre o que seria a verdade na tradição do pensamento ocidental sobre a própria noção de verdade. Esse entendimento ficou claro no período eleitoral de 2018, onde várias notícias falsas foram massificadas nas mídias sociais, sendo uma delas a de que os índios da Amazônia estariam trabalhando em garimpos ilegais e vendendo ouro clandestinamente. A premissa seria que se os indígenas que protegem a floresta estavam a destruindo, então porque não legalizar o garimpo?

> Garimpo em Terra Indígena: quando a pós-verdade vale ouro
> Em carta aberta, lideranças do povo Munduruku reafirmam que são contra mineração e garimpo no território.
> Não bastasse a disposição do presidente em estimular e alimentar a polarização do país, que divide famílias e rompe círculos longevos de amizade, agora as táticas de pós-verdade, quando fatos são desvalorizados e boatos e crenças infundadas prosperam como ver-

> dade, são largamente utilizadas para relativizar ou reinterpretar os direitos indígenas. O objetivo? Pavimentar o acesso de mineradoras e garimpeiros ao subsolo das terras indígenas, em especial na Amazônia. (AGUIAR; DANICLEY, 13/10/2020).

Notícias falsas a respeito dos povos indígenas sempre foram realidade desde a chegada do europeu a está terra, mas assistimos nos últimos anos um aumento na tentativa de desqualificar os povos da floresta. A *fake news* observada acima pelo Grupo Greenpeace é apenas uma de centenas, se não milhares, publicadas diariamente contra está população, numa tentativa de tornar negativa a imagem dos índios e legalizar o garimpo, uma promessa de campanha do presidente Bolsonaro. Apesar de os fatos terem sido esclarecidos posteriormente, o estrago já havia sido feito, com a notícia sendo compartilhada e contribuindo para justificar ações de garimpeiros e do próprio poder público, na região. De acordo com o escritor, xamã e líder político Yanomami Davi Kopenawa (2015), existe um motivo para os índios preservarem o minério:

> As coisas que os brancos extraem das profundezas da terra com tanta avidez, os minérios e o petróleo, não são alimentos. São coisas maléficas e perigosas, impregnadas de tosses e febres, que só Omama conhecia. Ele, porém decidiu, no começo, escondê-las sob o chão da floresta para que não nos deixassem doentes. Quis que ninguém pudesse tirá-las da terra, para nos proteger. Por isso devem ser mantidas onde ele as deixou enterradas desde sempre. (KOPENAWA, 2015, p. 357).

Neste entendimento, compreendem-se os discursos que despertam e produzem sentido e que reproduzem as verdades de certos momentos históricos. Estamos sempre num jogo de produção de discursos, que responde às estratégias sociais e políticas específicas.

A democracia no Brasil é algo em construção, e com os recentes desdobramentos políticos observamos como é frágil e vulnerável. Entendemos que nossa democracia só estará consolidada quando novos personagens forem incorporados a seu sistema, é preciso ouvir as vozes de todos os sujeitos, principalmente dos grupos que se tenta calar, como mulheres, povos originários, negros, comunidade LGBTQ+, populações periféricas, ribeirinhas entre tantos outros grupos colocados a margem, mas que resistem e tem voz. É necessário ouvi-los!

Podemos entender que a manipulação política representa uma maneira requerida para mobilizar as multidões. Esse método é

muito significativo, uma vez que o adepto torna-se uma vítima inconsciente, não tendo a oportunidade de defesa de seus ideais primários. A escola pode representar um meio para influenciar opiniões, por isso desperta interesse de ordem política, como por exemplo, a proposta da "escola sem partido", defendida por simpatizantes de grupos conservadores. Sua importância é enfatizada por Tragtenberg (1985) quando afirma:

> O processo autoritário de manipulações daqueles que se dispõe a receber algo, ou a isso obrigados, extravasa os limites que a si mesmo traçou o sistema de ensino. Sua análise crítica implica em compreender a ação da comunicação de massa, da família na sua atual estrutura, do modo de funcionamento das empresas, através das quais uma ordem social é reproduzida, substituindo os valores da cultura pelo ensino acima definido. (TRAGTENBERG, 1980, p. 77).

Assim, podemos perceber que é de interesse político que a educação não seja libertadora, e apenas represente um modelo replicador, onde não permite ao aluno ter opiniões próprias. Nessa perspectiva, as pessoas findam, absorvendo falsas notícias, sendo levadas a não questionarem e assimilarem *fake news* como verdade absoluta.

Fake news na Amazônia

Nesse cenário, inúmeras foram às falsas informações relacionadas à Amazônia, tanto no período pré e pós-eleições. As *fake news* tinham como objetivo desqualificar instituições responsáveis pela preservação do meio ambiente, focando em beneficiar a exploração dos recursos minerais, de pecuária e de agricultura.

Assim, com esse intuito, as notícias falsas se espalhavam rapidamente, sendo muito difícil desfazer a imagem negativa. Vale destacar um vídeo amplamente divulgado em redes sociais em 2018, supostamente gravado em uma aldeia do povo Baniwa, em que se mostra a aldeia abandonada, com apenas algumas crianças pescando, e ao final do vídeo, índios consumindo bebidas alcoólicas.

De modo geral, o vídeo é impactante, porém, analisando com mais atenção, fica claro a descontextualização, sendo uma montagem com cenas de diferentes momentos e etnias distintas.

Em 28 de outubro de 2018, ocorreu o evento organizado pela Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro e convidados, que se reuniram na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

(FOIRN), em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, para participarem da II Oficina de Formação Indígena. Nessa oficina o fato foi comentado pelo morador Ray Benjamim, do povo Baniwa, que afirmou:

> Tem empresário e político que espalha a informação que a gente é pobre e que passa fome nas comunidades. Eles dizem isso para convencer as pessoas a irem para o garimpo. Dizem que a gente é pobre em cima de solo rico. Mas não é verdade. A gente não vê ninguém passando fome na terra indígena. (BENJAMIM, 2018).[5]

Ray Benjamim se referiu a sua região de origem, o Rio Içana, localizado no Alto Rio Negro, onde ainda de acordo com ele, constantemente havia invasões de empresários interessados na extração de ouro e tantalita, mineral de alto valor econômico.

No mesmo evento, também foram questionados os objetivos de outra falsa informação divulgada na mesma época, que mostrava uma cena em vídeo com vários índios em uma cidade. Esses índios pareciam estar em situação de pobreza extrema, pedindo comida, e alguns com seus filhos nos braços.

A cena terminava com a mensagem "Índio precisa é de emprego". Sobre esse vídeo, o indígena Adilson Joanico, da etnia Baniwa, morador da aldeia Jurubaxi-Téa, afirma que:

> Ainda temos que combater essa grande mentira que dizem por aí que terra indígena demarcada é como um zoológico para nós indígenas. Isso é uma imensa mentira, pois é com a terra demarcada que podemos garantir nosso peixe, nossa água limpa e nossas atividades que geram renda. (JOANICO, 2018).[6]

É preciso compreender que os povos indígenas, apesar de pertencerem a grupos diferentes, possuem **elementos comuns** que **consolidam sua cultura** como um todo. Aqueles que vivem nas florestas brasileiras possuem suas religiosidades, hábitos, costumes e **comportamentos similares**, a divisão do trabalho também é parecida entre todos os povos, e o modo de vida baseado na **caça**, na **pesca** e na coleta, que se apresenta de forma diferente em relação aos habitantes das cidades.

---

5 Entrevista concedida por Ray Benjamim, Baniwa, atualmente mora na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, onde trabalha como coordenador de comunicação da Foirn. É um dos editores do boletim de áudio Wayuri, ao Instituto Socioambiental na reportagem sobre as Comunicadoras indígenas contra as *fake news*.

6 Em entrevista concedida por Adilson Joanico, Baniwa, correspondente em Acariquara, município de Santa Isabel do Rio Negro, TI Jurubaxi-Téa ao Instituto Socioambiental na reportagem sobre as Comunicadores indígenas contra as *fake news*.

A realidade é que os povos indígenas e comunidades tradicionais protegem diariamente as florestas. São seus verdadeiros guardiões, e arriscam suas vidas para denunciar atividades ilegais em seus territórios. Davi Kopenawa (2015) ressalta que:

> Somos habitantes da floresta. Nossos ancestrais habitavam as nascentes dos rios muito antes de os meus pais nascerem, e muito antes do nascimento dos antepassados dos brancos. Antigamente, éramos realmente muitos e nossas casas eram muito grandes. Depois, muitos dos nossos morreram quando chegaram esses forasteiros com suas fumaças de epidemia e suas espingardas. Ficamos tristes, e sentimos a raiva do luto demasiadas vezes no passado. (KOPENAWA, 2015, p. 78).

Os índios foram os primeiros habitantes do território brasileiro, bem antes da colonização portuguesa, e até hoje são discriminados e deixados de lado, mesmo quando se trata de políticas públicas voltadas a essa população, ou seja, nunca houve respeito aos povos originários. As poucas conquistas foram à custa de muito sangue. A política do atual governo federal apenas contribui para o extermínio desses povos, percebemos uma tentativa de desqualificação, num aumento e difusão da ideia implantada no imaginário da população de que índio é "preguiçoso e não gosta de trabalhar", numa visão simplista e repleta de pré-conceitos.

Outro ponto que merece destaque é referente às queimadas na Floresta Amazônica. Em 2019 foram publicadas falsas notícias informando que as queimadas nunca existiram na região, e que a Agência Espacial estadunidense (NASA), havia lançado um relatório informando que a média de queimadas no ano de 2019 foi menor que nos anos anteriores, seguido do relatório, foi mostrada uma foto onde a Região Amazônica era a única toda verde, sem nenhum foco de incêndio ou fumaças.

> #Verificamos: É falso que número de focos de queimada na Amazônia é o menor desde 1998
> Circula nas redes sociais que o número de incêndios florestais no Brasil é o menor desde 1998, quando a série histórica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) foi iniciada. Por meio do projeto de verificação de notícias, usuários do Facebook solicitaram que esse material fosse analisado. Confira a seguir o trabalho de verificação da Lupa: "Dados oficiais do INPE mostram que o governo Bolsonaro, mantém o menor índice de queimadas na Amazônia, desde 1998. A mídia insinuou que o número é o maior dos últimos anos. Acomodados com a mentira, à imprensa insiste em um mode-

> lo medíocre e caótico de desinformação" Twítter do perfil Isentões compartilhado por 3,5 mil pessoas até às 14h do dia 22 de agosto de 2019 (MARÉS, 22/08/2019).

Depois que a publicação tomou proporções enormes, a própria NASA lançou um documento informando que a situação era inversa, e que de acordo com os mapas espaciais, em 2019 houve um recorde de queimadas.

> NASA desmente Bolsonaro e aponta que queimadas são fruto do desmatamento
> A NASA mostrou que, ao contrário do que dizem o presidente Jair Bolsonaro e seu vice e chefe do Conselho da Amazônia, Hamilton Mourão, os incêndios na Amazônia brasileira aconteceram em áreas de florestas recentemente desmatadas.
> Douglas Morton, líder do laboratório de ciências da biosfera da NASA disse que a quantidade de incêndios vista é relacionada ao desmatamento e não são pequenas queimadas relacionadas à agricultura, como afirmou Bolsonaro em uma live no dia 23 de julho, em que disse que indígenas e caboclos tocam fogo na floresta como parte de sua cultura. (MÍDIA NINJA, 23/08/2020)

E não nos esqueçamos do discurso do presidente Jair Bolsonaro na 75ª Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU) em 22 de setembro de 2020, quando atribuiu parte das queimadas amazônicas às práticas indígenas. Afirmou o presidente:

> Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente nos mesmos lugares, no entorno leste da floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas. (GIMENES, Erick. 22/09/2020).

As *fake news* espalhadas na mídia, principalmente nas redes sociais provocam um grande problema, ressignificando informações verídicas e fazendo com que essas notícias apresentem um efeito inverso. Na visão de Sacramento (2018), considera-se que não deve ser a tecnologia a única e exclusiva culpada pelas *fake news*, pois são apenas um meio de disseminação:

> [...] não é a tecnologia que gera a disposição social atual pela *fake news*. Vivemos numa sociedade de verdades, cujos dogmas e preceitos de determinados grupos assumem, num relativismo absoluto, a lógica do vale-tudo pela verdade pessoal e coletiva: de discussões e ofensas a atentados armados. (SACRAMENTO, 2018, p. 4).

Podemos perceber que algumas informações falsas sobre a Amazônia, tiveram seu início após representantes do governo eleito em 2018 questionarem instituições públicas nacionais, como o INPE e internacionais, como a NASA, além de inúmeras ONGs que dedicam-se a causa ambiental, como por exemplo, quando o presidente da República, Jair Bolsonaro, em 29 de novembro de 2019, em uma entrevista no Palácio do Planalto afirmou ter provas que o ator norte-americano Leonardo DiCaprio colaborou com queimadas criminosas na Amazônia por meio de doações às organizações não governamentais que atuam na área ambiental. Após esse episódio, foram publicadas postagens com supostas provas de que o ator estivesse realmente patrocinando ONGs, dentre elas um recibo assinado por ele, porém, posteriormente provou-se que se tratava de uma montagem.

A partir das acusações feitas pelo presidente, ONGs passaram a ser vítimas de *fake news* em escala muito maior. Em 10 de dezembro de 2019 tinham sido divulgados inúmeros vídeos de pessoas incendiando a floresta, e todos atribuídos a brigadista da cidade de Alter do Chão, no Pará. Os vídeos foram considerados montagens, cenas descontextualizadas e em outras regiões, porém, à primeira vista, pareciam reais. As entidades mantenedoras das atividades desses brigadistas protestaram contra as acusações do presidente. Após investigações, o Ministério Público afirmou que não havia indícios do envolvimento dos brigadistas e abriu investigação sobre a ação de grileiros em Alter do Chão.

> Polícia Federal descarta participação de brigadistas de Alter do Chão nos incêndios da Amazônia
> Quase um ano após a prisão dos brigadistas de Alter do Chão sob a acusação de que eles teriam iniciado os incêndios na vegetação nativa da Amazônia na região conhecida como Capadócia, no Pará, a Polícia Federal concluiu que os pontos iniciais de fogo começaram a 2,3 km e a 4,6 km de distância da região apontada como o suposto início pela Polícia Civil do estado, que indiciou quatro bombeiros ligados às ONGs de proteção ambiental da região. (LANG, 27/08/2020).

Na ocasião, o cinco brigadistas acabaram presos por conta de interesses políticos na região. Neste caso as *fake news* disseminadas acabaram entrando numa seara muito perigosa, pois resultou no encarceramento de pessoas inocentes. A narrativa da culpa dos brigadistas teve início com as falas do Presidente da República, na representação de que discursos tem força criadora, produtiva, possibilitando que as ideo-

logias se materializem, tornam-se perigosas na medida em que servem a interesses, consolidando estratificações sociais, sendo usadas para marginalizar grupos com falas e práticas destoantes daqueles que tem interesse na grilagem e explorar os recursos naturais, desconsiderando a legislação vigente. Um discurso, que nessa perspectiva significa poder.

> O discurso, como a psicanálise nos mostrou, não é simplesmente aquilo que se manifesta ou oculta, o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; é visto que isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta poder do qual podemos nos apoderar, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo. (FOUCAULT, 1999, p. 10-11).

Em nossa pesquisa, não objetivamos articular suposições, mas trazer a luz o debate sobre as repercussões e suas variantes na disseminação de falas sem embasamento e que alimentam inverdades. Como observamos nos relatos anteriores, o discurso possui um grande poder. Podemos entender esta relação quando refletimos sobre a quantidade de recursos que as instituições responsáveis pela preservação da Amazônia perderam nos anos de 2018 e 2019, num outro exemplo de *fake news* criadas a partir de falsas denúncias por representantes do governo federal.

Em 2019, o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, sugeriu mudanças na estrutura do Fundo Amazônia [7], afirmando irregularidades na gestão dos recursos, e sugeriu que o dinheiro fosse usado para indenizar desapropriações de terras em unidades de preservação na floresta amazônica, e repassado parte dos recursos ao terceiro setor. Representantes da Alemanha e Noruega, maiores doadores, protestaram contra as mudanças, afirmando que auditorias não haviam encontrado nenhuma irregularidade na gestão do fundo. Os dois países acabaram suspendendo as doações, afirmando que o Brasil descumpriu com o propósito de Fundo Amazônico.

7 O Fundo Amazônia é composto de recursos financeiros com o objetivo de financiar ações de prevenção, monitoramento, conservação, e combate ao desmatamento do desflorestamento na Floresta Amazônica, com a maior parte dos recursos indo para instituições ligadas ao governo, e para instituições do terceiro setor. O Fundo Amazônia foi criado em 2008 com o Decreto Nº 6.527. A gestão do fundo é feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que também é responsável pela captação de recursos, de contratar e monitorar os projetos financiados, o Comitê Orientador, que determina as diretrizes e os resultados dos projetos financiados, e o Comitê Técnico, responsável por medir as emissões oriundas de desmatamentos ilegais na floresta Amazônica.

Após, esses fatos, várias notícias desqualificando tanto o governo da Alemanha, quanto da Noruega foram espalhadas em forma de *fake news*, dentre elas, uma foto mostrando parte da floresta amazônica, com um texto intitulado "O que está por trás das doações", onde explicava que representantes políticos dos dois países desejavam comprar a Amazônia.

> Por que, afinal, Noruega e Alemanha doam recursos para o Brasil? O Fundo Amazônia em 10 perguntas e respostas
> Desde meados de abril, quando um decreto presidencial extinguiu os órgãos de governança do Fundo Amazônia, esse mecanismo internacional de financiamento se tornou ponto de inflexão do governo Bolsonaro. Apesar das abundantes notícias publicadas sobre o tema – e sobre os desdobramentos da crise envolvendo o Fundo Amazônia – muitas dúvidas ainda circulam na internet. Para tentar responder aos principais questionamentos da rede, ((o)) eco buscou relatórios oficiais, ouviu ex-ministros, funcionários do BNDES e pesquisadores. (PRIZIBISCZKI, 04/09/2019).

Esse é um importante exemplo do poder do discurso, que nos dias atuais tomou novas proporções, pois possui como aliado parte da mídia e as redes sociais. Podemos refletir sobre o poder do discurso referente às questões da região Amazônica na obra A ordem do discurso (1999), onde Foucault questiona porque certos discursos são qualificados como verdadeiros, em detrimento de outros, sendo estes relegados ao status de falsos.

Para ele, existe uma ordem do discurso, utilizada pela sociedade moderna no intuito de controlar o que é dito e a maneira como é dito, impondo-se, assim, significações.

Para completar o episódio da retirada de doações ao Fundo Amazônico, o governo, por meio do presidente Jair Bolsonaro, resolveu recuperar a confiança e doação utilizando outra *fake news*. No dia 22 de outubro de 2020, durante cerimônia de formatura de novos diplomatas do Instituto Rio Branco, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em entrevista coletiva, afirmou que convidou diplomatas estrangeiros para visitar a floresta amazônica e segundo ele, seus convidados não veriam "nada queimando ou sequer um hectare de selva devastada".

Essa tentativa de manipulação da verdade ganha poder a partir do momento em que é disseminada pela mais importante representação política do país, o Presidente da República, onde através de seus seguidores, as informações são repassadas quase que instantaneamente.

Assim, é válido ressaltar as considerações do sociólogo norte-americano Avram Noam Chomsky (2002), que afirma:

> É importante que a população em geral procure descobrir o que está sendo preparado para ela. O empenho do governo e da mídia em manter tudo encoberta, exceto para o seu "público interno" oficialmente reconhecido, é certamente compreensível. Mas essas barreiras já foram superadas por ações públicas vigorosas e podem ser superadas outra vez. (CHOMSKY, 2002, p. 79)

Assim, o fato de se utilizar os meios de comunicação para espalhar falsas notícias é considerado uma prática corriqueira. Devemos ainda lembrar a suposta existência, segundo ex-aliados do governo federal, o chamado "gabinete do ódio", dentro do Palácio Alvorada, local criado com o objetivo de disparar *fake news* e notícias manipuladas.

Infelizmente muitas pessoas acreditam em sua própria ignorância. Assim como afirma Harari, sujeitos se fecham em um ciclo de amizades com indivíduos que pensam como eles, desta maneira, suas concepções são sempre reiteradas e nunca contestadas, não havendo uma crítica construtiva, uma rede de debates (HARARI, 2018). A discussão, o conhecimento, alimenta nossa capacidade de saber o que é certo e o que é errado, discernir a diferença entre justiça e injustiça, se não há esta troca de informações, não existe formação política. (BALBINO, JUSTAMAND, 2019).

Considerações Finais

O objetivo destas linhas é contribuir para o debate das chamadas *fake news,* em especial da temática voltada a Região Amazônica. Através de autores, alguns considerados dissidentes, e da própria *rede*, por meio de artigos e matérias, podemos observar o discurso como uma arma, como forma de impor a verdade aos que ouvem/leem, sendo dialético, ou seja, feito de perguntas e respostas, num jogo perigoso pela busca do poder.

A falsa verdade ou pós-verdade, considerada, representa uma nova realidade comumente vivenciada no cotidiano do país e do mundo, trazida em larga escala por meio das redes sociais. A evolução tecnológica permitiu a disseminação de "opiniões" com rapidez e facilidade dentre os vários meios de comunicação, especialmente através das plataformas digitais. O conhecimento da realidade dos fatos permite à população formar opiniões. E essas opiniões são alvos dos que estão por traz da disseminação de informações.

É notório que a Região Amazônica se tornou alvo de políticos, que usam diversas estratégias para mobilizar a sociedade a participarem de seu "viés ideológico", e entre essas estratégias está a *fake news*, que como vimos, parece tomar vida própria. Com a evolução dos meios de informação, as notícias circulam de forma rápida e exercem um longo alcance, sendo muito difícil revertê-las.

A Floresta Amazônica possui a maior biodiversidade do mundo e assegurar a sua preservação é fundamental para garantir a sustentabilidade natural. As diversas espécies encontradas na floresta também são importantes para a produção de medicamentos, cosméticos e controle biológico de pragas. Para além de toda a sua importância ecológica, a Amazônia ainda é lar de grande parte dos povos indígenas brasileiros. Ou seja, a preservação dessa área, além de ser fundamental para a saúde do Planeta Terra e de nós, ainda é crucial para a sobrevivência da cultura indígena.

Referências

AGUIAR, DANICLEY DE. "Garimpo em Terra Indígena: quando a pós-verdade vale ouro". Disponível em <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/garimpo-em-terra-indigena-quando-a-pos-verdade-vale-ouro/>. Acesso em: 18/03/2021.

BALBINO, Ana Cristina Alves, JUSTAMAND, Michel. "Pós-Verdade: O que vale realmente?". Disponível em SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos, ano 19, nº 1, ago./dez. 2019.

BLIKSTEIN, Izidoro; FERNANDES, Manoel; COUTINHO, Marcelo. Fake news no mundo corporativo. GV EXECUTIVO, [Sol.], v. 17, n. 5, p. 22-25, out. 2018. ISSN 1806-8979. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/77337/74184>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

CHOMSKY, Noam. O Lucro ou as pessoas, de Noam Chomsky, Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

Comunicadores indígenas contra as fake news. Instituto Socioambiental. 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/comunicadores-indigenas-contra-as-fake-news>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

FOUCAULT, Michel. A História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: 5ª ed. Loyola, 1999.

GIMENES, Erick. "Bolsonaro culpa indígenas, imprensa e ONGs por queimadas e consequências da covid". Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/22/bolsonaro-culpa-indios-caboclos-midia-e-ongs-por-queimadas-e-consequencias-da-covid>. Acesso em 19/03/2021.

HARIRI, Yuval Noah. 21 lições para o século 21. Trad. Paulo Geiger – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

LANG, Marina. "Polícia Federal descarta participação de brigadistas de Alter do Chão nos incêndios da Amazônia". Disponível em <https://www.oeco.org.br/reportagens/policia-federal-descarta-participacao-de-brigadistas-de-alter-do-chao-nos-incendios-da-amazonia/>. Acesso em 18/03/2021.

MARÉS, CHICO. "#Verificamos: É falso que número de focos de queimada na Amazônia é o menor desde 1998". Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/08/22/verificamos-queimada-amazonia/>. Acesso em 18/03/2021.

MÍDIA NINJA, "NASA desmente Bolsonaro e aponta que queimadas são fruto do desmatamento". Disponível em <https://midianinja.org/news/nasa-desmente-bolsonaro-e-aponta-que-queimadas-sao-fruto-do-desmatamento/>. Acesso em 18/03/2021.

PRIZIBISCZKI, Cristiane. "Por que, afinal, Noruega e Alemanha doam recursos para o Brasil? O Fundo Amazônia em 10 perguntas e respostas". Disponível em <https://www.oeco.org.br/reportagens/por-que-afinal-noruega-e-alemanha-doam-recursos-para-o-brasil-o-fundo-amazonia-em-10-perguntas-e-respostas/>. Acesso em 18/03/2021.

RECUERO, Raquel. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. Galáxia (São Paulo). Nº 41 Mai/Ago 2019. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1982-25542019239035>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

SACRAMENTO. Igor. A saúde numa sociedade de verdades. 2018. Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saú-

de. V.12, n.1. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1514/2201>. Acesso em: 03 de dezembro de 2020.

TRAGTENBERG, Mauricio; PRADO Junior, Bento; CHAUÍ, Marilena de Souza e ROMANO, Roberto. Descaminhos da educação pós-68. São Paulo: Brasiliense, 1980. P. 77.

NEGRITUDE DISSIDENTE

AMAZÔNIA QUILOMBOLA: A LUTA POR UMA NOVA PERSPECTIVA EDUCACIONAL

Cynthia Maria Bindá Leite[1]
Lilian Marta Grisolio[2]

Apresentação

A visão da Amazônia relatada por alguns viajantes europeus nos levam à necessidade de compreender melhor as visões estereotipadas e preconceituosas construídas historicamente, e nos remetem a necessária luta para conquista dos direitos dos quilombolas. Este artigo é derivado de uma pesquisa em andamento e das reflexões realizadas na disciplina "Pensamento Dissidente na Amazônia" realizada pela Cynthia Maria Bindá Leite, Universidade Federal do Amazonas em conjunto com a Profa. Lilian Marta Grisolio da Universidade Federal de Catalão.

O percurso metodológico escolhido é a discussão bibliográfica e documenta e usa como exemplo alguns importantes viajantes europeus que dedicaram anos das suas vidas viajando e relatando suas viagens no sentido de compreender a região. Esses relatos publicados acabaram por contribuir de forma decisiva para edificar certa ideia de Amazônia que tem estado presente desde o início da História do Brasil até os dias atuais. As inquietações presentes neste trabalho pertencem a dois campos de reflexões. O primeiro são as representações de um imaginário sobre a Amazônia que gerou a exclusão de diversos povos. O segundo é a luta dos quilombolas pelo direito a uma escola e um currículo que contemple a sua cultura e transforme essa visão excludente e preconceituosa.

Acreditamos que seja impossível falar de currículo quilombola na Amazônia, ou de uma nova visão sobre a história dos povos do Brasil, sem que haja uma profunda análise crítica em relação a visão que insiste em menosprezar e inferiorizar culturas. Mais do que a existência de leis, que precisam ser cumpridas, há necessidade da participação efetiva da escola e comunidade quilombola nas lutas pelos seus direitos.

---

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.
2 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Professora da Universidade Federal de Catalão – UFC/GO.

Introdução

> *A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. (FREIRE,1987, p.16)*

Este artigo é reflexo de inúmeras questões que se apresentam na atualidade. Vivemos um momento histórico extremamente complexo. Em meio a uma profunda crise econômica mundial e a maior crise sanitária do nosso tempo as desigualdades se aprofundam e revelam as facetas mais violentas do capitalismo moderno. Aqui, neste artigo, buscamos discutir a questão quilombola atentas para a importância dos povos da Amazônia, sua existência e direitos. Nossa intenção em primeiro lugar foi o de refletir sobre as visões estereotipadas e reproduzida há séculos sobre a Amazônia e seus povos. Por estas e outras razões, num momento tão conturbado como o que vivemos em 2021 é que se faz cada vez mais importante refazer caminhos, renovar teorias, refletir sobre práticas educativas para a construção de um novo devir que acabe, freie o aumento da desigualdade social e com a exclusão.

A desigualdade social traduz o histórico do quilombo antigo com fortes reflexos no quilombo contemporâneo, é o ícone gerador de luta, no entanto, na Amazônia, os conceitos da terra *encontrada*[3] separavam os mundos ao tempo em que desencadeavam a desigualdade entre o branco europeu e os oprimidos pelo seu sistema. O percurso histórico quilombola como um todo e a questão da visão histórica da Amazônia deve estar completamente atrelado ao currículo escolar do aluno quilombola da Amazônia.

A discussão sobre os quilombolas da Amazônia remete aos direitos que possuiriam ou não os europeus em particular os espanhóis – de escravizarem as populações indígenas e o auto endeusamento dos brancos. Os europeus brancos colocavam negros e índios em patamar inferior. Como os negros é o foco do nosso debate, acrescenta-se que estes estariam fadados à situação de escravos – por sua natureza inferior, desta forma, são inúmeros os escritos de teóricos, filósofos, entre

3 Existe uma vasta bibliografia sobre o debate do conceito de "descoberta". O grifo da autora remete a revolta pelo olhar excludente dos pseudo descobridores.

outros que justificam esses preconceitos antiquados, com informações alienantes e excludentes.

A questão desse espaço natural e cultural, reproduzida, insistentemente, formou o olhar que silencia e inferioriza alguns povos e narra suas histórias sob a perspectiva sob o ângulo da colonização europeia, do homem branco e cristão, posteriormente, reforçada por uma visão mercadológica e capitalista. Visões reproduzidas por aqueles que detêm o poder:

> Na literatura sobre a colonialidade do poder, a temática aparece tanto como descolonialidade e descolonial como decolonialidade e decolonial. Walsh justifica que a supressão do "s" é uma opção sua para marcar uma distinção com o significado do "des" em castelhano, que poderia dar a entender um simples "[...] desarmar, des-hacer o revertir de lo colonial. [...]...o intento poner en evidencia que no existe un estado nulo de la colonialidad, sino posturas, posicionamientos, horizontes y proyectos de resistir, transgredir, intervenir, insurgir, crear e incidir"
> (WALSH, 2009, p. 24-25).

A ideia da superioridade do homem branco e europeu e a pseudo inferioridade dos negros, têm estado presente constantemente não apenas no senso comum, mas também apoiada muitas vezes por pesquisadores e especialistas, movidos consciente ou inconsciente pelas ideias capitalistas (BAYLE, 1940). Essa "discriminação e preconceito" estão presentes em todos os âmbitos da sociedade (BAYLE, 1940, p. 125). Muitos materiais didáticos devem ser analisados pois nos auxiliam a compreender as "permanências de estigmas e estereótipos ainda presentes nos dias de hoje e revela a necessidade de rompermos com essa visão equivocada da existência de uma cultura civilizada e superior." (GRISOLIO, 2014, p. 4).

A forma como alguns historiadores descreveram os residentes legítimos da Amazônia, contribuiu para a exclusão social desses indivíduos em todas as áreas, inclusive na questão educação, que não inclui tais estudos em seus currículos. Isso permanece até a contemporaneidade. Carvalho Júnior (2011) observa que as descrições históricas da Amazônia levaram a compreensão (comparados ao europeu branco) da não existência de humanos, mas, animais precisando de domesticação. Contudo, Kopenawa (2015) esclarece que

> Antes de os brancos aparecerem na floresta distribuindo seus nomes e esmos, tínhamos os apelidos que nos davam os familiares...

> contudo, na idade adulta, gente de longe, por maldade, acrescentam outros nomes ao da infância...outros brancos resolveram me dar um nome mais uma vez... dessa vez pelo pessoal da FUNAI... Davi Xiriana, mas esse nome não me agradou... não sou yanomami... meu último nome veio a mim mais tarde, quando já era homem adulto, Kopenawa" (KOPENAWA, 2015, p. 37-38)

Assim como Zumbi dos Palmares, Davi Kopenawa foi ícone de resistência mesmo em face do abuso do poder exercido pelos brancos, "*os brancos se dizem inteligentes. Não o somos menos. Nossos pensamentos se expandem em todas as direções*" (KOPENAWA, 2015, p. 75). Não se vislumbra na literatura escolar quilombola e indígena, referências significantes sobre esses heróis da resistência dos povos. Ao contrário, é normal anular esses exemplos.

Com tanto histórico de desigualdade social entre brancos e negros, foi inevitável às insurgências negras contra uma sociedade completamente capitalista. Os capitalistas se julgam os donos de tudo, inclusive da própria vida e costumes de um povo. As insurgências, tanto negra como a indígena, dentre outras, organizadas objetivamente, surgiram como estratégia para combater os grupos mais fortes. A força capitalista estava à frente dos que oprimiam o povo e a própria literatura contribuía com isso.

> Na Bolívia e no México, a dialética insurgência-autonomia conduziu a transformações no Sistema Político e no Estado, no sentido da derrubada de governos autoritários. No caso do Brasil levou a uma profunda mudança na vida política nacional, especialmente na estruturação de organizações de classe de novo tipo em processos autonômicos que tem como contrapartida a militarização e repressão (que por sua vez não são simplesmente efeito das insurgências). As insurgências nacionais e urbanas de países como Brasil, Grécia e França não tiveram o mesmo impacto sobre a estrutura dos Estados nacionais que os casos da Bolívia e do México, mas sim sobre os processos organizativos, identidade e cultura. (FERREIRA, 2015, p. 33)

Os quilombolas, assim como os indígenas, representavam os grupos mais fracos. Não conseguiam lutar por seus direitos de forma individual, foi necessário organização. A fim de confrontar as normas governamentais e usar o poder a seu favor e como resultado de tanta discriminação, exclusão social, com vistas a transformação da sociedade surgiu as lutas por meios dos grupos sociais e outros pelos direitos conquistados legalmente, principalmente o direito à moradia e a educação.

Desde 1988, a Constituição Federal traz significativa contribuição ao declarar que o Ensino de História deve levar em conta as diferentes culturas e etnias presentes na formação do povo brasileiro. Infelizmente temos um longo histórico de reprodução de preconceitos visões distorcidas e silenciamento de grupos minoritários em seus direitos. Por muito tempo se tolerou em nossa educação e recursos didáticos essas visões e relatos de viajantes e historiadores sem a devida crítica. Assim, muitas vezes entrou nos currículos escolares percebemos a presença destas visões sem questionamento sobre o que realmente os alunos estariam aprendendo e as consequências disto. Isso demonstra a falta de debate e reflexão, quase sempre censurados num país com um longo histórico de dominação elitista e ditaduras que usou a educação para reproduzir seus próprios valores e ampliando a exclusão e apagamento dos outros povos.

A Amazônia de La Condamine

As Amazonas (índias guerreiras) descritas por La Condamine[4] (1745) é o retrato da servidão africana e da vida dura das ameríndias, contudo, o autor baseia-se nas descrições etnográficas de Jean Magnin[5] (1993) expondo que uma das características das índias era ser "insensível". La Condamine (1745, p.52), afirma que os indígenas eram "apáticos" ou "estúpidos".

As conclusões do autor são muito semelhantes às de Jean Magnin. Isso significa que nem sempre os teóricos se basearam em experiências vividas, mas em relatos de outros que também não se contempla as origens dos escritos.

As observações de Magnin eram expostas nas narrativas de La Condamine como se ele presenciasse a história. O que se extrai dos escritos é a semelhança de ideias e posições, como: "o homem, abandonado à natureza e privado de educação e da sociedade, difere pouco da besta" (MAGNIM, 1993, p. 124; LA CONDAMINE, 1745, p. 53).

Alguns historiadores, ao nomearem os indígenas e os negros como inferiores, deturparam ainda mais a visão desses povos e da Amazônia, por descrevê-la segundo a visão europeia (BUFFON, 1986). Vele lembrar que as sociedades humanas existentes nas diferentes partes da

4 Charles-Marie de La Condamine foi um cientista e explorador francês que realizou diversas viagens de exploração no Norte de África, no Médio Oriente e na América do Sul.
5 Jean Magnin (1701-53) foi um jesuíta suíço (de Friburgo) que Charles-Marie de La Condamine conheceu no Peru. Aos 24 anos chegou a Cartagena na Colômbia e passou 3 décadas na América do Sul até morrer com 52 anos.

América de diferentes modos e existências, e o europeus, buscaram propor um sistema de evolução fundado em determinadas vantagens climáticas e de espaço (BUFFON, 1986).

Para Evreux (2002), a Amazônia foi caracterizada por grande parte dos teóricos como um experimento da natureza ainda em formação. Essas ideias se propagaram e foram adotadas por outros autores o que contribuiu para construção de conceitos e preconceitos sobre a região, assim como foi aproveitada como justificativa para a colonização, escravização e dominação.

O Amazonas, assim como todo o território Amazônia não fugiu à regra ditada para a região e foi concebida como "uma região cujo traço mais geral é o de ter sido construída por um pensamento externo a ela" (PIZARRO, 2012, p. 31) e permeia as crônicas e relatos de viajantes, o que gerou a descrição dos séculos XV e XVIII, inclusive, estendendo o preconceito para as mulheres.

> Se é que já pôde haver amazonas no mundo, foi na América, onde a vida errante das mulheres que seguem seus maridos para a guerra, e que não são mais felizes em sua vida doméstica, deve ter feito nascer nelas a ideia e lhes fornecido ocasiões frequentes de se livrar do jugo de seus tiranos, procurando estabelecer um ambiente onde pudessem viver com independência e, ao menos, não serem reduzidas à condição de escravas ou burros de carga. (LA CONDAMINE, 1745, p. 110-111)

As visões preconceituosas sobre a Amazônia motivaram as lutas dos movimentos sociais que foram caracterizados como *insurgentes*, mas cabe ressaltar aqui que toda luta social é gerada a fim de defender direitos. Numa definição sociológica, a insurgência de grupos sociais é sempre composta por indivíduos inconformados com as injustiças sociais.

> Essas contribuições nos permitem então dar uma definição sociológica para tal objeto. Podemos definir a insurgência como um tipo de processo político que apresenta um conjunto de propriedades reais... visando desafiar ou anular um governo e mudar as condições sociais dos grupos dominados por ele. (FERREIRA, 2016, p. 23)

O parâmetro utilizado para classificar os negros e indígenas da Amazônia foi o do homem europeu branco colonizador. Assim, os negros foram considerados escravos e os índios, selvagens, todos em estágio de evolução quanto mais escura a pele mais estava longe dos

padrões Europeus. O importante é reconhecer que o que convencionamos chamar de povo brasileiro é na verdade formado em três matrizes: negros, populações nativas e europeus colonizadores. Destacando que:

> A população indígena é a única nativa, ou seja, já estavam aqui com sua cultura, costumes e organização. Os europeus são imigrantes que chegaram por vontade própria, motivados pelo contexto do desenvolvimento do seu continente. E os povos africanos, por sua vez, também imigrantes, porém forçados e obrigados a abandonar seu continente. Os índios e africanos, portanto, apesar de suas diferenças, tiveram suas tradições e cultura atacadas e foram obrigados a se adaptar de forma trágica e violenta a novas realidades. (GRISOLIO, 2014, p. 5)

Todos esses paradigmas deveriam constar como ponto de reflexão e produção acadêmica dos quilombolas assim como no currículo indígena. A reflexão ora apresentada, é no sentido de corroborar com as novas gerações de educadores e historiadores, além dos movimentos sociais para a ressignificação dos currículos e perspectivas educacionais para os povos quilombolas e demais povos do mundo.

A Amazônia de Paul Marcoy

Entre o viajante que narrou a Amazônia, seus povos e lugares, podemos citar também Paul Marcoy que atravessou a Amazônia peruana e brasileira, entre os anos de 1846 e 1847 (MARCOY, 2001). Este viajante carregava consigo um interesse etnográfico agudo pelas populações com que cruzavam modo de vida, relacionamentos, meio ambiente e pela paisagem conforme se apresentava. Essa época foi marcada pelo neocolonialismo e estabelecia os novos domínios das nações europeias sobre o mundo.

Destaca-se que, não foram às sociedades científicas que fizeram dele um viajante, tão notório. Á despeito até de acusações de o ser "plagiador e falseador" de informações (LÉRY, 2012, p. 80), seus relatos e suas impressões foram mencionados no romance ficcional de Júlio Verne, A jangada (1881), que o cita direta e copiosamente (LÉRY, 2012).

A febre de viagens fez com que a segunda metade do século XIX fosse um momento muito afortunado para as casas editoriais que partiram para a exploração das narrativas de suas aventuras (LÉRY, 2012). As últimas aventuras publicadas em 1909 deixaram relatos sobre China, Nápoles, Grécia, México e Nova Caledônia (AGASSIZ, 1975). Já a longa travessia de Paul Marcoy, iniciada no Peru veio a público, pelo

pela primeira vez, em 1862, o percurso compreendendo o território brasileiro só veio a aparecer em 1867 (IDEM).

Dois paradigmas acompanharam os relatos de Paul Marcoy. Um deles era o título do Atlântico para o Pacífico, e o viajante na realidade, partiu da costa do Peru para chegar a Belém. O outro seriam as datas 1848-1860 quando o trajeto foi cumprido em pouco mais de um ano, de 1846 para 1847 e boa parte dessa viagem se deu em território brasileiro, descendo os rios Solimões e Amazonas até encontrar o Atlântico, na foz do rio Guajará, em Belém (IBIDEM).

Segundo as descrições de ele teria presenciado admiráveis belezas naturais em sua viagem pelo Rio Amazonas. A noção de organização e aconchego é destacada pelo autor. Mas ao relatar que Tefé era uma cidade bem aconchegante e organizada, traçava ainda outra relação, que, no fundo, percorria os dois aspectos, o das edificações e seu correspondente conforto e organização:

> Saindo de Fonte Boa ao meio dia, chegamos de noite á boca do Juruá e acampamos. Na manhã seguinte, por volta das seis, fomos inspecionar o rio. Suas margens estavam cobertas de uma brilhante vegetação com tons de rosa e lilás. Uma luminosidade prateada banhava no horizonte a margem do rio, cuja superfície estava levemente franzida por um vento suave de nordeste. Grandes golfinhos executavam acrobacias surpreendentes ao nosso redor. (MARCOY,2001, p. 10)

A natureza não seria diretamente o elemento de observação, nem o elemento determinante, já que diversos fatores que devem ser levados em conta na explicação de êxitos ou fracassos das políticas coloniais. O grande desnível entre os Andes e as áreas amazônicas representava não apenas obstáculos ao deslocamento – relevo abrupto, rios não navegáveis. Vale lembrar que muitos autores ressaltam que a rigorosa diferença climática levou à morte milhares de índios deslocados compulsoriamente da cordilheira para o trabalho nas regiões de floresta.

Sobre a vila de Tefé, Paul Marcoy (2001) relata que ela consistia em "sessenta casas de frente para o lago, feitas de barro, caiadas e cobertas de palha, com paredes de madeira ou pedras toscas, portas e batentes pintados de verde e azul brilhante" (MARCOY, 2001, p. 107).

Conflitos entre portugueses e espanhóis ocorreram no curso do rio Amazonas, no trecho em que ele recebeu o nome de Solimões, opondo os jesuítas a serviço da Espanha, em particular, o tcheco Samuel

Fritz (FERNANDES, 2006, p. 18) que haviam estendido as missões de Maynas rio abaixo, e os portugueses caçadores de escravos. Além disso, baseados nos feitos de Pedro Teixeira, os portugueses reivindicavam a posse sobre aqueles territórios (FERNANDES, 2006).

A colonização, porém, não se realizou em espaços vazios. De acordo com AGASSIZ (1975) não se tratava, em absoluto, de um território desabitado a ser disputado e partilhado pelas potências coloniais europeias. Ao contrário, no cerne do processo de colonização estavam a relação entre os colonizadores e os povos indígenas, ocupantes originais do território. Para além destas questões, o fato é que estes viajantes construíram com seus relatos, visões míticas e imaginárias que naquele momento histórico atendia um público europeu que lia sobre a América do Sul e seus povos como se estivesse lendo ficções românticas fantasiosas que ainda fazem parte do imaginário até hoje.

A "rebeldia" quilombola como marca de um processo histórico

As marcas das lutas herdadas dos quilombos antigos, impostas pelo processo histórico são visíveis no quilombo contemporâneo na guerra pela conquista dos seus direitos legalmente alcançados. A palavra "rebelde" é atribuída aos que lutam em prol de seus direitos, principalmente, daqueles que não se dobram aos imbróglios capitalistas.

A Legislação Ultramarina[6] definiu como que o quilombo era um local de um povo diferente e a reunião de mais de cinco negros (MOURA, 2007), e a palavra quilombo foi reconhecida no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir aos rebeldes do sistema escravista, porém em sua etimologia originária "bantu" significa acampamento guerreiro na floresta (MOURA, 2007).

O movimento dialético de resistência sofrido pelas comunidades quilombolas para garantir os direitos fundamentais, como a posse de terra, educação e saúde, convergiu nos motivos que levaram a luta dos quilombolas do século XXI. O Movimento Negro Unificado (MNU) deixava claro, a violência física e simbólica sofrida pelo povo

6 O Conselho Ultramarino foi um órgão criado em Portugal no ano de 1643 durante o reinado de D. João IV, com atribuições em áreas financeiras e administrativas, primeiro, da África portuguesa e da Índia portuguesa e, depois, de todo o ultramar, incluindo o Brasil.[1] Era composto por um presidente, do qual presidia o conselho; inicialmente, por três conselheiros, sendo dois fidalgos e um ligado a justiça e depois aumentado para quatro conselheiros.

Africano "Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos" (REIS; SILVA, 1989, p. 9).

Historicamente, ficou estabelecido o que é um povo diferente e isso resultou em desigualdade social em todos os diversos níveis. Os considerados grupos minoritários estavam à margem da sociedade. A resistência dos quilombos antigos e contemporâneos é comprovada através dos séculos.

O século XV foi um norteador desses níveis de exclusão social vivido pelos quilombolas. Essas concepções determinarão um modelo de cidadão a ser seguido, para tal, teria que ser usados os mecanismos de controle para garantir total domínio, como é o caso da escola por meio do currículo.

O Direito à educação quilombola

> *Comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência em terra doada/comprada/secularmente ocupada. Seus moradores valorizam tradições culturais dos antepassados, religiosas (ou não), recriando-as. Possuem história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência de sua identidade étnica. (MOURA, 2007, p. 10).*

O histórico dos quilombolas da Amazônia, a memória e a preservação de sua cultura devem estar presentes no currículo, devido à escola ter grande relevância na formação do pensamento de crianças e jovens. Freire (1987) destaca a necessidade de conhecer a tarefa dos sujeitos que constroem a história, pois é através dessa premissa que se dá a relação sujeito e mundo.

> Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. [...] Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. [...] Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, "envolvendo-o", condiciona sua forma de atuar. [...] Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro (FREIRE, 1987, p. 17).

O currículo quilombola significa um avanço para diminuir as desigualdades sociais, e é fundamental romper com a visão ingênua de neutralidade curricular. A criação da lei 10.693/03 representa um marco

para educação quilombola como propagadora do conhecimento da cultura afro-brasileira, o que é indiscutível a influência dos povos africanos na cultura brasileira.

Conforme o preconizado no inciso XLI do artigo 5º da CF "*a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais*", portanto, os processos excludentes precisam ser combatidos para sua erradicação. A Constituição Federal (CF) do Brasil, em seu artigo 5º garante que todos são iguais perante a lei.

Nessa perspectiva Freire (1987), incentiva a leitura não só das palavras, aliás, esse virá em segundo plano, após a leitura do mundo, a compreensão do mundo. A escola deve ser localizada dentro das comunidades quilombolas construída para e com a participação popular, além de currículo que contemple sua cultura e especificidades. Esse é um direito conquistado legalmente. Esse currículo deve respeitar, a línguas, culturas, histórias, tradições e principalmente as lutas nos quilombos, conquistas realizadas. Uma história da Amazônia sob todos os ângulos e não apenas do viajante conquistador.

O currículo escolar quilombola, deverá valorizar e respeitar os momentos históricos vividos, as narrativas plurais e não silenciar um povo e sua história. Se não repensarmos criticamente continuaremos a reproduzir ideias ultrapassadas e distorcidas num mundo que só pensa o outro na perspectiva do poder, do mercado e do lucro.

É fato que durante séculos de história, houve resistência e luta por parte dos quilombos para consolidar legalmente seus direitos constitucionais, e isso resultou em muitas conquistas. Atualmente, a luta é para conservar os direitos já conquistados e, não retroceder, e isso deve constar "para além dos espaços escolarizados e do sentido instrumentalista" (WALSH, 2013) de contribuir com um repensar crítico e norteador para novas lutas dos povos quilombolas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012 garantiram escola na própria comunidade quilombola. O referido documento foi fruto de inúmeras reinvindicações no campo educacional e determinou que a Educação Escolar Quilombola ocorresse em escolas inseridas nas próprias comunidades, o que, infelizmente não acontece em todas as comunidades, e continua sendo uma bandeira dos movimentos negros e quilombolas.

A atuação do movimento negro tem sido fundamental para a garantia de direitos para os quilombolas e respeito aos ancestrais e

suas histórias. Assim, para além das leis e implementações no currículo oficial de ensino, luta-se pelo direito de uma escola de fato: diferenciada e intercultural, rompendo de vez com a crença equivocada numa escola única e universal. "Nessas escolas o trabalho pedagógico valoriza a oralidade e a reconstrução de memórias". (GRISOLIO, 2014, p. 6)

Considerações finais

Os relatos dos pensadores aqui citados devem ser analisados dentro de seu contexto histórico, como fruto de um pensamento colonizador de uma determinada época. E não podem ser encarados como verdades que retratam fielmente o Brasil. Aqui citamos Jean Magnin, La Condamine e Paul Marcoy apenas como suporte na reflexão de como estes viajantes fizeram das suas narrativas de viagens construções preconceituosas que auxiliaram na disseminação de estereótipos e assim, corroboraram para a dominação, exclusão e morte dos povos.

Novas perspectivas didáticas devem ser adotadas para uma educação mais plural e que respeite as diferentes culturas, inclusive a quilombola. Acreditamos que é preciso uma profunda revisão do currículo para atendar tais questões, bem como respeitar um currículo próprio e diferenciado para escolas quilombolas.

Apesar de existir a resolução que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e que toda a comunidade quilombola deve ter um polo escolar, no Amazonas, existe apenas uma escola dentro da própria comunidade, localizada no Lago de Serpa, comunidade Sagrado Coração de Jesus, Itacoatiara/AM (Escola Municipal Engenheiro Casseano Secundo)

Portanto, há um longo caminho ainda a ser percorrido para garantir os direitos quilombolas em todos os seus aspectos. O desafio é transformar ideias e valores arraigados e reproduzidos sistematicamente na nossa cultura e educação. Romper com essas visões estereotipadas construídas seja por viajantes europeus, colonizadores ou teóricos e atualizar esses olhares que excluem e silenciam os povos. A educação faz pare desta luta.

Referências

AGASSIZ, Louis. Viagem ao Brasil: 1865-1866. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

BAYLE, Constantin. Descubridores jesuitas del Amazonas. Revista de Indias, n.1, p.121-185, 1940.

BRASIL 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado.

BUFFON. *Del Hombre.* México, Fondo de Cultura Económica, 1986.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de e Noronha, Nelson Matos de (orgs.). A Amazônia dos viajantes – História e ciência. Manaus: Edu/ Ufam, 2011 in DANIEL, João, op. cit., tomo I, 1976, p. 211.

EVREUX, Yves D' [1613-1614]. Viagem ao Norte do Brasil. Tradução de César Augusto Marques. 3ª Edição. São Paulo: Siciliano, 2002.

FERREIRA, Andrey Cordeiro (Org.) Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI / Andrey Cordeiro Ferreira... [et al.]. – Niterói: Alternativa, 2016.

FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade Tupinambá. 3ª Edição. São Paulo: Globo, 2006

FERNANDES, João Azevedo. De cunhã a mameluca: a mulher Tupinambá e o nascimento do Brasil. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra.1987

GRISOLIO, L.M. Interculturalidade e o Ensino de História Indígena: Os avanços e entraves das políticas públicas na temática indígena. In: VII Encontro do Cedap, 2014, Assis. Culturas indígenas e identidades. Assis: UNESP, 2014. v. 1. p. 1-324.

KOPENAWA, Albert, Bruce, Davi A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami / Davi Kopenawa e Bruce Albert; tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique méridionale. Depuis la côte de la mer du Sud, jusqu'aux côtes du Brésil & de la Guiane, en descendant la riviere

des Amazones; lûe à l'assemblée publique de l'Académie desSciences, le 28 avril 1745. Paris: Veuve Pissot, 1745 [1746]).

LÉRY, Jean. Fac-símile da "Histoire d'vn voyage fait en la terre dv Bresil, dite Amerique" (em francês). Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k580169/f1.image.langPT>. Acesso em: 17 abr. 2012.

MAGNIN, Jean. Description de la Province et des missions de Maynas au Royaume de Quito. In: HENKEL, Thomas (Org.). Chronique d'un chasseur desâmes: un jésuite suisse en Amazonie au XVIIIe siècle. Fribourg: Éd. de l'Hèbe, 1993.

MARCOY, Paul. Viagem pelo rio Amazonas. Trad. de Antonio Porro. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto; Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

MOURA, Gloria. PGM1 – Terra, cultura, história, geografia. Quilombo: conceito. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro. Educação Quilombola. Boletim 10, julho de 2007. Brasília: SEED-MEC, 2007, p. 9-14.

PIZARRO, Ana. Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord.). História das mulheres no Brasil. 7ª Edição. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-43.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e educação intercultural, 2009. (Conferência apresentada no Seminário "Interculturalidad y Educación Intercultural", Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz).

O CORPO NEGRO COMO UM CORPO POLÍTICO E SUA EMANCIPAÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

Lucas Lopes da Silva Aflitos[1]
Renilda Aparecida Costa[2]

Introdução

O corpo negro na sociedade brasileira é marcado pela tentativa de apagamento e limpeza social que ultrapassa gerações. O apagamento de identidade, memória e história, se manifesta através do lamento da população negra, pois, está inserido em uma sociedade influenciada por uma colonização esmagadoramente branca, dominadora e eurocêntrica. Neste sentido, fazemos um paralelo da questão negra através do pensamento Kafkiano pela ótica da obra póstuma, *O Processo* que em linhas gerais, apresenta um modelo de invisibilidade, de uma justiça parcial que exerce uma função de penalizar o elo mais fraco da sociedade. Dentro da analogia com o pensamento de Kafka, o corpo negro seria o elo mais fraco.

A raiz dos problemas sociais e políticos no Brasil está em sua estrutura dominante. Segundo Lévi-Strauss, a estrutura social está baseada em *"relações que podem ir da colaboração mais estreita a uma hostilidade latente"* (1967, p. 23), isto é, o sujeito está preso em convenções estruturais que são impulsionadas por uma ordem social opressora. E o corpo negro está inserido nesta estrutura. O sujeito dominante incorpora um discurso que não condiz com a realidade de mais da metade da população brasileira. Um pensamento dominador ainda do século XIX.

Essa estrutura social tornou-se uma regra social no sentido da exclusão da participação negra ativa na sociedade. Por muitos anos, os grupos étnico-raciais foram excluídos e ainda são, pois o plano é violento e genocida; ou seja, dizimar a população negra[3] da sociedade, como

1 Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.
2 Doutora em Ciências Sociais pela UNISINOS (2011). Professora da UFAM, no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Atuando no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Sociais – UFAM. E-mail: renildaaparecidacosta@gmail.com.br
3 Segundo dados da Anistia Internacional, dos 30 mil jovens vítimas de homicídios por ano, 77% são negros. O movimento negro vem denunciando há tempos o que chama de extermínio da juventude negra" (RIBEIRO, 2018, p. 102). O jovem negro precisa de atenção, precisa de cuidado e de ações afirmativas que o incentive ao crescimento político e social, bem como

um júri, sentenciar o destino do corpo negro. A estrutura social é essa, sua raiz é racista, uma herança do processo civilizador escravocrata.

Neste sentido, a população negra enquanto alvo de um plano genocida, busca por diversos caminhos para a conscientização da importância de sua história, do seu corpo. Em um país tão desigual e desrespeitoso com os corpos negros. É fundamental apontar os erros sociais, tais como, a negligência para com as políticas públicas mais eficazes. Logo, a arte tem uma função fundamental nesse momento de conscientização de descolonizar um pensamento dominante e apontar os verdadeiros réus dos crimes contra os corpos negros.

Especificamente na arte de rua e nas ocupações, performances e/ou intervenções artísticas na rua, onde as idas e vindas são constantes. Essas intervenções manifestam toda a complexidade de luta e lamento ancestrais. É uma luta pela resistência coletiva. Que se articula através das questões políticas e da subjetividade do seu corpo no que tange às questões raciais (GRAÇA, 2016, p. 5).

Kafka e o sistema arbitrário

"Alguém devia ter caluniado a Josef K., pois sem que ele tivesse feito qualquer mal foi detido certa manhã" (KAFKA, 1979, p. 7), sem quaisquer explicações K., é acusado de um crime que não cometeu. *"Você logo sentirá o efeito dessa lei"* (IDEM), profere um dos guardas. Em certa manhã, Josef K., acorda com policiais em seu apartamento acusando-o de um crime. Os próprios policiais não sabem explicar que crime é este, apenas que ele está detido. Ao longo da obra, Josef, um homem branco e cercado de privilégios, busca compreender por qual motivo o acusam de um crime que ninguém sabe lhe informar qual é. Ora, por que está sendo acusado? Qual o motivo de ser réu? Ele busca por respostas, mas o que encontra é uma série de questões sociopolíticas, um sistema judiciário arbitrário que não funciona para todos. Uma lei que não é democrática e que impossibilita o direito de defesa. A ficção[4] em encontro com a realidade que se repete diariamente.

---

os jovens brancos são incentivados desde a infância. A exclusão, o genocídio, já começa nos primeiros anos de uma criança preta na sua cruel realidade, em sua maioria, em comunidades carentes.

4 O Processo é uma obra póstuma e inacabada, lançada em 1925, pouco tempo depois da morte de Kafka. Portanto, no início do século XX, as problemáticas do sistema jurídico e carcerário já era uma preocupação urgente. Passados quase cem anos de sua publicação, pouca coisa mudou principalmente no que se refere às minorias, especialmente a população negra, aqui no Brasil.

O Brasil herdou o modelo do patriarcado branco e eurocêntrico e segue à risca essa herança nociva de inferiorizar os grupos étnico-raciais. Todavia, *"a compreensão que nossa forma de família, de economia, de política, de justiça foi totalmente baseada na escravidão"* (SOUZA, 2018, p. 27), é uma verdade pulsante. O solo brasileiro foi construído à base da escravidão e de sangue negro e indígena e que não reconhece a sua própria história, subjuga seu povo e nega a sua existência e direitos. São os réus que não cometeram crime, como Josef K., o crime da população negra está em sua cor

> Autoridades governamentais e sociedade dominante se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar os africanos "livres", e seus descendentes, a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o "problema" só podia ser como de fato era cruamente racial: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado de forma explícita ou implícita como "inferior" (NASCIMENTO, 2016, p. 81).

O corpo negro ainda sofre com o descaso político e social desde a Abolição. Alforriados, os escravos se viram numa situação de abandono[5]. O abandono e a marginalização do povo negro são históricos. O processo colonizador tirou do negro o direito ao seu próprio corpo. E, nos dias atuais, seus direitos básicos são negligenciados ainda que haja mudanças significativas.

O Brasil é um país em que a pobreza e a desigualdade social são alarmantes e tem muito definido este separatismo social que impera no país. Um fenômeno clássico. Em uma perfeita definição da Casa Grande, da tradição colonizadora, da limpeza social, da tradição em ignorar todas as questões sociopolíticas e culturais e em inviabilizar e reprimir a ascensão negra. *"Enquanto os excluídos são simplesmente inviabilizados e desprezados, a classe média representa um ideal desejável e de grande força simbólica"* (SOUZA, 2018, p. 10). Neste sentido, a classe média branca e elitista que ainda atua no compasso do fim do século XIX; conhecem e reconhecem seus privilégios e deles não abrem mão. Eles dominam todos os códigos sociais em benefício próprio. Enquanto as minorias, em especial os grupos étnico-raciais, apenas esperam que

5 "Não houve a valorização dos antigos escravos ou mesmo dos livres e libertos com alguma qualificação [...] a ascensão do trabalho livre com base da economia foi acompanhada pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas" (THEODORO, p. 24-25).

esta mesma elite seja o seu júri e determine o seu destino. E a justiça excessivamente excludente e opressora obedece aos desmandos dessa ideia ultrapassada e eurocêntrica (e egocêntrica) na usurpação dos direitos dessas classes desprivilegiadas.

> As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha'. A divisão é tal que 'o outro lado da linha' desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível" (SANTOS, 2009, p. 19).

A analogia pensada por Boaventura de Sousa Santos representa a sociedade brasileira; há uma linha que separa os seus habitantes. Uma divisão social, racial, educacional, estrutural. Esta divisão existe desde a colonização. É uma linha que delimita os espaços em que a população negra deve transitar. Uma delimitação histórica baseada no pensamento branco dominante e colonizador. Essa inexistência como discursa Boaventura, nunca foi simbólica, há realmente essa crença imposta de relembrar que os pretos são inexistentes, são irracionais, inferiores. Peças, como na época da escravatura, necessárias apenas para mão de obra. O corpo negro vive um eterno *apartheid.*

Neste sentido, o trabalho pesado, os subempregos, os trabalhos informais e pouca remuneração pelos seus serviços, é uma realidade no país da desigualdade social e racial. É uma problemática internalizada na eugenia estrutural. A falta de oportunidades, sejam educacionais e profissionais, conduzem os negros e negras na busca por uma vida justa, porém os jogos de poder condenam os corpos negros para o final da fila. Muda o nome, mas o contexto é o mesmo; sugar a energia desse povo em benefício próprio, em nome de sua riqueza particular. A exploração da mão de obra negra[6] é uma forma de manter viva a memória sanguinária imposta pelo colonizador. Isto é, apesar da inexistência, da insuficiência enquanto um ser humano inferior, a elite ainda precisa de mão de obra para manter o *status quo*[7] de sua superioridade.

6 De acordo com Gorender, "as cidades brasileiras impressionavam o europeu recém-chegado pela multidão de negros, que enchia as ruas [...]. Constituíam a categoria especial de negros de ganho [...]. Passavam o dia na rua alugando seus serviços com a obrigação de entregar ao senhor uma renda diária ou semanal previamente fixada, pertencendo-lhes o excedente. Comumente, moravam na casa do senhor, mas faziam fora suas refeições" (Gorender, 1978, p. 455, apud THEODORO, 2008, p. 20).

7 "Porque a ideia de mudar o *status quo* é sempre penosa" (ADICHIE, 2015, p. 42), no pensamento branco dominador, o negro consciente pode ser considerado um perigo, não por

Uma prisão perpétua do corpo negro. *"Eles não sancionam os mesmos crimes, não punem o mesmo gênero de delinquentes. Mas definem bem, cada um deles, um certo estilo penal"* (FOUCAULT, 2008, p. 11). E as consequências são estas; o estilo é condenar os corpos negros, eles serão julgados e penalizados.

Um corpo negro social

"A insatisfação com a vida contemporânea se transforma em desconfiança frente às mentiras oficiais que servem para justificar estas condições de existência" (ZERZAN, 1999, p. 4), uma insatisfação perfeitamente justificável e genuína, tendo em vista o longo processo de apagamento histórico que a população negra sofre no Brasil. A negação de sua existência e de sua importância social e cultural no país é um dos maiores atos falhos históricos e permanentes em nossa sociedade.

Este ato falho é um ato proposital, um ato sádico. Pois o elo dominante demonstra todo o seu poder, a sua influência de gerações em incapacitar a população preta na participação ativa na sociedade. A busca por autonomia, por sua identidade perdida, está cercada *"de privações, de brutalidade e de ignorância"* (ZERZAN, 1999, p. 4), sua luta, portanto, será invalidada por sua condição, gerando uma desarmonia sociopolítica.

Esta condição, em linhas gerais, pode ser resumida em uma palavra: submissão. Este também pode ser um ponto de partida para compreendermos por quais motivos ainda hoje os corpos negros são subjugados e desprezados. Ora, com o racismo institucionalizado e, praticamente, legalizado no Brasil, a ideia de submissão é um passe livre para a forca[8] que permeia o imaginário social e político da sociedade brasileira.

A submissão do negro é via de regra, no pensamento elitista. Não importa a capacidade do sujeito. Desassociar o corpo negro desse modelo humilhante que lhe foi imposto é uma luta de ontem que ainda ressoa nos dias de hoje e que permanecerá por muito tempo. Pois os danos causados pela escravidão são irreparáveis. Entretanto, a luta é

isso, manter a tradição escravocrata sob uma ótica contemporânea é importante para manter este estado de submissão e poder, respectivamente.

8 Os policiais não sabiam por qual crime Josef K. estava sendo acusado, mas sabia que ele era réu e precisava interrogá-lo. É basicamente o que acontece no Brasil, se atira antes para perguntar depois. As autoridades não sabem nominar os crimes dos corpos negros no Brasil, mas sabem que tem carta branca para a chacina e, enquanto produtos do meio, objetos moldados pelo elo dominante, seguem à risca o plano genocida. Tão sádicos como aqueles que lhe orientam.

diária e, ainda que haja resistência desse processo colonizador bárbaro, há também resistência na ruptura desse pensamento e na busca por, finalmente, obter a sua emancipação social na teoria e na prática.

Dominação do corpo negro

O processo civilizador deixou as suas marcas que ainda habitam nos corpos dos negros e negras e na mente da sociedade elitista. Neste sentido, há um panorama padrão da representação do corpo negro: o seu status social.

Para a branquitude, o negro pobre, favelado, seria o padrão, além de ser uma ameaça. Há uma falsa simetria de conquistas e realizações pessoais e profissionais (eis aí a famigerada e falaciosa meritocracia) que não condizem com a realidade de uma parcela da sociedade pobre e preta sem instrução e uma educação básica e regular. No pensamento elitista, eles buscam por esta condição. E não compreendem – não querem compreender – que esta condição é imposta. Isto é, o corpo negro está condicionado a estar na posição inferiorizada e degradante por faltas de políticas públicas eficazes de inclusão social e nos processos identitários. Essa normatização da pobreza e do seu status social é uma das bases da estrutura social elitista do projeto genocida e violento que ceifa suas vidas diariamente. O apagamento de sua identidade, memória e corpo faz parte de uma ordem social[9] imposta por uma dominação branca.

Em Futuro Primitivo, John Zerzan discursa, em linhas gerais, acerca de um passado primitivo, dentro de suas circunstâncias, usufruíam de uma tecnologia e inteligência para sobreviver ao meio em que estavam inseridos. Ele discursa acerca de diversos povos antigos que, dentro do que compreendemos como sociedade, exibiam características muito comuns as nossas. Segundo ele,

> Até mesmo está célebre anomalia contém caracteres que relacionam com a domesticação. A sua prática, do ritual à produção, com várias formas de dominação que acompanham, parece ancorar e promover as facetas do declínio de um estado anterior de harmonia (1999, p. 33).

Dentro desta perspectiva, ao fazer uma analogia entre diversos povos antigos com a presença do corpo negro na sociedade, pode-

9 "[...] uma ordem social determinada. Uma ordem social que tem donos" (SOUZA, 2018, p. 9).

mos compreender esse estado separatista. O corpo negro foi domesticado ao querer do domínio branco no período escravocrata e após a Abolição. Este estado de dominação e submissão do corpo é o status social tão defendido pela elite dominante. E não apenas isso, a pobreza preta faz parte de um projeto de glamorização, em um contexto midiático.

Essas formas de domínio são as correntes invisíveis que tanto matam e renegam a ascensão do corpo negro na sociedade. A pobreza em seu estado mais violento, de miséria, não pode ser mais encarada como normal. A sociedade como um todo precisa compreender que existe uma reparação histórica para com os povos étnico-raciais. Ser subjugado, ser violentado físico e mentalmente não pode ser mais tolerado.

A cultura animalesca dos corpos negros

Outra questão cultural impressa na sociedade é o corpo negro animalesco, isto é, no contexto histórico do estereótipo negro pobre, favelado e domesticado, há outras ramificações. No contexto cultural e midiático, temos a representação do negro malandro que vive de pequenos golpes e a negra histérica ou a mulata com suas curvas sinuosas. Todas estas representações ganham força através da mídia quando o *"negro foi posto no centro da cena"* (CARVALHO, 2011, p. 18).

O começo do que podemos compreender como um início do protagonismo negro na mídia, principalmente no cinema, é focado da diversão da elite branca. Pelos motivos de *"sua marginalização foi potencializada* através *dos estereótipos raciais associados a sua imagem [...] a linguagem cinematográfica pode (e não é raro que o faça) naturalizar uma ordem social e suas hierarquias raciais"* (IDEM).

O corpo negro foi (e não será mais) objeto de animação da branquitude. Animalescos para uma classe dominante na representação de sua dor social. Reside aí também glamorização de todo um histórico violento através de uma cultura racista. Pois *"as vítimas representam a animalidade, ou tudo aquilo que deve ser domesticado"* (ZERZAN, p. 31, apud, SANDAY, 1986). O processo civilizador racista está interligado às questões da animalidade e da domesticação do corpo negro. O projeto histórico do apagamento e dominação do seu corpo também se interliga a estas questões culturais deste mesmo corpo como alivio cômico representando a sua dor ancestral. Não somente um alívio cômico para uma

plateia branca sádica, mas, também, um alívio sexual, representado pela mulata curvilínea e o negro por seus atributos físicos.

> Seria o rótulo de *animais sexuais* atribuído a homens e mulheres negras uma apelação justificadora, a pecha de *incomparáveis na cama* um tipo de alvará, garantindo fundamento à fome violadora e proprietária de barões e de seus herdeiros, de condessas e sinhás brancas? (ROSA, 2011, p. 46).

A violência ao corpo negro não foi apenas física no período da escravidão, mas também sexual, mais uma vez, a analogia de Kafka, nos orienta na compreensão da presença dos grupos étnico-raciais na sociedade. Seus direitos são negados ou negligenciados e a sua sentença é sempre de acusação, são os réus sem crimes, como uma sentença perpétua. A animalidade e dominação do corpo negro para saciar os desejos da branquitude ainda ressoam no imaginário popular. Máquinas sexuais. É uma forma de domesticação, mais uma vez, o corpo negro sem autonomia sobre si e seu querer, aos moldes dos predadores do topo da pirâmide. A dominação de uma sociedade racista e estruturada em estereótipos, fez do corpo negro um objeto ao seu domínio. Um brinquedo vivo, animado, condicionado aos desmandos e necessidades elitistas. Mas este corpo animado e muito vivo, hoje, revela que também tem sangue em suas veias e luta para desconstruir toda uma cultura genocida e animalesca dos seus corpos. É preciso quebrar estas estruturas para reconhecer o processo doloroso de exploração, escravidão, dominação e humilhação que esses corpos passaram e passam. Valorizar os corpos negros é uma reparação histórica.

O corpo negro insurgente

Vivemos em uma sociedade capitalista, onde o lucro e o poder são dominantes e a justiça é cega para seus desmandos. Esta parceria entre as partes dominantes degrada todos e quaisquer tipos de relações sociais, pois o lucro sempre fala mais alto e a justiça estará sempre ao seu lado.

A justiça além de falha é limitadora, pois ela sabe em quem deve se apoiar. Logo, os corpos negros não estão inclusos nesse esquema. Essa problemática que transpassa gerações influencia diretamente a ascensão do povo negro, pois a justiça e o Estado fazem parte do plano genocida no apagamento da figura negra na sociedade brasileira.

Esse apagamento idealizado por uma parcela dominante

constitui na repressão do corpo negro e na sua condenação diária. É um ato obsessivo em subjugar. Não é somente a raça, a cor, a sua história que incomodam, é a presença, é estar vivo, é estar inserido na sociedade como um cidadão que, agora, está ocupando os espaços que lhe foram negados.

É verdade que por muito tempo a população negra, por mais resistente que fosse, era submissa ao seu opressor. Todavia, cada vez mais estes corpos estão ocupando os espaços e se conscientizando da importância da coletividade preta. Isso é um ato insurgente, consciente de si e da importância do seu lamento histórico.

Nas palavras de Andrey Cordeiro Ferreira, *"a insurreição do pensamento é assim um ato de ruptura com o poder"* (2016, p. 38). A luta ao sistema capitalista, corrupto, racista e genocida não é de agora, mas apenas, hoje é que a voz preta está sendo ouvida. Por muito tempo foram calados, apagados e ceifados. Não que seja diferente nos dias atuais, mas há todo um movimento e lideranças negras para prevenir e reafirmar que os corpos pretos existem e não mais serão calados.

> As revoluções científicas não são apenas revoluções tecnológicas; elas podem ser também insurreições/revoluções sociais, no sentido que saberes subalternos se transformam em saberes insurgentes, negando os saberes e poderes científicos dos paradigmas dominantes para libertar novas formas de visão de mundo e projetos de sociedade e ciência. O saber insurgente assim é também um fator de revolução científica (2016, p. 52).

A busca pela emancipação preta começa quando ele se rebela contra o sistema que lhe reprime. É um ato revolucionário tomar consciência do seu corpo e não (mais) aceitar e esperar para ser o próximo a ser alvejado. Ele grita, ele luta, ele estuda e ocupa todos os espaços necessários que são tão seus como para quaisquer outros. E ele vai ser ouvido. Esse é o ato mais rebelde, mais anarquista, mais insurgente que se possa imaginar: a instrução do povo preto. Agora estes corpos estão assumindo suas próprias narrativas e ocupando espaços. Se apropriando dos bens culturais, educacionais, patrimoniais, políticos e econômicos que lhes foram negados.

O corpo negro: um desempenho

O processo civilizador no Brasil é marcado, sobretudo, pela barbárie para com os povos ameríndios e a população negra. Dois gru-

pos étnicos que simbolizam a repressão cruel deste processo. Essa repressão deve ser problematizada, pois os resquícios civilizatórios bárbaros ainda ressoam na sociedade do século XXI.

E os costumes culturais e sociais das terras tupiniquins são costumes cruéis para com aqueles que são diferentes e não se enquadram no padrão estabelecido de uma possível civilidade. O Brasil seria uma espécie de um grande julgamento onde o júri e os juízes são a elite dominante e os réus são a maioria em números, mas não em força e influência. E os corpos negros fazem parte dessa minoria condenada.

Ora, *"a cultura que se estabeleceu pela instauração da nova ordem exigia a submissão autoritária dos instintos, da liberdade e a sexualidade"* (ZERZAN, 1999, p. 29), é uma cultura cruel que limita as ações, os espaços e o querer do povo preto. Essa ordem opressora que coloca os negros e negras na base da pirâmide é uma configuração histórica. A liberdade nunca fora uma opção, pois a população negra vive num cárcere da incógnita, uma delas é voltar vivo para casa ou sem sofrer quaisquer tipos de injúrias raciais ao longo do dia.

A autoridade dominante com isso reprime as suas ações sabendo que as consequências, com carta branca da justiça e do Estado, serão fatais para o corpo negro. A cultura é do medo. Felizmente a passos lentos está perdendo a força. Pois a cultura se transforma e acompanha a sociedade se adaptando às novas convenções sociais e políticas (ADICHIE, 2015, p. 47).

Nesse sentido a arte é importante para fundamentar e ressignificar os novos modelos cultuais de um povo. Novos paradigmas sociopolíticos e repensar a sua história. E o povo negro precisa de uma nova história, a sociedade em geral deve isto aos corpos negros que tanto sofreram e sofrem por conta de uma cultura opressora civilizatória.

Este corpo quer mais. Busca uma nova construção social para a população negra estar no lugar de impacto e (re) começo, a rua. Trazendo consigo a sua arte, a sua identidade e uma proposta de empoderamento. Segundo Lévi-Strauss, *"[...] a arte está intimamente ligada à organização social"* (p. 274) e a arte é assim pulsante, contemplativa. Manifestação cultural que traz em si uma mensagem, uma nova perspectiva.

Esse corpo já não mais se contenta com as representações históricas que foram impostas a ele[10]. Esse corpo compreende o seu po-

10 "Anônimos, os trabalhadores vagavam por uma cidade que, desejando mostrar-se opulenta e moderna, não os ouvia, nem os queria ver na cena pública, além de não lhes assegurar quaisquer direitos" (PINHEIRO, 2007, p. 5).

der de voz, reivindica seus direitos e vai para a luta, vai para a rua. A rua *"como um espaço de práticas de reconhecimento da identidade étnica dos sujeitos"* (COSTA, 2017, p. 47).

Segundo Foucault, *"o corpo encontra-se aí em posição de instrumento ou intermediário"* (2008, p. 14). E ele usa este corpo para ocupar as ruas. A rua é uma velha acolhedora conhecida da população negra. É nela que se encontra a diversidade e a perversidade para com os eus, ceifados diariamente, que ouve seu grito, seu desespero, suas dores ancestrais.

E é na rua que acontece a arte marginal, a arte de rua que busca a reafirmação do corpo negro. Busca pela sua voz ativa e refletir acerca das injustiças sociais. Neste sentido, as performances artísticas dos artistas visuais ou performáticos trazem consigo um teor crítico, político e sociocultural, essa arte procura discursar acerca dos diversos temas que aflige a sociedade; as desigualdades sociais, os crimes raciais que são minimizados por uma lei cruel e opressora.

Neste sentido, essas manifestações culturais e performáticas podem ser consideradas uma política pública marginal, pois ele também tem um discurso educacional, didático. Seus artistas caminham pelas periferias, pelas comunidades, pelos lugares de acesso limitado, com a sua arte. Seus corpos são políticos, escudo, memória, identidade e arte perdidas[11].

É um processo de reconexão com sua identidade perdida além de ser uma ferramenta importante no alerta do lamento agudo do povo negro que muitas vezes está adormecido pelas condições que lhe são impostas. Nas palavras de Abdias Nascimento:

> O objetivo não expresso dessa ideologia é negar ao negro a possibilidade de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial. Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa de sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal da autodefesa (2016, p. 94).

Essa negação histórica deve ter fim. As performances, ocupações ou colagens de Lambe-Lambe[12] na rua têm um viés político e descolonizador porque são protestos que reivindicam o poder do povo

11 "A descoberta do negro com seus temas e dramas é algo necessário" (SILVA, 2017, p. 58).
12 "O Lambe-Lambe, cujo nome surgiu no século XXI [...] está relacionado a um movimento com viés crítico e propõe uma ideia ou reflexão contrária a alguma conduta social ou desigualdade, ou simplesmente é resultado do trabalho de artistas e grupos de artistas que ocupam o espaço público com o objetivo de espalhar suas criações" (OLIVEIRA, 2015, p. 7).

negro, o direito à sua memória[13]. O poder da identidade racial[14], de reencontrar com sua força ancestral simbolizada pelas religiões de matrizes africanas perseguidas por uma que sociedade invadida pelas crenças cristãs que demonizam a crença afro e culto aos Orixás. O poder do negro de protestar e usar seu corpo como escudo de luta se faz necessário até que se possa compreender que se vive em solo inimigo. Um inimigo dominante, secular e poderoso. Por isso as ações afirmativas causam tanto desconforto aqueles que lutam para manter vivo o *status quo* genocida.

Considerações finais

O lamento do corpo negro é ancestral. Há ainda um longo caminho até que a sociedade seja mais justa e igualitária, ainda assim, *"não era fácil permanecer sereno em tais circunstâncias"* (KAFKA, 1979, p. 51). A angústia representada por Josef K., é uma realidade cruel e excludente. O lamento do povo negro segue sendo silenciado através do seu extermínio. Mas este lamento se transformou em resistência. *"O que pretendo é simplesmente tornar pública uma evidente situação de injustiça"* (KAFKA, 1979, p. 50).

As injustiças sociais devem ter fim. O corpo negro grita por isso. *"Para manter uma completa submissão do africano, o sistema escravista necessitava acorrentar não apenas o corpo físico do escravo, mas também o seu espírito"* (NASCIMENTO, 2016, p. 134). Estas correntes invisíveis não podem mais ser toleradas, a escravidão da mente e do corpo negro não deve ser mais uma realidade. A prática dominante em domesticar o corpo negro se prolonga para o seu fim a passos lentos. A subordinação tão defendida pelo elo dominante terá seu fim.

Neste sentido, devemos compreender que o Brasil é multicultural e devemos respeitar as diferenças, somos muitos e diferentes. A *"pluralidade cultural hoje é vista como um campo de afirmação das diversas identidades que formam a nação brasileira"* (COSTA, 2017, p. 68) e

13 "No antigo Reino do Benin, as pessoas capturadas para embarcar nos navios negreiros eram obrigadas a dar voltas em torno da Árvore do Esquecimento. As mulheres, por acumularem mais memória, davam nove voltas, enquanto homens a rodeavam sete vezes [...]. Cumprir esse ritual era apagar a memória, era esquecer valores e crenças, era romper laços de identidade materiais e afetivos, e, acima de tudo, era perder a sabedoria herdada dos ancestrais. O objetivo era fazer os povos africanos esquecerem sua história e cultura. No pensamento racista dos colonizadores, após a travessia do Oceano Atlântico negros e negras se tornariam dóceis escravos e escravas de seus senhores" (SOUSA, et al, 2011, p. 61).

14 "É impossível alguém se reconhecer e ser reconhecido como brasileiro, sem compreender a construção das relações étnico-raciais no Brasil, ou seja, a interações culturais e religiosas entre indígenas, negros e brancos" (COSTA, 2017, p. 173).

o corpo negro reconhece essas diversidades entre si e entre os demais e também compreende a urgência em descolonizar esse pensamento eurocêntrico e racista.

> De forma mais ampla, parece que a modernidade ocidental só poderá expandir-se globalmente na medida em que viole todos os princípios sobre os quais fez assentar a legitimidade do paradigma da regulação/emancipação deste lado da linha. Direitos humanos são desta forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir a sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome da sua preservação (SANTOS, 2009, p. 36).

Muito sangue preto já foi derramado e as gotas de sangue estão nas mãos de todos. Se existe uma limpeza que deve ser feita é esta; a limpeza da dominação branca e das injustiças sociais, políticas e judiciais. E a arte tem esse poder, ela absorve todo o lamento e fúria que envolve a questão da população negra na sociedade e transforma em arte, em atos políticos, atos de protesto, visibilidade e conscientização.

Esse lamento é uma dor exposta e nunca cicatrizada, mas também há uma fúria, uma raiva reprimida por todas as injustiças impostas. Nas palavras da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, *"ao longo da história, muitas mudanças positivas só aconteceram por causa da raiva"* (2015, p. 24). A raiva que pulsa nas veias dos corpos pretos é a força que lhe mantem de pé. Pois é com ela e também através dela que as mudanças acontecem. A raiva, aqui, tem um papel fundamental no que tangue a compreensão da sua condição enquanto um corpo político que tem a sua identidade apagada, sua memória fragmentada e seu corpo escravizado.

As mudanças históricas tem total afinidade com a raiva e indignação. E o povo preto não está mais calado e está expondo essa raiva de lamento. Contudo, é uma fúria pacífica. Pois ela encoraja estes corpos na ruptura dos estereótipos que lhe foram impostos e ocupam os espaços. Seja no meio acadêmico, no trabalho, na mídia. A raiva está mudando o percurso da história do negro no Brasil, pois eles estão assumindo a sua narrativa, contando a sua história e assumindo as suas vidas. A emancipação social merecida e fundamental para que a nova geração seja uma geração que nascerá consciente do seu papel social e na busca por perpetuar o poder, competência e dignidade preta.

Resistir e viver com autonomia do seu corpo é o maior ato político e evidencia os novos tempos para que ninguém mais seja tra-

tado *"como um cachorro!"* (KAFKA, 1979, p. 244). Desconsiderar esse pensamento é o primeiro passo, pois o corpo negro está em movimento, em mudança, quebrando barreiras e existindo e resistindo. *"Quem nasce livre nunca será escravo"* (SOUSA, 2011, p. 61). E jamais serão. Aos nossos ancestrais!

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Sejamos todos feministas. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CARVALHO, Noel dos Santos. Prefácio. In: SOUZA, Edileuza Penha de (org.). Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

COSTA, Renilda Aparecida. Batuque: espaços e práticas de reconhecimento da identidade étnico-racial. São Leopoldo: Casa Leiria, 2017.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Poderes científicos, saberes insurgentes: rumo a uma ciência social dialética e antissistêmica. In: Ferreira, Andrey Cordeiro (org.). Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI. Niterói: Alternativa, 2016.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRAÇA, Rodrigo. Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. **Revista Perspectiva Filosófica - ISSN: 2357-9986,** [S.l.], v. 43, n. 1, set. 2016.

KAFKA, Franz. O processo / Franz Kafka. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado / Abdias Nascimento. – 3.ed. – São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, Diogo. Lambe-lambe: resistência à verticalização do Baixo Augusta. 2015. 24 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, Escola de Comunicações e Artes Centro de Estudos Latino Americanos Sobre Cultura e Comuni-

cação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peitoxo. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920 - 1945). In: Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, vol 1, nº 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, Allan Santos. Nas fendas das minas inconfidente. In: SOUZA, Edileuza Penha de (org.). Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. Biblioteca Nacional de Portugal. 2009.

SILVA, Júlio Cláudio da. Uma estrela no teatro brasileiro: relações raciais e de gênero nas memórias de Ruth de Souza (1945-1952). Manaus: UEA Edições, 2017.

SOUSA, Andréia Lisboa de; LIBANIA, Celeste; Souza, Edileuza Penha de; ALMEIDA, Rosane Pires de. Ancestralidade e diversidade na travessia do Oceano Atlântico. In: SOUZA, Edileuza Penha de (org.). Negritude, cinema e educação: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

SOUZA, Jessé. A classe média no espelho. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. THEODORO, Mário (org.). Brasília: Ipea, 2008.

ZERZAN, John. Futuro primitivo. Título original: primitive future. Data da digitalização: 1994. Data da publicação original: 1999. Editora Sabotagem.

EDUCAÇÃO DISSIDENTE

DISCENTE AMIGO: RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO ESCOLAR

Jackeline Mendes de Souza[1]
Marilene Corrêa da Silva Freitas[2]

Introdução

A partir da década de 90, no setor educacional, muito tem sido debatido sobre a forma de acesso e matrícula dos estudantes, assim como a discussão de temáticas que envolvem alunos que necessitam de atenção especial e diferenciada para o processo em que os mesmos estão inseridos. Essas inquietações permeiam os sistemas de ensinos e profissionais da educação que procuram conceituar inclusão e validar os direitos de todos os cidadãos que constam nas políticas públicas inclusivas, assim como buscam alternativas e estratégias para minimizar as dificuldades relacionadas à falta de estrutura física, de acessibilidade e tecnologias assistivas, também a escassez de profissionais qualificados em diferentes áreas para trabalhar com o público alvo da educação especial, com isso transpor as barreiras impostas pelo próprio sistema.

A Escola é espaço de construção da cidadania, do respeito e da valorização humana, é na convivência com o outro, na ajuda mútua, na troca de experiências e aprendizados que se constrói o respeito à cultura e a diferença individual.

Extinguir paradigmas enraizados no desenvolvimento dos processos políticos, educativos e sociais não é um processo muito fácil, Munanga no Livro Epistemologias do Sul, diz que a cultura nacional era para ser enraizada como uma ideologia hegemônica, onde descreve que os negros eram perseguidos e sofriam discriminação racial pela cor da pele, eram alvos de preconceito, essa classe não possuía voz e vez nos segmentos políticos e sociais de épocas passadas (SANTOS; MENEZES, 2010).

Na contemporaneidade, os corpos dissidentes, que antes eram marginalizados, pela sociedade lutam para resgatar a sua cultura, a sua identidade, o seu espaço como cidadão com direitos e participação

1 Mestranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia, Professora e Pesquisadora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM Campus Parintins; e-mail: jackeline.souza@ifam.edu.br
2 Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFAM, Pesquisadora e professora do PPGSCA, Doutora em Ciências sociais (UNICAMP/SP).

em busca de uma sociedade igualitária e justa a todos os indivíduos. Em se tratando de educação, Cherobini e Martinazzo (2005, p. 170), contribuem que, "está mais do que em tempo romper com esse paradigma cartesiano-moderno, sob pena de tornar-se inviável o ato pedagógico, de preparar sujeitos para uma sociedade que já não existe mais (...)". E para mudar a realidade a qual estamos inseridos, cada um tem o papel de discutir possibilidades para desfazer esse círculo vicioso de excluir, de estigmatizar e de inferiorizar o outro por suas condições sociais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras.

Para superar as diferenças, a superioridade em relação aos dissidentes, neste caso, as pessoas com deficiência, as escolas devem revisar o seu modo de fazer ensino, mudar as suas atitudes frente a essa realidade e, para isso, superar visões individualistas e autoritárias são ações, que devam ser a cada dia, trabalhadas dentro das instituições de Ensino. Diante disto, para refletir sobre o processo de emancipação e da emergência de se fazer uma instituição diferenciada, apresentaremos a contribuição teórica do sociólogo Maurício Tragtenberg e alguns outros autores para delinearmos a construção deste trabalho.

O Ensino numa Pedagogia Antiburocrática

Construir um ambiente onde todos possam ser respeitados em suas individualidades, faz parte do processo de ensino e aprendizagem, desenvolvendo a autonomia, a autoestima e a desmistificação de preconceitos, proporcionando aos estudantes envolvidos, a confiança no seu potencial.

Mediante a necessidade de repensar a educação e tendo como respaldo as políticas públicas inclusivas, o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), do IFAM Campus Parintins busca realizar atividades que permeiam a efetivação de práticas inclusivas. Nesta perspectiva, o projeto integral intitulado Discente Amigo[3], teve como objetivo apoiar a inclusão e acessibilidade acadêmica dos estudantes com deficiência no Campus Parintins. Uma experiência que trouxe resultados positivos para o Campus e para todos os envolvidos neste processo, alunos surdos e ouvintes.

3 O Projeto Integral, Discente Amigo foi realizado por meio do processo seletivo interno para preenchimento de vagas de bolsas referentes aos projetos integrais de assistência ao educando dos cursos técnicos ofertados pelo IFAM Campus Parintins, na linha de ação "apoio aos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação"

Para desenvolver uma pedagogia que alcance a todos é necessário passar de um ensino transmissivo para uma pedagogia interativa que se contrapõe a toda e qualquer visão individualizada e hierárquica do saber (MANTOAN, 2013).

Muitas foram às mudanças ocorridas até os dias atuais no que tange a educação e ao processo de inclusão de todos os alunos, para isso é necessário desconstruir um paradigma conservador a qual já não contribui para a evolução e transformação do ser humano. Diante do estilo tradicional de (re)passar o conhecimento e se fazer educação, muitas escolas estigmatizam e reforçam o preconceito existente mundo à fora. Para Mauricio Tragtenberg (2001), em sua obra, Relações de Poder na Escola,

> As normas pedagógicas têm o poder de marcar, salientar os desvios, reforçando a imagem de alunos tidos como 'problemáticos', estigmatizados como o 'negrão', o 'índio', o 'maloqueiro' ou o morador da 'favela'. A escola, ao dividir os alunos e o saber em séries, graus, salienta as diferenças, recompensando os que se sujeitam aos movimentos regulares impostos pelo sistema escolar. Os que não aceitam a passagem hierárquica de uma série a outra são punidos com a 'retenção' ou a 'exclusão'

As próprias barreiras impostas pelo sistema de ensino e pela sociedade, a falta de estrutura física, de acessibilidade e de desconhecimento sobre a cultura do outro, os estigmatizam, os inferiorizam, os direcionam a situações extremas, tornando-os cidadãos à margem da sociedade. Um processo que perdura por muito tempo e que precisa ser rompido pelo novo modo de se fazer a educação.

A exclusão, a retenção ou o incentivo à evasão só vai marcar negativamente a vida deste estudante. Para Tragtenberg (2001),

> O capitalismo no seu processo de desenvolvimento separou da vida produtiva
> a criação e a transmissão da cultura, sequestrou o corpo de conhecimentos, cuja origem é social, em instituições privadas ou estatais; daí a emergência da instituição escolar como diferenciada, com a pretensão a monopolizar a aprendizagem e a integração social.

A burocracia dos sistemas de ensino, a autoridade e o exercício de responder hierarquicamente aos órgãos competentes não colaboram com um ensino participativo, colaborativo, um ensino que deveria instigar o lado crítico dos alunos, incentivando-os a refletir sobre o meio em

que vivem e a natureza que o cerca. Mais do que incutir pensamentos, é necessário ensinar para a vida, valorizar a relação aluno e professor, professor e aluno, a relação entre o meio social e o conhecimento subjetivo deste sujeito. Não se trata de parcializações acadêmicas, mas de optar por assuntos de interesse, que sejam importantes e significativos para os alunos, dessa forma, "a estruturação da apreensão do conhecimento se dá como consequência desse processo" (TRAGTENBERG, 1980, P. 82) Essa prática pode ser desenvolvida por meio de obeservações, pesquisas, registros, diálogos, debates, esses são alguns processos que podem ser indicados para trabalhos dessa natureza (MANTOAN, 2013).

"Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 2010, p.47). Possibilidades existem, mas esse processo é lento e cabe a participação de todos nessa busca por transformação. Para o sociólogo Mauricio Tragtemberg o mesmo movimento que produz a pedagogia burocrática e conservadora, também possibilita condições para a emergência de uma pedagogia antiburocrática, pautada na: autogestão, autonomia do indivíduo, solidariedade, e a garantia de uma educação gratuita que alcance a todos, sem exceção, que seja focada num ensino participativo, colaborativo e dialógico. O autor reforça ainda que para "desvincular saber de poder, no plano escolar, reside na criação de estruturas horizontais" (TRAGTENBERG, 1986), e, nesse processo é imprescindível a participação de professores, gestores, familiares e alunos, em busca de transformação da realidade.

> A educação não é a busca pela verdade, mas a oportunidade de os sujeitos se emanciparem intelectualmente quando há espaço para a dúvida e a construção do conhecimento. Desta forma garantir o acesso ao conhecimento não é garantir a igualdade diante de um conhecimento que não desafia, que não coloca a dúvida como mola propulsora para se conhecer. Não é o conhecimento que emancipa, mas a forma como lidamos e como construímos o conhecimento. (MANTOAN, 2013, p.17).

A escola é emancipadora deste conhecimento e para que se concretize na prática é necessário rever as formas de se fazer educação, de compreender que o sujeito está interligado com o mundo e o mundo, de alguma forma com ele. Para Freire, "(...) É fundamental, contudo, partirmos de que o homem, ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta

de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é" (2003, p. 47). Pensar que a sala de aula é composta por identidades homogêneas, e ter a ideia de que todos pensam da mesma forma, no mesmo tempo e com a mesma capacidade não é compreender por meio de um ensino democrático. "Sem escola democrática não há regime democrático; portanto, a democratização da escola é fundamental e urgente, pois ela forma o homem, o futuro cidadão" (TRAGTENBERG, 2001).

De acordo com a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, e tem por finalidade o pleno desenvolvimento dos estudantes, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Para que a educação seja um direito de todos e para todos, são necessárias mudanças no cenário educacional que correspondam às necessidades reais dos alunos, que procurem discutir possibilidades para resolução de problemas concretos do cotidiano, da vivência desses educandos.

Em âmbito nacional, constam nos documentos políticos legais que, "os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva" (CNE/CEB Nº 2, 2001). A educação especial é uma modalidade da educação básica e, sobre isso a Declaração de Salamanca (1994) enfatiza que,

> Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benefício a todos os estudantes e, consequentemente, à sociedade como um todo.

Esse processo ajuda a reduzir o índice de evasão e retenção escolar, reconhecendo que cada ser é único e precisa ser trabalhado com metodologias diferenciadas. Compreendendo a dificuldade para essa garantia, cada instituição de ensino, profissionais de educação, familiares e alunos devem trabalhar estratégias que beneficiem o processo ensino e aprendizagem do estudante surdo. Diante desta concepção o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNEs

do IFAM Campus Parintins[4] busca proporcionar um ambiente mais favorável para o exercício de práticas inclusivas, assim como encurta as pontes entre o respeito e a convivência em sociedade. Entre outras experiências, um dos projetos mais exitosos foi o Discente Amigo, realizado nos anos de 2016 e 2017, que teve como objetivo apoiar o discente com deficiência a desenvolver suas atividades educacionais, extinguindo qualquer forma de discriminação ou de obstáculos que dificulte o processo ensino e aprendizagem.

Com vista na garantia de direitos que cada educando possui, na formação e valorização de sua identidade e na busca pela sua autonomia na vida escolar, profissional e social, as atividades foram executadas conforme as necessidades de cada aluno, dentro dos espaços de ensino e nas atividades práticas externas ao campus.

Políticas Públicas Inclusivas e o Direito do Estudante Surdo

No que tange aos direitos dos estudantes surdos, estes deveriam ser assegurados, portanto nossa realidade impede que possamos prestar um atendimento adequado a este cidadão, talvez pelo próprio pertencimento político, onde há uma ruptura nos pensamentos dissidentes. Por mais que existam na teoria políticas que assegurem os direitos às pessoas com deficiência ao ensino, muitas instituições ainda não se encontram preparadas em estrutura física e de pessoal para o atendimento a esse público, e os profissionais que atuam nestes ambientes, há os que ainda desconhecem as possibilidades de trabalho para a promoção do público alvo da educação inclusiva. Neste sentido, devem ser pensadas práticas emergentes para desconfigurar o atual cenário em que se encontra a educação brasileira.

Somente a partir de 2002 que a língua brasileira de sinais, por meio da Lei nº 10.432 se tornou conhecida como meio de comunicação e expressão da comunidade surda, tornando-se obrigatória nos cursos de formação para profissionais da educação, somente em 2005, com o Decreto nº 5.626. Esse documento nos mostra um vasto campo de direcionamentos que objetivam a inclusão do aluno surdo ou com deficiência auditiva. Porém, na prática muitas organizações públicas e particulares de ensino ainda não possui em seu quadro funcional a presença do tradutor intérprete de libras, o que dificulta o processo de ensino e aprendizagem desses alunos.

4 O NAPNE por meio da Resolução nº45, CONSUP/IFAM, 2015, tem como objetivo a criação da cultura de promoção e educação para a inclusão, a convivência e a aceitação da pessoa com deficiência, visando o seu progresso na instituição e a autonomia na sociedade.

A Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI, de 06 de julho de 2015, dispõe sobre a inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, assim como a inclusão do surdo e a acessibilidade a todos os direitos que lhe são conferidos. Todas as pessoas têm direito à educação, como expresso em lei, e nessa perspectiva as pessoas surdas também necessitam que os seus direitos sejam garantidos.

Durante muito tempo os surdos lutam pelo reconhecimento e valorização de sua língua, de sua cultura, porém muitas instituições de ensino ainda são pautadas numa educação monolíngue o que dificulta a aprendizagem deste estudante. "A Libras é pouco valorizada nas escolas e em nossa sociedade, desfavorecendo o surdo em seu desenvolvimento social e desempenho acadêmico" (MOURA 2016, p.16). A hegemonia em discursos segregacionistas, infelizmente ainda opera em plena modernidade.

Para se fazer inclusão é preciso reconhecer as necessidades do alunado. Aspectos e procedimentos como recursos, produtos, equipamentos e atitudes acessíveis, são estratégias consideradas positivas e fundamentais no acesso e permanência do indivíduo com deficiência na escola e no ambiente de trabalho (SOUZA, 2014). O autor reforça ainda que, é perceptível o avanço das práticas inclusivas dentro dos ambientes de ensino, e em âmbito estadual é inegável o avanço alcançado nos últimos anos em termos de atendimento aos direitos das pessoas com deficiência. Especificamente, no IFAM o NAPNE, foi criado no ano de 2002, "com o objetivo de desenvolver na instituição a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais" (SOUZA, 2014).

Em 2015 foi aprovado o Regimento Interno do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE[5]. Conforme este documento cada campus possui um núcleo local, ligado ao núcleo sistêmico, que busca fomentar ações de inclusão dentro da instituição.

No Campus Parintins, além da implementação de outras ações, o NAPNE desenvolveu o projeto Discente Amigo como uma estratégia pedagógica para a ampliação de práticas inclusivas que contribuiu no desenvolvimento das atividades de ensino, atuando na sociali-

5 RESOLUÇÃO Nº. 45 -CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015. Aprova as Normas que trata do Regimento Interno do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/conteudo-ate-16-07.2020/...

zação e autoestima dos estudantes com deficiência, neste caso, alunos surdos.

Metodologia

O projeto Discente Amigo surgiu no ano de 2016, logo após o ingresso de estudantes surdos no IFAM Campus Parintins, por meio dos Projetos Integrais de Assistência ao Educando. Foi uma das estratégias encontradas ao se deparar com a nova realidade dentro da instituição. Segundo dados da secretaria do campus, na época, havia 8 pessoas com necessidades educacionais especiais matriculadas, dos quais cinco eram alunos surdos.

Após o resultado do processo seletivo interno, os discentes selecionados passaram por uma entrevista, onde receberam orientação e treinamento, assim como a instrução sobre a língua brasileira de sinais, o meio de comunicação da cultura surda. O objetivo do projeto foi apoiar a inclusão e acessibilidade acadêmica dos estudantes com deficiência no Campus Parintins, garantindo a participação no processo escolar, estabelecendo autonomia na comunicação e/ou locomoção, possibilitando seu desenvolvimento pessoal e social.

Imagem 1. Atendimento na sala do NAPNE

Fonte: Arquivo próprio

Imagem 2. Atendimento extraclasse

Fonte: Arquivo próprio

Imagem 3. Atividade prática

Fonte: Arquivo próprio

Toda e qualquer estratégia que possibilite e facilite a inclusão, permanência e êxito de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular devem ser colocadas em práticas, às pessoas aprendem por meio da convivência, do compartilhamento de experiências, da socialização. Um direito garantido na legislação brasileira, da igualdade e não discriminação,

> Art. 4º, § 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

Visando o exercício de direitos, a inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência, a mesma lei conceitua Tecnologia Assistiva

como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovam a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência. (BRASIL, 2015).

O projeto Discente Amigo selecionou um aluno da mesma sala de aula para cada estudante com deficiência para ajudar na mediação da comunicação e dos conhecimentos entre professor e aluno, aluno e aluno. Além das atividades em sala de aula esses alunos eram acompanhados também nas atividades práticas extraclasse e no contra turno. Quando necessário, o discente amigo com a participação dos professores e coordenação do núcleo elaboravam e disponibilizavam materiais que ampliavam a participação dos alunos com deficiência nos desafios educacionais propostos, de acordo com seu grau de conhecimento e experiência, totalizando 10 horas semanais. Assim, elevando a autoestima e aumentando a capacidade de socialização com o outro e com a turma, pois o aluno não se vê mais sozinho, numa sala onde antes se sentia segregado, excluído das atividades por não se "igualar" com os demais, ou se sentir num mundo que não é seu. O projeto trouxe uma nova concepção, um olhar diferente sobre a individualidade de cada ser humano, a participação e o convívio com o outro.

Resultados e Discussão

O projeto proporcionou aos alunos ouvintes o conhecimento com a cultura do surdo o contato prático de uma segunda língua, a libras, assim como a vivência e a troca de experiências com o outro, cabe ressaltar a quebra de barreiras de comportamentos e atitudes frente às pessoas com deficiência. Atitudes que vão contribuir socialmente na vida desses estudantes. Aos surdos, o projeto pôde proporcionar, além da auto estima, da socialização por meio da convivência com o outro, o desenvolvimento do conhecimento, da prática do saber por meio das relações mútuas, favorecendo um ensino pautado nas diversidades dos educandos, com isso favorecendo o seu desenvolvimento acadêmico, profissional e social.

Essa experiência só traz benefícios para a escola, independente do público alvo a ser atendido neste projeto, pois todos aprendem com a prática, a interação com os pares, por meio de um ensino colaborativo. A escola inclusiva deve ser palco de construção da identidade humana e valorização da diversidade. Mantoan, enfatiza que,

> Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar — sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma (2003, p. 35).

Nesta perspectiva de valorizar a diferença pela convivência com o outro, o projeto Discente Amigo, por meio de suas atividades, proporcionou melhores condições de permanência e convivência em sala de aula com os professores, colegas e demais profissionais da educação, assim como elevou possibilidades de promoção no desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, no âmbito do IFAM Campus Parintins.

Considerações Finais

Cabe a cada um de nós superar o ensino burocrático, tradicional e individualista que não colaboraram para as exigências da sociedade contemporânea. A escola cada vez mais assume a responsabilidade de transmitir conhecimentos, de extinguir com práticas que não contribuem para o desenvolvimento crítico e reflexivo do ser humano. A proposta de uma escola inclusiva é pautada na relação de solidariedade, de sociabilidade, na construção do saber, onde todos têm a sua parcela de contribuição. E, para isso é necessário a implementação de ações e estratégias que viabilizem o acesso, a permanência e a participação dos alunos nas atividades teóricas e práticas. Isso requer mudanças organizacionais, pedagógicas, estruturais, de comunicação e, principalmente, de atitudes frente à essa diversidade que constitui a escola. O projeto Discente Amigo foi uma experiência positiva que muito contribuiu para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes surdos, no IFAM Campus Parintins, porém, como um projeto inovador, algumas mudanças e ajustes precisam ser revisados. Espera-se com esse trabalho que mais ações, projetos e novas pesquisas, possam contribuir com a inclusão educacional das pessoas com deficiência.

Agradecimentos

Ao IFAM pela oportunidade do desenvolvimento do projeto; aos professores e colaboradores pela participação e importante contribuição; aos discentes amigos, pelo empenho e dedicação na execução deste excelente trabalho e, aos alunos surdos que contribuíram de forma positiva para a efetivação do projeto.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério de Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

CHEROBINI, A. L.; MARTINAZZO, C. J. O pensamento complexo e as implicações da transdisciplinaridade para a práxis pedagógica. APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação, ano 3, n. 5, p. 165-182, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 148 p.

Mantoan. Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

Souza, Dalmir Pacheco de. Políticas Públicas e a Visibilidade da Pessoa com Deficiência: Estudo de Caso do Projeto Curupira. Manaus: UFAM, 2014. 197 f.; il. color.

TRAGTENBERG, Mauricio. Relações de poder na escola. In Revista Espaço Acadêmico, Ano I, nº 7, dezembro de 2001. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/007/07trag_escola.htm

TRAGTENBERG, Mauricio. Sobre Educação, Política e Sindicalismo. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

AS METAMORFOSES DA EDUCAÇÃO DIANTE DO CONTEXTO CAPITALISTA

Janaína Zildeia da Silva Paiva[1]
Elenise Faria Scherer[2]

Introdução

Com a adoção do ideário neoliberal é instaurado a lógica do Estado mínimo, da desregulamentação e privatização da esfera pública. A educação e a formação profissional são ajustadas à reestruturação produtiva, à qual é oriunda da nova base técnica e dos processos de globalização. Essa perspectiva de desenvolvimento da ciência e tecnologia não contempla as relações sociais, eles impactam sobre o mundo da produção e do trabalho, contribuindo para a precarização do trabalho e do desemprego estrutural (FRIGOTTO, 1998).

Adorno (1995), adverte para os efeitos negativos da educação baseada apenas no esclarecimento da consciência, sobretudo quando esta é transformada em apenas mais um instrumento da situação social vigente. O desenvolvimento científico não conduz necessariamente à emancipação, pois, este está vinculado a determinada formação social, e ao ao contrário disso, ele pode conduzir a barbárie, principalmente com a conversão da ciência em força produtiva social, bem como, pelo condicionamento dos processos formativos e educacionais ao modo de produção capitalista. Para o autor, "É preciso romper com a educação enquanto mera apropriação de instrumental técnico e receituário para a eficiência, insistindo no aprendizado aberto à elaboração da história e ao contato com o outro não-idêntico, o diferenciado" (p. 27).

Para a realização do trabalho se faz necessário uma articulação direta com a educação, e o alvo da ação educativa no modelo educacional atual é a preparação para o mercado de trabalho. Isso decorre do avanço científico e tecnológico no mundo do trabalho e a maior sociabilização da política mundial, através da política neoliberal, que é uma doutrina teórica-política da reação burguesa em busca da regularidade do sistema capitalista. Nesse contexto a educação adquire um novo

1 Doutoranda do Programa de Pós-Gradução Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: janainajzsp@gmail.com
2 Pós-doutora pelo Intitut des Hautes Etudes de l'Amerique Latine - Université Paris III - Sorbonne Nouvelle (2008). Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: elenisefaria@gmail.com

valor e uma nova necessidade de adequar-se às carências do mercado, bem como, de atender aos interesses de manutenção das condições de acumulação capitalista (FRANÇA, 2015).

No capitalismo tudo se mercantiliza, a relação mercantil invade completamente tudo, e na área educacional não seria diferente, na lógica do capital a educação é transformada em mercadoria, o que torna cada vez mais difícil lutar pela defesa da educação pública e de qualidade. O neoliberalismo conseguiu impor suas políticas antidemocráticas ao dissolver o direito à educação como um direito social e de desintegrar o aparato institucional que garantia essa concretização (GENTILI, 1995).

Assim, o ideário neoliberal perpassa e transforma todas as esferas da vida na sociedade capitalista. E a educação será uma das suas estratégias de obtenção de lucro através da produção do capital humano a serviço da empresa, ou seja, haverá um envolvimento da escola nesta nova fase do capitalismo mundializado.

Neoliberalismo no contexto mundial

O neoliberalismo surge na década de 1970, sendo considerado o ressurgimento do liberalismo como ideologia predominante na política e economia internacionais. O liberalismo se opõe ao Keynesianismo (Estado de Bem-Estar Social), pois visa a redução dos gastos públicos, a demissão em massa de servidores públicos e a privatização das empresas estatais.

"O neoliberalismo é o paradigma econômico e político que define o nosso tempo" (McChesney, 1998), o qual possui um conjunto de políticas e processos que permite a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlarem a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais.

O neoliberalismo é um sistema de princípios, que aparentemente é novo, mas faz uso de ideais liberais clássicas como as de Adam Smith. Esse sistema doutrinário também é conhecido como "Consenso de Washington" (CHOMSKY, 2002, p.9). O Consenso de Washington foi traçado, implementado e é controlado pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais, sendo um conjunto de princípios orientados para o mercado, o qual possui formas diferentes que se adequam ás necessidades das sociedades mais vulneráveis em que é implantado, ele visa principalmente, o ajuste estrutural por meio de rígidos programas.

Segundo Chomsky (2009), ele apresenta como regras básicas a liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado, ou seja, os ajustes de preço, fim da inflação, ou melhor estabilidade macroeconômica e privatização. E para tal finalidade, os governos e a população devem "ficar fora do caminho", o que trará um grande impacto sobre a ordem mundial, ou seja é um "governo mundial de fato", é uma nova era imperial (p.9).

Já para Chauí (2001), o neoliberalismo surge quando entra em crise o Estado de Bem-Estar, de modelo Keynesiano e social-democrata, no qual o Estado era parceiro e o regulador econômico na gestão dos fundos públicos. Operando por meio do planejamento econômico e na redistribuição da renda através de benefícios sociais conquistados pelas lutas sindicais e populares de 1930-1940, mais conhecida como o colapso da modernização (p.17).

No ano de 1970, o capitalismo enfrentou sua primeira crise, denominada de estagflação, em virtude das altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento econômico, essa crise capitalista culminou com o nascimento do neoliberalismo. Com relação a crise também se agregam justificativas como por exemplo, do poder demasiado dos movimentos operários e dos sindicatos, os quais pressionavam por aumentos salariais, que resultou em elevados encargos sociais para o Estado, desencadeando processos descontrolados de inflação (CHAUÍ, 2001, p.17).

Segundo Chauí (2001), no capitalismo não há espaço para a atuação do Estado como regulador do mercado, e nem como provedor nas políticas públicas de direito sociais, como outrora ocorrera durante o período pós-segunda guerra mundial, com o keynesianismo. Com esse sistema ocorreu a privatização tanto das empresas como dos serviços públicos também, logo, a garantia dos direitos sociais tende a desaparecer gradativamente, onde o que era um direito torna-se a partir desse momento, um serviço privado gerido pelo mercado. E os direitos sociais transformados em mercadoria, será um produto acessível apenas para aqueles pode comprá-lo (p.20).

De acordo com Harvey (2005), os anos 1978-80 são considerados como um momento revolucionário de divisão na história social e econômica do mundo, onde diversos epicentros, como China, Estados Unidos e Inglaterra, espalharam e impuseram esses impulsos revolucionários ao mundo. Por meio de políticas destinadas a restringir o poder

do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente como no cenário mundial (p.5).

Surgindo assim essa doutrina particular denominada de neoliberalismo, o qual apresenta o seguinte conceito,

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (HARVEY, 2005, p.6).

Ainda segundo o autor acima mencionado, ocorreu uma identificação e aceitação ao neoliberalismo em suas práticas e no seu pensamento político-econômicos desde os anos 1970. Sendo comum a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar social e a adoção da desregulação e da privatização, seja de forma voluntária, seja por pressões coercitivas (HARVEY, 2005, p.6).

Atualmente, os grandes apoiadores da proposta neoliberal ocupam posições de considerável influência no campo da educação, principalmente nas universidades e em muitos "bancos de ideias", e também nos meios de comunicação, além dos conselhos de administração e instituições financeiras. E em instituições-chave do Estado, com destaque para as áreas do tesouro e bancos centrais, bem como nas instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais (HARVEY, 2005, p.6).

O neoliberalismo afetou tão significativamente os modos de pensamento, se integrou aos hábitos cotidianos das pessoas explicarem, viverem e refletirem o mundo, ou seja, ele se tornou predominante como modo de vida e em todos os seus sentidos. Todavia, esse processo não se deu de forma totalmente pacífica, pelo contrário, ele foi responsável por muita destruição criativa, principalmente com relação a soberania do Estado.

Segundo Harvey (2005), afetou sobremaneira também "as divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração" (p. 6). Principalmente, ao destruir todas as crenças e éticas anteriores, e tornar predominante a troca de mercado com regulatória de todas as ações humanas, enfim há o domínio hegemônico do mercado. Daí a necessidade do neoliberalismo em dominar as tecnologias de informação e sua promoção, sendo por muitos denominada de um novo tipo de "sociedade da informação".

Essas novas tecnologias reduziram o tempo das transações de mercado, e ampliaram a expansão desse mercado pelo mundo a fora, fenômeno esse que Harvey (2005) denomina de "compressão do tempo-espaço", o qual se tornou possível em virtude também do processo de globalização, bem como da condição pós-moderna, na qual o contrato temporário perpassa "as instituições permanentes nos domínios profissionais, emocional, sexual, cultural, familiar e internacional, bem como nas questões políticas" (p. 7).

Assim, diante desse contexto político e econômico, o qual reflete um mundo de transformação e incertezas sem precedentes, qual deverá ser o rumo da educação para a formação do trabalhador ideal a essa realidade.

Educação Brasileira

A educação no Brasil sempre esteve condicionada pela política vigente em cada período. Na época da colônia e do império, na educação brasileira existam as escolas superiores de Medicina e de Direito, as quais cabiam a formação dos futuros magnatas da sociedade, os filhos dos fazendeiros, os quais compunham a elite do poder. Esses bacharéis substituiriam os patriarcas na direção das fazendas e do Estado (TRAGTENBERG, 2004, p. 193), ou seja, esses serão responsáveis pelo desenvolvimento econômico e político da sociedade.

Segundo Tragtemberg (2004), durante a república esses bacharéis de direito se aliaram a engenheiros e economistas como assessores do poder. E os militares passaram do poder indireto ao poder manifesto, em virtude das alianças com as multinacionais, com os setores latifundiário e industrial sob a hegemonia do capital bancário (p. 194).

Por causa do desenvolvimento industrial houve a necessidade da educação se modificar para formar e fornecer uma mão de obra que dominasse minimamente a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas. O que resultou na multiplicação do ensino primário e secundário, os quais foram a meta do "Manifesto dos Educadores de 1922" e da revolução de 30 (TRAGTENBERG, 2004, p. 194).

Para o autor, a disseminação da universidade, ensino médio, no pós-64, e principalmente das escolas particulares propiciaram o ambiente favorável para a reprodução de um capital na "indústria do ensino". Que além da geração de uma mão de obra barata oriunda das universidades e faculdades de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e também resultou em um diploma de valor simbólico para quem o conquista (TRAGTENBERG, 2004, p. 194).

O que culminou numa contraversão, pois os descendentes ricos da classe alta, que estudavam nas melhores escolas adentravam nas universidades públicas, enquanto que aos pobres da classe baixa cabia apenas pagar com o esforço de seu trabalho diurno, as faculdades particulares noturnas (TRAGTENBERG, 2004, p. 194).

A escola é um instrumento de manipulação da mão de obra futura para as indústrias e para os mecanismos do Estado. A burocracia escolar controla tanto o professor quanto o aluno, o primeiro por meio das nomeações e dos dispositivos de carreira e o segundo mediante os métodos de provas e notas (TRAGTENBERG, 2004, p. 194).

O ensino técnico e profissionalizante seria destinado aos pobres para que permanecessem no nível médio e saíssem como técnicos para exercer funções subalternas nas indústrias e escritórios. Enquanto que os filhos da elite e da classe média alta têm acesso as universidades, em cursos de tempo integral, como Medicina e Engenharia objetivando se tornarem em agentes dos donos do poder e não assalariados (TRAGTENBERG, 2004, p. 198).

Na verdade, a maioria das reformas educacionais no Brasil, não passam de uma restauração, ou melhor, apenas um aprimoramento do que já existe (TRAGTENBERG, 2004, p. 198).

O sistema educativo não torna perceptível a incoerência entre o princípio de igualdade de oportunidades e da mobilidade social através da escola, por um lado e a continuidade, solidificação e até o aprofundamento das desigualdades, por outro. Ele tem contribuído para eternizar e validar uma ordem social estruturalmente desarmônica, tendo que desmentir na prática esses princípios igualitários (SANTOS, 1999, p. 167).

As pressões sociais da classe média para ingressarem nas universidades, fez o governo brasileiro tentar resolver o problema dos "excedentes" por meio da ampliação massiva das vagas por meio da propagação do ensino universitário particular (TRAGTENBERG, 2004, p. 199).

Assim, houve uma investidura impressionante da indústria do ensino particular e com retorno imediato em cursos que exigem o mínimo de estrutura como professor e giz, como por exemplo nos cursos de administração, economia e direito, ou seja, cursos mais teóricos que não necessitam de laboratórios e outros equipamentos. Coube ao Estado investir nos cursos de engenharia, física, química e medicina, os quais exigem grandes investimentos em equipamentos de alta tecnologia com recursos oriundos da exploração do trabalho sob o capital (TRAGTENBERG, 2004, p. 199).

Na realidade a "democratização do ensino" foi o investimento de capital particular na indústria do ensino e com um rápido retorno da aplicação. Formando uma grande quantidade de mão de obra menos onerosa, ou seja, a ampliação de um exército de reserva de diplomados, sujeitos as leis da exploração do capital na condição de assalariados, cujos salários desses profissionais liberais não condizem com a titulação conquistada (TRAGTENBERG, 2004, p. 199).

Essa dicotomia educação-trabalho perpassa a um grau maior de interrogações quanto a sua própria sequência, haja visto que as ligeiras mudanças dos processos produtivos transformaram a educação paralela ao trabalho, ou melhor, antes a sequência era, a educação vinha em primeiro plano e depois o trabalho, agora os dois acontecem conjuntamente (SANTOS, 1999, p. 171).

Há no processo produtivo um entrelaçamento entre formação e exercício profissional, daí a necessidade da educação permanente, da reciclagem, da reconversão profissional, o que aumentou significativamente o quantitativo de adultos e de trabalhadores-estudantes entre a população estudantil (SANTOS, 1999, p. 171).

E o próprio entendimento conceitual de trabalho tem sofrido alterações, no sentido de compreender a relação entre trabalho e emprego, o que tem favorecido para o investimento no emprego primeiramente em detrimento do empenho na formação (SANTOS, 1999, p. 171).

As inseguranças no mercado de trabalho e as instabilidades das formações profissionais exigem dos estudantes o complemento de uma formação cultural concreta e extensa, uma visão universal do mundo e de suas transições para aflorar o entendimento crítico, a criatividade, a ambição pessoal diante do trabalho laborioso e em equipe, ou seja, capacitá-los para as condições cada vez mais elaboradas do processo produtivo (SANTOS, 1999, p. 172).

A doutrina neoliberal adotada como política de Estado tem intensificado a privatização da escola pública, a qual deve funcionar por suas próprias condições, captando seus próprios recursos na dinâmica do mercado. A escola é transformada em uma instituição onde a administração educacional deve assumir novos modelos de produtividade e qualidade, ou melhor, o sistema educacional adota o caráter de empresa, facilitando informações gerais sobre a qualidade do ensino, como uma ferramenta de atração para os consumidores. Na ótica neoliberal é necessário estabelecer mecanismos de diferenciação entre as instituições de ensino, isso ocorre por meio do controle e avaliação, como forma de estimular a competição entre elas. O capital tem necessidade de controlar o processo de trabalho escolar por meio da gestão de qualidade, estabelecendo assim, uma nova divisão do trabalho na educação (FRANÇA, 2015).

O neoliberalismo necessita despolitizar a educação dando-lhe um novo significado como mercadoria para garantir o sucesso de suas medidas mercantilizantes, às quais precisam do consenso em volta delas. Para facilitar esse acolhimento da educação como mercadoria, o discurso neoliberal ataca em duas vertentes que são a qualidade da educação e a articulação da área educacional como área de trabalho, uma espécie de nova teoria do capital humano. A qualidade da educação ao ser transformada em propriedade se torna algo passível de desejo, o que favorece sua oferta pelos empreendedores da área, ou melhor, ela pode ser adquirida no mercado, deixando de ser um direito ofertado exclusivamente pelo Estado, e passando a ser totalmente possível de ser comprada no mercado educacional (GENTILI, 1995).

A Universidade a serviço do capital

A ciência e tecnologia foram transformadas em forças produtivas a serviço do capital, os capitalistas encontraram nessas duas ferramentas a possibilidade de ampliação de sua força e poder, visto que, ao controlá-las, eles detêm o privilégio exclusivo da informação e do conhecimento, o que aumenta ainda mais a sua dominação aos demais países (CHAUÍ, 2001, p. 20).

O pós-modernismo se tornou a ideologia oficial da nova forma de acumulação do capital, desconsiderando totalmente os conceitos que instituíram e consolidaram a modernidade, passando a considerar a fragmentação como modo de ser da realidade, onde se valoriza o superficial e a velocidade absurda do espaço e do tempo em dos ramos da vida em sociedade (CHAUÍ, 2001, p. 23).

O neoliberalismo de posse das bases pós-moderna faz três inversões ideológicas como, substitui a lógica da produção pelo da circulação, do trabalho pela comunicação e da luta de classe pela satisfação imediata do consumo. É perceptível como a ideologia pós-moderna alicerça a base para que o neoliberalismo se consolide no imaginário social (CHAUÍ, 2001, p. 23).

Esses reflexos da pós-modernidade vão se espraiar até a ciência e tecnologia trazendo mudanças significativa. Em todas as épocas da humanidade, a ciência adotou uma postura diferente, e na ciência contemporânea não seria de outra forma, porém, a grande distinção ocorre pelo fato desta alegar que constrói intelectual e experimentalmente nos laboratórios. Veem a ciência como engenharia, ou seja, são capazes de criar a própria realidade, ao transformar os objetos em autômatos, dotados de lógica própria, de intervir na organização social e política (CHAUÍ, 2001, p. 23).

A ciência e tecnologia ao se tornarem forças produtivas forneceram um poder humano sobre toda a realidade, como as tecnologias biológicas, nucleares, cibernéticas e de informação, as quais representam uma força descomunal, capaz de controlar a natureza, a sociedade e a cultura. São os poderes intelectuais dominados pelos poderes econômicos e políticos, que podem ameaçar toda a humanidade (CHAUÍ, 2001, p. 24).

Os cientistas antigos e modernos diziam que o conhecimento libertaria o homem do medo, da superstição, da natureza hostil, porém, com a ciência e tecnologia sob a lógica neoliberal e à ideologia pós-mo-

derna, estas se tornaram um poder desconhecido, incontrolável, gerador de medo, de controle de informações como segredos de Estado e da desinformação para a grande massa (CHAUÍ, 2001, p. 24).

É perceptível a submissão aos padrões neoliberais e a ideologia pós-moderna nas universidades federais brasileiras, principalmente com essa privatização do que é público, a partir do financiamento das pesquisas, de investimentos nos laboratórios, na determinação dos temas a serem pesquisados, da compressão espaço-temporal segundo (Marx, 1982; Harvey, 1989), na produção das pesquisas de mestrados e doutorados, enfim, a universidade como instituição social abre espaço para a universidade operacional aos moldes da lógica de mercado.

Todavia, há algumas disputas dentro das próprias universidades federais que são de cunho sociológico, político, econômico e acadêmico. Disputas entre as áreas das ciência e tecnologia com as humanidades, no campo político entre a eficácia e competência contra a democratismo, no plano econômico se dá racionalidade mercantil em oposição ao atraso corporativista, e acadêmico entre a prática concreta e a especulação abstrata. Enfim, entre os que são contra ou a favor da sociedade administrada, segunda a Escola de Frankfurt (CHAUÍ, 2014).

Todo o trajeto do capital consiste em transformar qualquer coisa, material ou imaterial, em objeto do e para o capital, ou seja, tudo pode ser convertido em mercadoria para o mercado e adquirido na troca por dinheiro. E como tudo pode ser convertido em mercadoria, tudo passa a ser administrado da mesma forma, e é assim que os princípios administrativos serão incorporados na gestão das instituições. É o que Chauí denomina de "tecnocracia" administrar a universidade como se administra qualquer outra empresa. Essa prática administrativa é reforçada pela reprodução do capitalismo em todas as esferas da vida social por meio da acumulação flexível, que desarticula e rearticula tudo por meio da administração (CHAUÍ, 2014).

Segundo Chauí (2001), a universidade não tem feito o seu papel como local de produção de conhecimento, a começar pelo desenvolvimento de sua própria avaliação, de criar seus próprios indicadores adequados a sua realidade, sendo que

> [...] a universidade, que é responsável pela criação e invenção de métodos de pesquisa e de avaliação da realidade, até agora mostrou-se incapaz de criar os métodos e critérios da sua própria autoavaliação, e imita muito mal os procedimentos adotados pelas empresas

> cuja lógica é diversa da lógica universitária. O paradoxo consiste em que a universidade – lugar onde todas as coisas se transformam em objetos de conhecimento – não consegue colocar-se como objeto de conhecimento e inventar os procedimentos para a pesquisa de si mesma (p. 124-125).

Nessa universidade operacional a função da docência e da pesquisa adquirem outras funções totalmente diferentes dos papeis que estes tinham na então universidade clássica. Na contemporaneidade, à docência se tornou uma mera transmissão de conhecimento, a qual deve ser exposta de maneira rápida e clara, resumida e com figuras, bem como repassada diretamente ao aluno. Essa característica decorre do aumento significativo das faculdades privadas, as quais adequaram o ensino a realidade de seus clientes, que geralmente eram da classe média e trabalhavam para pagar os seus estudos, logo não dispunham de tempo para aulas exaustivas e com muito conteúdo (CHAUÍ, 2014).

Segundo Tragtemberg (2004), a universidade forma hoje, a mão de obra apropriada para a manutenção do autoritarismo do capital nas fábricas, e gera nos institutos de pesquisa, àqueles que adulteram os dados econômicos contra os assalariados, as escolas de direito produzem os cumpridores da legislação da exceção e nas escolas de medicina serão convertidos na medicina do capital, que exclui os deserdados do sistema. A universidade estimula a "pedantocracia" através da quantidade excessiva de títulos acadêmicos, onde os bacharelismos são substituídos pelos doutorismos e no predomínio da produção de um saber a serviço do poder (p. 12).

As faculdades de educação formam "planejadores tecnocratas" para discutir os meios da educação e elaborar as restaurações educacionais, pois não há uma reforma, apenas adaptações do já existente, não há realmente uma preocupação com a finalidade da educação. Fabrica-se o "professor-policial", que superestima o sistema de exames, os quais avaliam rigorosamente o aluno, e um total abandono do saber profissional, se conformando pacificamente com a sua realidade profissional (TRAGTENBERG, 2004, p. 12).

Assim, diante desse contexto de mudanças tão significativas em nossa sociedade e no mundo como vimos anteriormente, surge o seguinte questionamento, como defender a universidade pública brasileira frente as medidas do Estado Neoliberal e da ideologia pós-moderna.

Conclusão

A educação apresenta também uma particularidade contraditória, pois tem um lado mais humanizado, através do qual é possível incluir o sujeito no mercado de trabalho, e outro alienado, que nega essa inserção. E nesse contexto capitalista, a educação estará a serviço da humanização ou da alienação? O conhecimento será o instrumento que pode contribuir ou negar o processo de humanização. O Estado ao se abster da função reguladora do mercado de trabalho delega as empresas e o monopólio do conhecimento científico e tecnológico, isso tudo em busca da competitividade a todo preço, operando com poucos trabalhadores, aumentando a produção com o abuso de jornadas de trabalho, diminuição da produção por meio de férias coletivas, redução da jornada de trabalho ou até mesmo demissões em massa (FRANÇA, 2015).

A escola em si não produz mercadorias diretamente, mas ela se aproxima de alguma de suas esferas de produção, onde pode viabilizar a produção de mercadorias no contexto capitalista. Por exemplo, o trabalhador necessita de um conhecimento prévio, formação ou qualificação, para desempenhar sua capacidade produtiva. E também no caso das IES privadas, como circulação de mercadoria, como um produto destinado ao consumo. O docente é o próprio produto de seu trabalho, uma máquina especial dotada de condições de operacionalização fundamental para que possa produzir mercadorias e colocá-las à disposição do mercado consumidor.

Desta forma, esse panorama só se agrava ainda mais com a adoção das políticas neoliberais, que acentuam a retirada do Estado do financiamento das instituições públicas, levando-as a uma privatização interna e proporcionando mais subsídios às instituições privadas, consideradas como modelo de gestão. São as atuais industrias da educação brasileira, o alvo principal do capitalismo na atualidade.

Referências

ADORNO, Theodoro. Educação e Emancipação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Contra a universidade operacional - A greve de 2014 (8 de agosto de 2014). http://www.sedufsm.org.br/docs/noticia/2014/09/D15-222.pdf

CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e a ordem mundial. Tradutor Pedro Jorgensen Jr. Bertrand Brasil, 2002.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. A precarização do trabalho docente no ensino superior: o processo de mercantilização da educação e a desprofissionalização docente. 2015. www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../PrMv7PRq.pdf.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTLI, Pablo (Org.). Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. In: Da ideia de universidade à universidade de ideias, p86-105, 7ª edição, junho de 1999.

TRAGTENBERG, Maurício. Sobre educação, política e sindicalismo. Editora UNESP: São Paulo, 2004.

O NOVO CORONA VÍRUS, A EDUCAÇÃO AMAZÔNICA E O LIVRO DIDÁTICO

Marcos Afonso Dutra[1]
Artemis de Araújo Soares[2]

Introdução

A pandemia do novo coronavírus mudou cenários no mundo desde sua aparição no distrito de Hubei/China em dezembro de 2019. Alterações rígidas foram implementadas, exemplo de medidas extremas do tipo lockdawn[3] em várias cidades do Brasil e mundo afora, a fim de frear a velocidade da contaminação, pois o coronavírus vinha se espalhando de forma avassaladora contaminando milhares de pessoas e levando a óbito outros milhões delas. O impacto dessas medidas refletiu de imediato em todos os segmentos da sociedade, da economia à política; da cultura à educação.

É sobre o impacto causado, especialmente na educação, que este artigo irá tratar, pois com a aparição do primeiro caso de Covid-19 em março de 2019 na cidade de São Paulo, não demorou muito para que o novo coronavírus se alastrasse pelo Brasil e chegasse até o Norte do país. Na capital do Amazonas, Manaus, desde a confirmação da primeira pessoa contaminada, houve uma rápida mobilização das autoridades locais, orquestrando ações para conter a disseminação do novo coronavírus, e uma dessas medidas foi a suspensão das aulas na esfera municipal e estadual.

Essa medida fez com que a Prefeitura de Manaus, em parceria com o governo do Estado, implementasse o programa Aula em Casa, cuja finalidade consistia em dar continuidade ao calendário escolar 2020, uma vez que as aulas foram suspensas na rede municipal a partir do dia 01/04 do referido ano. A partir do dia 06/04 as aulas começaram a ser transmitidas ao vivo pelo canal de TV Encontro das Águas e pela

1 Professor da rede municipal de educação – SEMED, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM, doutorando neste mesmo programa.
2Orientadora, professora doutora, titular da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEFF/UFAM.
2 Orientadora, professora doutora, titular da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia – FEFF/UFAM.
3 Termo em língua inglesa que significa fechar uma região, interditando vias, proibindo deslocamentos e viagens não essenciais. Cada governante decide de que forma será feito esse fechamento, continuando a funcionar os serviços considerados essenciais.

internet através do aplicativo Mano para aqueles que possuíam aparelho celular ou computador, para o ensino médio e fundamental.

Dado o cenário educacional imposto pela pandemia do novo coronavírus, resolvemos investigar a relevância do livro didático como principal instrumento pedagógico a ser utilizado pelos pais e/ou responsáveis em casa. Ressalte-se que os professores responsáveis pelas turmas encaminham atividades pedagógicas para fixação e/ou reforço dos conteúdos ministrados pelo programa Aula em Casa sendo que o conteúdo do livro didático foi o mais utilizado pelos professores como forma de direcionamento aos pais na educação dos seus filhos.

Este artigo está dividido em dois momentos. O primeiro apresenta um quadro acerca do surgimento da pandemia do novo coronavírus e seus desdobramentos na educação. No segundo momento apresentamos dados coletados através de formulários respondido pelos pais e/ou responsáveis, ´que abordam sobre a importância do livro didático e seu uso no contexto doméstico com principal apoio na educação formal de seus filhos uma vez que as aulas presenciais foram suspensas e o ensino ocorreu em casa, ou seja, os pais seriam "professores".

Da primeira aparição na China à chegada no Brasil: os reflexos da pandemia na educação

A notícia do surgimento do primeiro caso em humanos da Covid-19 na cidade de Wuhan (epicentro inicial da pandemia), na província de Hubei, República Popular da China, em dezembro de 2019, surpreendeu a comunidade científica local e mundial. Trata-se de uma doença causada pelo coronavírus da síndrome respiratória grave 2 (SARS-CoV-2). Entretanto, naquele momento, por se tratar de um caso "isolado", numa cidade do leste asiático, ninguém, e talvez nem a comunidade científica mais experiente pudesse prever a dimensão da gravidade e, consequentemente a letalidade que a Covid 19 viria a causar em toda humanidade.

O contágio por Covid-19 se mostrou veloz e sua letalidade causou a morte de milhares de chineses num curto período. Tal fato levou o governo local a decretar isolamento social como principal medida de prevenção ao contágio. Diante da gravidade do problema, a OMS ligou o sinal de alerta. Em entrevista Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS, admitiu pela primeira vez se tratar de uma pandemia, pois o coronavírus saiu da província de Hubei e se espalhou, contaminando

pessoas em diferentes cidades e províncias da China aumentado do número de infectados e de óbitos.

Não bastasse o fato acima relatado, o contágio pelo novo coronavírus saiu da esfera geográfica chinesa e chegou de forma avassaladora no continente europeu, contaminando pessoas e deixando milhares de mortos na Itália, Alemanha, França e Espanha, e, dada a velocidade do contágio, era de se esperar que o vírus atravessasse o oceano e chegasse ao continente americano, visto que o alastramento estava associado a forma de contágio: aglomerações e contato com pessoas e ambientes contaminados. Até a presenta data do início da escrita desse artigo a Covid-19 já causou 365 mil[4] mortes de norte-americanos.

No dia 26/2 o Ministério da Saúde[5], confirmou o primeiro caso do novo coronavírus no Brasil, registro ocorrido na cidade de São Paulo. Diante da tamanha gravidade em função da velocidade da disseminação e do contágio por conta do novo coronavírus, as lideranças mundiais, após orientação da OMS, assumiram medidas protetivas para contenção da propagação do vírus, uma delas foi o isolamento social. Tal medida teve impacto direto na sociedade e consequentemente nas instituições sociais.

Especialistas asseguram que a Covid-19 causou impacto em todos os setores da sociedade, da economia à educação, "além de uma crise de saúde, a pandemia também desencadeou uma crise econômica mundial, as consequências dessa enorme recessão na economia superam a Grande Depressão, em 1929 e a crise brasileira de 2014.

Em decorrência deste cenário as aulas presenciais nas escolas públicas do Brasil, mesmo não obedecendo a um calendário único, foram suspensas a partir de março de 2020, é o que aponta o site da UNESCO[6].

> Desde o dia 12 de março de 2020, as redes estaduais de educação básica começaram a se adaptar ao contexto da pandemia do novo coronavírus. Algumas suspenderam as aulas e concederam férias aos estudantes e aos profissionais de educação, enquanto outras se adaptaram ao regime de educação remota. O fato é que, desde o final de março de 2020, todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal estão com as aulas presenciais suspensas. No final de abril, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou parecer com regras

4 https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/01/08/covid-19-eua-registram-mais-de-4-mil-mortes-em-um-dia-pela-1-vez consultado em 10.01.2021

5 www.saude.gov.br

6 Disponível em https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/covid-19-education-Brasil acessado em 27.09.2020

> sobre a educação durante a pandemia, incluindo autorização para que as atividades remotas sejam consideradas como dias letivos. Em junho, o parecer foi homologado pelo Ministério da Educação (MEC).

Frente à situação apontada pela UNESCO, estados e municípios adotaram esquema de adaptações e ajustes quanto ao formato e oferta das aulas para os alunos da rede pública e particular a fim de dar conta do cumprimento do calendário escolar do ano de 2020. Desse modo, as aulas presenciais foram substituídas por diferentes formatos pedagógicos, na maioria das vezes fazendo uso da combinação: tecnologia e educação. Assim, prevaleceram as aulas em diferentes modelos, fato que ganhou força e forjou mudanças no cenário educacional em todo Brasil.

O então prefeito de Manaus, Dr. Arthur Virgílio Neto/PSDB, atendendo as orientações da FVS - Fundação de Vigilância Sanitária, concedeu entrevista coletiva[7] anunciando a antecipação do recesso escolar a partir do dia 17.03.2020. Num primeiro momento o recesso escolar ficou decretado por um período de 15 dias[8] contando o anúncio da data citada até o dia 31.03.2020. Nesse ínterim foi publica a Resolução N. 003/CME/2020 de 23 de março de 2020, ela dispunha sobre o regime especial de aulas não presenciais no Sistema de Ensino do Município de Manaus como medida preventiva à disseminação da COVID-19.

Ao término do recesso escolar instituído pela Portaria nº 0338/2020-SEMED/GS de 31/03/2020, a prefeitura publicou a Portaria Nº 0380/2020-SEMED/GS no DOM – Diário Oficial do Município, anunciando "o teletrabalho em regime excepcional e temporário[9]" e instituindo o "Aula em Casa como medida de continuidade do ano letivo após retorno do recesso escolar"[10] " a contar a partir de 01/04/2020. Fato

7 As escolas da rede pública municipal vão antecipar o recesso escolar e suspender as aulas, de amanhã (17) até 31 de março, como medida de combate à disseminação do novo coronavírus. O anúncio foi feito pelo prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, em coletiva, nesta segunda-feira. Disponível em https://18horas.com.br/amazonas/escolas-municipais-terao-aulas-suspensas-ate-31-de-marco/ Acesso em 29.09.2020

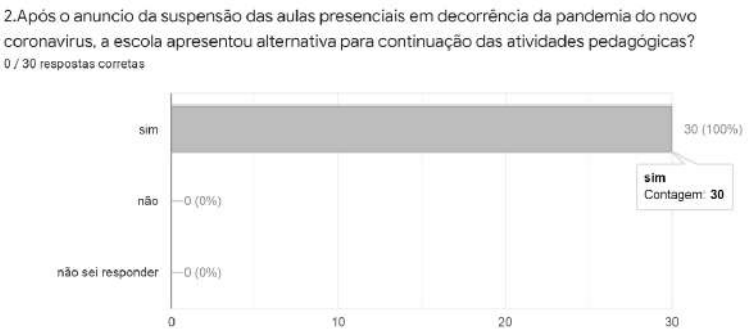
Leia mais em: https://18horas.com.br/amazonas/escolas-municipais-terao-aulas-suspensas-ate-31-de-marco

8 Com pandemia de coronavírus declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em todo o mundo e suspensão de aulas em algumas capitais do País, a Secretaria Municipal de Educação (Semed) resolveu seguir recomendações de autoridades em saúde. As aulas nas escolas do Município estão suspensas por 15 dias neste primeiro momento. O anúncio foi feito pelo prefeito Arthur Virgílio Neto em coletiva no início da tarde desta segunda-feira. Site https://todahora.com/articulos/prefeitura-suspende-aulas-em-manaus acesso 29.09.2020

9 Art. 1 PORTARIA Nº 0380/2020-SEMED/GS DOM Edição 4810, página 17 de 31.03.2020

10 Art. 6 PORTARIA Nº 0380/2020-SEMED/GS DOM Edição 4810, página 18 de 31.03.2020

constatado, conforme gráfico a seguir, pelas famílias que confirmaram a continuação das aulas.

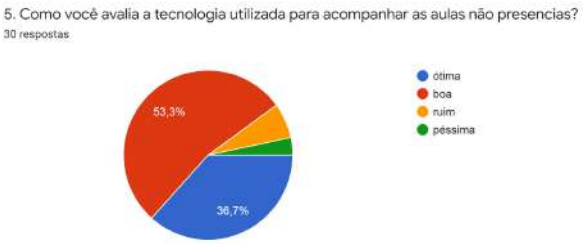


Após publicação da Portaria citada as aulas da rede municipal de ensino passaram a ser transmitidas no modelo Aula em Casa, essa transmissão se deu em parceria e cooperação[11] com o CEMEAM- Centro de Mídia de Educação do Amazonas da SEDUC, órgão vinculado à Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino de Manaus que passou a exibir através do canal de TV Encontro das Águas, o programa "Aula em Casa". As aulas poderiam ser assistidas ao vivo pela TV acessando o canal 31 ou pela internet através do celular ou computador.

O programa Aula em Casa envolveu um universo variado de profissionais (produtores, técnicos de filmagem, coordenadores e professores), cujo objetivo era oportunizar aulas a fim de que o calendário escolar de 2020 das escolas públicas não ficasse comprometido. Desse modo, a Secretaria Municipal de Educação deu seguimento as aulas,

11 O Governo do Estado e a Prefeitura de Manaus, por meio das secretarias de Estado de Educação e Desporto e Municipal de Educação (Semed-Manaus), assinaram, na manhã desta quarta-feira (25/03), um Termo de Cooperação Técnica para a ampliação de séries atendidas pelo programa "Aula em Casa". A iniciativa, que é pioneira no país, atenderá aproximadamente 450 mil alunos das redes públicas municipais e estadual do Amazonas.
O programa foi lançado na última segunda-feira (23/03), com conteúdos voltados para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio, e consiste em um regime especial de aulas não presenciais, inicialmente transmitidos por três canais da TV Encontro das Águas e pela internet". Disponível em http://www.educacao.am.gov.br/governo-do-estado--e-prefeitura-de-manaus-firmam-parceria-e-ampliam-projeto-aula-em-casa-para-450-mil--estudantes/#:~:text=Chamadas%20P%C3%BAblicas- Governo%20do%20Estado%20e%20Prefeitura%20de%20Manaus%20firmam%20parceria%20e,Casa'%20para%20450%20mil%20estudantes&text=De%20acordo%20com%20o%20secret%C3%A1rio,beneficiar%C3%A1%20aproximadamente%20450%20mil%20estudantes.

com adequações e mudanças no planejamento de ensino em função da pandemia do novo coronavírus através do programa citado. E, diga-se de passagem, obteve percentual acima de 50% de aprovação como mostra gráfico abaixo.



Fonte: arquivo do autor

É obvio que estas mudanças ocasionadas pelo novo coronavírus tiveram impacto na comunidade escolar como um todo, nas mais diversas ordens: sociais, econômicas, políticas e culturais. Afinal, mesmo parecendo clichê, não poderíamos deixar de destacar que ninguém esperava passar por uma crise sanitária de tamanha envergadura com a propagação de uma doença tão devastadora como a COVID-19 em pleno século XXI.

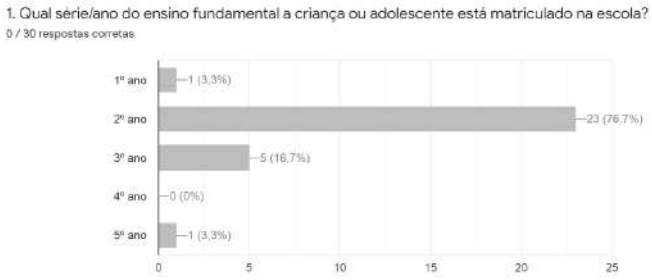
A Secretaria Municipal de Educação, acompanhando as demais secretarias educacionais do país, se viu obrigada a implementar estratégias de gestão educacional tendo em vista o momento pelo qual o Brasil e o mundo passavam - e ainda passam, por conta do novo coronavírus. Não é demasiado dizer que o professor, principal artífice no processo educativo de ensino-aprendizagem na sala de aula, de uma hora para outra se transformou num "Professor Digital", teve que se reinventar para dar conta da aprendizagem dos alunos num cenário por ele jamais visto e vivido: o ensino no estilo "home office".

No tocante aos instrumentos, recursos e apoio didático-pedagógico que foram utilizados nessa nova configuração de ensino-aprendizagem, (apostilas, gravação de vídeos, improvisação de espaço didático no ambiente doméstico etc.) destacamos o uso do livro didático e de sua importância no processo de ensino e aprendizagem diante do "novo" cenário educacional pelo qual as escolas brasileiras foram submetidas desde março do ano de 2020. Esse assunto trataremos no próximo tópico.

O livro didático como principal apoio pedagógico no contexto do programa "Aula em Casa"

Apresentaremos neste tópico argumentos sobre a importância do livro didático no cenário de pandemia do novo coronavírus em uma escola pública municipal de Manaus. Fomos em busca de saber o que pensam pais e/ou responsáveis sobre esse material pedagógico, amplamente distribuído nas escolas, e que nesse momento assumiu protagonismo na educação em ambiente doméstico por conta da pandemia. 30 famílias de crianças matriculadas na escola no ano letivo de 2020 responderam ao formulário na plataforma google com perguntas fechadas sobre o livro didático, o resultado foi traduzido em gráficos e compõem as discussões a seguir.

O livro didático foi entregue para as crianças da escola[12] antes da suspensão das aulas. Consideramos importante ressaltar que atuamos como professor na rede pública de ensino do município de Manaus, precisamente na escola onde a pesquisa aconteceu. A escola fica localizada na Zona Norte desta cidade, perímetro urbano e periférico, e atende a primeira etapa do ensino, 1º ao 5º ano, e EJA – Educação de Jovens e Adultos.



Fonte: arquivo do autor

Resolvemos investigar e problematizar o uso e o tratamento atribuído ao livro didático a partir da percepção dos pais dos alunos da turma com a qual trabalhávamos, a fim de coletar informações a respeito do que eles pensam e qual a opinião sobre esse material escolar, visto que eles acompanharam os filhos nas atividades encaminhadas pelo professor. Consideramos salutar salientar que o livro didático foi usado à exaustão, sobretudo porque ele era o material mais acessível

12 O nome da escola foi ocultado para preservarmos a identidade da mesma

aos alunos neste cenário diferenciado por conta da pandemia do novo coronavírus.

As aulas na escola da rede municipal de Manaus tiveram início no dia 05.02.2020 momento em que as escolas, corpo administrativo e pedagógico receberam os alunos para o exercício das atividades escolares para o decorrer do ano letivo de 2020. Mas, como citado, as aulas presenciais tiveram uma sucessão de interrupções até o decreto de suspensão das aulas emitido pelo prefeito de Manaus.

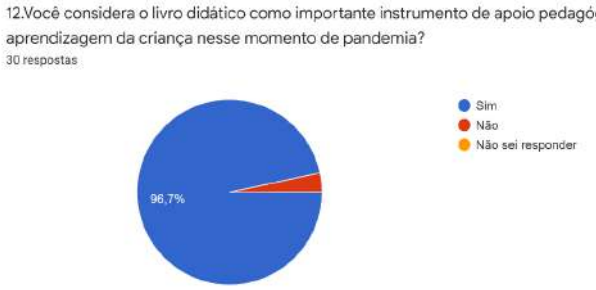
Tudo transcorria dentro do planejado, seguindo o calendário e a programação para o ano escolar. Um mês após o início das aulas, precisamente no dia 05.03.2020, a escola convocou os pais e /ou responsáveis para, em reunião, promover a entrega do livro didático a ser trabalhado no período letivo de 2020. Nesse dia, na sala de aula, projetamos um vídeo institucional sobre a importância do manuseio, do cuidado e da conservação que todos devem ter com o livro didático.

Como de costume os pais compareceram para o recebimento, aliás, é de bom tom destacar que se trata de um dos momentos celebrativos, onde pais e ou/responsáveis comparecem assiduamente a convocação recebida, demonstrando que eles possuem apreço ou atribuem importância ao livro didático. Afinal, trata-se de um instrumento pedagógico distribuído gratuitamente, fruto de debates que redundaram na efetivação de política pública, o PNLD[13], implementada pelo Governo Federal e que possibilitam sua garantia e entrega sem ônus aos alunos das escolas públicas.

Mesmo sabendo que o livro didático está longe de ser unanimidade quanto ao valor que ele representa, por vários motivos, fato constatado entre professores e especialistas que, ao estudá-lo, divergem quanto a sua consensualidade enquanto instrumento de veiculação do conhecimento histórico e da cultura em ambiente escolar, as famílias apontaram que o livro didático assumiu valor de inestimável importância pedagógica na alfabetização[14] das crianças nesse momento de pandemia. Abaixo apresentamos dados que sustentam nosso argumento.

13 "O acesso facilidade e a vulgarização do uso dos livros didáticos no Brasil podem ser creditados às ações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), programa do Governo Federal, sob a gerência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela avaliação, compra e distribuição de livros didáticos para alunos de escolas de Ensino Fundamental públicas de todo país." (MONTEIRO, 2014, p. 21)

14 "A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra. E a sua palavra humana imita a palavra divina: é criadora." (FREIRE, 1987, p. 11)



Fonte: arquivo do autor

Certamente o poder aquisitivo dos pais e/ou responsáveis dos alunos da turma que trabalhamos tem reflexo na condição social a que eles foram ou estão submetidos, pois são famílias de baixa renda[15].

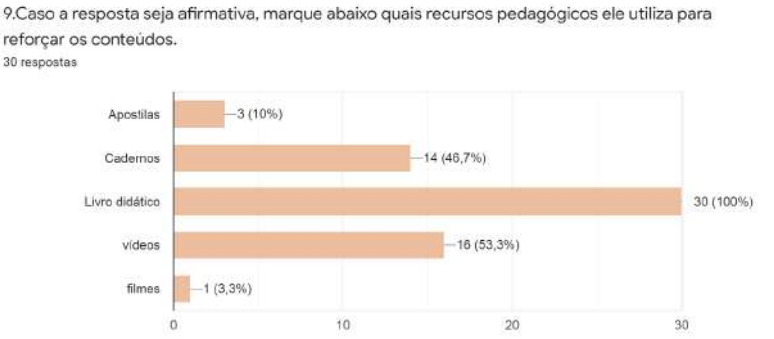
Diante dessa constatação, podemos conjecturar a respeito da importância que elas atribuem ao livro didático, talvez pelo fato de conseguirem, do ponto de vista subjetivo, perceberem o valor de promoção social que nele está intrínseco: elemento de veiculação da cultura e que, através do conhecimento nele contido, tornar-se-á possível que o aluno alcance outro patamar na pirâmide social, tornando-se cidadão crítico. O gráfico acima corrobora nosso argumento.

Em tempos de um calendário escolar normal, o livro didático sempre foi um apoio didático bastante utilizado no ambiente de sala de

15 "A universalização da educação em todos os níveis pressupõe a supressão de uma estrutura social baseada na desigual distribuição de renda, na separação entre mandantes e mandados." (TRAGTENBERG, 2004 p. 200)

aula, sendo uma ou outra atividade nele contida encaminhada como "dever para casa". Nesse momento em que o mundo passa por um cenário pandêmico, as escolas tiveram que adaptar o planejamento pedagógico a enfrentar esse desafio. Implica dizer que atividades diferenciadas tiveram que ser elaboradas a fim de dar conta desse contexto extraordinário, pois diante desse novo quadro de ensino e aprendizagem o livro didático assumiu um protagonismo singular.

Embora, como sinalizamos anteriormente, o livro didático seja um objeto não consensual[16]: goza de aceitação ao mesmo tempo em que também sofre rejeição, contudo, por se tratar de um momento excepcional, ele assumiu caráter de unanimidade, visto que, em função da definição do ensino "em casa" pela secretaria de educação do município, se tornou a alternativa didática mais viável que os alunos dispunham em ambiente doméstico que o professor poderia lançar mão de forma imediata para direcionar atividades pedagógicas. Fato confirmado na pesquisa realizada, como demonstraremos a seguir:



Fonte: arquivo do autor

Vários questionamentos emergiram acerca de como seria o "novo normal" e seus desdobramentos na educação, destacamos a seguir alguns deles: Como faremos para reforçar os conteúdos ministrados pelas professoras através do projeto Aula em Casa? Vamos dar conta de cumprir a carga horária, os conteúdos propostos na matriz curricular e frequências dos alunos? E aqueles que não terão como assistir as aulas?

16 De acordo com Alain Choppin se hoje consideramos o livro didático como um objeto banal, um objeto tão familiar que parece inútil tentar uma definição a seu respeito, pois há uma complexidade que o envolve, devido a multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e diversidade de agentes que ele envolve."

Quanto ao material didático: iremos produzir apostilas, gravar vídeos, usar aplicativos de celular, enviar por e-mail? Contudo, apesar das inúmeras indagações que surgiram, tínhamos uma certeza: as crianças haviam recebido o livro didático!

E foi com essa certeza que avançamos em direção ao enfretamento desse novo cenário de ensino-aprendizagem, emblemático e desafiador, que a pandemia impôs a todos os artífices da educação, sobretudo -sem demérito aos demais, aos professores, fomos nós, na condição de professor-pesquisador, que mantivemos contato direto com os pais e/ou responsáveis dos alunos por intermédio de telefone e aplicativo de celular até o encerramento das aulas.

A entrega do livro didático aos alunos antes da suspensão das aulas foi considerada por muitos professores como o grande "trunfo" promovido pela escola, pois mesmo sem se dar conta do que estaria por acontecer, este elemento – o livro didático, diante do quadro que se apresentava e ainda se apresenta, ganhou status de "salvador da pátria".

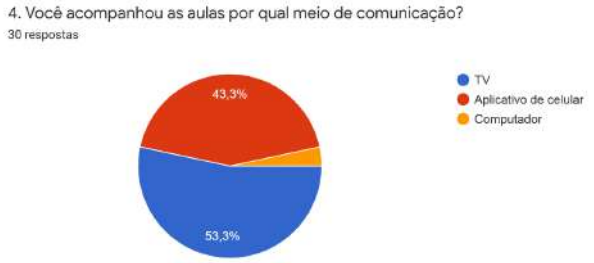
De fato, face as dificuldades impostas, as estratégias didático-metodológicas a serem adotadas para mediar a aprendizagem dos alunos num ambiente distinto àquele da sala de aula, seriam, talvez, o grande desafio. Os professores se apoiaram no livro didático como principal recurso para dar continuidade, reforçar, fixar o conteúdo proposto no Aula em Casa, visto que, no auge da pandemia, a campanha "fique em casa" ganhava cada dia mais força, ou seja, sair de casa somente em casos extremos. Logo, não poderíamos contrariar as orientações dos órgãos de vigilância sanitária e consequentemente da Secretaria Municipal de Educação.

Vários foram os problemas sociais que a pandemia do novo coronavírus trouxe à tona, um deles teve amplo destaque na mídia, a desigualdade social.[17] Reflexo constatado no grupo de pais e/ou responsáveis dos alunos da escola pesquisada, a maioria de baixa renda e escolaridade[18], alegou não dispor de condições financeiras que viabilizasse aquisição de crédito para "carregar" o celular; outros não possuíam ce-

17 **"**A expansão da pandemia de Covid 19 pelas favelas, periferias e interiores do Brasil escancarou a perversa desigualdade social e econômica entre as classes sociais naturalizada e aceita por grande parte da sociedade e das instituições do Estado, o que representa uma barreira às recomendações de higiene básica, distanciamento físico e permanência em casa, alerta a **Radis"**. Acesso em 26/12/202, disponível em https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19

18 "Vê-se imediatamente que as transformações dos sistemas de relações que unem o sistema escolar e a estrutura de relações de classe, transformações eu se exprimem por exemplo ne evolução das taxas de escolarização das diferentes classes sociais [...]" (BOURDIEU, PASSERON. 2009, p. 119)

lular; alguns não tinham aparelho áudio visual para acessar o canal de TV Encontro das Águas; para a maioria computador é artigo de luxo. (vide gráfico abaixo). Enfim, estávamos diante de uma realidade social com forte impacto na escola e colocando em risco o alcance do programa Aula em Casa.



Fonte: arquivo do autor

Embora já tenhamos dito, contudo não sendo demasiado reafirmar, o livro didático carrega consigo um universo complexo e emblemático[19]: é um instrumento didático-pedagógico repleto de antagonismos, (celebrado por uns, execrado por outros), e dualismos (sim e não fazem parte das discussões a seu respeito). Todavia, nesse momento de pandemia, ele esteve no topo dos materiais didáticos utilizados no planejamento dos professores para consolidação dos conteúdos ensinados através do canal de TV e posteriormente encaminhados aos pais para que, junto aos seus filhos, fizessem as atividades nele proposta.

Considerações finais

O ano de 2020, conforme ecoa no jargão popular, "não foi fácil pra ninguém, foi um ano muito difícil". A população mundial teve que se adaptar após a OMS anunciar que a humanidade estava diante de uma pandemia. O novo coronavírus, que até então havia contaminado pessoas na China, saiu do território oriental e se espalhou por todos os continentes do globo terrestre em uma velocidade estonteante, e de acordo com as previsões de especialistas, iria contaminar um número infinito de pessoas em todo o mundo, os números atuais confirmam as

19 "O livro didático foi objeto de uma série de análises alicerçadas em diferentes cortes teóricos e metodológicos, provenientes de diferentes campos de investigação científica." (GATTI JUNIOR, 2004, p. 32)

previsões, até o fechamento desse artigo o Brasil havia ultrapassado a marca de 200 mil mortos em decorrência da Covid-19.

Nesse ínterim de mudanças e transformações em decorrência de uma crise sanitária, a educação, assim como outros segmentos sociais, foi fortemente atingida e teve que implementar reformulações no seu planejamento escolar, e teve que se adaptar diante desse novo cenário que se apresentava para a sociedade mundial. Governos e prefeituras emitiram portarias suspendendo as atividades pedagógicas no ambiente de sala de aula, tais documentos oficiais foram citados no primeiro tópico desse artigo e os links disponibilizados para consulta em nota de rodapé. Especificamente em Manaus, aqui apresentamos algumas considerações acerca do nosso estudo.

Em formulário respondido pelos pais e/ou responsáveis, constatamos que o livro didático foi considerado por eles como um elemento essencial. É fato que ele foi fundamental no auxílio à aprendizagem das crianças em ambiente doméstico, pois, diante da realidade inusitada em que todos se encontravam, esse material didático se mostrou um elemento de vital importância no reforço dos conteúdos das aulas ministradas pela TV. Uma vez confirmada sua importância no processo ensino-aprendizagem, deduzimos deduzir a existência de uma fragilidade na qualidade do aprendizado das crianças em ambiente doméstico, ora porque os exercícios solicitavam interlocução direta com o professor, profissional formado; ora porque parte dos conteúdos não encontravam sintonia com aquele ministrado no programa de TV.

Outro fato que merece destaque nesse contexto é o relato dos pais ao sentirem dificuldades em manusear o livro didático, mesmo que o índice de aprovação deste tenha atingido nível máximo por aqueles, consideramos isso não ser suficiente, pois, os pais não foram formados para atuarem na condição de professores vicários, ainda que o livro didático tenha sido principal suporte pedagógico no ambiente doméstico.

Quanto a nós professores propriamente ditos, formos forjados a ter que aprender a usar as tecnologias da informação e comunicação, lidando com elas e suas aplicações no ensino sem sequer ter havido formação adequada para tal empreitada. Nos tornamos professores digitais sem sabermos usar a ferramenta de modo apropriado.

O livro didático carrega consigo críticas nas mais diferentes frentes. Fato que vai de encontro às prorrogativas do PNLD que tem como uma de suas premissas garantir a qualidade de educação por in-

termédio dele, no contexto apresentado, apesar de as intempéries, ele se mostrou eficiente. Contudo o debate sobre o livro didático não se encerra aqui, ele continua em pauta.

À revelia do discurso engendrado sobre o livro didático, inclusive da luta ideológica[20] que nele se manifesta, a pesquisa revelou que ele se consolidou como uma das políticas públicas de maior êxito e alcance na educação, sobretudo nesse momento quando a escola passou por mudanças em função da pandemia no novo coronavírus, ele foi o material didático que contribuiu sobremaneira para o reforço do conteúdo[21] ensinado em situação de crise sanitária pela qual passava e passa o Brasil e o mundo.

Referências

BONAZZI, Marisa; ECO, Umberto. Mentiras que parecem verdades. 4. ed. Trad Giacomina Faldini. São Paulo: Summus Editorial, 1972.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed, trad. Reynaldo Bairão; rev. Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Revista Educação e Pesquisa. Trad. Maria Adriana C. Cappello. São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GATTI JUNIOR, Décio. A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil (1970/1990). Bauru/SP: Edusc, 2004.

MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz. Indígenas e iconografia didática: a imagem dos índios nos manuais de História do Programa Nacional do Livro Didático. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2014.

20 "O quero dizer é que a luta contra os livros didáticos das escolas elementares coloca-se antes mesmo de qualquer escolha ideológica que tenha um sentido no mundo em que vivemos atualmente. Essa luta pode ser sustentada pelo liberal, pelo democrata, pelo comunista e pelo socialdemocrata, pelo crente e pelo ateu, por que a realidade educativa que esses livros propõem existia antes mesmo dessas ideologias e destas correntes políticas, antes da Revolução Francesa, antes da Revolução Industrial, antes da descoberta da América, antes numa palavra do nascimento do mundo moderno." (BONAZZI, ECO, 1972, p. 16)

21 "É perceptível que o fato de que nos livros didáticos apresentam-se conteúdos disciplinares de forma explícita. Assim, estes conteúdos que constantemente mudam, são sempre uma seleção daquilo que deve ser trabalhado nas escolas" (GATTI JUNIOR, 2004, p. 30)

TRAGTENBERG, Maurício. Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: UNESP, 2004.

DISSIDÊNCIA INDÍGENA

POR UM OBJETO DE ESTUDO DISSIDENTE. OBSERVAÇÕES SOBRE A AFIRMAÇÃO INDÍGENA, SUJEITOS ETNOGRÁFICOS E NARRATIVAS

Denia Román Solano[1]

Sujeito etnográfico e sujeito político

A irrupção etnopolítica dos povos indígenas nas últimas décadas do século XX (FALOMIR, 1991, BENGOA, 2007, 2009, TOLEDO, 2005), é provavelmente o principal movimento de subjetivação histórica e territorial da América Latina desde sua constituição em estados nacionais. Isso implica processos complexos, diversos, contraditórios, e também revolucionários, que desvelam a existência de múltiplas nações sem estado, desacreditando a mestiçagem nacionalista construída há um século, reinstaurando outro lugar do mestiço (RIVERA, 2012) e demandando autonomias e territorialidades. As políticas identitárias não só afirmam diversidades culturais, mas também diversidades sociais, linguísticas, religiosas, assim como a preeminência de conhecimentos "nativos", não mediados pela ciência, que questionam o que se conhece como propriedade intelectual.

Esta irrupção dos indígenas como atores políticos e também como atores históricos não pode ser evitada, sobretudo, quando a partir das investigações antropológicas, identificamos os sujeitos etnográficos e com eles os objetos de estudo que nos permitem ter acesso ao conhecimento de seus mundos socioculturais. É claro que, em qualquer âmbito de investigação antropológica, se interagem com sujeitos históricos e políticos e, nesse sentido, as observações aqui propostas podem ter consequências amplas. No entanto, partem de investigações *sobre e com* indígenas, já que, diante da conjuntura ressaltada, os povos indígenas estão construindo decidida e intensamente esse lugar de *ser e estar no mundo.* Tal como mostram os processos designados através das categorias: transfiguração étnica (RIBEIRO, 1979), etnogênese, reetnificação, emergência étnica (BENGOA, 2002), etnodesenvolvimento (BONFIL et al, 1982), configuração ou reconfiguração étnica (BARTOLOMÉ e BA-

1 Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSCA e Professora da Universidade da Costa Rica.

RABÁS 1999; BARTOLOMÉ, 1997), *etnoterritórios* (BARABÁS, 2002) ou a metáfora do antropólogo Pacheco de Oliveira, *a viagem de volta* (1998). Categorias que vinham designando a antropologia latino-americana desde os anos setenta e cobram maior dimensão na atualidade. Incluso, o conceito do *ch´ixi* sugerido pela socióloga Silvia Rivera Cusicanqui para se referir á identidade indígena (2012).

A consequência jurídica dos movimentos étnicos é a delimitação de um conjunto de direitos nacionais e internacionais que defendem o reconhecimento cultural, político e territorial. Sem dúvida, o mais emblemático dessas mudanças são como a maioria das constituições latino-americanas "transformam" as sociedades nacionais em sociedades multiculturais, outorgando-lhes direitos culturais e coletivos como nunca antes haviam existido. O discurso e a iconografia multiculturalista se desenvolvem desde os estados e organismos internacionais até os meios de comunicação massivos globais que posicionam o tema do étnico em lugares inusitados. Mas como já muitos autores têm afirmado estas mudanças são superficiais e em pouco tempo entraram em descrédito e crises ante as críticas contundente e as reivindicações dos indígenas e seus mobilizações (ZAPATA, 2019).

Não é por acaso que este trabalho tem como contexto o Caribe nicaraguense e se publique junto com outros artigos sobre a Amazônia brasileira, pois apesar da distância geográfica, as diferenças históricas e etnológicas, compartilham como as outras regiões da América Latina, a condição de serem constituídas em conjuntos sócio éticos e territoriais, que representam *formações nacionais de alteridade* (SEGATO, 2002; BRIONES, 2005). Regiões caracterizadas por uma dilatada colonização nacional, com forte presença indígena, com uma história de pluralidade étnica e ambientalmente preservada, condição que desperta ameaças extrativistas, conflitos ambientais, inter étnicos e importantes mobilizações políticas. Ou seja, em ambas regiões, a irrupção etnopolítica é efervescente, expondo, ademais, suas próprias contradições, tanto no âmbito pragmático das políticas públicas e seu descumprimento por parte dos estados, como a nível dos processos locais, as relações sociopolíticas, subjetivas e culturais que a politização da etnicidade envolve.

Nesses contextos, é difícil enunciar os *sujeitos etnográficos* sem relacioná-los com os *sujeitos políticos*. Entendo como sujeitos etnográficos mais do que, as pessoas com as quais interagimos, as relações que construímos com elas, as vivências temporais no processo da

construção do conhecimento etnográfico, onde se busca ativamente compreender intersubjetivamente e interculturalmente as explicações sobre si mesmas, suas relações sociais e seus mundos socioculturais. A interação é esse tempo/espaço de inflexão do encontro etnográfico no qual tentamos desenvolver uma linguagem comum, para construir as perguntas e explicações. É um núcleo que deixa sua marca na construção do conhecimento, tal como afirma João Bieh (2016:231), "os sujeitos etnográficos nos permitem voltar aos lugares nos quais nasce o pensamento".

É por isso que considero que há um desafio epistémico interessante para os antropólogos e antropólogas que interagimos e investigamos em regiões nas quais as reafirmações identitárias, os conflitos étnicos e demandas políticas estão no ápice, pois estamos diante de um campo de interlocução único, no qual não se pode deixar de fora o posicionamento étnico como contexto cultural "vivo". Único porque a irrupção étnica é, ao mesmo tempo, uma irrupção epistémica absolutamente dissidente. No sentido de que há um movimento em muitas direções: é uma reconstrução identitária coletiva, é um processo de subjetivação das pessoas indígenas, é também uma reconfiguração da memória étnica e da tradição cultural que implica processos de reterritorialização, mais também alude a recuperação de outras historicidades e de uma "coetaneidade indígena" legítima na modernidade (RIVERA, 2012). É, especialmente, uma vinculação sinuosa entre o universo ameríndio, a identidade pessoal e coletiva, com a sociedade dominante, o mercado e a modernidade.[2]

Como corolário, o que escrevemos sobre povos e comunidades indígenas, ainda que não sejam aspectos políticos, étnicos ou relacionados com o estado, influenciará diretamente ou indiretamente diante deste panorama, particularmente nas regiões constituídas como espaços de *alteridade nacional.* É difícil que nossas produções escapem dos âmbitos das instituições do estado, assim como das leituras que possam fazer as lideranças e as pessoas indígenas de quem falamos. A fluidez global das tecnologias de comunicação construiu facilmente cami-

2 Isto significa que antes dos anos setenta não existia uma irrupção política desestabilizadora. É claro que os indígenas eram sujeitos políticos, porém de uma maneira invisibilizada, marginalizada e nos limites, especialmente diante do estado, as empresas extrativistas, a anulação nacionalista e a conversão religiosa, tal como foi denunciada através da Declaração de Barbados há cinquenta anos. Era um conflito que se dava mais âmbito local, o regional e seu lugar diante do estado e o mundo ocidental dominante era de oposição a modernidade e, portanto, de exclusão (ou de etnocídio) ou de integração paulatina como era a proposta indigenista.

nhos entre as universidades, as instituições e as aldeias. Nesse sentido, nossas produções podem ter impactos na maneira como o estado opera em relação aos povos indígenas.

No fundo há um imperativo ético quando realizamos trabalho de campo e escrevemos sobre os povos indígenas que vai além do que conhecemos como o consentimento informado ou das exigências dos comitês de ética. Deve haver uma consideração metodológica e epistemológica que se relacione com o trânsito entre o sujeito etnográfico e o objeto de estudo, como será exposto nas seguintes páginas.

Narrativas e consequências

A ideia de escrever este texto surgiu de uma conversa casual, porém de um tema profundamente étnico e ético. Está relacionado com o que se podia interpretar como uma norma ou princípio deontológico ao narrar histórias tradicionais que são parte do povo Ulwa, com os quais convivi durante meu trabalho de campo em Karawala, uma comunidade localizada na Região Autônoma do Atlântico Sul (RAAS) no Caribe nicaraguense[3]. Cabe ressaltar que, especialmente, as pessoas mais velhas são quem, assiduamente contam suas narrativas culturais. Estas narrativas devem ser transmitidas da mesma forma que foram contadas por seus pais e avôs, incluindo a narração de lugares e circunstancias do relato. Para ilustrar isto, cito a seguir um fragmento do meu diário de campo:

> "…me impresionó el tomo contundente y la molestia con que Don Augusto me decía, palabras más palabras menos… "vamos hablar con Joseph, varios de nosotros nos juntamos y si vamos a visitarlo… él no puede seguir diciendo esas cosas equivocadas que salen de su cabeza, no son historias ulwas, cómo va hablar de aviones y cosas que no son de aquí…". Augusto no oculto su indignación cuando unas cooperantes norteamericanas le había comentado sobre las historias narradas por otro anciano de la comunidad, conocido por ser muy "imaginativo" (…) De noche me explicó que cuando se cuentan las "historias de los ancestros" como él las llama, hay que

3 Realizei meu trabalho de campo em diferentes períodos entre 2008 e 2016 como parte de minha investigação de doutorado, na Universidade Federal de Santa Catarina (2014), e em estudos posteriores como investigadora na Universidad de Costa Rica. Agradeço ao *Instituto* de *Investigaciones Sociales* desta universidade pelo apoio recebido entre 2014 e 2017. Agradeço também o diálogo com a equipe interdisciplinar do Proyecto Conflictos Territoriales e Interétnicos en el Pacífico Sur. Contribuciones para su resolución (financiado pelo *Espacio Universitario de Estudios Avanzados UCREA* e o *Centro de Investigaciones Antropológicas*), que inspirou este tema. Da mesma forma, em Karawala, agradeço a colaboração do senhor Storbey Simons, ulwa, quem tem sido um interlocutor constante no contexto das dinâmicas políticos-territoriais no Caribe Nicaraguense.

> tener respeto y recordar todo lo que dicen y que hacían mientras hablaban, donde estaban, que edad tenia la persona que escuchaban, etc. Días atrás me había contado la historia de su abuelo y los conflictos con los vecinos creoles cuando llegó la primera romana a la Barra [comunidad afro caribeña próxima a Karawala…].Escucho la grabación (12-b) y me sorprendo muchísimo porque está ahí todo el detalle del contexto en que su abuelo le conto esta historia, era justo cuando él iba hacer un cultivo colectivo, incluyendo una familia creole…" (marzo, 2009)

Dona Aura, uma idosa de noventa anos com quem conversava com frequência, me dizia: "*mentir cuando usted habla con los niños es pecado, porque ellos van aprender mal, ellos solo aprenden de nosotros, ¿cómo van a vivir con mentira, no pueden vivir? Es así como aprendemos de los viejos antiguos (…)".* Ao se referira sua mãe, me contou como os conhecimentos que ela lhes transmitia, seja através de narrativas tradicionais ou relatos familiares se desenvolviam segundo sua etapa de vida. Por exemplo, lembra como apreendeu com seu primeiro cultivo quando ela tinha só dez anos, ou como com os partos de seus filhos ou nas doenças dos bebês a sua mãe contava sob o mundo sobrenatural e as ervas curativas. Recorda, de maneira especial, como aprendeu sobre a existência de alguns espíritos em forma de animais diminutos que ingressam aos corpos humanos, já que quando ainda era adolescente teve que curar "com orações" os seus pais, que chegaram doentes depois de trabalhar nos acampamentos de extração de madeira de uma "companhia gringa" [4]

Nessa perspectiva, há uma preocupação em ensinar ou transmitir bem ou corretamente, isto é algo entendido como vital. Bateson em seu icónico libro *Naven* (2006) argumentava que o *ethos* (comportamentos, emoções e instintos culturalmente padronizados) e os *eidos* (aspectos cognitivos e intelectuais também culturalmente, padronizados) se desenvolvem juntos. É uma analogia semelhante ao que interpreto nesse protocolo narrativo. Os âmbitos que se mostram separados se constituem relacionalmente, através de processos de interiorização--exteriorização que "a cultura" opera permanentemente, ou seja, há uma "integración de los conocimientos adquiridos de experiencias anterio-

4 O povo bribri, localizado na Costa Rica e no Panamá, também segue essa mesma norma. A seguir as palavras de Alí García, bribri e especialista em linguística falando sobre seu tio avô: "Ele sempre teve a visão de que era necessário ampliar esse conhecimento ou compartilhá-lo para que fosse guardado, o único que sempre dizia era: "Diga solo lo que nosotros decimos, hasta donde lo decimos, no inventen" ese era siempre su criterio, su mandato." (Guevara, 2021, p.216).

res a la experiencia en curso" (BENSA, p. 176). As narrativas não só se referem ao tempo ancestral, aos eventos passados, mas também se narra a partir de momentos ou experiências compartilhadas, vão se reconfigurando permitindo a reprodução da vida e da cultura. Se transmitirem modelos de comportamento e conhecimento prefigurados, porém estes não são estáticos se reconfiguram. Os idosos ulwas difundem através de suas narrativas elementos culturais que são cuidadosamente "atualizados" segundo o ritmo de suas vidas. Por isso, não é permitido narrar histórias tendo como contexto outras experiências não vividas, como afirmou Joseph. Conhecimentos, narrativas, axiomas cultuais se transmite na prática. A estrutura ou o invariável da cultura se apresenta como tal, e é plausível para os agentes sociais, só porque está é reconstruída constantemente no devir histórico (SAHLINS, 1990).

Em Karawala, em suma, há uma ética das pessoas mais velhas sobre a maneira de transmitir conhecimentos que inclui o que conhecemos como *o lugar da enunciação (MIGNOLO, 2001, 2003*). Um conhecimento situado na oralidade (HARAWAY, 1991), onde o exercício de transmitir de mitos, relatos e conhecimentos de caráter cultural são contextualizados em perspectiva intersubjetiva. Esta ética ao narrar, ao dar explicações em nome do grupo, tem um paralelo significativo nas "narrativas" etnográficas dos antropólogos e antropólogas quando escrevemos e descrevemos os indígenas. É parte intrínseca a essa atenção/tensão etnográfica que deve ser considerada. Como ressaltamos anteriormente, esse tempo/espaço de inflexão do encontro etnográfico deve ter como horizonte analítico tanto o substantivo da comunicação, como a trama dos acontecimentos onde se desenvolvem. O contexto e os momentos históricos amplos que entrelaçam no próprio encontro etnográfico, assim como o *lugar de enunciação* dado ao antropólogo/a e ao indígena. É aí onde a emergência étnica, a etnopolítica e os conflitos territoriais e culturais têm presença mesmo quando estes não sejam tópicos de interesse ou não estejam "formalmente" vinculados ao objeto de estudo. São os próprios sujeitos etnográficos quem encaminham os vínculos aos temas que lhes são próprios. Em outras palavras, os objetos de estudo terminam por se constituírem nessa inflexão multidimensional que é o encontro etnográfico, tal como salienta Calavia (2013), é realmente só depois da pesquisa que o objeto de estudo adquire volume e substância.

No entanto, evidentemente, está também a opção de um movimento epistêmico e político por parte dos investigadores e inves-

tigadoras. Um esforço por cartografar nossos próprios lugares como sujeitos produtores de conhecimento (HARAWAY, 1991) ao tempo que reconhecemos a agencia e "autoridade epistemológica" de nossos interlocutores. Nesse sentido, o antropólogo J. Bieh afirma:

> Las personas deben tener primacía en nuestro trabajo (Bieh y Petyrna, 2013). No se debería permitir que los debates y lenguajes académicos insulares y la prosa impenetrable vacíen de su vitalidad (analítica, política y ética) la vida, el conocimiento y las luchas de las personas. Así como la literatura y el cine documental (Rouch, 2003), la escritura etnográfica puede empujar los límites del lenguaje y la imaginación, en la medida en que busca dar testimonio del vivir de un modo que no liga, reduce o caricaturiza a las personas, sino que libera, aunque sea siempre parcialmente, algo de la fuerza y la autoridad epistemológica de sus afanes e historias, que podrían abrir estilos de pensamiento alternativos. (BIEH, 2016, p. 242)

Entretanto, mais do que formas de pensamento alternativos, que são fundamentais, podem ter também consequências concretas na vida das pessoas se atingimos a trama jurídica e as lutas específicas nas quais as pessoas, comunidades e povos indígenas se envolvem hoje na América Latina. Como já advertimos a irrupção do indígena no sentido amplo da palavra, traz como consequência um conjunto de legislações nacionais e internacionais que atualmente regulam as relações entre estados e povos indígenas e que também asseguram seus direitos fundamentais. Fazer com que estes direitos se tornem reais requer muitas vezes, de justamente dos *lugares de enunciação autorizados* dos antropólogos e antropólogas, algo que Spivak denomina como *o intelectual do primeiro mundo* (SPIVAK, 2011). Ironicamente no contexto da emergência étnica o reconhecimento de seus direitos e a afirmação de suas subjetividades culturais e políticas passam muitas vezes, pela "voz autorizada" de cientistas especialistas em etnologia e antropologia.

A judicialização dos conflitos étnicos e os territoriais são hoje o cotidiano da maioria dos indígenas na América Latina. Juízes e tribunais que desconhecem as particularidades culturais destes povos (e outros coletivos etnicamente diferenciados) recorrem cada vez mais aos antropólogos e antropólogas que os há investigado. Querendo ou não, a "interação etnográfica" e o que se escreve sobre povos indígenas, como foi já ressaltado, podem ter efeitos importantes nos processos legais[5].

5 Os laudos culturais estão tendo uma importância e um uso cada vez mais comum nos processos judiciais, especialmente depois de que em 2008 são emitidas as *Regras de Brasília sobre o acesso* à *justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade* proposta na Cumbre Judicial Ibe-

Justo quando acreditávamos que os debates sobre o encontro etnográfico, a crítica do colonialismo, a crise de representação, a subjetividade e outros devires da antropologia pareciam que eram temas densamente abordados, hoje à luz desses novos lugares de "autoridade etnográfica" no campo das peritagens culturais, tomam outras dimensões.

Em suma, os antropólogos e antropólogas que atualmente realizam trabalho de campo *com* e *sobre* a população indígena, estão interpelados pela densidade etnopolítica contemporânea. É por isso que, a construção dos objetos de pesquisa, não só devem contemplar uma perspectiva teórica e etnográfica, mas, também, devem propor a irrupção étnica como um *contextualismo radical,* segundo sugere Grossberg (2006), em relação à obra de Stuart Hall. Ou seja, a conjuntura histórica e o dinamismo da agência indígena devem se articular à experiência etnográfica na construção dos objetos de estudo, não para que fixem as perguntas da pesquisa, mas a fim de considerá-los como esse horizonte de fundo, criando assim um amplo campo de aprendizagem, reflexão e de elaboração de explicações. Um campo que "acoge la inseparabilidad de lo teórico (discursivo) y lo empírico, lo epistemológico y lo histórico" (GROSSBERG, 2006: 48). Esse exercício de latência que o *contextualismo radical* lhe permite a Hall compreender a raça e o racismo é um recurso que pode guiar a maneira como entendemos os universos indígenas que estão hoje atravessados pelo capitalismo, o estado, as políticas de identidade e a globalização. É esse o caminho que nos leva a considerar um *objeto de estudo dissidente,* no sentido que desborda os limites que devem ter os objetos de investigação. É reconhecer que essa agência indígena subalterna que hoje se desliza nos espaços de poder com toda sua diferença e que os constitui fortemente como sujeitos coletivos e é por isso que devem "interferir" em nossas certezas metodológicas.

Dissonâncias, sujeitos históricos, sujeitos políticos e objetos de estudo

Por meio da antropologia sabemos que, muitas vezes as descrições dos povos indígenas apresentam divergências entre: o que os referentes históricos (a historiografia) apresentam, o que o recorte con-

roamericana. Estas foram ratificadas e seguidas pela maior parte dos países na América Latina. Por outro lado, é importante ressaltar que na Corte Interamericana de Direitos Humanos foram resolvidos casos que marcaram hitos na jurisprudência sobre assuntos indígenas, onde a opinião de especialista e antropólogos tem sido fundamental como é o caso de Sarayaku contra o estado equatoriano (com sentencia final em 2012) e o caso Awas Tigni contra o estado nicaraguense (com sentencia final em 2001).

ceitual das pesquisas etnográficas explicam e o que os próprios indígenas comunicam e revelam em sua vida cotidiana, ou algumas vezes eles mesmos escrevem. Isso é assim, porque nos enfrentamos a epistemologias distintas e a essa complexa dualidade entre sujeito/objeto que é sempre uma tensão eminente a antropologia (e as ciências sociais)[6]. Como enfrentar isto, considerando como um *contextualismo radical* a irrupção étnopolítica nas comunidades nas quais trabalhamos? Considero que a forma mais adequada é justamente colocando todas estas aristas e indeterminações na própria investigação e as explicações que está geram. Assumindo que a partir das ciências sociais nem sempre as respostas e explicações podem ter a contundência sólida e invariável que "ciências duras" pressupõem ter.

Para ilustrar o anteriormente mencionando, um exemplo de uma pequena controvérsia quando finalizava meu trabalho de campo em Karawala, uma comunidade indígena ulwa, de quase dos mil habitantes, localizada na *Cuenca Baja* do *Río Grande,* de Matagalpa. Os Ulwa têm mantido relações de parentesco e reciprocidade com as comunidades vizinhas, sobretudo com as famílias *creoles,* sem que isto interfira em seu autorreconhecimento como ulwas. Mantém desde a década de oitenta, do século XX, um ativo projeto de reafirmação étnica, especialmente através da revitalização do seu idioma no espaço escolar. Nesse contexto, tem liderado, com bastante êxito desde 2010, a consolidação de um governo territorial multiétnico: Awaltara, que divide com outras 16 comunidades miskitas e creoles e que cobre 241.000 ha (que incluem bosques, áreas de cultivos e áreas de costas e pequenas ilhas no mar)[7]. Os governos territoriais são o nível administrativo territorial mais local que a Autonomia Regional estabelece e que tem sido postergado pelos governos nicaraguenses por más de três décadas desde que a lei de Autonomia foi emitida em 1987. Ainda hoje, este processo está truncado diante da grave crise política, a violência e repressão que vive Nicarágua (OACHUD, 2018, CIDH-OEA, 2018, CEJIL, 2019, CORTES *et al*., 2020, ORTEGA *et al*., 2020) e que na região do Caribe se expressa não só com o debilitamento democrático e o estancamento da formalização legal dos governos territoriais, mas também a partir de condições extremas de usurpação territorial. Na região do Caribe Norte

6 Este é talvez um dos desafios mais difíceis de abordar no trabalho com peritagem culturais e as opiniões de especialistas em processos judiciais.

7 Awaltara é nome abreviado em língua miskita de: *Awaltara Luhpia Nani Tasbaya*. A tradução é: *Filhos e filhas do Río Grande de Matagalpa.*

está acontecendo uma invasão violenta por parte da população não indígena em áreas delimitadas, que tem sido catalogada como uma crise humanitária por organismos de Direitos Humanos, incluindo migração forçada e assassinatos de indígenas (CEJIL, 2019; THE OAKLAND INSTITUTE, 2020). No Sul está a ameaça de um projeto governamental da construção de um canal interoceânico com consequências ambientais e sociais devastadoras para as populações creoles, ramas, miskitas e os camponeses mestiços que sofrerão os impactos. Este projeto tem sido denunciado diante da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que tem um processo, em aberto, e com várias medidas cautelares para o estado nicaraguense. Em ambas as regiões tem aumentado de forma desproporcional o desmatamento e estabelecimento de explorações por parte de mineradoras em territórios indígenas (CENTRO HUMBOLDT, 2019; CENTRO HUMBOLDT, CAFOD, *et al.*, 2019; AILEEN *et al.*, 2019; THE OAKLAND INSTITUTE, 2020).

Me refiro a estes dados rapidamente, só para ter uma perspectiva da magnitude da crise social, territorial e ambiental nesta região e que, em Karawala, tem sido resolvida moderadamente pela a oficialização territorial Awaltara. O principal impacto tem sido a invasão e desmatamento de setores de áreas de bosque secundários, que ocupam aproximadamente 30% do território delimitado. Contudo, estas invasões estão sendo em parte controladas porque contam como uma estrutura política – que permite ter acesso a os escassos recursos materiais, humanos e políticos com os que têm defendido e litigado a favor de seu território.

A consolidação desse amplo território só foi possível por meio de um enorme trabalho de gestão e habilidade política das comunidades, nas quais os líderes ulwas tiveram um importante protagonismo. Em 2010 foi oficializada com a eleição do primeiro governo territorial que tem na presidência uma jovem mulher ulwa. Nesse mesmo ano, estando ainda fazendo trabalho de campo, li uma publicação, em inglês, de um artigo do antropólogo Mark Jamieson (2008) sobre Karawala y Kakabila, outra comunidade miskita localizada na *Laguna de Perlas*. Minha primeira impressão foi que esse era um trabalho bem feito e muito interessante sobre sócio-cosmología, mas que estranhamente parecia que contradizia o que em Karawala estava sendo articulado naquele ano, na tentativa de consolidar, justamente, o governo territorial. Além disso, o texto também diferia em alguns aspectos daquilo que os profis-

sionais de ciências sociais, que apoiavam os processos de organização comunitária afirmavam em seus relatórios.

Dois anos antes de iniciar minha pesquisa de campo, o antropólogo inglês Mark Jamieson realizou uma exploração etnográfica em Karawala com o objetivo de fazer um estudo comparativo entre esta comunidade e a comunidade de Kakabila, uma comunidade miskita na qual Jamieson havia trabalhado por mais de dez anos. Como resultado de sua investigação publicou o artigo *Sorcery, ghostly attack, and the presence and absence of shamans among the Ulwa and Miskitu of eastern Nicaragua* (2008), um estudo clássico no qual descreve a Karawala como uma comunidade proletarizada com uma frágil integração social que se reflete nos constantes conflitos interpessoais e nas acusações de feitiçaria (*obeah*), o que denota a ausência de recursos tradicionais para afrontar estas situações, como são o xamanismo, solidariedade e a reciprocidade próprias dos grupos de parentesco que, do contrário, se desenvolvem nas comunidades vizinhas e, principalmente, em Kakabila (Jamieson, 2008, pp. 557-567). Resumindo, no texto as relações em Karawala parecem quase uma espécie de entropia social que contrasta com a integração orgânica social e espiritual de Kakabila. Oferecendo assim uma imagem desalentadora diante dos propósitos políticos dos Ulwa, absortos em negociações para assegurar recursos e consolidar seus direitos territoriais e autogoverno.

Os líderes locais tão imbuídos em seus assuntos cotidianos e nas disputas com as instituições do estado se irritaram com a publicação, porém simplesmente a desconsideraram argumentando que era um texto para outro público, *"es para que lo vean otra gente, allá en Inglaterra no es para nosotros (…) ¿quién va creerle a ese gringo? aquí en Nicaragua si quieres saber de nosotros viene a Karawala y aquí nos ven y hablamos*". Um idoso foi categórico ao afirmar: *isto é "conto (kisi) para outra gente*", ou seja, uma ficção. Para todos os efeitos, o texto não teve um impacto importante no processo político regional, e no fim das costas eles tiveram razão ao considerar que era um texto destinado para outro público, falava de um objeto de estudo atinente ao um público acadêmico.

Quem demostrou mais indignação foi uma pessoa da cooperação espanhola que leu o artigo e, tratando de obter uma resposta lógica, me procurou para que eu lhe explicasse *"porque un antropólogo puso tan mal a los Ulwa, (...), ¿él sabe por qué gente lucha? ¿Qué es lo que hacen los antropólogos, entonces?"*. Eu mais acostumada com estas

dissonâncias da geopolítica acadêmica, ou com esse tipo de "provincianismo metropolitano" da política (Lins *et al*., 2009) tratei de dá-lhe uma explicação etnológica a respeito do artigo. Referi as categorias clássicas e a sua importância, ressaltando que possivelmente Jamieson sabe das demandas políticas da comunidade, entretanto seus objetivos com a publicação estavam muito encapsulados em "suas" perguntas teóricas. Mas que tem uma análise útil para os processos políticos.

É evidente que essa dissonância está relacionada com a construção do objeto de estudo que privilegia o xamanismo, a violência de origem não humana, e como isto incide nas relações sociais. E o faz metodologicamente a partir de uma estratégia comparativa na qual há um desequilíbrio na densidade, quantidade e tipo de informação que obteve de ambas as comunidades. Pois é exatamente como expõem, no seu artigo, "this research is based primarily on fieldwork conducted in Kakabila in 1992-3, 1997, 1998, 1999-2000, 2002 (twice), 2004, and 2005-6, and in Karawala in 2006 as Royal Anthropological Institute Fellow in Urgent Anthropology". Com um trabalho de mais de uma década de pesquisa em Kakabila, implica logicamente a construção de relações interpessoais, análise mais detidas e referenciais sócio-históricos das famílias. Assim, que esta comunidade é percebida evidentemente a partir de sua agência no tempo, o que contrasta com um curto trabalho de campo em Karawala, onde sua leitura etnográfica estará mais filtrada pela teoria e pela experiência em Kakabila.

No texto, os ulwa de Karawala são mais *"sujeitos restritamente etnográficos* e teóricos*"*, interessam apenas em função dos interesses de investigação e sua temática teórica, de alguma maneira estão destemporalizados no "pressente etnográfico" e encapsulados pelo olhar direcionado ao vínculo entre o sobrenatural e a vida social. Isso desfoca seu lugar como sujeitos políticos, históricos e interlocutores com os agentes de poder supracomunitários como o estado (este era talvez, o lugar que mais interessava aos Ulwa que fosse mostrado sobre eles).

Contudo, um deslocamento na construção do objeto de Jamieson e os ulwa poderiam passar de *"sujetos etnográficos estritamente delimitados"*, para *"sujeitos etnográficos contextualizados radicalmente"*. Um deslocamento dissidente que, sem dúvida colocaria em análise e discursividade desse artigo, como a política local, seus agentes e operadores, também interveem nessas tramas de relações de parentesco, bruxaria e xamanismo. E como neste âmbito também intervém a reli-

giosidade morava, menos exótica, porém efetiva na medição das forças sobrenaturais e sem dúvida muito interessante na sua versão subalterna e "tropical" como se expressa em Karawala. Também este deslocamento, seria a possibilidade de enxergar como a territorialidade que eles tentavam expressar nos mapas é entendia a partir dos ângulos sócio-cosmológicos e do parentesco familiar. Talvez, aí a organização social e a sociabilidade de Karawala seria melhor entendida e os líderes teriam lugares de diálogo com o texto, e se sentiriam receptores e interlocutores do mesmo.

Rudolfo, um professor de Ensino Médio com certa alfabetização em inglês, ressaltando vários parágrafos do texto, me perguntou*: "¿Denia como hacemos para quitar esto de aquí? Esto lo van leer mucha gente, él puede hablar de Kakabila vivió allá"*[8] Para Rudolfo e para a ética local algumas das descrições são juízos morais, inadmissíveis em Karawala se são emitidos por uma pessoa estranha e sem vínculo com a comunidade. Não tenho resposta para Rudolfo Entretanto, espero que a irrupção etnográfica nos interpele e que, inspirados em alguma ferramenta criativas e dissidentes como o *contextualismo radical,* antropólogos e antropólogas possamos encontrar caminhos libertadores para estas desgastadas e sedutoras gaiolas que temos construído e das quais, algumas vezes, nos custa sair.

Referências

AILEEN Laura, ROSA, Herman, et al. Evaluación y alcance de la relación de las industrias extractivas y la infraestructura con la deforestación: América Central. Preparado para Climate and Land Use Alliance 2019

BARABAS, Alicia. Utopías Indias. Movimientos socioreligiosos en México, INAH/Plaza y Valdés, México, 3a. ed. 2002

8 Alguns dos parágrafos sinalados, são: "Karawala people, however, are unable to participate meaningfully in these activities and most are dependent on direct articulation with the cash economy through the competitive sale of labour by one or more household members or involvement in illegal activities such as the sale of rum, crack-cocaine and sex." (Jamieson, 2008, pp.566). "For many Kakabila people, *obeah* exists within the village, but to nothing like the degree and intensity in Karawala, and they rather tend to believe that many of the phenomena for which *obeah* is responsible in Karawala are in fact the work of *lasa*." (Jamieson, 2008, pp.566). "Social integration is comparatively weak in Karawala, and the conditions for conflict between co-villagers are strikingly evident. (…) With the absence of shamans of the kind found in Kakabila, focusing as they do on non-human agency in regard to misfortune, there is little apprehension in Karawala of either *lasa* or *dawanka*. *Obeah*, on the other hand, is conspicuous by its malign presence." (Jamieson, 2008, pp. 567).

BARABAS, Alicia. "Etnoterritorialidad sagrada en Oaxaca", en A.Barabas, coord., Diálogos con el territorio. Simbolizaciones sobre el espacio en las culturas indígenas de México, vol. I, INAH/Conaculta (Col. Ensayos, Serie Etnografía de los Pueblos Indígenas de México), México. 2003

BARABAS, Alicia. La territorialidad simbólica y los derechos territoriales indígenas: reflexiones para el Estado pluriétnico. Alteridades, 14 2004 (27): 105-119.

BARABAS, Alicia y BARTOLOME, Miguel. Configuraciones étnicas en Oaxaca: perspectivas etnográficas para las autonomías. Instituto Nacional de Antropología e Historia, México. 1999.

BARTOLONE, Miguel. Gente de Costumbre y Gente de Razón: las identidades étnicas en México. México DF, 1997.

BATESON, Gregory. Naven: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BENGOA, José. La emergencia indígena en América latina. Santiago de Chile y México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BENGOA, José. ¿Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina? Cuadernos de Antropología Social 29, 2009: 7–22.

BENSA, Alban. El fin del exotismo: ensayos de antropología crítica Michoacán: El Colegio de Michoacán - Secretaría de Cultura 2016.

BIEH, João. "La etnografía en el camino de la teoría", Etnografías Contemporáneas 2016 2 (3), pp. 226-254. 20016

BIEH, João. Do incerto ao inacabado: Uma aproximação com a criação etnográfica MANA 26, 2020 (3): 1-33.

BRIONES, Claudia. "Formaciones de alteridad: contextos globales, procesos nacionales y provinciales", en Claudia Briones (Ed.) Cartografías Argentinas. Políticas indigenistas y formaciones provinciales de alteridad (pp. 11-43). Antropofagia, Buenos Aires, 2005.

BONFIL, Guillermo et al. América Latina: etnodesarrollo y etnocidio. San José: Ediciones FLACSO -EUNED. 1982

BONFIL, Guillermo et al. Declaración de San José sobre Etnodesarrollo y Etnocidio en América Latina, FLACSO: San José Costa Rica, 1982

CALAVIA, Oscar. Esse obscuro objeto da pesquisa: um manual de método, técnicas e teses em antropologia. Edição do autor, Ilha de Santa Catarina 2013.

CEJIL Centro por la Justicia y el Derecho Internacional. Resistencia miskitu: una lucha por el territorio y la vida. San José, 2019.

CENTRO HUMBOLDT. Situación Ambiental Nicaragua (valoraciones para un balance ambiental) Centro Humboldt, Managua, 2019.

CENTRO HUMBOLDT, CAFOD, HEINRICH BÖLL, UCA, CIR INICIATIVA CRISTIANA ROMERO. Estado del Arte. Minería en Nicaragua. Centro Humboldt, Managua, 2019.

CIDH-OEA, Comisión Interamericana de Derechos Humanos. Informe. Graves Violaciones a los Derechos Humanos en el marco de las protestas sociales en Nicaragua. OEA. Doc.86. 21 de junio del 2018.

CORTES Alberto, LÓPEZ Umanzor, MONCADA Ludwing, (org) Anhelos de un nuevo horizonte. Aportes para una Nicaragua democrática. FLACSO, San José, 2020.

FALOMIR Ricardo La emergencia de la identidad étnica al fin del milenio; ¿Paradoja o enigma? Alteridades 1. 1991 (2): 7-21.

GROSSBERG, Lawrence. Stuart Hall sobre raza y racismos:Estudios Culturales y la práctica del contextualismo Tabula Rasa 5, 2006. julio--diciembre: 45-65.

GUEVARA, Marcos. Las andanzas de un bribri por el mundo, buscando la identidad de su pueblo. Entrevista a Alí García Segura. Revista de Historia 83, 2021, enero-junio.DOI: https://doi.org/10.15359/rh.83.9

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa. Volumen 1: Racionalidad de la acción y racionalización social. Taurus, Madrid, 1987.

HARAWAY, Donna. Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvención de la naturaleza. Ediciones Cátedra, Madrid, 1995.

JAMIESON, Mark. Sorcery, ghostly attack and the presence and absence of shamans among the Ulwa andMiskitu of eastern Nicaragua. Journal of the Royal Anthropological Institute, 14, 2008: p. 554-571.

LINS-RIBEIRO, Gustavo. y ESCOBAR, Arturo. Antropologías del mundo transformaciones disciplinarias dentro de sistemas de poder. México D.F: Envión, 2009.

MIGNOLO, Walter. Introducción. En W. Mignolo (org) Capitalismo y geopolítica del conocimiento. Ediciones Signo. Buenos Aires, 2001

MIGNOLO, Walter. Historias locales; diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid, Akal, 20003

OACHUD, Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidad para los Derechos Humanos. Violaciones de Derechos Humanos y abusos en el contexto de las protestas en Nicaragua. 18 de abril-18 de agosto 2018. Informe. Ginebra, agosto de 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana 4, 1998 (1): 47-77.

ORTEGA, Manuel, AGUDELO, Irene et al Nicaragua 2018. La insurrección cívica de abril. Fondo Editorial UCA Publicaciones, Managua, 2020.

RIBEIRO, Darcy. 1971 Fronteras Indígenas de la Civilización Siglo XXI, México.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. 2012 Chíxinabak utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Tinta Limón Ediciones, Buenos Aires.

SAHLINS, Marshall M. Ilhas de História. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.

SEGATO, Rita "Identidades Políticas y Alteridades Históricas. Una crítica a las certezas del pluralismo Global". Serie Antropología Universidad de Brasilia 234, 2002.

SPIVAK Chakravorty, Gayatri. ¿Puede hablar el subalterno? Editorial El cuenco de plata, Buenos Aires, 2011.

THE OAKLAND INSTITUTE Nicaragua: una Revolución Fallida. La lucha Indígenas por el Saneamiento. Informe elaborado por: Anuradha Mittal, 2020.DOI: https://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/nicaragua-revolucion-fallida.pdf

TOLEDO Llancaqueo, Víctor ¿Las fronteras indígenas de la globalización? CLACSO, Buenos Aires 2005. DOI:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/davalos/CapToledo.pdf

ZAPATA, Claudia Crisis del multiculturalismo en América Latina. Conflictividad social y respuestas críticas desde el pensamiento político indígena. Bielefeld: CALAS/ Universidad de Guadalajara/ Bielefeld University Press. 2019.

ANÁLISE DA DISSIDÊNCIA INDÍGENA PRESENTE NAS DENÚNCIAS SOBRE MASSACRES NO RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE – CNV

Ianeis de Jesus da Silva Xavier[1]
Michel Justamand[2]
Patrícia Sposito Mechi[3]

Introdução

O relatório da Comissão Nacional da Verdade – CNV se constitui como uma peça fundamental na análise dos acontecimentos de repressão decorrentes do período de intervenção militar na Amazônia, durante a última ditadura. Embora vários estudos tenham abordado o relatório de forma ampla no Brasil, ainda há espaço no presente para efetuar análises sobre o tema no que diz respeito às populações indígenas do Brasil ou em especial da região amazônica.

Dessa forma, o presente artigo se propõe realizar uma análise sobre o texto da comissão com a intenção de olhar este aspecto e a relevância do relato destes acontecimentos que o relatório torna público. Com isto, o olhar do agente envolvido como vítima nos registros – o indígena – resgata a capacidade crítica, uma dissidência que rebate as ações históricas e denúncias impostas exclusivamente por agentes alheios ao conflito, os não indígenas.

Diante desse pressuposto, se torna relevante entendermos as características que tornam este relatório da CNV, por meio do capítulo 5, que trata dos crimes cometidos contra os indígenas, um trabalho dissidente. Ao mesmo tempo, é importante verificar de que modo as descrições contidas neste relatório contribuem com a descolonização das populações originárias.

1 Mestrando em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA (UFAM).
2 Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela PUC/SP e Professor Associado II, do Departamento de História da Arte – DHA, na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – EFLCH, da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, na unidade acadêmica de Guarulhos e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM.
3 Doutora em História pela PUC/SP; Professora Adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA/PR, campus Foz do Iguaçu/PR e do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – PPGICAL.

Este papel do indígena, como vítima indefesa, outrora, e dissidente denunciante, na atualidade, reverbera na identificação de um caminho plausível para atingirmos a verdade e a justiça perante os crimes acontecidos em diversos momentos da história. Durante o período da ditadura empresarial-militar, os crimes denunciados pelos próprios indígenas e que conquistaram as páginas do relatório, pesam na extensa lista de crimes contra os indígenas que podem ser investigados e discutidos.

O objetivo, portanto, deste artigo é compreender a dissidência indígena e as suas repercussões presentes no relatório da Comissão Nacional da Verdade, a partir das narrativas dos massacres, das mutilações, das segregações e das interrupções culturais e históricas cometidas durante o período da ditadura. Esta análise será possível ao entendermos a dissidência, seus conceitos e sua existência dentro das culturas indígenas da Amazônia. Também será necessário, para que seja atingido o objetivo, analisar o texto cinco do relatório da comissão nacional da verdade sobre as violações de direitos humanos dos povos indígenas durante a ditadura militar, verificando os aspectos de dissidência presentes no relatório.

A dissidência e o povo indígena

As idiossincrasias atuais dos povos originários são resultados de séculos de sobrevivência e resistência às investidas dos alienígenas, conquistadores do velho mundo. A dissidência dos povos indígenas são consequências das sequelas de séculos de imposições e subjugação do poder estatal colonial, da política de dominação pombalina às investidas progressistas do Estado nacional brasileiro na contemporaneidade. Segundo o dicionário online de português[4], dissidência é usada na política, como um ato de discordar de uma política oficial, de um poder instituído ou de uma decisão coletiva. Os indivíduos e grupos que optam pela dissidência são denominados dissidentes. O termo é aplicado particularmente às dissidências ocorridas em regimes autoritários e totalitários.

Pesquisadores, intelectuais latinos, espelhando-se também em autores da Ásia e África, passaram à construção de um pensamento do Sul, uma construção de estudos para promover conhecimento e

4 Dicionário Online de Português. Dissidente. Disponível em: https://www.dicio.com.br/dissidente/. Acesso em: 29 mar. 2021.

sistematização teórica de um pensamento contrário aos pressupostos intelectuais, eurocêntricos ou advindo dos Estados Unidos.

> Um conjunto de acadêmicos de diferentes nacionalidades localizados em distintos lugares, vem trabalhando no interior desta ordem de ideias, aproximadamente, desde os meados da década de 1990. (CASTAÑEDA, 2013, p. 11).

Programa Modernidade-Colonialidade foi como esta rede de estudo ficou conhecida e logo foi alterada para Pensamento Decolonial ou Giro Decolonial. Sendo bem visto por estes intelectuais, a forma de manutenção de críticas constantes aos assuntos estudados, proporcionando um caráter cotidiano, renovável e aberto dos questionamentos.

> Mais recentemente, suas propostas foram denominadas pensamento-decolonial ou giro- decolonial. Os promotores, (entre eles, Arturo Escibar, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro- Gómez, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Fernando Coronil) insistem afirmar que não constroem um esforço por stabelecer cânones de pensamento (CASTAÑEDA, 2013, p. 11).

Tendo como base primária, dois pressupostos, o pensamento decolonial fundamenta-se na crítica e reinvenção/reformulação da modernidade, juntamente à pesquisa que gira ao redor do conceito de colonialidade. Tais pensamentos e estudos fomentam um novo olhar, a busca de um conhecimento, a busca de uma análise e entendimento da realidade de países que sofreram a opressão, a exploração, países subjugados pelo imperialismo europeu, países e povos que resistem e buscam na prática do pensamento dissidente e de sua fundamentação acadêmica, decolonizar seu futuro mantendo sua identidade histórica.

O povo Karipuna, resistindo à destruição de suas florestas, onde, segundo o Greenpeace Brasil[5], mais de 11.360 hectares de terra indígena foram destruídas entre janeiro abril de 2020, continuam na luta por seus direitos sempre ameaçados por invasores. Mas, o povo Karipuna, apesar de sua população reduzida, sobrevivem e resistem. A dissidência desse povo soma-se aos demais indígenas e líderes dos autóctones amazônidas e dissidentes da mesma causa.

Devido ao histórico de conflitos desde a chegada dos primeiros exploradores europeus, passando pelo projeto de dominação esta-

5 Greenpace Brasil. Desmatamento em terras indígenas aumenta 64% nos primeiros meses de 2020. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/desmatamento-em-terras-indigenas-aumenta-64-nos-primeiros-meses-de-2020/. Acesso em: 29 Mar. 2021.

tal da era Pombalina, cujo objetivo era o controle total das populações amazônicas. Pombal, mesmo sem saber, fez eclodir um processo civilizatório ocidental, ao usar a coerção externa do estado, que destribalizou o indígena com o intuito de promover sua integração e aculturação como súdito de sua majestade, além-mar. Para isso, Pombal, primeiro ministro de Dom José, soberano português, impetra em 1757, o Diretório dos Índios. Como nos diz Marilene Corrêa Silva,

> Subjugados como escravos, servos, trabalhadores baratos, as empreitadas coloniais não vacilaram em transformá-los em inimigos, aliados, súditos vencidos, população regional. (SILVA, 2004, p. 144).

Diante de séculos de resistência aos latentes conflitos com a coroa portuguesa, colonos e frentes religiosas, o verdadeiro habitante do Norte da Colônia, promoveram uma capacidade de adaptação. Apesar da aparente subjugação, ao invasor lusitano, mesmo sofrendo mutações interétnicas, desenvolveu um poder dissidente. Embora sob a força do inevitável processo civilizatório ocidental, o dissidente indígena, manteve a essência de suas tradições, seus valores simbólicos e culturais, salvaguardando na contemporaneidade sua identidade ameríndia.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade – Tomo II de 2014

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um colegiado instituído pelo governo brasileiro para trazer à luz, por meio de investigação, as graves violações de direitos humanos que ocorreram durante o período de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988. Tais violações chegaram a ocorrer dentro e fora do território nacional brasileiro por agentes públicos ou particulares, chancelados, a serviço, com apoio ou no interesse do Estado brasileiro.

A Presidenta Dilma Rousseff, nomeou sete membros que tiveram o auxílio de consultores, pesquisadores e assessores, sendo seus membros: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcante Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Maria Cardoso da Cunha. Em 18 de novembro do ano de 2011, sendo sancionada a comissão pela Lei 12.528/2011 e foi oficializada em 16 de maio de 2012.

No contexto desta oficialização estavam presentes os ex-presidentes da República Federativa do Brasil pós-governo militar (1964-

1985). O foco da CNV foi a investigação de graves violações de direitos humanos durante este período de Governo Militar. O relatório da comissão foi entregue à presidenta Dilma Rousseff, no dia 10 de dezembro de 2014, em sua conclusão a CNV relata que houve práticas de detenções arbitrárias e ilegais, tortura, violência sexual, execuções, desaparecimentos e ocultação de cadáveres provenientes da política do Estado brasileiro no mencionado período.

Entre as medidas e políticas públicas de recomendação da CNV, prevenindo a não repetição de violações de direitos humanos e fortalecendo o desenvolvimento do Estado democrático de direito no Brasil, a Comissão da Verdade destacou, o reconhecimento pela Forças Armadas de sua responsabilidade institucional pela ocorrência de graves violações de direitos humanos durante o regime militar e, determinou também a ação de órgãos competentes da responsabilidade jurídica criminal, civil e administrativa dos agentes públicos que deram causa às violações, suprimindo estes agentes da aplicabilidade dos dispositivos concessivos inscritos na Lei da anistia de 1979.

A Comissão Nacional da Verdade, lançou investigações para apurar graves violações de direitos humanos contra as populações autóctones do Brasil. Em seu relatório a CNV aponta que o projeto de desenvolvimento e integração regional usado na política nacional vigente de 1946 a 1988, sempre visualizou os nativos como empecilhos para o desenvolvimento nacional. Assim, a construção de rodovias, hidrelétricas, o desmatamento para a agropecuária e mineração. E ainda, a implantação de polos de desenvolvimento foram elementos detonadores para expulsão dos indígenas de terras e a ocorrência de milhares de mortes.

No texto 5 - Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas foi elaborado sob a responsabilidade da conselheira Maria Rita Kehl junto ao Grupo de Trabalho, graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas. Foram também importantes na sistematização dos dados, o apoio da sociedade civil, de pesquisadores, como Beto Ricardo, Cleber Buzzato, Clovis Brighenti, Daniel Pierri, Egon Heck, Egydio Schwade e muitos outros e outras para a clareza deste relatório (Vide, p. 204, CNV, 2014, Tomo II).

Este texto do relatório foi desenvolvido em um grupo de trabalho composto por dois subgrupos: indígenas e camponeses, situação que gerou impasses para o alinhamento dos interesses de cada um dos

grupos envolvidos no relatório. Sobre esses conflitos, Kehl (2012) afirma que a junção dos dois subgrupos gerou problemáticas de acesso às informações, tendo em vista que os indígenas da etnia Suruí não se mostraram abertos, em um primeiro momento, a compartilhar as informações sobre o ocorrido.

> Nós fizemos umas visitas ao Araguaia, no meu caso, com vistas a conversas com os Suruís, indígenas do Araguaia e os camponeses que também foram torturados para ajudar os militares na operação limpeza, para localizar guerrilheiros. [...] Depois fomos à tribo Suruí, que como estão muito aborrecidos porque não foram anistiados [...] não quiseram depor para nós. [...] Eles propuseram a criação da comissão da verdade Suruí. Eles é que iriam contar a história deles e depois nos passar. (KEHL, 2012, Entrevista ao EBC na rede[6]).

Neste sentido, a comissão obteve os depoimentos dos envolvidos em uma grande audiência pública em que participaram 40 indígenas e 200 camponeses, onde se oficializou a criação de uma subcomissão da verdade dos Suruís e uma subcomissão de camponeses, encarregadas de pré-selecionar as informações que seriam entregues à comissão do relatório.

O relatório da CNV, informou que cerca de 8.350 indígenas foram mortos durante o período de 1964 a 1985, fazendo ressalvas por não se tratar de um levantamento completo, pois não foi capaz de contabilizar todos os povos afetados.

> Como resultados dessas políticas de Estado, foi possível estimar ao menos 8.350 indígenas mortos no período de investigação da CNV, em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou da sua omissão. Essa cifra inclui apenas aqueles casos aqui estudados em relação aos quais foi possível desenhar uma estimativa. O número real de indígenas mortos no período deve ser exponencialmente maior, uma vez que apenas uma parcela muito restrita dos povos indígenas afetados foi analisada e que há casos em que a quantidade de mortos é alta o bastante para desencorajar estimativas. (CNV, Tomo II, 2014, p. 205).

De 1946 a 1988 tivemos dois períodos. O primeiro, a União concebeu as condições propícias ao esbulho de terras indígenas, caracterizada, principalmente pela omissão, acobertando o poder local e interesses particulares, não fiscalizando a corrupção no segundo período,

6 EBC na rede. Maria Rita Kehl fala sobre criação de Comissão da Verdade indígena, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mnba4iExQQQ&ab_channel=EBCnaRede. Acesso em: 29 Mar. 2021.

a União protagoniza graves violações dos direitos indígenas na corrida do Plano de Integração Nacional (PIN), favorecendo grandes interesses privados que se sobrepõem aos direitos indígenas.

A CNV apurou que o Estado brasileiro nos períodos supracitados promoveu graves violações às populações autóctones em que os nativos sofreram prisões, torturas, maus-tratos, assassinatos e desaparecimentos forçados. No cerne das denúncias, surgiram dados durante os depoimentos em audiências públicas e visitas da Comissão da Verdade aos povos indígenas atingidos, e a partir de documentos produzidos pela União nos períodos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e da Fundação Nacional do Índio (Funai) e ainda, dados dos relatórios de casos sistematizados e enviados pela sociedade ao grupo de trabalho.

O relatório da CNV e a identificação de aspectos da dissidência indígena

A CNV chega como um eco da dissidência indígena, cujas ondas vagueiam pelo espaço por séculos de lamentações, choro, submissão e dizimação. Também o caráter CNV transparece, sobretudo no que diz respeito a dar oportunidade de voz a estes povos, dissidentes históricos, resistentes às imposições coloniais e pós-coloniais, populações ainda sobreviventes na manutenção de sua identidade própria e de seus valores simbólicos e culturais.

A Comissão Nacional da Verdade se tornou um documento que por seu caráter investigativo, acolhedor das vozes dissidentes de pesquisadores, relatórios de justiça, relatos de vítimas e Funcionários públicos ou das empresas envolvidas na época, bem como as vozes daqueles vitimados pela atuação estatal, há tempos históricos, os povos indígenas, primeiros habitantes desta terra Tupiniquim.

Durante a década de 70, toda a região andina promoveu a sistematização deste novo modelo voltado às necessidades e anseios local. Um novo pensamento de valorização étnica pós-colonial. No Brasil, esses movimentos chegaram em um conturbado período de crise política, de coerção estatal e autocontrole promovido pelo regime militar. Censura, controle estatal, ordem e progresso chegou à Amazônia com a promessa de integração nacional da região. Construção de um polo industrial em Manaus e novos conflitos acirrados entre as populações indígenas, cujas terras e suas populações eram vistas como empecilhos na construção de estradas, hidrelétricas ou prospecção de petróleo e/ou mineradoras.

A desagregação social e extermínio são fatos de violações denunciadas na CNV, a negação de existência indígena nas terras a partir de certidões negativas fraudulentas para construção de obras de infraestrutura, ou ainda para assentamento de colonos e/ou empresas.

> Nesse conjunto de casos, temos uma ilustração clara do modus operandi do Estado brasileiro quando seu objetivo foi liberar terras indígenas para a colonização e para a realização de grandes empreendimentos. Vemos também como diversos povos indígenas foram atingidos por atos de exceção que caracterizaram a atuação do Estado brasileiro no período 1946-1988 e por ele punidos com a transferência e a remoção forçada para lugares distantes de seu local de ocupação tradicional (CNV, Tomo II, 2014, p. 223).

A maioria desses casos está colocados quando o próprio Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que depois tornou-se Fundação Nacional do Índio (FUNAI), estavam envolvidos ou envolvida, por uma ser a continuação do outro, na negociação desses *modus operandi* do Estado brasileiro. Isto é, aqueles que foram criados para proteger e cuidar dos interesses indígenas, da proteção do próprio indígena, eram aqueles que de alguma forma ou de outra, faziam com que os próprios indígenas sofressem as penas de invasão e de toda a forma de quebra de valores dos seus direitos de habitação e posse da Terra. A corrupção dentro destas instituições afetava profundamente o "modo de ser" das populações autóctones sob sua tutela.

O desabafo de um funcionário da FUNAI nos remete ao terror nas frentes de construção de rodovias como a Transamazônica, submetendo as etnias que estavam no "caminho do progresso", além do envolvimento direto, daquela que na teoria seria protetora dos indígenas, a FUNAI.

> Estou cansado de ser um coveiro de índios... Não pretendo contribuir para o enriquecimento de grupos econômicos à custa da extinção de culturas primitivas – Antonio Cotrim, sertanista da Funai, ao se demitir (1972). (CNV, Tomo II, 2014, p. 80).

A CNV, e suas investigações, consegue verificar que durante o Plano de Integração Nacional, não era um plano de integração indígena, porque o objetivo principal não era a construção da Transamazônica para a integração dos povos indígenas. O mais importante, como mesmo foi descrito na reportagem da Revista Veja também especificada à Comissão da Verdade, era afastar os indígenas rapidamente, e os possíveis obstáculos à passagem das máquinas de terraplenagem.

À frente dessa missão estavam os órgãos indigenistas, a FUNAI que aliada ao programa estatal de expansão fazia com que, a qualquer custo, os indígenas fossem imediatamente atraídos e pacificados, com o intuito de retirá-los do caminho.

A reportagem da revista Veja, à época, chamou-se "Índios no Caminho". Essa reportagem é de agosto de 1970. Atrair para pacificar, na verdade, era fazer com que o indígena fosse retirado. Por isso, foi colocado vários sertanistas da FUNAI à frente para desobstruir os "caminhos do progresso".

O xamã e líder indígena, Davi Kopenawa, líder e autor dissidente, de livros com narrativas e sabedoria de seu povo, "A Queda do Céu", foi chamado à CNV para levar seu depoimento. Davi Kopenawa, falou da necessidade do reconhecimento da sociedade e do Estado brasileiro, reconhecer e ouvir o eco de lamentações dos povos nativos, mesmo tardiamente em 2013, ouviram a voz que já clamava há séculos, a voz dos indígenas dissidentes, dos povos autóctones da Amazônia.

Ao falar das epidemias de malária, que abateram os Yanomami, esse xamã e líder, Kopenawa, sintetizou o quanto é importante trazer à luz da história o entendimento à sociedade, mesmo depois de muito tempo de sofrimento e descaso, coisas que aconteceram aos indígenas e que os perseguem como uma sombra grotesca.

> Eu não sabia que o governo ia fazer estradas aqui. Autoridade não avisou antes de destruir nosso meio ambiente, antes de matar nosso povo. […] A Funai, que era pra nos proteger, não nos ajudou nem avisou dos perigos. Hoje estamos reclamando. Só agora está acontecendo, em 2013, que vocês vieram aqui pedir pra gente contar a história. Quero dizer: eu não quero mais morrer outra vez. (CNV, Tomo II, 2014, p. 234).

O viés dissidente de Kopenawa chamou a atenção das autoridades e a FUNAI, que eram os principais responsáveis pela proteção desses povos. Por omissão ou motivações econômicas, estas instituições e o Plano de Integração Nacional cujos valores de integração que já observamos não tinha a prioridade de integrar ou se importar com o bem-estar das comunidades nativas, bem como proteger suas terras. Desta forma, o massacre e a invasão de Terras Indígenas na Amazônia, continuariam.

No Mato Grosso do Sul, durante a década de 1970, indígenas Guarani-Kaiowá, como Bonifácio Duarte, também foram detidos e torturados pelo Estado brasileiro no reformatório Krenak.

> Amarravam a gente no tronco, muito apertado. Quando eu caía no sorteio prá ir apanhar, passava uma erva no corpo, prá aguentar mais. Tinha outros que eles amarravam com corda de cabeça prá baixo. A gente acordava e via aquela pessoa morta que não aguentava ficar amarrada daquele jeito. (Prá não receber o castigo...) a gente tinha que fazer o serviço bem rápido. Depois de seis meses lá, chegou o Teodoro, o pai e a mãe dele presos. A gente tinha medo. Os outros apanharam mais pesado que eu. Derrubavam no chão. (CNV, Tomo II, 2014, p. 244)

Sobre esta mesma técnica de tortura Honório Benites, índio Guarani, afirma que viu de perto a violência de que foram vitimas os índios das reservar Mangueirinha e Rio das Cobras.

> Quem foi pro tronco foi meu irmão, e outro sobrinho [...]. O tronco era duas madeiras assim [mostra com os dedos]. Dois pedaços. Ele abre aqui e fecha aqui, então você punha cinco minutos e a veia do sangue ficava tudo estufado. Então por isso morreu dois índios que eu sei. Então tudo isso a gente viu, de perto. (CNV, Tomo II, 2014, p. 241)

Durante os anos de 1960 a 1980, os grupos indígenas Waimiri-Atroari sofreram um massacre por estarem no caminho do plano nacional de desenvolvimento estatal. Abertura da BR 174, construção da hidrelétrica de Balbina e a invasão de suas terras por mineradoras e garimpeiros. A partir de 1968, junto à FUNAI, outros departamentos foram criados, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o Instituto de Terras (ITERAM), o Ministério da Aeronáutica e o Grupamento Especial de Fronteiras do Exército, um plano de ação e domínio dos Territórios Waimiri-Atroari.

Desde o início do século XX que o Estado brasileiro, tentava manter contato com os Waimiri-Atroari, mas estes índios, dissidentes, espalhados pelos rios da Amazônia resistiam aos invasores. O pesquisador Egídio Schwade que conviveu com os Waimiri, relata o massacre acontecido.

> Kramna Mudî era uma aldeia Kiña que se localizava na margem oeste da BR-174, no baixo rio Alalaú [...]. No segundo semestre de 1974, Kramna Mudî acolhia o povo Kiña para sua festa tradicional. Já tinham chegado os visitantes do Camanaú e do Baixo Alalaú. O pessoal das aldeias do Norte ainda estava a caminho. A festa já estava começando com muita gente reunida. Pelo meio-dia, um ronco de avião ou helicóptero se aproximou. O pessoal saiu da maloca pra ver. A criançada estava toda no pátio para ver. O avião derramou

> um pó. Todos, menos um, foram atingidos e morreram [...] Os alunos da aldeia Yawará forneceram uma relação de 33 parentes mortos neste massacre. (CNV, Tomo II, 2014, p. 235).

A barbárie e a ferocidade com que os Waimiri-Atroari foram atropelados pelas forças chanceladas e empoderadas pelo crivo do Estado brasileiro, ficaram clara nas denúncias e depoimentos da Comissão Nacional da Verdade. Rajadas de metralhadoras, explosões de dinamite, invasão de mineradoras com milícias armadas com mais de 400 homens financiados por mineradoras particulares, com o uso de cães adestrados.

Aqueles tutelados, visualizados como incapazes e penalizados por serem inocentes. O Estado Nacional brasileiro, o tutor, suas instituições criadas para protegê-los, era seus carrascos. Serviço de Proteção ao índio (SPI), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), verdadeiros lobos vestidos de cordeiro como relata o Salmos 55:12-13,

> 12 Pois não era um inimigo que me afrontava; então, eu o teria suportado; nem era o que me aborrecia que se engrandecia contra mim, porque dele me teria escondido,
> 13 mas eras tu, homem meu igual, meu guia e meu íntimo amigo (Salmos Cap. 55).

Conclusão

O desenvolvimento do presente artigo permitiu compreender o papel que a dissidência tem na elucidação dos acontecimentos de opressão histórica no Brasil. A análise do relatório da Comissão Nacional da Verdade permitiu maior entendimento sobre as articulações extra oficiais de organismos institucionais com o objetivo de reprimir as populações indígenas na Amazônia.

De forma geral, o relatório aponta como o Exército Brasileiro e o Serviço de Proteção ao Índio agiram durante o regime militar, com medidas de repressão contra os indígenas da Amazônia e com o objetivo de abrir caminhos aos projetos expansionistas sob o pretexto do progresso. No trabalho foram analisadas as características de dissidência e sua presença nas populações indígenas; ideia referendada nos escritos de Castañeda e Silva, que abordam a existência de ações de revelia em conta dos abusos cometidos contra eles.

Provada a relevância das denúncias expostas na CNV, há necessidade do Brasil rever suas políticas públicas de desenvolvimento

territorial, valorização da cidadania brasileira ao índio e a dívida do Estado Nacional com essas populações atingidas pelo erro histórico, pela barbárie, pela invenção etnocêntrica e eurocêntrica do "outro inferior", junto a força colonialista impetrada pelo inevitável processo civilizatório ocidental.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II. Brasília: CNV,2014. 416p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 10 Jan. 2021.

CASTAÑEDA, Carolina. Pensamentos críticos desde e para a América Latina. In: Caderno IHU: Pensamento descolonial e práticas acadêmicas dissidentes. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano 11, nº 44, 2013.

CUSICANQUI, Silvia Ribeira. "Oprimidos pero no vencidos": Luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980. La Paz: La mirada salvaje, 2010.

MIRANDA, Claudia. O debate pós-colonial na américa-latina: contribuições de silvia rivera cusicanqui e santiago castro-gómez. In: "Decolonialidade e Educação: entre teorias e práticas subversivas". Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, v. 3 n. 3, 2017.

BÍBLIA, A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

SILVA, Marilene Corrêa da. O país do Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2004.

EBC na rede. KEHL, Maria Rita - fala sobre criação de Comissão da Verdade indígena, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mnba4iExQQQ&ab_channel=EBCnaRede. Acesso em: 29 Mar. 2021.

Greenpace Brasil. Desmatamento em terras indígenas aumenta 64% nos primeiros meses de 2020. Disponível em: https://www.greenpeace.org/brasil/blog/desmatamento-em-terras-indigenas-aumenta-64-nos-primeiros-meses-de-2020/. Acesso em: 29 Mar. 2021.

A NEGAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS E A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS APRESENTA EVIDÊNCIAS DE GENOCÍDIO NO GOVERNO BOLSONARO – PARTE II

Silvio Cavuscens[1]

Introdução

A análise apresentada pelo autor nessa coletânea foi organizada em dois artigos que descrevem períodos consecutivos da política indigenista, porém com dinâmicas bastante distintas. Um primeiro artigo foi publicado no 1º volume da coletânea "Amazônia Dissidente" e abordou a política indigenista no período da Constituição de 1988 até 2018, cobrindo três décadas caracterizadas por intensa processo desenvolvimentista que impactou severamente sobre a vida dos povos indígenas.

Esse período revelou o quanto os direitos indígenas foram profundamente desrespeitados e os povos indígenas violentados pela ascendência dos projetos desenvolvimentistas geradores de políticas contraditórias entre o cumprimento da legislação e a subserviência às forças políticas e econômicas em ascensão.

O segundo e presente artigo corresponde à continuidade dessa reflexão, analisando, agora especificamente, a política indigenista e ambiental do governo Bolsonaro, a partir do início do seu mandato em janeiro 2019.

Procurar-se-á comprovar o caráter genocida do governo Bolsonaro no tocante aos povos indígenas, pelo modo como vem sendo conduzidas e fomentadas tais políticas, a partir da tomada de posição, da omissão, do discurso e da narrativa do próprio Presidente, dos atos governamentais por ele decretados em relação a legislação em vigor e alheio às premissas conquistadas por uma sociedade que se quer democrática. Apresenta inicialmente uma contextualização dos instrumentos legais em nível nacional e internacional[2] que tratam diretamente dos

1 Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo PPGSCA/UFAM, Indigenista, Sociólogo, atua há mais de quatro décadas junto aos povos indígenas da Amazônia. Coordena a Associação Serviço e Cooperação com o povo Yanomami – Secoya

2 A análise baseia-se essencialmente na observância dos direitos indígenas constante na Constituição Federal de 1988, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, na Declaração Universal dos Povos Indígenas das Nações Unidas-ONU, bem como no Tribunal Penal Internacional-TPI, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão integra-

direitos indígenas e que qualificam o entendimento de genocídio, dos quais o Brasil é signatário.

Em seguida, serão evidenciadas as ações ou omissões que apontam para a caracterização de genocídio do governo Bolsonaro em diversos campos articulados que incidem sobre a vida dos povos indígenas entre os quais: a política indigenista, a política ambiental e o aumento da violência ano campo, a questão da demarcação das terras indígenas, a negação da identidade e da cultura dos povos indígenas e o impacto da Covid 19 para os povos indígenas.

Tece-se finalmente um ideário a respeito do que poderia ser uma política indigenista respeitosa dos direitos e da vida dos povos indígenas, coerente, edificada nos preceitos constitucionais, de modo articulado entre entes governamentais, o movimento indígena organizado e representantes da sociedade civil.

A presente análise assume a nomenclatura de identificação das populações indígenas enquanto povos, conceito já estabelecido, mas muitas vezes negado, em respeito e fazendo jus às conquistas do movimento indígena e o seu reconhecimento, inclusive, em nível internacional, através da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre povos indígenas e tribais[3].

O mais importante, contudo, é a percepção dessa consciência histórica e política construída ao longo das últimas décadas pelo movimento indígena quanto a auto identificação como indígena e como membro de um determinado povo, sendo por este reconhecido assim como a autonomia nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.

Evidencia ainda a qualidade identitária indígena do modo como ela se apresenta na realidade societária desse Brasil indígena, onde quer que essas populações estejam vivendo e independentemente de sua condição. Nessa perspectiva, a presente análise assume o reconhecimento tanto das populações indígenas oficialmente recenseadas pelo IBGE e pela Funai quanto as que vivem sem qualquer reconhecimento ou mínima assistência por parte do estado, a saber:

- Os povos indígenas brasileiros totalizam 896.917 indígenas (Censo do IBGE de 2010) dos quais 517.383 vivem em terras indígenas;

---

do a Organização dos Estados Americanos – OEA.

3 A Convenção n° 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais foi promulgada no dia 07 de junho de 1989 na Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho-OIT reunida em Genebra. Há inclusive um Projeto de Lei, da deputada Joênia Wapixana, para instituir do dia dos povos indígenas em substituição ao dia do índio.

- Os 114 povos isolados ou em situação de isolamento voluntário que vivem principalmente na Amazônia que se encontram em permanente condição de ameaça;
- Os povos indígenas desaldeados, destribalizados, desterritorializados, deslocados, urbanizados e em situação de extrema fragilidade e marginalização e de total abandono por parte do estado somam mais de 450 mil indígenas (dados da Apib).

Contextualização dos instrumentos legais que tipificam o genocídio

A análise dos impactos da política do Governo Bolsonaro sobre a vida dos povos indígenas e o meio ambiente brasileiro implica em evidenciar o juramento feita pelo Presidente em sua Carta de Intenção no sentido de respeitar a Constituição Federal de 1988.

Essa carta de intenção foi recebida pelos eleitores de Bolsonaro como uma boia de salvação e a esperança de um governo justo, fraterno, democrático com total observância da Constituição Federal. O quadro jurídico que define a relação do estado brasileiro com os povos indígenas tem por base a Constituição Federal de 1988, que trata em seu Art. 3º, da cidadania e a dignidade da pessoa humana, além de definir como objetivos fundamentais da República:

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
> II Garantir o desenvolvimento nacional;
> III Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
> IV Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer
> outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

São os artigos 231 e 232 da Constituição Federal que deixam clara a nova relação do estado brasileiro com os povos indígenas ao reconhecer seus direitos plenos e originários:

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
> Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interes-

> ses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a CF assume um compromisso federativo de assegurar a vida, a dignidade e as condições socioculturais e ambientais dos povos indígenas em seus territórios originários devidamente reconhecidos. Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental-PGTA´s idealizados pelo governo federal até 2018 através do PNGATI[4] foram então pautados nesse reconhecimento.

A Organização Internacional do Trabalho-OIT[5] foi o primeiro fórum internacional a reconhecer, através da Convenção 169 os "povos" indígenas e tribais como sujeitos de direito, protegendo, entre outros, alguns de seus direitos territoriais, políticos, econômicos e sociais. A Convenção da OIT deixa claro a obrigação dos governos consultarem os povos indígenas antes de tomar quaisquer decisões administrativas ou legislativas que incidem sobre suas terras[6].

Possivelmente, a maior conquista global contra o genocídio se deu com o Estatuto de Roma, do qual o Brasil é um dos Estados-Partes. A partir deste instrumento jurídico se criou o Tribunal Penal Internacional (TIP), um permanente tribunal de justiça de âmbito internacional, com poder para "exercise its jurisdiction over persons for the most serious crimes of international concern, as referred to in this Statute, and shall be complementary to national criminal jurisdictions"[7]

De acordo com o artigo 6º, do decreto brasileiro nº 4388 de 2002, que promulga o Estatuto de Roma e o TIP, considera-se "genocídio", "qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

> a) Homicídio de membros do grupo;
> b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
> c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a

4 PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de 2012.
5 Foi ratificada pelo Brasil em 2003 comprometendo-se então a proteger a identidade dos povos indígenas, assegurar o respeito as suas terras, formas de organizações e tradições.
6 Os governos terão a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir respeito à sua integridade. Além disso, deverá incluir medidas para: a) garantir que os membros desses povos se beneficiem, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades previstos na legislação nacional para os demais cidadãos;
7 (pág. 2 - https://www.icc-cpi.int/NR/rdonlyres/ADD16852-AEE9-4757-ABE7-9CDC-7CF02886/283503/RomeStatutEng1.pdf)

> provocar a sua destruição física, total ou parcial;
> d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
> e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.

Uma vez que o crime de genocídio é comprovado, a partir da intenção de destruir algum grupo étnico, racial ou religioso, por ação ou omissão, faz-se imprescindível o aprofundamento, mesmo que de forma breve, em determinados conceitos jurídicos relacionados a discussão. De acordo com Luiz Regis Prado, "vigora o princípio da *materialidade*, segundo o qual o delito exige sempre um fato humano (ação ou omissão). Segundo o autor, "a norma penal não pode *vedar* a simples causação de resultados, mas apenas ações (controladas pela vontade), ou *ordenar* a realização de determinado comportamento ativo, sempre com vistas a evitar lesão ou perigo de lesão a bens jurídicos essenciais". Para o jurista:

> O conceito de delito é uno, sendo a ação e a omissão formas de conduta idôneas à sua realização e que têm *estruturas* diversas". Sendo assim, "a omissão de uma ação só é possível mediante a inibição de uma decisão de realizar uma ação determinada ou renunciando a uma decisão já tomada de realizar uma ação". Seus elementos são: "capacidade física de agir; possibilidade de direção final da ação; conhecimento da situação típica (o fim, que o objeto do efeito da ação seja conhecido) e das formas e meios empregados". Já "a capacidade de ação vem a ser capacidade pessoal de realizar uma ação determinada (= ação omitida), isto é, a possibilidade de conduzir o ato a certa finalidade.

Evidências de A**ções ou** Omissões apontando para a caracterização de genocídio do governo Bolsonaro...

O esfacelamento da política indigenista

Diversas medidas vêm sendo tomadas pelo Governo Bolsonaro em oposição com a política indigenista brasileira, a cargo da Fundação Nacional do Índio-FUNAI desde 1967.

Isto vem ocorrendo num contexto de mudanças radicais e antagônicas no panorama político do país fazendo com que o discurso inflamado do presidente passasse a encontrar eco na população independentemente da veracidade e da confiabilidade das informações veiculadas. O posicionamento do governo se deu no sentido de desqualificar a atuação dos órgãos encarregados da questão indígena e ambiental.

Alguns exemplos são: a expansão do agronegócio e da mineração em terras indígenas e a descaracterização da identidade indígena.

Nessa dupla perspectiva de abrir as frentes de expansão e reduzir os obstáculos existentes através da atuação dos órgãos federais[8], diversas medidas jurídicas e iniciativas foram tomadas no intuito de fragilizar a atuação da Funai, flexibilizar a política ambiental, reduzindo a fiscalização, aliviando impostos, eliminando multas, favorecendo a liberdade de ação a partir de interesses muitas vezes particulares, escusos e ilegítimos, restringir a participação cidadão nas instâncias de controle social em âmbito federal, e em consequência, provocar o aumento das contravenções, dos preconceitos e da violência contra os povos indígenas.

Uma série de mudanças sacudiu a estrutura da Funai não apenas nos altos, mas também nos segundos e terceiros escalões, com o objetivo de obstaculizar quaisquer avanços nos processos de reconhecimento de terras indígenas. Faz parte de uma política sectária que consiste em nomear, para cargos de chefia em instituições federais, militares ou profissionais que não possuem perfil, conhecimento técnico ou científico nem experiência para lidar com a especificidade das agendas a serem assumidas. O exemplo é claro ao analisar a situação da saúde indígena ou da frente de índios isolados. Isto tem provocado inclusive situações de gestão antagônica com as responsabilidades confiadas a esses gestores, a exemplo do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Sales.

Após nomeação de pastor para coordenação da Funai, Sydney Possuelo ex-presidente da Funai[9], foi convidado para uma roda de conversa com indígenas e deputados da minoria no Congresso Nacional - Richard Silva/ PcdoB na Câmara no dia 13 de fevereiro 2020, que manifestou suas preocupações[10]:

> "O perigo maior deste momento é que, antes, havia incompreensões, mas o Estado ainda tinha a Funai – uma Funai deficiente, como sempre foi, mas tinha a educação, a saúde e se demarcavam as terras. De repente, o Estado brasileiro começa a desmontar tudo isso dentro da visão política do senhor Bolsonaro".

8 FUNAI, IBAMA, INCRA, ICMBio, AGU.

9 Sydney Possuelo presidiu a FUNAI entre os anos de 1991 e 1993, durante o governo Fernando Collor. Foi responsável pela criação da Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC).

10 Informações constantes no site da FUNAI – de 14 de fevereiro 2020.

Com o PL 191-2020[11], de fevereiro 2020, o Governo Jair Bolsonaro realiza outra investida contra os povos indígenas, ao propor a liberação da mineração e da geração de energia hidrelétrica em terras indígenas, prioridade do governo desde o início da gestão. São hoje mais de 3 mil requerimentos minerários sobrepostos a terras indígenas da Amazônia Legal que tramitam no sistema da Agência Nacional de Mineração (ANM). O órgão defende que o protocolo de um pedido de mineração não significa a sua aprovação.

Porém, um levantamento do projeto Amazônia Minada, do InfoAmazonia, encontrou pelo menos 58 requerimentos de pesquisa ou lavra de minério aprovados pela agência[12], mesmo afetando terras indígenas, algo proibido pela Constituição. O PL 191/2020 pretende transformar terras indígenas em parques industriais, sem nenhuma garantia de que os indígenas poderão manter seus usos, costumes e tradições.

De modo recorrente, o presidente Bolsonaro tem se tem posicionado firmemente em relação a sua vontade de abrir os territórios indígenas atividades econômicas de larga escala, como a mineração e o agronegócio. Afirmou em diversas várias ocasiões, que os indígenas não podem "continuar sendo pobres em cima de terras ricas", referindo-se principalmente aos depósitos minerais presentes em territórios indígenas na Amazônia.

As atividades poderiam ser instaladas, inclusive, em terras com a presença de indígenas isolados, que são aqueles que mantêm pouco ou nenhum contato com o restante da sociedade brasileira. Essas comunidades são extremamente vulneráveis a doenças e a mudanças no meio ambiente em que vivem.

Novamente o presidente Jair Bolsonaro (PSL), através do Decreto 9.759 de 11 de abril de 2019, assume outra estratégia no intuito de isolar os povos indígenas, rompendo o diálogo e cerceando a participação de seus representantes assim como os da sociedade civil em Conselhos paritários constituídos a partir da égide da Constituição de 1988. Essa medida extingue conselhos representativos colegiados ligados à administração pública federal, criados via decreto ou por atos infralegais.

11 Assinado pelo ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque e pelo ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, o PL autoriza, além da mineração e do garimpo, projetos de petróleo e gás, a construção de hidrelétricas, a pecuária e o plantio de sementes transgênicas. Os povos indígenas não terão poder de veto e a consulta prévia será mera formalidade.

12 Amazônia Minada, projeto especial do InfoAmazonia com o apoio do Amazon Rainforest Journalism Fund e do Pulitzer Center.

Foram pelo menos 35 conselhos ligados à Política Nacional de Participação Social (PNPS), extintos. Entre os quais o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), que acompanhava a execução de políticas públicas para quase 3 mil escolas indígenas espalhadas pelo país e o Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi), instância que permite uma articulação entre os representantes do segmento.

No caso da saúde indígena, a situação é agravada por questões de comando e gestão da saúde indígena a partir de orientações diretas do presidente Bolsonaro, a saber:

1. O comando de todo o Subsistema de saúde indígena, sob responsabilidade da Secretaria de Saúde Indígena-SESAI, e organizado através dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas-DSEI´s é atualmente gerido por militares desconhecedores da realidade. A exemplo do que está acontecendo no Distrito Sanitário Yanomami e Ye´kuana-DSYY problemas de saúde foram denunciados;

2. O Decreto 9.759 impacta diretamente sobre a dinâmica de todas as instâncias da estrutura de Controle social[13] que garantia a participação dos usuários indígenas. Estes podiam colaborar com a gestão, dialogar a respeito da assistência e fazer valer o seu conhecimento quantoa especificidade de suas culturas, línguas e tradições, exigindo respeito pelos direitos indígenas;

3. O Decreto 9.795[14] de 17 de maio 2019 de Jair Bolsonaro, representa mais uma tentativa velada de municipalização da saúde indígena que representa enorme perigo para a vida dos povos indígenas. Os municípios têm mantido, historicamente, relações carregadas de preconceitos e pouco têm se preocupado

13 O Controle social configura-se na saúde indígena baseada na Lei Arouca de à Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. É baseado em diversos mecanismos de participação desde os Conselhos locais, os Conselhos Distritais, A Comissão dos Presidentes de Conselhos, a Conferência Nacional de Saúde Indígena, entre outros.

14 O Decreto 9.795, apesar de manter a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) reforça em diversos momentos a "a integração com as instâncias assistenciais do SUS na região e nos Municípios que compõem cada Distrito Sanitário Especial Indígena". Medida é vista como forma de forçar a municipalização.

com a realidade indígena. Em sua maioria, mantêm relações de poder com setores econômicos implicados na exploração de recursos naturais oriundos dos territórios indígenas, gerando conflitos e insegurança.

4. Além disso, o governo Bolsonaro acabou com o Programa Mais Médicos, provocando a saída dos médicos que atuavam em quase 56% dos postos de atendimento aos indígenas, agravando a precarização dos serviços prestados na TIY e nas demais TIs no país (Inesc, 2020b)[15]:

Território indígena – demarcação e usos

A narrativa adotada pelo presidente Jair Bolsonaro ao falar da demarcação de terras indígenas é sustentada por uma retórica agressiva, ferrenha e contrária a legislação vigente que determina a demarcação e o reconhecimento dos territórios indígenas como condição essencial para a sua sobrevivência física e a sua subsistência sociocultural e ambiental, sendo inclusive o único Presidente, junto com o ex-presidente Temer em não ter demarcado qualquer terra indígena[16] Vale trazer à baila a entrevista dada ao Brasil Urgente da TV Bandeirante:

> "Eu tenho falado que, no que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena", disse Bolsonaro nesta segunda-feira (5) ao apresentador José Luiz Datena. "Afinal de contas, temos uma área mais que a região Sudeste demarcada como terra indígena. E qual a segurança para o campo? Um fazendeiro não pode acordar hoje e, de repente, tomar conhecimento, via portaria, que ele vai perder sua fazenda para uma nova terra indígena", disse.

Na Medida Provisória 870/19 promulgada pelo Presidente Jair Bolsonaro, ao transferir a demarcação das terras indígenas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a supervisão da Funai para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos repercutiu sobre os direitos dos povos indígenas nos seguintes aspectos, segundo Nota Técnica do Ministério Público Federal[17] :

15 BBC News Brasil. "Após a saída de médicos cubanos, morte de bebês indígenas crescem 12 % EM 2019. 02-03-2020,

16 Fernando Collor (1991 a 1992) – 121; Itamar Franco (1992 a 1994) – 18; Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) – 145; Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) – 79; Dilma Rousseff (2011 a 2016) – 21; Michel Temer (2016 a 2018) – zero; Jair Bolsonaro (desde 2019) – zero.

17 Nota Técnica Nº 1/2019-6ªCCR da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal.

> "1. Afronta ao estatuto constitucional indígena;2. Ausência de consulta prévia aos povos indígenas – OIT/169; 3. Convergência de interesses indígenas e preservação ambiental;4. Conflito entre interesses indígenas e política agrícola da União e;5. Conflito entre os interesses indígenas e o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Na conclusão desta exposição jurídica, a 6ªa. Câmara -CCR/MPF buscou demonstrar a inviabilidade jurídica da política indigenista promovida pelo Governo Federal, introduzida em nosso ordenamento jurídico pela MP 870/19, tendo em vista a colisão entre as alterações legislativas ali contidas e os estritos termos da Constituição Federal.

De fato, a paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas representa a mais grave das ameaças que paira sobre os povos indígenas, atingindo diretamente suas possibilidades de sobrevivência étnica, física e sociocultural

É ainda negado o direito a terra, a assistência e a proteção de mais de 450 mil indígenas destribalizados, deslocados desaldeados, desterritorializados, urbanizados ou marginalizados em total condição de insegurança, submetidos a violência e abandonados pelo estado. Uma das situações mais crítica é a dos guarani kaiowá, de Mato Grosso do Sul, com uma população de 43 mil indígenas que vivem sem-terra, desaldeados e sofrendo todo tipo de marginalização e violência permanente com diversos atos de violência e assassinatos de lideranças.

A política do presidente Bolsonaro assumiu ainda a postura deliberada de não reconhecimento dos pelo menos 114 povos indígenas isolados ou em situação de isolamento voluntário, a maioria localizados na Amazônia. Encontram-se à mercê dos invasores, madeireiros, garimpeiros e mesmo da ameaça das missões religiosas que objetivam forçar o contato, negar sua vontade e inseri-los a força no contexto da sociedade brasileira.

Essa intencionalidade de não reconhecimento dessa territorialidade é negar a sustentabilidade dos povos indígenas no espaço físico onde vivem. Impossibilita-lhes de manter vivas estruturas sociais erigidas a partir do coletivo. E mais grave ainda, elimina o espaço da transcendência que lhes permite perpetuar seus saberes e formas de se relacionarem com seus espíritos e com o próprio universo. (CAVUSCENS, 2019).

Através da Instrução Normativa 09-2020, a Funai tentou ainda regularizar inúmeras solicitações oriundas do setor privado acarre-

tando sobreposições de terras particulares sobre territórios indígenas originários. Tal medida da Funai foi suspensa pelo Ministério Público Federal por atentar contra a própria constituição federal.

A negação da identidade e da cultura dos povos indígenas

A Constituição de 1988 rompe esta tradição secular ao reconhecer aos índios o direito de manter a sua própria cultura. Há o abandono da perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria social transitória, a serem incorporados à comunhão nacional. Conquista que a narrativa do presidente Bolsonaro insiste em confrontar veiculando informações que negam a própria Constituição Federal, como o faz em seu Twitter, o Presidente Jair Bolsonaro escreveu, em 02 de janeiro de 2019 diz que ao pretender

> "integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros." "Mais de 15% do território nacional é demarcado como terra indígena e quilombolas. Menos de um milhão de pessoas vivem nestes lugares isolados do Brasil de verdade, exploradas e manipuladas por ONGs. Vamos juntos integrar estes cidadãos e valorizar a todos os brasileiros".

O presidente declarou ainda, em live, que há no país um tipo de "índio evoluído" que poderia ter "mais liberdade sobre a sua terra". Argumento rebatido por Sonia Guajajara, Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil –APIB:

> "Dizer que o indígena está evoluindo pressupõe que nós, indígenas, somos inferiores. É a mesma visão racista dos colonizadores genocidas. Ele não aceita o fato de nós, indígenas, termos direitos garantidos pela Constituição. Demarcar nossos territórios é um direito constitucional. Não é questão de 'querer ou não querer', é um dever do presidente demarcar as terras indígenas".

O discurso do atual presidente não reconhece a presença indígena ou fala de integração como se os povos indígenas fossem um estorvo para o Brasil e não pudessem existir enquanto sociedades plenas com a sua língua e cultura própria e interagindo com a sociedade brasileira na qualidade de cidadãs que também são. As ideias antiquadas da existência de estágios de desenvolvimento humanos foram definitivamente condenadas. A insistência por parte deste governo em fazer ressurgi-los das cinzas tem o propósito político de reduzir os direitos indígenas e contribuem para a violência e o extermínio desses povos.

Essa atual narrativa do executivo tenta confundir a sociedade brasileira como se os indígenas fossem inimigos e afrontassem os interesses do país com o seu jeito de ser e de viver e suas perspectivas de construir o seu futuro. Esse Brasil que se quer moderno, ainda rasteja nos primórdios do século XXI em processos pós-coloniais mal resolvidos. Há, além disso, vergonhosamente, profundo desconhecimento dos conceitos básicos reconhecidos há tempo pela antropologia brasileira a respeito do direito a auto identificação indígena e a diversidade cultural dialogando com a sociedade nacional através da interculturalidade.

A negação da identidade étnica dos povos indígenas, de suas culturas, línguas e tradições milenares assim com o direito a autoidentificação e a defesa de seus direitos é sustentada por evidente desconhecimento da realidade e das culturas indígenas associado ao elevado grau de preconceito étnico manifestado das mais diversas formas pelo presidente Bolsonaro

A postura governamental e o uso das redes sociais para divulgar informações equivocadas a respeito da realidade dos povos indígenas brasileiros têm estimulado o ressurgimento de chavões puxados de gavetas empoeiradas da época áurea dos militares no poder, atendendo interesses escusos de grupos econômicos inescrupulosos, tais como: "é muita terra para poucos índios" ou ainda, os índios representam "um atraso para o desenvolvimento do país" quando não, representam uma ameaça à soberania nacional e aos interesses da nação.

Em 22 de janeiro 2021, a FUNAI editou a Resolução nº 04, definindo:

> Art. 1º Definir novos critérios específicos de heteroidentificação que serão observados pela FUNAI, visando aprimorar a proteção dos povos e indivíduos indígenas, para execução de políticas públicas.
> Art. 2º Deverão ser observados os seguintes critérios: I - Vínculo histórico e tradicional de ocupação ou habitação entre a etnia e algum ponto do território soberano brasileiro; II - Consciência íntima declarada sobre ser índio; III - Origem e ascendência pré-colombiana;
> Parágrafo único. Existente o critério I, haverá esse requisito aqui assinalado, uma vez que o Brasil insere na própria territorialidade pré-colombiana; IV - Identificação do indivíduo por grupo

Estabeleceu assim novos critérios conceituais com o objetivo de reduzir o reconhecimento da identidade indígena, a figura dos critérios de indianidade da década de 80. O objetivo é definir quem é, no

Brasil, indígena através de regramento próprio, com a evidente intensão de deixar desabrigada, desprotegida mais de 450 mil indígenas autodeclarados como indígenas.

O Ministério Público Federal recomendou em 04 de fevereiro 2021, a revogação imediata da Resolução 04 por ser inconstitucional. Em nota pública elaborada pela 6CCR (Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais), o MPF destaca que a Constituição garante aos povos indígenas o direito à autodeterminação, o que implica reconhecer sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições[18].

O agravo aqui representado se deve a intencionalidade do próprio órgão gestor e responsável pela proteção dos povos indígenas ao propor medidas anticonstitucionais e antagônicas aos interesses indígenas.

O aumento da violência no campo decorrente da política ambiental

É assustador o aumento das invasões de terras indígenas a partir do governo Bolsonaro. Isto vem ocorrendo em todo o território nacional gerando violência, medo e insegurança da população indígena. As frentes econômicas têm sido mais ousadas, atuando com total tranquilidade, sentindo-se amparadas pela atual política governamental.

O desmantelamento das políticas indigenista e ambiental deve-se ao caráter racista da gestão governamental e ao seu assujeitamento aos interesses econômicos do neoliberalismo, traduzido pela ingerência direta dos interesses do agronegócio, da mineração, da monocultura de grande escala em busca de novas áreas de expansão agrícola e mineral. Tais interesses são claramente veiculados pela TV Globo através de propaganda que enaltece o agronegócio enquanto "indústria riqueza do Brasil, agro é tec, agro é pop agro é tudo", mesmo assumindo hoje veemente oposição ao governo Bolsonaro.

Clóvis Marubo, liderança do Vale do Javari, no estado do Amazonas fez um apelo em relação a intensificação das invasões no governo Bolsonaro:

> As invasões dos caçadores avançaram no território indígena do Vale do Javari vindo do estado do Acre Município de Cruzeiros do Sul.... Além desses danos ambientais, nos deixa mais preocupada é por ser área de índios considerados isolados, não sabemos como esses

18 https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/04/restricao-da-funai-a--autodeclaracao-indigena-e-inconstitucional-diz-mpf.htm?cmpid

> indígenas vivem por não termos como chegar ao local. Mas, os Kanamary têm informações da grande presença de garimpeiro no rio Jutaí e muitas vezes chegam até a aldeia Jarina para trocar banana, macaxeira e caça com os indígenas, que se tornou uma porta de entrada da COVID causando desconforto às aldeias.
> No Rio Itacoaí e Ituí, aumentou mais invasão que não se intimida com a presença dos indígenas em trânsito nos rios, bem como tem visto várias canoas já nas proximidades das aldeias Marubo do rio Ituí. Os Matis construíram uma casa de apoio na entrada do Rio Branco tendo em vista da presença de invasores. No médio rio Javari, também aumentou invasão de madeireiros, pescadores e caçadores nas proximidades das aldeias situadas nos limites da área demarcada na faixa de fronteira Peru e Brasil. Inclusive, esses madeireiros confiam ainda no discurso do atual presidente Jair Bolsonaro. E hoje a invasão está sem controle nestes limites aproveitando da pandemia que chegou à região na terra indígena do Vale do Javari.
> Tal situação começou mais intensa a partir de 2019, com os discursos de dizer que não demarcaria nenhum centímetro de terra e que as terras demarcadas seriam revisadas pelo governo.

Segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon[19], no período de agosto de 2019 a setembro 2020, houve aumento importante de ameaças e pressões de desmatamento em diversas áreas protegidas, sejam áreas de proteção ambiental ou terras indígenas. No que refere especificamente a estas últimas, são alvo de maior ameaça[20], as terras indígenas URU-Eu-Wau-Wau (RO), TI Trincheira-Bacajá (PA) e TI Parakanã (PA) e sofrem maiores pressões[21], a TI Yanomami (RR-AM), TI Alto Rio Negro, TI Apiterewa (PA), TI Kayapo (PA), conforme mapa do IMAZON.

No território Yanomami de Roraima, emblemático pela luta contra o garimpo ilegal desde a década de 90, o aumento trágico da presença de milhares de garimpeiros provocou manifestações e posicionamento do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana em junho de 2020[22]

19Imazon. Ameaça e Pressão de Desmatamento em Áreas Protegidas: SAD de agosto 2019 a 08 de setembro de 2020.

20 AMEAÇA: É a medida do risco iminente de ocorrer desmatamento no interior de uma AP. Utilizamos uma distância de 10 km para indicar a zona de vizinhança de uma AP na qual a ocorrência de desmatamento indica ameaça. Muitas APs resistem a esse tipo de ameaça não permitindo que o desmatamento penetre em seus limites.

21 PRESSÃO: Ocorre quando o desmatamento se manifesta no interior da AP, levando a perdas de serviços ambientais e até mesmo à redução ou redefinição de limites da AP. Ou seja, é um processo interno que pode levar a desestabilização legal e ambiental da AP.

22 Posicionamento do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana contra o garimpo caminhado em 22 de novembro 2019 aos Srs. Presidente da República, Chefe da Casa Civil, Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ministro da Defesa, Ministro da Saúde, Presidente da Funai, Coordenador da 6ª Câmara

> Os garimpeiros estão envenenando as pessoas e contaminando nossos rios, nossos peixes, nossos alimentos e espantando nossa caça. Sabemos que o mercúrio usado no garimpo está contaminando nosso povo. No rio Uraricoera, mais de 90% das pessoas que foram analisadas apresentaram alto índice de contaminação. Recentemente soubemos que mais da metade dos Yanomami de Maturacá também estão contaminados. O Governo tem o dever de acabar com isso e trabalhar para cuidar da saúde dos povos Yanomami e Ye'kwana e proteger a terra-floresta.

O Relatório "Violência contra os povos indígenas no Brasil de 2019" do Conselho Indigenista Missionário – CIMI (Cimi:2019)[23] é revelador de uma realidade extremamente perversa e preocupante do Brasil indígena no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro na Presidência do país. Sintetizando os resultados dessa criteriosa análise o Relatório aponta em seu sumário executivo (2019, p. 06):

> A intensificação das expropriações de terras indígenas, forjadas na invasão, na grilagem e no loteamento, consolida-se de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável.
> Infelizmente, as violências praticadas contra os povos indígenas fundamentam-se em um projeto de governo que pretende disponibilizar suas terras e os bens comuns nelas contidos aos empresários do agronegócio, da mineração e Também é lamentável notar que o aumento de casos quase dobrou, em comparação com 2018, em outras 5 categorias, para além de "invasões/exploração ilegal/danos".

No mesmo relatório, Dom Roque Paloschi, Presidente do CIMI, assevera:

> No Brasil, em 2019, se promoveu o inverso das boas práticas, das boas relações e do bom direito. Aqui se incentivou uma das maiores tragédias ambientais do mundo, através de incêndios criminosos, desmatamentos, loteamentos de terras indígenas, invasões de toda ordem, ameaças, espancamentos e assassinatos de líderes indígenas, quilombolas e de comunidades de pequenos agricultores, que defendiam seus territórios e a mãe natureza. Se em anos anteriores denunciávamos as violências numa perspectiva de que houvesse ações e empenho para combatê-las, hoje somos obrigados a reconhecer que o maior agressor dos povos indígenas e da natureza é o governo Bolsonaro, que não se envergonha de ser tratado como genocida pelas redes sociais, que não se envergonha de ser considerado fascista e não demonstra remorso pelos crimes

do Ministério Púbico Federal.

23 O Conselho Indigenista Missionário-CIMI é um órgão vinculado à Conferência Nacional do Bispos do Brasil-CNBB. Foi criado em 1972, no auge da ditadura militar e vem assumindo desde então a defesa dos direitos e o apoio ao protagonismo indígena.

> que são praticados. Aliás, os incentiva sem pudor ou receio de que possa vir a ser responsabilizado criminalmente por essas práticas

Esse grito de indignação do Dom Roque é materializado na comprovação, no referido relatório, dos registros de violência contra a pessoa:

> Abuso de poder (13); ameaça de morte (33); ameaças várias (34); assassinatos (113); homicídio culposo (20); lesões corporais dolosas (13); racismo e discriminação culturais (16); tentativa de assassinato (24); e violência sexual (10); totalizando o registro de 276 casos de violência praticadas contra a pessoa indígena em 2019. Este total de registros é maior que o dobro do total registrado em 2018, que foi de 110.

Em seu relatório 2020, a Comissão Pastoral da Terra-CPT, apresenta dados preliminares apontando para a invasão de 97 áreas indígenas pelo setor privado. Com o apoio do governo de Jair Bolsonaro, 21 áreas quilombolas e 19 ocupadas por posseiros também foram invadidas. Ao todo foram registradas 178 invasões, com uso de violência, contra 55.821 famílias.

O ISA (Instituto Socioambiental) publicou, em janeiro de 2019, uma análise de medidas provisórias (MPs) e decretos implementados nos primeiros dias da gestão de Ricardo Salles e constatou que foi produzida, no meio ambiente, a mais drástica reestruturação de órgãos governamentais de primeiro escalão desde o governo Collor (1990-1992). Em suma, observa:

> A reestruturação diminuiu a capacidade do ministério de formular e conduzir políticas. A competência de combate ao desmatamento, núcleo da área ambiental federal desde os anos 1980, foi diluída, assim como o aparelhamento que visava dar suporte às populações indígenas.

O IBAMA e o ICMBio foram desestruturados, na perspectiva de "deixar a boiada passar" segundo o Ministro do Meio Ambiente, sentença fatídica e assassina proferida durante a reunião Ministerial de 22 de abril de 2020 em plena pandemia do Covid 19[24]. as principais mudanças estruturais, de gestão e comando nesses órgãos, provocaram o esvaziamento da presença governamental federal no interior das terras, no âmbito das áreas de proteção ambiental e dos territórios indígenas bem como da Amazônia profunda.

24 Declarações ocorreram em reunião Ministerial do dia 22 de abril 2020 cujas imagens foram divulgadas pelo ministro do STF Celso de Mello.

A 135ª reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), realizada no dia 28 de setembro 2020, foi marcada pela queda de duas resoluções que restringiam o desmatamento e a ocupação em áreas de preservação ambiental de vegetação nativa, como restingas e manguezais. A decisão do principal órgão consultivo do Ministério do Meio Ambiente mostra — de acordo com a professora Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias, do Departamento de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP — "a proposta de desmantelamento da política ambiental do atual governo".

Segundo Cristiano Luis Lenzi, também professor do Departamento de Gestão Ambiental da EACH, isso se dá porque o governo vigente enxerga a preservação ambiental como um elemento de contraposição ao princípio econômico liberal adotado:

> O ministro Salles parece representar uma onda desregulamentadora tardia que vê as leis ambientais como 'grilhões' que impedem a eficiência do mercado. O que significa que a política ambiental é uma extensão da agenda econômica que o atual governo busca seguir.

A própria ausência das instituições federais no campo, a redução de recursos financeiros e humanos limitam ainda mais a fiscalização e coibição das contravenções. Contudo a responsabilidade primeira é de quem está no comando desse governo e das pastas ministeriais assumidas de modo a atender interesses divergentes em relação aos objetivos e responsabilidades finais para as quais foram definidas.

Ainda no segundo semestre de 2020, nova tentativa de reduzir a atuação do IBAMA e do ICMBio através de uma fusão desses dois órgãos ambientais responsáveis por ações efetivamente complementares. Isto significaria incontestável retrocesso tanto na gestão quanto na fiscalização ambiental[25].

O favorecimento incondicional do governo Bolsonaro ao agronegócio e a agricultura extensiva, associada a política criminosa adotada pelo governo em relação ao desmatamento, às queimadas, às invasões de áreas de proteção ambiental, de terras indígenas bem como de terras devolutas da União, são diretamente responsáveis pelo aumento sistemático da violência no campo, como comprovado pelas informações que constam nessa análise. Isto atinge sobre maneira a vida e a subsistência dos povos indígenas.

25 https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2021/02/icmbio-versus-ibama-por-que-essa-fusao-pode-prejudicar-areas-protegidas.shtml.

O recente Projeto de Lei 3729, oriundo do governo Bolsonaro, foi aprovado em 12 de maio 2021 pela Câmara dos Deputados, representando mais um golpe ao meio ambiente, ao alterar as normas de licenciamento ambiental em nível municipal, estadual e federal, infringindo o Art. 225 da Constituição Federal. Favorece a dispensa de licenciamento em diversos casos de melhoramento de infraestruturas, terras voltadas para a agropecuária e no desenvolvimento de atividades consideradas poluidoras.

O conjunto dessas medidas vem gerando um clima de impunidade em todo o território brasileiro, mas com impacto de maior consequência no campo e em especial na Amazônia, atingindo de modo cruel e desumano os povos indígenas. A força bruta voltou a ser a manifestação cada vez mais frequente de resolução dos litígios, invadindo terras alheias, amedrontando, torturando, violentando e assassinando. Quando o estado deixa de manter a ordem, facilitando a aquisição de arma de fogo, segundo o presidente - para a defesa da propriedade privada – compactuando com a violência, a truculência e a recrudescência de práticas ilícitas e arbitrários, abre-se brechas para o contraditório, resultando na instalação inevitável do caos.

A política ambiental do governo Bolsonaro também se revelou desastrosa, e não leva em considerações os estudos científicos que alertam sobre a o desmatamento, a poluição dos rios, as queimadas. O recente relatório "Amazonía bajo presíon" da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (Raisg) que reúne instituições de pesquisas sérias dos vários países que compõem a Amazônia continental, aponta para a importância dos povos indígenas para a proteção ambiental e o próprio equilíbrio ecológico falando-se em termos de Amazônia: (2020, p. 64)

> Los análisis de la Raisg indican que más de la mitad de las unidades de análisis en la Amazonía (65,8%) se encuentran sometidas a algún tipo de presión instalada o en curso, a la vez que más de la mitad (52%) registra reportes de síntomas y consecuencias de la actividad antrópica, de manera independiente o conjugada por pérdida de carbono, áreas quemadas, deforestación o áreas naturales transformadas.
>
> Estos impactos son menores dentro de las ANP y TI, lo que demuestra su papel clave en la conservación en la región. Todos estos indicadores muestran que la Amazonía, su biodiversidad y sus pueblos indígenas están viviendo un momento crítico, un ritmo de degradación sin precedentes en su historia.

Acrescenta ainda:

> La sociedad, y los funcionarios electos, deben compreender que no sólo está en curso el daño ambiental, sino también el daño social y económico. Entre los estudios más recientes de la Raisg, cabe destacar el artículo científico sobre las reservas de carbono en la Amazonía. Más del 50% del carbono se encuentra en tierras indígenas y en áreas naturales protegidas, tanto que el mayor número de emisiones se ha producido en "otras tierras". En otras palabras, hoy en día tenemos – gracias a los pueblos indígenas, los líderes sociales, algunos líderes políticos y al espíritu pionero de los científicos– bosques preservados, a menudo gestionados de forma sostenible. Estos son imprescindibles para sus habitantes y aseguran servicios vitales para quienes viven en ciudades cercanas y lejanas. No es momento de perder este logro.

Além das preocupações acima referidas, vale lembrar que o Brasil dispõe de competentes sistemas de informações a respeito do desmatamento ou da presença de focos de incêndio. Os sistemas de monitoramento florestal desenvolvidos pelo governo federal são baseados em sensoriamento remoto, e informações coletadas por satélites sob responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), institutos de pesquisa e Universidades públicas. Contudo, as informações veiculadas no período das queimadas de 2020, com intensidade jamais vista, revelaram o grave descompasso existente entre as informações científicas disponibilizadas e as ações dos órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção do meio ambiente e das terras indígenas.

A situação do Covid 19 para os povos indígenas

Esta análise não poderia ser completa sem tratar da gravidade da pandemia e a omissão do governo Bolsonaro e da própria postura do presidente em relação as proporções trágicas provocadas pelo Covid 19 para as populações indígenas.

Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-Brasil, até o início de abril 2021, já foram 52.005 indígenas afetados pelo Covid 19 de 163 povos indígenas sendo vitimados 1034 indígenas.

Para dar conta dessa realidade, vale citar a derrota sofrida pelo governo brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão integrado a Organização dos Estados Americanos – OEA a qual o Brasil é parte, quando em julho 2020, graves falhas foram apon-

tadas quanto a sua atuação no combate ao Covid para as populações indígenas. No pedido de medida cautelar, a Comissão entendeu ser obrigação do governo de adotar as providências necessárias para proteger os direitos à saúde, à vida e à integridade pessoal dos povos indígenas Yanomami e Ye'kwana. A ação foi proposta pela Hutukara Associação Yanomami e pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos:

> Manifestamos nossas preocupações com relação às decisões do governo federal no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19. No Plano está explícito que entre os grupos prioritários de imunização estão os povos indígenas aldeados atendidos pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, num total de 410.348 indivíduos, excluindo claramente os indígenas denominados pelo governo de não aldeados.

Em 20 de abril 2020 a Associação Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami-Secoya encaminhou documento ao Ministério Público Federal do Amazonas,[26] solicitando providências, diante dos enormes riscos e ameaças que representa a pandemia do Corona Vírus para os povos indígenas de pouco contato ou em regime de isolamento voluntário, afirmando:

> Apesar de reconhecer o Plano de Contingência da COVID-19 do Ministério da Saúde, da SESAI e DSEI-Y como sendo bastante consistente, algumas questões continuam, todavia, requerendo um nível de cuidado que não está sendo pautado, podendo chegar ao comprometimento dos resultados preconizados em termos de garantia da vida e do futuro do povo Yanomami.

Estudos técnicos feitos pelo Núcleo de Métodos Analíticos para Vigilância Epidemiológica do PROCC/Fiocruz e EMAp/FGV e pelo Grupo de Trabalho sobre Vulnerabilidade Sociodemográfica e Epidemiológica dos Povos Indígenas no Brasil à Pandemia de COVID-19 de maio de 2020, em que nos apresenta que: "A população indígena urbana reside majoritariamente em municípios com alto risco para COVID-19, totalizando 227.128 (70%) indígenas nessa situação. Corresponde a 82,7%, 71,9%, 65,3% e 56% da população indígena urbana nas regiões Sul-Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia Legal, respectivamente";

O Coletivo de Povos Indígenas do Estado do Amazonas encaminhou em 21 de janeiro 2021 documento para o Dr. Fernando Merloto Soave do Ministério Público Federal do Amazonas-MPF, no qual afirma:

26 Documento da Secoya intitulado: "Os riscos do COVID 19 para as populações de recente contato: reflexões e cuidados a partir da realidade Yanomami".

> Nós, abaixo assinados, oriundos de 65 povos indígenas do Amazonas, exigimos a vacinação contra a covid-19 para todos os povos indígenas do estado, inclusive o povo Warao. Manifestamos nossas preocupações com relação às decisões do governo federal no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19 e também no Plano Estadual de Imunização. Nos dois Planos estão explícitos que entre os grupos prioritários de imunização estão os povos indígenas aldeados atendidos pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, num total de 410.348 indivíduos, excluindo claramente os indígenas denominados pelo governo de não aldeados.

O posicionamento dos povos indígenas do Amazonas é enfático ao entender que a legislação voltada para os direitos indígenas corresponde aquilo que foi explicitado no início desse trabalho. Deve abranger a assistência para todos os povos indígenas, sejam aldeados ou não.

Nova investida da Fundação Nacional do Índio-Funai, dessa vez, voltada para os povos indígenas isolados, através da Portaria Nº 419, de 17 de março de 2020 que estabelece ainda medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Contudo em seu Art. 4º estabelece:

> Ficam suspensas todas as atividades que impliquem o contato com comunidades indígenas isoladas.
> Parágrafo Único. O comando do caput pode ser excepcionado caso a atividade seja essencial à sobrevivência do grupo isolado e deve ser autorizada pela CR por ato justificado.

Segundo posicionamento do Ministério Público Federal:

> As Coordenações Regionais não têm entre suas atribuições a competência para executar ações de contato e pós contato, nem dispõem, no seu quadro de pessoal, de servidores com capacitação específica para lidar com as especificidades das políticas voltadas aos povos isolados e de recente contato, especialmente em situação de crise epidemiológica.

Após a mudança na portaria, o MPF solicitou a elaboração imediata do Plano de Contingência para Surtos e Epidemias e a ativação de Sala de Situação para tomar decisões em relação às comunidades indígenas isoladas[27].

27 Ver em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/23/coronavirus-funai-atende-mpf-para-garantir-saude-de-indigenas-isolados.htm?cmpid.

Para concluir essa breve reflexão, apela-se a jurista Deisy Ventura, especialista na relação entre pandemias e direito internacional, quando afirma: "Há todos os elementos necessários à tipificação de crimes contra a humanidade na resposta do Governo brasileiro à covid-19: intenção, plano e ataque sistemático."

Conclusão

A análise dos 29 meses primeiros meses de governo denuncia substancial prática governamental de ameaças a existência dos povos indígenas. O chefe da Nação, ao criar um ambiente manifestadamente anti-indígena, fragilizou a estrutura sociocultural e ambiental dos povos indígenas e atentou diretamente contra a vida das pessoas que carregam essa identidade indígena de modo jamais visto na modernidade desse Brasil diverso e plural.

É comprovado o desmonte da política indigenista e ambiental, descaracterizando programas e políticas voltadas para a proteção dos povos indígenas e a sua assistência bem como de seus territórios assim como das áreas ambientais sob responsabilidade do governo federal, conforme foi colocado.

O presente ensaio traz informações contundentes que permitem demonstrar que há efetivo diferencial entre as políticas indigenistas e ambientais de todo o período pós constituinte até 2018 com aquilo que vem acontecendo de modo sistemático do início de 2019 até o presente momento sob o comando do governo Bolsonaro.

Os casos citados neste trabalho revelam uma realidade que, em hipótese alguma, podem ser qualificados simplesmente de prática de má gestão ou de incompetência administrativa. A responsabilidade implicada vai muito além e precisa ser apurada. Essa responsabilidade direta cabe ao representante máximo da nação por ser promotor de múltiplas ações ou omissões que impactam severamente no quotidiano dos povos indígenas e ameaçam o seu futuro.

O esvaziamento da política indigenista, o abrandamento da política ambiental e a anistia das multas por irregularidades fundiárias, a transigência com o ilícito, o estímulo a contravenção, a facilitação do porte de arma para a defesa da propriedade privada, o desapreço tanto para a propriedade territorial coletiva das terras indígenas assim como das áreas de proteção ambiental da União, a negação da identidade indígena qualificam uma prática genocida do presidente Bolsonaro e do seu governo contra os povos indígenas brasileiros.

Tal responsabilidade deve-se ainda a inobservância da legislação e dos fundamentos do respeito a vida humana dos povos indígenas além de deixar expressa a vontade deliberada de concluir a trágica tarefa assumida desde o tempo da colônia no sentido de negar a identidade étnica, a territorialidade, os saberes e a cultural tradicional dos povos indígenas Brasileiros.

A política indigenista e ambiental do governo Bolsonaro aqui analisada aponta diretamente para a transgressão da Constituição Federal de 1988, da Lei 4.388 de 25 de setembro de 2002 e do próprio Estatuto de Roma que versam sobre Genocídio, além de ferir a Constituição Federal de 1988 e os acordos internacionais firmados pelo Brasil no que diz respeito aos direitos indígenas, principalmente na Convenção 169 da OIT e a Declaração Universal dos Povos Indígenas.

Tal postura é inadmissível por parte de uma gestão pública, principalmente por ter consequências trágicas ao atingir populações historicamente fragilizadas por processos de contato interétnico de enorme violência e marginalização. Nesse sentido, a análise revela urgente necessidade de apurar tal responsabilidade, sendo a Corte Internacional de Justiça o espaço cabido para julgar a pertinência das evidências que apontam, de modo sistemático, para a responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro de crime de genocídio.

Além disso, as evidências apresentadas no tocando a gestão da saúde indígena diante do Covid 19, são suficientes e inequívocas, segunda a jurista Deisy Ventura, para qualificar a prática de genocídio, crime contra a humanidade, podendo ser enquadrada no Tribunal Penal Internacional-TPI[28].

A política governamental do presidente Bolsonaro afronta ainda o movimento indígena organizado que, de modo insistente, com amplas demonstrações de resistência, de resiliência, mas também de brasilidade, evidenciou ao longo das últimas décadas o seu entendimento quanto a vontade política de serem respeitados enquanto povos bem como ocupando espaço de cidadania na qualidade de cidadãos brasileiros que também são. Carregam, portanto, de modo sábio e digno, essa

28 Entrevista de Jurista Deisy Ventura para a jornalista Eliane Brum do jornal El País no dia 22 de julho de 2020 intitulado: "Há indícios significativos para que autoridades brasileiras, entre elas o presidente, sejam investigadas por genocídio". Se refere a lei do plano emergencial de enfrentamento da covid-19 nos territórios indígenas que foi estabelecido em 7 de julho 2020, "quando a mesma foi declarada pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro e, pelo Brasil, em 3 de fevereiro. Aqui mesmo, no Brasil, já se reconhecia a emergência nacional desde fevereiro! E só em julho vão fazer o plano para combater a pandemia nos territórios indígenas. Bem, neste plano, a União precisa garantir um conjunto de medidas para enfrentar o vírus.

dupla identidade que configura ainda dupla responsabilidade de defesa dos direitos específicos com a garantia da participação cidadã.

Não fosse o movimento indígena e seus aliados, as suas lutas, gritos de dor, não conformismo e dissidência em relação aos jogos, manipulações e tramas políticas, não estariam mais "presentes" após a comemoração dos quinhentos anos de invasão dessa terra chamada Brasil.

Em conclusão, a farsa do governo Bolsonaro pode ser sintetizada no tragicômico discurso de abertura do presidente Jair Bolsonaro, no dia 23 de setembro 2020, na sessão da 75ª sessão da Assembleia Geral da Organizações das Nações Unidas – ONU, em Genebra, Suíça, provocando constrangimento e levantando um maremoto de denúncias e posicionamentos do movimento indígena e de diversas instituições e personalidades da sociedade civil brasileira assim como de comentaristas e políticos de outros países.

Entre estes, a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas – FAMDDI, e o Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas – FOREEIA, manifestaram repúdio veemente às declarações feitas (2020):

> O presidente brasileiro não apenas mentiu aos chefes de Estado e à sociedade mundial em seu discurso como expôs a forma do atual governo brasileiro tratar os povos indígenas, as populações tradicionais, a Amazônia, o Pantanal, e o meio ambiente em geral. Desprezo pela vida.
> A fala presidencial constrange a maioria da sociedade brasileira perante a comunidade internacional e demonstra, mais uma vez, a disposição do governo Bolsonaro em governar para uma minoria, os que lucram com o fogo, com o desmatamento e com os ataques e assassinatos de indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pescadores.
> Responsabilizar indígenas e caboclos pelo fogo que queima a Amazônia é uma atitude de agressão e profundo desrespeito misturados à ignorância estratégica para desviar a atenção do que é necessário e urgente reparar: a omissão consciente do governo Bolsonaro diante das tragédias que ocorrem no Brasil e afetam milhares de brasileiros. O presidente do Brasil tripudia diante do sofrimento e da dor do povo do Brasil. Não respeita o cargo que ocupa.
> Sr. Presidente, respeite os povos indígenas e os caboclos. Respeite o povo brasileiro! Manaus, 24 de setembro de 2020.

Como se não bastasse, os ministros Ernesto Araújo e Damares Alves, a frente das pastas dos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura respectivamente, na 46ª sessão do Conselho de Direitos

Humanos das Nações Unidas que aconteceu em Genebra, na Suíça em março 2020, passaram vergonha com as mentiras proferidas ao afirmar que o governo brasileiro não mede esforços no sentido de combater a pandemia da covid-19 e toma as medidas necessárias de proteção aos povos indígenas.

Na mesma sessão, o representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil-Apib, Sr. Eloy Terrena, denunciou a política de extermínio indígena que está ocorrendo no Brasil e fez um pedido à Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Michelle Bachelet: "no sentido de ajudar a deter o genocídio indígena no Brasil":

> Madame Bachelet,
> Meu nome é Luiz Eloy, sou indígena do povo Terena. Sou advogado da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Estou aqui para falar sobre a situação dos povos indígenas do Brasil neste contexto de pandemia Covid-19.
> Vivemos um momento muito sério em nosso país. O atual governo brasileiro implementou uma política indigenista extremamente prejudicial aos povos indígenas. Nossas comunidades estão sendo invadidas por madeireiros e garimpeiros. O vírus está matando nossos idosos. Na semana passada, perdemos o último indígena Juma. Essas são culturas e línguas que nunca iremos recuperar.
> Aqui no Brasil, temos informações de 114 grupos indígenas isolados e de recente contato que estão em perigo. O governo brasileiro e seus agentes devem ser responsabilizados. Estamos diante de uma política de extermínio indígena no Brasil. Portanto, pedimos sua ajuda para deter o genocídio indígena no Brasil. Obrigado
> Luiz Eloy Advogado da APIB

A política e a prática da gestão governamental deveriam atender o compromisso federativo voltado para a garantia da harmonia social em uma sociedade fraterna e pluralista, buscando soluções pacíficas em relação a eventuais controvérsias entre direitos indígenas e outros sujeitos de direitos sociais, notadamente aqueles grupos menos privilegiados que receberam menção direta ou indireta na Constituição e em normas infralegais.

Urgência de nova política indigenista com a mudança

A política indigenista imposta pelo atual governo brasileiro traz consigo a necessidade de repensar toda a relação do estado com os povos indígenas o que exige ir mais além do simples reconhecimento de seus direitos.

As sociedades indígenas não precisam ser fadadas ao desaparecimento. As suas lutas, os anseios por elas carregadas, e a proposta de continuidade de uma vida distinta daquela oferecida, representa por si só algo importante em um mundo carecedor de novas práticas e estratégias capazes de ligar o local com o global, de tratar as pessoas como gente e de garantir processos de desenvolvimento efetivamente sustentáveis. Mas não há interesse em querer problematizar esses universos culturais, linguísticos, étnicos e compreender os valores sobre os quais estão assentados para inseri-los nas grandes pautas nacionais a serem tratadas com a importância merecida.

Revela de modo impetuoso a incapacidade dos governos que se sucederam, mas de modo mais incisivo no governo Bolsonaro em alçar a diversidade enquanto valor nacional, enquanto riqueza a ser respeitada e fonte de possibilidades insondáveis na construção de novo pacto social, incorporando de fato a pluralidade em busca de harmonia, coesão, e aceitação das diferenças.

Diante dessa visão humana, social, cultural e política exígua, há de se lutar e insistir teimosamente para mudanças na relação do estado com os povos brasileiros.

É ousar acreditar na inteligência humana em reconhecer os limites dessa idiossincrasia e os perigos da insistência em padrões societários assentados, predominantemente, em indicadores econômicos. A atual pandemia do Covid 19 revela a total inanição dos donos do mercado na resolução dessa calamidade global. Confirma a urgência em estabelecer outra relação com o meio ambiente e as populações que nelas vivem e, principalmente, conclama em estabelecer relações sociais a partir de novos paradigmas, capazes de evidenciar valores de humanidade, de respeito e de solidariedade como nunca visto anteriormente.

Nesse ímpeto, seria factível ousar imaginar outra política indigenista articulada a partir de uma unidade de gestão indigenista centralizada com a responsabilidade de coordenar programas de assistência governamental de modo articulado (educação, saúde, atividades econômicas sustentáveis, gestão territorial e ambiental, proteção individual e coletiva)[29] e dar conta das demandas da totalidade de um território indígena?

29 Unificando as políticas hoje pulverizadas entre diversos Ministérios e favorecendo programas voltados efetivamente para as especificidades identitárias, territoriais, culturais, socioambientais e linguísticas; dialogando com os conceitos da interculturalidade, do protagonismo indígena e da gestão territorial e ambiental das terras indígenas; evidenciando o reconhecimento da participação cidadã;e, finalmente, garantindo o respeito a legislação já pautada em relação aos direitos indígenas.

Tal gestão poderia ser assumida a partir de um Comitê interinstitucional dirigido pela FUNAI, articulado com o Conselho de Políticas Indigenistas-CNPI e um fórum representativo indígena (APIB) bem como de outros representantes governamentais e da sociedade civil, orientando a implementação das políticas setoriais e articuladas com os governos estaduais e municipais, oferecendo o suporte político pedagógico, antropológico, linguístico ou técnico qualificado necessário. Unidades menores poderiam dar conta das realidades mais localizadas ou específicas, a imagem dos povos urbanizados ou desterritorializados, um pouco a partir daquilo pensado com a estruturação das Coordenações Técnicas Locais da FUNAI ou de modo específico através dos territórios etnoeducacionais, mas com funções e responsabilidades bem mais abrangentes e interdisciplinares, com recursos humanos e pressupostos financeiros apropriados.

Seria corrigir a atual política que condena os povos indígenas a um destino traçado a partir dos interesses da sociedade dominante nada animador. Mas talvez se esteja falando de outro Brasil, de um país de vanguarda, capaz de ser protagonista de uma política inovadora, ousada, assim como já o fez em momento de iluminação e justeza, ao criar o SUS ou o Programa Bolsa Família, ou ainda quando instaurou o Subsistema de saúde indígena ou os Territórios etnoeducacionais.

Seria a possibilidade de se livrar definitivamente da maldição supostamente proferida pelo ex-presidente francês Charles De Gaulle em 1964, ao afirmar: "O Brasil não é um país sério".[30] A atualidade dessa máxima é oportuna e diretamente relacionada com a falta de seriedade na condução da política indigenista e ambiental.

Seria ainda a oportunidade de se redimir, sintonizar-se e fazer jus a história e a realidade desses povos, outorgando um direito consuetudinário e reconhecendo o Brasil na sua diversidade, alteridade e multiplicidade de experiências humanas que são, sem sombra alguma de dúvida, a maior dádiva do Brasil.

Seria, finalmente, a demonstração de um país capaz de lidar com suas gentes, suas especificidades e valores de brasilidade. São os povos indígenas, as populações tradicionais que dão vida ao Brasil, oferece-lhe as suas cores, suas vibrações, suas falas, seus cantos, mas também suas experiências únicas, seus saberes e a sua tão fantástica diversidade.

30 De fato, o autor da frase é o diplomata brasileiro Carlos Alves de Souza Filho, embaixador do Brasil na França entre 1956 e 1964, genro do presidente Artur Bernardes que governou o Brasil entre 1922-1926. Mas calhou ser, desde então, atribuída ao então Presidente Charles De Gaulle.

Referências

AMAZONAS. Ministério Público Federal do Amazonas. In: GADELHA, Luciana Fernandes Portal Lima. 2019. Direito de indígenas a tratamento de saúde tradicional. Disponível em http://www.mpf.mp.br/am/projetos-especiais/memorial/ atuacoes-de-destaque/direito-de-indigenas-a-tratamento-tradicional-1. Acesso em 15 dez. 2019.

AMAZONAS. Ministério Público Federal do Amazonas. In GADELHA, Luciana Fernandes Portal Lima. 2019. Direito de indígenas a tratamento de saúde tradicional. Disponível em http://www.mpf.mp.br/am/projetos-especiais/memorial/ atuacoes-de-destaque/direito-de-indigenas-a--tratamento-tradicional-1. Acesso em 15 dez. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE-ASCEMA NACIONAL. Cronologia de um desastre anunciado: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil. (Ascema Nacional, 2020).

BRASIL. Decreto 9.010, de 23 de março de 2017. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ Ato2015-2018/2017/Decreto/D9010.htm#art9. Acesso em 1 jul. 2019.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência contra os povos indígenas – Dados de 2019.

CAVUSCENS, Silvio. Os napëpë e o universo dos povos indígenas na Amazônia: A narrativa de um percurso indigenista. Universidade Federal do Amazonas. Manaus.2019.

Conferência Internacional do Trabalho-OIT. "Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais" convocada em 76ª Reunião pelo Conselho de Administração, no dia 07 de junho 1989. 61 páginas. 1989. Genebra.

DOS SANTOS, Helton Soares dos. Análise da distribuição da força de trabalho da Fundação Nacional do Índio. 2018. Disponível em https://repositorio.enap.gov. br/bitstream/1/3476/1/Helton%20Soares%20dos%20Santos%20-%20Vers%c3%a3o %20reformulada%20TCC.pdf. Acesso em 11 jan. 2020.

FILHO, João Pacheco Oliveira (Org.). Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Dados de 2018. Disponível em http://www.funai. gov.br/index.php/shape. Acesso em 05 jan. 2020.

Ministério do Meio Ambiente: https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/ppg7-duas-decadas-de-apoio-a-protecao-das-florestas-brasileiras

OIT-ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais. 2ª ed. Brasília: OIT, 2005.

ONU-ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Centro de Informação das Nações Unidas, 2008.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Volume I – Parte Geral. Editora: Revista dos Tribunais, São Paulo. P. 15. 2018,

PÓSFACIO

DISSIDÊNCIA COMO ATO DE (RE)ENCANTO, RESISTÊNCIA, INSISTÊNCIA NA AMAZÔNIA

Carlos José Trindade da Rocha[1]

A literatura possibilita uma introspecção muito mais profunda às pessoas do que qualquer outra ciência o pode fazer.
Noam Chomsky

Inicialmente, destaco o pensamento Noam Chomsky, no sentido de fortalecer e me unir aos insurgentes da dissidência proposta no cerne do livro com oportunidade de dimensão estético expressiva que descrevo nesse posfácio.

Alexandre Oliveira e Michel Justamand nos apresentam organizações e construções de temáticas e ideias, de tal modo, que permite vez e voz à bases cientificas interdisciplinares. Os escritos da obra em tela, por vezes, são murmúrios leves, gritos, urros, como uma espada atravessando a nossa ilusória mente que, num desvairado academicista vai e vem, nos levando aos píncaros do êxtase, para nos lançar nas profundezas de dissidências.

Me agrado pelas reflexões trazidas, parafraseando o que diz Noam Chomsky: "há uma categoria chamada intelectuais que faz coisas simples parecerem difíceis". Em direção oposta com sensibilidade e humanidade os organizadores do livro inspiram todos os autores e leitores a descobrirem por si mesmos, a questionar quando não concordam, a procurar alternativas se acham que existem outras melhores, a revisar e revisitar as grandes conquistas do passado e aprender porque algo lhes interessa. Toda essa poética no interior de uma obra maior – a criação, construção do real, da existência, da dissidência suscitadas àqueles que desejam descortinar a submissão e o colonialismo mental na academia.

Os organizadores do livro – "OS DISSIDENTES AMAZÔNICOS: superando a corrida atrás do próprio rabo" fazem parte de uma

1 Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas com Pós-Doutorado em Ensino na mesma área. Mestre em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática e em Ciência de la Educación, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e em Educação Social para Juventude, Licenciatura Plena em Ciências Naturais/Química e Pedagogia. Atualmente é Professor Colaborador no PPGEAA/UFPA/Campus Castanhal e da SEDUC/Pará.

vanguarda rara de pesquisadores que tentam mostrar aos viciados intelectuais em suas bolhas epistêmicas, que se comunicam numa linguagem e formas entrevadas, como fenômenos passageiros, apenas olham e não veem, como partícipes ou testemunhos da verdadeira riqueza amazônica, exigindo, portanto, uma aflorada dissidência representada pelas falas da terra, e não apenas explicações que a ciência pode fazer.

Escrever este posfácio é uma tarefa prazenteira e prazerosa de testemunhar através da leitura as muitas conquistas realizadas com o insugimento que já nasceu e cresce, nessa sociedade e cultura da Amazônia profunda, desde a luta acadêmica – capitaneada por Michel Justamand entre outros que se foram e que chegam, construída na cidade de Benjamin Constant – , no estado do Amazonas, no âmbito do Instituto de Natureza e Cultura – INC, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM até a criação da disciplina que inspirou o título do livro com construções de escritas colaborativas e cooperativas, proporcionando reflexões e descolonialização mental sobre a Amazônia.

Todas as temáticas organizadas no livro nos convida a uma análise necessária para a compreensão entre textos e contextos da diversidade amazônica sempre em movimento, representando também o "dar as mãos, ouvidos e voz" àqueles que foram silenciados, para que novos atores/autores recriem e criem a história, para um movimento que re-siste, in-siste, dis-side e por isso existe, movimento que busca superar a corrida atrás do próprio rabo.

A proposição desse insurgimento dissidente não só contribui para a compreensão, do que foi, mas, e talvez principalmente, para a compreensão do que vem sendo, seus limites, limitações e os novos desafios colocados para a produção de novos olhares e interpretações para novas formas de luta. Um dos desafios/combates que a leitura deste trabalho me suscita, por exemplo, é o de re-pensar o movimento dissidente como ato de (re)encanto para além do conhecimento enquanto uma fronteira a ser desbravada ou enquanto uma fera a ser domada.

Teria o Posfácio 25 movimentos dissidentes, representados por todos os guerreiros que participaram do livro? – se reduz ao interior de uma perspectiva capitular de obra literária e acadêmica? Qual seria a reviravolta dos dissidentes amazônicos? O que poderá ou deverá ser a dissidência, pensando as condições de vida não só dos povos amazônicos, mas também das práticas e saberes culturais da Amazônia profunda e do próprio planeta?

Essas também são questões trazidas pelos organizadores e autores, que suscitam uma leitura possível de ser feita, com compreensão a partir do que foi e do que não foi dito. Este livro é parte da história de um movimento amazônico em realização; poética do espaço político, social e cultural, por isso movimento dissidente.

Um dos desafios que esta obra suscita, por exemplo, é do poder que ela têm de se unir a vontade de cada um de nós e abrir nossa alma, nos revelar, páginas cravejadas de minérios valiosos, cuja riqueza maior não está em seus quilates extraídos, mas nos bens que eles encerram. O encanto dos capítulos lidos está na capacidade de cada um deles nos fazer lapidar o pensamento e, assim nos tornar melhores para a vida.

Finalmente, agradeço o convite e manifesto meu agrado com um trabalho sério, bem construído, um dos raros que conseguem articular competência científica, ensino, pesquisa e extensão com ética e estética com compromisso político, social e cultural – Razão e Paixão.

Sucesso a todos os dissidentes amazônicos que se envolveram nesse ato de (re)encanto, resistência e insistência e que venham outras significativas produções.

SOBRE AS/OS AUTORAS/ES

Alexandre de Oliveira (org.)

Doutor em Design pela PUC-Rio. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no Instituto Federal de Sergipe – IFS e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Rondônia. Email: olialx@gmail.com

Ana Cristina Alves Balbino

Graduada, Licenciada, Mestra e Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Professora da Universidade Paulista – UNIP/SP. E-mail: balbinoana@yahoo.com.br

Ana Karen da Silva Sales Tavares

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (Universidade Federal do Amazonas), bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Angélica de Matos Carvalho

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA/UFAM. Pesquisadora bolsista da CAPES, e-mail: angelfamiliaa@gmail.com

Artemis de Araújo Soares

Doutorado na Universidade de Paris (Paris-Descartes) e na Universidade de Renne - Doutorado em Ciências do Desporto na Universidade do Porto, Portugal - Mestrado em Educação Física pela Universidade de São Paulo (USP) - Especialização em Produção de Material Didático em Educação à Distância. Membro da Academia Amazonense de Letras e da Academia e membro da Academia Brasileira de Educação Físico. E-mail: artemissoares@yahoo.com.br

Carlos José Trindade da Rocha

Doutor em Educação em Ciências e Matemáticas com Pós-Doutorado em Ensino na mesma área. Mestre em Ensino, História e Filosofia das Ciências e Matemática e em Ciência de la Educación, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e em Educação Social para Juventude, Licenciatura Plena em Ciências Naturais/Química e Pedagogia. Atualmente é Professor Colaborador no PPGEAA/UFPA/Campus Castanhal e da SEDUC/Pará. Tem interesse nas áreas de Educação, Ensino de ciências e Pedagogia, principalmente na Formação e desenvolvimento profissional de professores como sujeito criativo investigativo.

Daniele de Souza Colares Tavares

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Vinculada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. Email: danisouza.adm@hotmail.com

Denia Román Solano

Graduação em Antropologia, Universidad de Costa Rica. Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasilia – UnB e Doutorado em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Atualmente é professora e pesquisadora no CIAN – Centro de Investigaciones Antropológicas e na Escuela de Antropología de la Universidad de Costa Rica. Email: dennia.roman@ucr.ac.cr

Elenise Faria Scherer

Possui mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988), Doutorado - bolsa sanduiche - em Política Social - Universidad Autonoma de Barcelona (1995) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997). É pós-doutora pelo Intitut des Hautes Etudes de l'Amerique Latine - Université Paris III - Sorbonne Nouvelle (2008). É Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas. Seus estudos e pesquisas estão concentrados na análise das Políticas Sociais, Mundo do Trabalho, desemprego, cidadania e exclusão. Atualmente tem se dedicado, também, ao estudo das políticas públicas, território sociais e ambiente na Amazônia.

Evandro de Morais Ramos

Professor, orientador, doutor em Tecnologias Educativas pela Universidade de Ilhas Baleares. Professor da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: evandromramos@hotmail.com

Ianeis de Jesus da Silva Xavier

Mestrando em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA (UFAM).

Jackeline Mendes de Souza

Mestranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia, Professora e Pesquisadora do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM Campus Parintins; e-mail: jackeline.souza@ifam.edu.br

Janaína Zildeia da Silva Paiva

Doutoranda do Programa de Pós-Gradução Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: janainajzsp@gmail.com

Lilian Marta Grisolio

Historiadora e pedagoga. Doutora em História Social pela PUC-SP. Professora da Universidade Federal de Catalão no Curso de História e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História-Mestrado Profissional (PPGMH/UFCAT). É pesquisadora do grupo DIALOGUS - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho da UFCAT. E-mail: lilian.grisolio@gmail.com

Lucas Lopes da Silva Aflitos

Professor licenciado em Filosofia Plena pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM e Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio (CED/UFAM). Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA). Ativista do movimento negro também atua em produções culturais, especialmente no audiovisual em produções de curtas-metragens manauara. E-mail: aedo.lopes@gmail.com

Marcos Afonso Dutra

Professor da rede municipal de educação – SEMED, mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA/UFAM, doutorando neste mesmo programa.

Marilene Corrêa da Silva Freitas

Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFAM, Pesquisadora e professora do PPGSCA, Doutora em Ciências sociais (UNICAMP/SP), Pós-doutorado em Sociologia (UNIversité de CAEN, França), Coordenadora do Laboratório de Interdisciplinaridade das Ciências Sociais na Amazônia do PPGSCA. E-mail: marilenecorreas@uol.com.br

Michel Justamand (org.)

Pedagogo pelo Centro Universitário Nove de Julho – UniNove/SP; Graduado e Licenciado em História; Mestre em Comunicação e Semiótica; Doutor em Ciências Sociais/Antropologia e Pós-Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Pós-Doutor em Arqueologia pela UNICAMP e em Cultura e Sociedade pela UFBA. Professor Associado II do Curso de História da Arte, da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, em Guarulhos, e Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Email: micheljustamand@yahoo.com.br

Patrícia Sposito Mechi

Doutora em História pela PUC/SP; Professora Adjunta da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA/PR, campus Foz do Iguaçu/PR e do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – PPGICAL.

Raimunod Dejard Vieira (org.)

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da UFAM.

Renilda Aparecida Costa

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Planalto Catarinense (1992), Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos/ UNISINOS (2011). É professora adjunta da Universidade Federal do Amazonas, atuando no Instituto de Filosofia Ciências Humanas e Sociais, na área da Sociologia. Atua no Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia desde 2014. É coordenadora do Núcleo de Estudos Afro Indígena - NEAI/ UFAM. Tem experiência nas áreas de Educação, Sociologia, Sociologia da Educação e Sociologia da Religião. Atuando principalmente nos seguintes temas: Identidade Nacional Brasileira, Identidade Étnico-racial e Educação, Constituição da Identidade Religiosa na Amazônia, Diálogo Inter-religioso e Religiões de Matrizes Africanas. E-mail: renildaaparecidacosta@gmail.com

Silvio Cavuscens

Indigenista, Sociólogo, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Coordena a Associação Serviço e Cooperação com o povo Yanomami – Secoya.

Simone Costa de Lima

Mestranda em Sociedade e Cultura da Amazônia – PPGSCA (UFAM); especialização em Gestão Pública pela (UEA); graduação em Tecnologia Eletrônica (UEA); graduação em Ciência da Computação, Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA. E-mail: mone.ufam2020@gmail.com

Robson França Francisco Rodrigues

Mestrando e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA – UFAM); Licenciado em Educação Física (UFAM), Especialista em Coordenação Pedagógica (UFAM). E-mail: robson_rffr@yahoo.com.br

Odenei de Souza Ribeiro

Professor Adjunto III da Universidade Federal do Amazonas. Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia (2012), Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1999), Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (1993). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia Clássica, Pensamento Social Brasileiro, Sociologia da Cultura e dos Intelectuais. E-mail: ribeiroode@hotmail.com

Tharcísio Santiago Cruz

Possui Graduação em Ciências Sociais, Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia e Doutor em Antropologia, todos pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Desde 2009 é Professor Adjunto do Curso de Bacharelado em Antropologia, do Instituto de Natureza e Cultura – INC, da UFAM, na unidade acadêmica do Alto Solimões, em Benjamin Constant/AM. Tem experiência nas áreas de: sociologia e antropologia e nas subáreas de trabalho, antropologia urbana, populações de fronteira, capoeira, folclore, ações afirmativas.

Sugestões de leitura

disponíveis em alexaloja.com

Coleção Sociedade e Cultura na Amazônia

Dirigida por Iraíldes Caldas Torres e Marilene Correa da Silva Freitas

1 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia.

Salatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org), 2018

2 - Tradução cultural e processos socioculturais na Amazônia,

Alexandre de Oliveira (org), 2019

3 - As Primeiras-Damas e a assistência Social: relações de gênero e poder

Iraildes Caldas Torres, 2019

4 - Imagens e imaginários na Amazônia

Alexandre de Oliveira (org), 2019

5 - Amazônia e educação na região do Médio Juruá

Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019

6 - Amazônia saúde e ambiente na região do Médio Juruá

Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019

7 - Amazônia: prospecção de múltiplas lentes

Liliane Costa de Oliveira, Viviane de Oliveira Lima Zeferino e Israel Pinheiro (orgs), 2019

8 – Corpo, sociedade e extensões.

Ártemis de Araújo Soares, Shigeaki Ueki Alves da Paixão e Ghislaine Raposo Bacelar (org.), 2020

9 – Oleiros da vida, *trabalho, ambiente e o futuro dos trabalhadores do barro em Irabduba (AM)*

Hamida Assunção Pinheiro, 2020

10 – Associativismo e cooperativismo rural em Parintins,

Sandra Helena da Silva e José Carlos Martins Brandão, 2020

11 – O ser e fazer das mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas

Sandra Helena da Silva, 2020

12 - Ensino de ciências na Amazônia: reflexões e perspectivas

Orleylson Cunha Gomes, Salatiel da Rocha Gomes e Sandra Oliveira de Almeida, 2020

13 - Cidades amazônicas na fronteira: dinâmica urbana, comércio e migração peruana no Alto Solimões,

Alex Sandro do Nascimento de Souza, 2020

14 - Amazônia: gênero, fronteira, saberes e desenvolvimento,

Iraildes Caldas Torres e Rooney Vasconcelos Barros, 2020

15 - O artista-andarilho da Amazônia e o florejar de sua práxis-poiesis na festa popular

Yomarley Lopes Holanda, 2020

16 - As Práticas Sociais das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé: o canto de trabalho e a urdidura de gênero.

Iraildes Caldas Torres, 2020

17 - A construção da homossexualidade: expressão do sujeito, protagonismo e ambiente escolar.

Iraildes Caldas Torres, 2020

18 - Sociedade, cultura, educação e extensões na Amazônia

Artemis de Araújo Soares, 2020

19 - Pensamento Social, Políticas Públicas, Cultura e Sociedade

Marilene Corrêa da Silva Freitas, 2020

20 - Pensamento social, etnicidade, corpo e notas de pesquisa

Artemis de Araújo Soares, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Shigeaki Ueki Alves da Paixão, 2020

21 - Amazônia, instituições e processos políticos de governo: Roraima como estudo de caso.

Ricardo Borges Gama Neto e Roberto Ramos Santos, 2021

23 - Amazônia dissidente: volume 1

Michel Justamand, Alexandre Oliveira, Vânia Cristina Cantuário de Andrade, 2021

24 - Amazônia dissidente: volume 2

Michel Justamand, Alexandre Oliveira, Raimundo Dejard Vieira, 2021

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

1 - Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

2 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

3 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2.

Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015

4 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

5 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

6 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

7 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

8 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

9 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9.

Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.). 2017

10 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10.

Carmen Junqueira, Michel Justamand e Renan Albuquerque (orgs.), 2017

11 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11.

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

12 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12.

Irraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018

13 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13.

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

14 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14.

Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes e Michel Justamand (orgs.), 2018

15 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15.

Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018

16 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16.

José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018

17 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17.

Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araujo Soares e Michel Justamand (orgs.), 2018

18 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18.

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

19 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19.

João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019

20 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 20 - O pensamento dissidente/ divergente e as questões amazônicas

Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza (orgs), 2019

21 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 21

M*ichel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina C. de Andrade (orgs), 2019*

22 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 22

Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade (orgs), 2019

23 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 23

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019

24 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 24

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019

25 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 25

Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos, 2019

26 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 26

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

27 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 27

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

28 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28

Antônio Carlos Batista de Souza, Guilherme Guitahy de Figueiredo, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

29 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 29

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand, Vânia Cristina Cantuário de Andrade, 2020

30 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 30

Iraildes Caldas Torres, Michel Justamand, Tharcísio Santiago Cruz, 2020

Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

1 - Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú.

Carmen Junqueira. 2018

2 - Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada.

Thereza Menezes, 2018

3 - Órfãos das letras no contexto amazônico: memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

Maria de Nazaré Corrêa da Silva, 2019

4 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição.

Rinaldo Sergio Vieira Arruda, 2019

5 - Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.

José Lino do Nascimento Marinho. 2019

6 - O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant.

Ana Maria de Mello Campos, 2019

7 - Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização (1970 a 2010),

Lupuna Corrêa de Souza, 2020.

8 - Memória e identidade do povo Xetá. narrativas visuais e memória coletiva no quadro de dispersão

Maria Angelita Djapoterama da Silva, 2020

9 - Corpo negro e saúde. um estudo sobre afrobrasileiros (as), AIDS e ações afirmativas

Adailton da Silva, 2020

10 - Mitopoética dos Muyraquitãs, Porandubas e Moronguetás: ensaios de Antropologia, Estética e Etnologia Amazônica.

Harald Sá Peixoto Pinheiro, 2020

11 - A alma feminina e a poética da vida na Amazônia

Adson Manoel Bulhões, 2021

12 - "No soy un aculturado": indigenismo e identidade nacional nas obras de José Maria Arguedas

Graziela Menezes de Jesus, 2021

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental

Michel Justamand, 2006

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

Michel Justamand, 2007

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres

Michel Justamand, 2007

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar

Michel Justamand, 2012

5 - A mulher rupestre

M*ichel Justamand, 2014*

6 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI.

Michel Justamand, 2015

7 - Arqueologia da Sexualidade

M*ichel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2016*

8 - Arqueologia do Feminino *Michel Justamand,*

Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e edro Paulo A. Funari, 2017

9 - Arqueologia da Guerra.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e Pedro Paulo A. Funari, 2017

10 - Arqueologia e Turismo.

Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez, 2018

11- Uma história do povoamento do continente americano pelos seres humanos: a odisseia dos primeiros habitantes do Piauí.

Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand e Pedro Paulo A. Funari, 2019

12 - Caçadores da pré-história: recorrências temáticas na pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara - PI

Vanessa da Silva Belarmini, 2019

13 - Luta corporal na Pré-História: ensaio antropológico e histórico

Leandro Paiva, 2019

14 - Grafismos rupestres no Abrigo do Índio em Palestina de Goiás: espacialidade e visibilidade

Grazieli Pacelli Procópio, 2020

15 - Pinturas rupestres: o cinema na pré-história

Cidiclei Alcione Biavatti, 2020

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

1 - É possível uma escola democrática?

Michel Justamand (org.), 2006

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand, 2007

3 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

Michel Justamand, 2017

4 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

Émerson Francisco de Souza (org.), 2017

5 - História e representações: cultura, política e gênero.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.), 2017

6 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM.

Sebastião Melo Campos, 2018

7 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM.

Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza, 2018

8 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2018

9 - Ars moriendi, a morte e a morte em si.

Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org), 2018

10- Teoria e prática em adminstração e ciências contábeis I: intercâmbios nordestinos.

Antoniel dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018

11 - Teoria e prática em adminstração e ciências contábeis II: intercâmbios nordestinos.

Antoniel dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018

12 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação.

Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (orgs), 2018

13 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil.

Miguel Ângelo Silva de Melo, 2018

14 - Reflexões sobre violência e justiça.

Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima, 2018

15 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de Benjamin Constant-AM.

Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos (orgs), 2019

16 - Educação em pauta

Fátima Aparecida Kian e Ailton Paulo de Oliveira (orgs), 2019

17 – Tecnologias na formação inicial de professores

Luis Carlos Rabelo Vieira, 2019

18 – Produções teórico-práticas nos contextos de saúde,

Nazaré Maria de Albuquerque Hayasida e Gisele Cristina Resende, 2019

19 – Protagonismo Internacional do Brasil na Agenda de Segurança Alimentar,

Shigeaki Ueki Alves da Paixão, 2019

20 – Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade

Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro, Lidiany de Lima Cavalcante e Marinez Gil Nogueira Cunha, 2019

21 – Diálogos interdisciplinares em educação profissional,

Alexandre de Oliveira e Xênia de Castro Barbosa, 2019

22 – Estudos a partir da teoria de Norbert Elias

Gláucio Campos Gomes de Matos, 2020

23 – Praticas educacionais no contexto amazônico

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte e Michel Justamand, 2020

24 – Praticas educacionais no contexto amazônico II

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte, Vandreza Souza dos Santos e Michel Justamand, 2020

25 – Praticas educacionais no contexto amazônico III

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Vandreza Souza dos Santos e Taciana de Carvalho Coutinho, 2020

26 – Educação – Discursos midiáticos sobre as provas de redação do ENEM

Fátima Aparecida Kian, 2020

27 – Campo Minado: as investidas do capital contra Seguridade Social Brasileira

Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro e Kátia de Araújo Lima Vallina, 2020

28 – Geografia física da Amazônia, vol. 1

Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, 2020

29 – Violências vulnerabilidades e violação de direitos, vol. 1

Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020

30 – Violências, epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção, vol. II

Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020

31 – Prevenção do abuso sexual na educação infantil

Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2020

32 – Leituras sobre educação – a voz do professor

Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020

33 – COVID – 19: aspectos multidisciplinares – Educação

Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020

34 – Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola

Amor António Monteiro, 2020

35 - O desenvolvimento sustentável na educação amazônica: O uso do cinema na articulação de temas transversais de desenvolvimento sustentável no ensino fundamental do município de Parintins-Amazonas-Brasil.

Josenildo Santos de Souza, 2021

36 - Da Lapa aos porões da ditadura: as experiências de Raphael Martinelli (1939-1973).

Ana Cristina Alves Balbino, 2021

Coleção Tabatinga Ticuna

Dirigida por Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Michel Justamand

1 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa, 2017

2 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica

Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org), 2018

3 - Tabatinga e suas Lendas

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta, 2018

4 - Saberes Amazônicos

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Júnior Peres de Araújo e Ismael da Silva Negreiros (orgs), 2019

5 – Canumã – Memorias vivas de um povo

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

6 – Ticuna – Guardiões da Floresta

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

7 – Ticuna – Saberes e práticas educacionais

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

BRASIL ORIGINÁRIO

Mara Barreto Sinhosewawe Xavante

Oh nação brasileira!
Que não amam seus guerreiros,
O meu povo que aqui já estava,
Nos livros de literatura do Brasil,
A nossa verdadeira história,
Descaradamente foi mal contada.

Portugueses aqui chegaram,
Do nosso povo se aproximaram,
É de imediato nos enganaram,
Se fazendo de amigos,
Mas com intentos inimigos,
Perceberam nossa pureza inocente.

Trataram logo em dizer:
Esse povo não é gente,
Aprisionados como animais,
Arrastados com correntes,
Assim fomos tratados
Pelos português "civilizados ".

Tentaram nos dizimar,
Com armas de fogo nos matar,
Nosso terror aqui começou!
A paz que aqui reinava,
Logo.. logo.. se acabou.

Fico á imaginar!
Se tudo fosse diferente,
Se os invasores não chegassem aqui,
Seríamos mais que 900 mil da nossa gente,
Não teríamos os desmatamentos,
Nem garimpos ilegais.

Os parentes Yanomami e os outros irmãos,
Estariam cantando, caçando e pescando,
As crianças e adultos não morreriam,
De malária, desnutrição e miséria,
Todas estariam sorrindo e brincando,
Em segurança em sua própria terra.

Apoio da Revista FAAS
http://www.revistafaass.com.br

ALEXA CULTURAL

UFAM

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ISBN 978-65-89677-46-8